LIVRO DIGITAL

ARTIGOS DO XXVI ENEG

A CAPITAL DE POUCOS, O ENEG PARA TODOS: O PAPEL DA GEOGRAFIA NO ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS SOCIOESPACIAIS



UnB

INSTITUTO FEDERAL
Brasília

ÉLISÉE RECLUS
CENTRO ACADÊMICO

CONEEG
Confederação Nacional de Entidades de Estudantes de Geografia

CAGEA

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

LIVRO DIGITAL DO XXVI ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA – XXVI ENEG

Alex Rosa Campani, Lucas Mendes Gomes e Reinaldo Gabriel de Souza

Brasília-DF
2026

© 2026 **XXVI ENEG**



1ª edição

Elaboração e informações

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Equipe técnica

Organizadores: Alex Rosa Campani, Lucas Mendes Gomes e Reinaldo Gabriel de Souza.
Arte da capa e cabeçalhos: Stephanny Kawanny Soares Moura e Keven Douglas Paca Gomes.
Prefácio: Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia (26. : 2025 : Brasília).
Livro digital do XXVI Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia – XXVI Eneg [recurso eletrônico] / [organizadores]: Alex Rosa Campani, Lucas Mendes Gomes e Reinaldo Gabriel de Souza. – Brasília : Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2026.
276 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-985460-2-1.

1. Geografia humana – Ascpectos sociais - Congressos. I. Campani, Alex Rosa (org.). II. Gomes, Lucas Mendes (org.). III. Souza, Reinaldo Gabriel de. IV. Título.

CDU 911.3:3

Heloiza Faustino dos Santos – Bibliotecária - CRB1/1913

Em memória de Antonio Puentes Torres

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Paula de Oliveira do Ó – UNESP
Beatriz Bonfim Santos – UFU
Bernardo Bronzi Rocha – UFF
Carlos Roberto Neves Chiaradia – UNESP
Claudinei da Silva Pereira – IFPI
D'Jeanine Candido e Souza Carvalho – UERJ
Edilson da Silva Porto Neto - UECE
Fernanda Lemos de Oliveira – UFPA
Giovana Monteiro Pavanelli – UFU
Giovanna Caires Diniz – UNB
Gustavo Soares Arrial – UFSM
Matheus Felipe Alves dos Santos Lima – UNB
Leide Joice Pontes Portela – UNIR
Matheus Sousa Barros – UNICAMP
Nicoly Girotto Morais – UFJ

SUMÁRIO

PREFÁCIO....8
A SEGREGAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA INFRAESTRUTURA: UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA E SEU ACESSO AOS ESGOTAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO....10
USOS NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO DE COLETIVOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: AMÉFRICA LADINA E TERRITÓRIO USADO....30
A ECONOMIA DO FUTEBOL BAIANO NO CONTEXTO DA XENOFOBIA.... 50
CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS ENTRE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS NO AMAPÁ....68
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS, A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA E.M.E.F DEMÓSTENES RANIERI, CAMETÁ, PARÁ.... 91
DO QUADRO-BRANCO AO ESPAÇO URBANO: ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITO À CIDADE NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE RISCO - FORTALEZA (CE)....110
AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DO ENSINO DE CARTOGRAFIA DO SÉCULO XXI: OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM.... 128
ÍNDICE DE POTENCIAL DE GEODIVERSIDADE: MODELAGEM ESPACIAL E ANÁLISE PARA O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA-MG....149
O PENSAMENTO GEOGRÁFICO ESTÁ NA BERLINDA? SÓ QUE NÃO CONTAVAM COM A ASTÚCIA DOS PENSADORES MALDITOS....171
QUESTÃO CAMPONESA, IMPERIALISMO E MONOPÓLIO....192
VALE DO JEQUITINHONHA E O LÍTIO: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO....210
SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E SAÚDE: DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA DENGUE EM ITABORAÍ - RJ.... 229
CIDADANIA E DIREITO À CULTURA: O CARNAVAL DE RUA DO PCB EM RIO CLARO/SP....244
ANÁLISE DA ESTABILIDADE SEDIMENTOLÓGICA DO RIO REAL, NA ESTAÇÃO 50290000, A PARTIR DA METODOLOGIA HIDROLOGIA AVANÇADA EXPERIMENTAL (HAE).... 262

PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o livro digital do **XXVI Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia – XXVI ENEG** realizado entre os dias 18 a 21 de abril de 2025, na Universidade de Brasília. Esta publicação reúne a produção científica de discentes que se dedicaram a refletir sobre o papel da Geografia no enfrentamento dos desafios socioespaciais.

A Geografia, enquanto ciência, enfrenta hoje o desafio de decifrar a complexidade do mundo em rápida transformação. Os trabalhos aqui reunidos expressam essa pluralidade teórica e metodológica, abordando as dinâmicas contemporâneas e seus conflitos e propondo o enfrentamento destes desafios que moldam o território. A análise espacial revela-se, portanto, uma ferramenta indispensável para compreender as crises do atual momento histórico e que se materializam sob as mais diversas formas no espaço geográfico e propor caminhos para a superação destas crises e a construção de novas relações socioespaciais que integrem política, natureza e sociedade.

A Geografia desempenha um papel crucial no enfrentamento dos desafios socioespaciais ao conectar as dinâmicas sociais com o espaço geográfico. A ciência geográfica permite compreender como a desigualdade, a urbanização e a degradação ambiental se manifestam no território, fornecendo ferramentas científicas para a formulação de políticas públicas eficazes e ao enfrentamento destas questões.

A temática do evento “a capital de poucos, o ENEG para todos” reflete **as profundas desigualdades socioespaciais que a capital federal e o Distrito Federal revelam, liderando o ranking de maior desigualdade de renda de todo o Brasil**, conforme dados oficiais recentes divulgados pelo IBGE (2025). Embora Brasília possua o maior rendimento médio mensal do país, a capital federal convive com um profundo abismo social e geográfico. Enquanto os 10% mais ricos da população recebem uma média mensal de R$ 18,5 mil, os 40% mais pobres sobrevivem com cerca de R$ 941 por mês.

Brasília e a diversidade de regiões administrativas do Distrito Federal acrescidas das cidades do Entorno goiano e mineiro apresentam profundas

desigualdades socioespaciais, como a concentração de renda, a segregação urbana planejada, as disparidades envolvendo questões de gênero e étnico raciais em um modelo urbano excludente, segregador e perverso.

A estrutura desta publicação reflete a organização das discussões travadas no evento, com trabalhos produzidos por discentes de instituições de ensino superior públicas e privadas de diferentes unidades da federação.

O leitor encontrará nestas páginas artigos e resumos expandidos que combinam rigor acadêmico com relevância social. Cada texto contribui para o fortalecimento do pensamento crítico e para a consolidação da Geografia como campo de vanguarda na produção do conhecimento e na superação das crises da contemporaneidade.

Agradecemos profundamente à Comissão Organizadora, aos avaliadores do Comitê Científico, às instituições de fomento **em especial ao Deputado Federal Reginaldo Veras (Partido Verde, Distrito Federal) e à Universidade de Brasília, que no âmbito do Departamento de Geografia e do Instituto de Ciências Humanas,** contribuíram para o fomento financeiro, organização e utilização dos espaços para a realização das diversas atividades do evento e, de modo especial, aos autores. O esforço coletivo de cada participante e das instituições parceiras foi o que tornou possível a realização deste evento e a publicação desta obra.

Convidamos a todos para uma leitura instigante, esperando que estas reflexões geográficas estimulem novos debates, parcerias e investigações científicas.

Brasília, Distrito Federal, 20 de junho de 2026

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
Professor do Departamento de Geografia e Chefe do GEA UnB (2021-2025)

A SEGREGAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA INFRAESTRUTURA: UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA E SEU ACESSO AOS ESGOTAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO[1]

Lívia Almeida[2], Helena Rizzatti[3]

RESUMO
Este trabalho analisa a Região Metropolitana de São Paulo de forma interseccional por meio do mapeando da população por raça e sua acessibilidade aos esgotamentos formais e informais. Tem como fonte os dados os Censos Demográficos do IBGE de 2010 e 2022, e procura entender quem são as pessoas mais afetadas pela falta de acesso a esses serviços considerando a segregação racial fomentado pela urbanização interseccionalizada. Nota-se, em 2010, a maior presença de pessoas negras nos arredores da capital e nas cidades fronteiriças, e são onde há a maior concentração de esgotamentos informais também. Em 2022, o maior número de domicílios chefiados por pessoas brancas com esgotamentos formais se encontra no centro expandido de São Paulo e nos municípios ao redor. Conclui-se que a segregação racial se reflete na infraestrutura urbana, tornando a população negra mais vulnerável aos riscos sanitários.

Palavras-Chave: Urbanização Interseccionalizada; Raça; Esgotamentos sanitários; Indicadores sociais; Desigualdade socioespacial.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada buscou compreender o processo de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) de maneira interseccionalizada, isto é, entender as desigualdades no espaço urbano de forma não-isolada, compreendendo os elos da distribuição de infraestrutura com a distribuição populacional racializada. Assim, a partir das variáveis de esgotamentos formais e informais, analisamos espacialmente a distribuição da população negra e chefia negra de domicílios. Cruzando tais dados, percebemos a ocorrência de uma segregação racial entre negros e brancos, uma segregação espacial que revela o acesso desigual às infraestruturas urbanas.

Esse trabalho é parte de um macroprojeto, coordenado pela Professora Dra. Helena Rizzatti, denominado Rede de Pesquisadoras da América-Latina sobre a Urbanização Interseccionalizada (RELAUI). Nele, como objetivo principal, analisa-se a urbanização interseccionalizada em quatro regiões metropolitanas latinas: São

[1]Esse trabalho tem apoio do CNPq-Universal/2023 (Processo n° 403548/2023-3) e Fapemig-Universal/2024 (Processo n° APQ-02120-24).
[2] Graduanda em Geografia, NuGEA/UFJF, liviamatias.almeida@estudante.ufjf.br.
[3] Doutora em Geografia, NuGEA/UFJF, Professora do PPGeo/UFJF, helena.rizzatti@ufjf.br.

Paulo (Brasil), Cidade do México (México), Buenos Aires (Argentina) e Santiago (Chile).

A RMSP vive muitas transformações do espaço urbano, possuindo uma das cidades mais populosas do mundo, porém, isso ocorre de maneira desigual e segregadora. Um histórico hierarquizador (Garcia, 2006) da população colonizada (Quijano, 2000) como o racismo brasileiro, que apesar de se dizer silencioso e disfarçado, contribui para a reprodução e perpetuação das desigualdades no tecido urbano, com fortes indícios de segregação racial. Por isso, propomos entender a maneira que isso acontece e quem são os mais afetados considerando o acesso à infraestrutura de saneamento básico. A infraestrutura sanitária é um importante indicador qualidade de vida, a privação ao esgotamento sanitário adequado sinaliza uma precariedade na saúde da população afetada. Segundo a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico:

> Para que o Brasil consiga universalizar os serviços de esgotamento sanitário no Brasil, com base no horizonte de planejamento de 2035, o Atlas Esgoto aponta que são necessários investimentos na ordem de R$ 149,5 bilhões, dos quais R$ 101,9 bilhões precisam ser aplicados em coleta de esgotos, enquanto R$ 47,6 bilhões devem ser empregados no tratamento (ANA, 2024).

O recorte temporal dos anos de 2010 e 2022 foi escolhido por serem os últimos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi também uma forma de comparar anos mais recentes com o recenseamento anterior. Cabe salientar que o Censo de 2000 foi desconsiderado por não possuir as variáveis de raça que apoiassem nossas análises amostrais (Garcia, 2006), o que impediria que fizéssemos uma comparação com os anos 2010 e 2022. Isso demonstra uma atualização importante nos dados recolhidos pelo IBGE.

Na sequência, apresentamos as seguintes seções: caracterização da área de estudo, o referencial teórico, a metodologia – detalhando as variáveis e os métodos operados no QGis, e, por fim, os resultados e discussão dos mapeamentos realizados.

A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E A SEGREGAÇÃO RACIAL

A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 municípios divididos em 5 sub-regiões: Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste e Oeste. Ela possui cerca de 21 milhões de habitantes (IBGE, 2024a), o que corresponde a 47,54% da população do estado. Enquanto, a cidade-sede, São Paulo, concentra cerca de 11 milhões de pessoas (IBGE, 2024a). A população negra da capital, hoje, representa cerca de 5 milhões de pessoas (IBGE, 2024a), com um aumento de 800 mil pessoas em relação ao último recenseamento (IBGE, 2012). Ainda sobre a cidade-sede, 370 mil imóveis, onde residem cerca de 1,5 milhão de pessoas, não possuem ligação à rede geral de esgoto (Campos; Oliveira, 2022)[4].

A Grande São Paulo consolidou-se como um polo de relevância nacional na economia cafeeira, o que impulsionou seu desenvolvimento como sede financeira e atraiu uma expressiva leva de migrantes (Rolnik, 1997). Esse processo contribuiu para a 'italianização' da cidade, influenciando tanto a configuração territorial do município (Rolnik, 2007) quanto a formação socioespacial a nível nacional (Rizzatti; Motta, 2024). Como discute Rolnik,

> A explosão demográfica do período [duas últimas décadas do século XIX], fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só não explica a transformação da cidade: mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais (Rolnik, 1997, p. 28).

Esse grande fluxo de imigrantes decorreu, entre outros fatores, de duas leis que marcaram a formação socioespacial brasileira: a Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós) e a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras). A primeira delas proibia o tráfico de africanos escravizados para o país, influenciando diretamente a dinâmica da mão-de-obra. Essa medida, por sua vez, mobilizou oligarquia brasileira para sancionar a Lei de Terras, que permitiu, dentre outros elementos, a aquisição de terras exclusivamente por compra, não reconhecendo como propriedade grande parte das pequenas posses (roçados) formadas no decorrer da colonização (Gadelha, 1989).

[4] Cidade de SP tem quase 370 mil imóveis sem ligação com a rede de esgoto, sendo maioria na Zona Sul. G1, 03/06/2022. Acesso em 15 jul. 2025.

Além disso, o estímulo desses fluxos migratórios se deu através de narrativas de embranquecimento eurocentristas e sua compreensão única de modernidade (Quijano, 2000; Gonzalez, 2020). Assim, a população negra livre e recém-liberta não recebeu políticas públicas para impulsionar sua inserção no mercado de trabalho formal (Gonzalez, 2020), mantendo a desigualdade racial como uma componente estruturante da formação socioespacial brasileira (Rizzatti; Motta, 2024).

Um segundo período importante para compreender a permanência da segregação na RMSP foi entre a década de 1970 e 1980 quando, segundo Santos (2009), a região recebeu 4.448.995 milhões de habitantes, que se instalaram majoritariamente afastados das áreas centrais devido ao alto preço da terra, sendo cerca de 40% dessas ocupações em áreas periféricas. De acordo com o autor,

> Pobreza e periferização aparecem como dois termos e duas realidades interligadas. O nexo entre os dois é assegurado pelo processo especulativo, que aparece segundo diversas fisionomias, agrupando fatores diversos, conforme diversas modalidades (Santos, 2009, p. 57-58).

Santos continua o texto explicando que “na medida em que muita gente é obrigada a viver na periferia, os preços da terra sobem nas áreas mais próximas ao centro” (Santos, 2009, p. 58). Além disso, a população se espalhou nos arredores das linhas de transporte, confirmando que a expansão territorial e a especulação imobiliária se dão de forma combinada.

Apresentada a área de estudo, tratamos na sequência dos marcos teóricos que embasaram a análise.

MARCOS TEÓRICOS

Para tratar da segregação racial no meio urbano mobilizamos as ideias de Garcia (2006). A autora afirma que a metrópole moderna tende a hierarquizar racialmente a população e podemos enxergar tal fato a partir de alguns indicadores, como ocupação, presença de serviços de consumo coletivo, a qualidade desses serviços etc. Ela destaca que a coleta do lixo e o esgotamento sanitário, por exemplo, são “fundamentais para a saúde e o bem-estar da população” (Garcia, 2006, p. 312). Sublinhando que

> No Brasil, (...), a segregação não foi acompanhada de institucionalização ou de legalização, ela é mesmo negada pelo senso comum; mas a objetividade dos indicadores sociais e geográficos demonstra que ela está presente, (...). Assim o tabu brasileiro quanto às discussões da dimensão racial das desigualdades e especialmente da segregação racial permanece e desafia todos que estudam e vivem nesta Nação (Garcia, 2006, p. 320).

As ideias de Santos (2009) também corroboram para nossa argumentação, e se torna oportuno o conceito de *urbanização corporativa*, onde entendemos que os interesses das grandes empresas são os grandes modeladores das cidades. O autor explica que, dentro da lógica da chamada cidade corporativa, o planejamento urbano e os investimentos públicos não são pensados com neutralidade ou igualdade. Pelo contrário: a prioridade é sempre voltada aos setores que comandam a economia, sendo eles quem ditam as necessidades de infraestrutura, transporte, comunicação e serviços, porque o Estado acaba direcionando seus esforços para garantir que essas atividades se desenvolvam. Dessa forma, o que sobra para a maior parte da população é muito pouco dentro dos orçamentos públicos. Essa desigualdade na organização da cidade não é por acaso, mas de uma racionalidade capitalista bem definida, colocando o bem-estar da maioria em segundo plano. Dessa forma, prevalece a lógica do valor de troca ao valor de uso, fazendo com que grande parte da população seja impedida de direitos básicos e infraestruturas decentes, contribuindo para uma periferização.

Santos (2009) também mobiliza a ideia de periferias, afirmando que elas não estão apenas afastadas dos grandes centros, mas que podem estar dentro deles. Neste sentido, as periferias são locais desprovidos de atenção do poder público por conta da urbanização corporativa, tendo como consequência uma maior carência de infraestruturas. Ou seja, trata-se da acessibilidade precária à infraestrutura e serviços urbanos formais e de qualidade. O autor afirma que

> Um traço distintivo – real dessa vez – entre as cidades dos países desenvolvidos e as dos países subdesenvolvidos estaria na existência nestes de extensas periferias ocupadas por gente pobre, a qual, seja qual for sua localização na cidade, é geralmente desamparada pelo poder público, que, além de não lhe proporcionar os serviços essenciais, raramente lhe paga alocações de desemprego, quando este é o caso (Santos, 2009, p. 59).

Além disso, nessa mesma obra Milton Santos analisa o caso de São Paulo e traz algumas particularidades da área e que nos ajudam a compreender a dinâmica observada a partir dos mapas apresentados a frente. Segundo Santos (2009),

> Todavia, numa área tão extensa quanto a Região Metropolitana de São Paulo a contradição centro-periferia tem de ser manejada com cuidado, ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, o próprio município núcleo tem o seu centro e a sua periferia. Em segundo lugar, os municípios não-centrais repetem esse mesmo modelo, na medida em que dispõem de suas próprias burguesias e de uma segmentação socioprofissional que induz a uma segregação socioespacial e a uma valorização diferencial dos terrenos (Santos, 2009, p. 72-73).

Já Villaça (2004) traz uma crítica a respeito do *urbanismo sanitarista*, datado no período do Planejamento Urbano 'Higienista'[5], ocorrido no fim do século XIX ao início do século XX, que visava atender as necessidades das elites com os chamados 'planos de melhoramento e embelezamento'[6]. No entanto, esses planos não tinham como objetivo a organização da cidade como um todo, ou seja, não acessavam todos os lugares igualmente. Segundo o autor, "esse tipo de planejamento foi altamente ideológico, pois era amplamente utilizado para glorificar e ajudar a impor o Estado e a classe dirigente capitalistas, quando eram revolucionários" (Villaça, 2004, p. 192). Além disso, ele também argumenta que essa estratégia, disfarçada de embelezamento, se escondiam diversos interesses, como

> A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao "desfrute" das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional (Villaça, 2004, p. 193).

A crítica ao urbanismo sanitarista levanta uma reflexão sobre a atual situação do saneamento básico brasileiro que foi usado em muitos planos urbanistas, porém, não se encontra universalizado, assim como tende a ser o abastecimento de água.

[5] Fazemos uso das aspas nos termos de classificações dos momentos do planejamento urbano, pois não estamos de acordo com tais classificações, justamente pela intensa ausência de saneamento básico nas cidades brasileiras como buscamos demonstrar ao longo desse texto.
[6] Idem a nota anterior.

Portanto, questionamos se é possível falar de urbanismo sanitarista com o alto índice de inacessibilidade a essa infraestrutura em todo o país.

Para compreender essa urbanização brasileira partindo das desigualdades raciais, esta investigação apoia-se no conceito de *urbanização interseccionalizada* proposto por Rizzatti (2021). A autora afirma que para fazer a análise da cidade é necessário entender que existem elementos que reproduzem e perpetuam as desigualdades no espaço urbano. Essa proposta nos ajuda a compreender como se formou e como se configuram as cidades em conexão com diferenças de classe, raça e gênero. Segundo ela:

> Entender a interseccionalidade reproduzida por meio, também, do processo de urbanização é situar como as históricas desigualdades de gênero e raça foram articuladas com as desigualdades de classe social, sem hierarquizar para um lado ou para outro (Rizzatti, 2021, p. 2).

Rizzatti e Motta (2024) argumentam que a gênese da urbanização interseccionalizada no caso brasileiro está amplamente ligada à Lei de Terras (601/1850), citada anteriormente. A sanção dessa lei contribuiu para a concentração de terras nas mãos de uma população que já possuía renda o suficiente para comprá-las, ou seja, foi uma forma de manutenção dos privilégios da elite oligárquica. Além disso, Rizzatti e Motta também criticam a forma como se deu a abolição da escravização, não houve nenhuma preocupação com a inserção dos ex-escravizados na sociedade. Segundo as autoras,

> Além disso, a escravidão para a população negra foi abolida em 1888, sem a implementação de políticas públicas para a integração de ex-escravizados e negros livres ao mercado de trabalho. Isso constituiu a estrutura de pobreza do país, concentrada nas áreas urbanas, ou seja: concentração de terras e cidadania plena para poucos (Rizzatti; Motta, 2024, p. 61, tradução nossa[7]).

Fundamentadas nessas compreensões acerca da segregação racial, do dito urbanismo sanitarista e da urbanização interseccionalizada que desenvolveremos nossa análise. Antes disso, na sequência, apresentamos a metodologia.

[7] No original: *Además, hubo la abolición de la esclavitud de la población negra, em 1888, sin la implantación de políticas públicas para la inserción de los antiguos esclavizados, y negros/as libres, em el mercado de trabajo. Se constituye la estrutura de pobreza del país que se condensa em los espacios urbanos, entiéndase: concentración de las tierras y ciudadanía integral para pocos.*

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia se constituiu a partir da utilização dos dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e 2022 para a confecção de mapas no software QGis 3.34. A seleção e cruzamento dos dados nos possibilitaram construir informações a respeito da proporção de população negra com esgotamentos sanitários informais e proporção de população branca com esgotamentos sanitários formais.

O mapa de localização (Figura 1) foi feito a partir do *shapefile* das malhas territoriais municipais, arquivado no site do IBGE. O arquivo foi inserido no QGis com a malha municipal de todo o estado de São Paulo e, selecionados os municípios da Grande São Paulo, foi recortado para constar apenas as cidades que fazem parte da RMSP. Posteriormente, foram inseridos os rótulos com o nome de cada um.

As variáveis do Censo de 2010 foram obtidas nas planilhas Pessoa 3 e Domicílio 1, são elas: Pessoas Residentes (V001), Pessoas Residentes e cor ou raça preta (V003), Pessoas Residentes e cor ou raça parda (V005), Domicílios Particulares Permanentes (V002), Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar (V019), nas seguintes variáveis se repetem a nomenclatura anterior, mudando apenas o tipo de esgotamento: vala (V020); rio, lago ou mar (V021); outro escoadouro (V022).

As variáveis do Censo de 2022 foram obtidas nas tabelas Domicílio 1 e Domicílio 2, são elas: Domicílios Particulares Permanentes Ocupados (V0001), Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Destinação do esgoto do banheiro ou sanitário ou buraco para dejeções é rede geral ou pluvial, Cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é branca (V00341), e, se repete a nomenclatura anterior, mudando apenas o tipo de esgoto, fossa séptica (V00346). Ademais, todos os dados foram trabalhados a partir de setores censitários e classificados por ‘Intervalo Igual’.

Como o primeiro Censo, de 2010 (IBGE, 2012), não possuía as informações de raça e esgotamento unidas, elaboramos um primeiro mapa base de população negra por porcentagem. Inicialmente, somamos as variáveis de pessoas pretas e

pardas para formar uma só: a de pessoas negras, conforme a classificação do IBGE. Na sequência, calculamos a porcentagem com essa nova variável multiplicada por cem e dividida pelo número total de pessoas. Assim, sobrepomos o mapa com centroides, utilizando os dados do esgotamento sanitário informal. Esses também foram multiplicados por cem e divididos, dessa vez, pelo número total de domicílios particulares permanentes. No entanto, disponibilizamos apenas a proporção de 90 a 100% para que a visibilidade do que estivesse embaixo não fosse afetada. Optamos pelo uso dos centroides para uma melhor sobreposição de informações em um mapa, pois as hachuras (idealmente utilizadas) apresentariam uma visibilidade insatisfatória em detrimento do pequeno tamanho dos setores censitários da região.

Já no segundo Censo, de 2022 (IBGE, 2024a), essas variáveis já possuíam intersecção. Assim, fizemos a soma das variáveis de domicílios com acesso a esgotamentos formais e com responsável branco(a): V00341 e V00346; multiplicamos a variável final por cem; em seguida dividimos o valor pelo total de domicílios (V0001). Neste caso, não foi necessário utilizar os centroides, ao invés disso, utilizamos cinco classes para as porcentagens, organizadas de 0 a 100%, em ‘Intervalo Igual’.

Nota-se aqui que as variáveis utilizadas são diferentes para 2010 e para 2022, porém, as informações produzidas e analisadas nos ajudam a entender um mesmo problema: a proporção dos esgotamentos formais/informais e a distribuição racial da população na Grande São Paulo.

Abaixo sistematizamos todos os métodos utilizados para os mapeamentos dos dados por setor censitário (Tabela 1), incluindo o tema, a planilha utilizada, as variáveis escolhidas, as contas realizadas pela calculadora de campo, a classificação dos intervalos e a fonte dos dados. Vale destacar que a calculadora de campo é um passo de extrema importância nos mapeamentos, pois os dados das variáveis são disponibilizados de forma bruta e precisamos ‘manipulá-los’ para apresentar as informações desejadas, como as porcentagens.

Tabela 1 – Metodologias para a confecção dos mapas

Tema	Planilha	Variáveis	Calculadora	Classificação	Fonte
Proporção de pretos e pardos	Pessoa 03 (2010)	V001, V003 e V005	V003+V005 SOMA*100/V 001	Intervalo Igual (0 a 100%)	Censo IBGE 2010
Proporção de esgotamentos informais	Domicílio 1 (2010)	V002, V019, V020, V021 e V022.	V019, 20,21,22 *100/V002	Intervalo Igual (90 a 100%)	Censo IBGE 2010
Proporção de chefia de brancos com esgotamentos formais	Domicílio 1 e Domicílio 2 (2022)	V0001, V00341, V00346	V00341+V00 346*100/V00 01	Intervalo Igual (0 a 100%)	Censo IBGE 2022

Fonte: elaborado pelas próprias autoras.
Nota: os dados foram coletados do Censo do IBGE de 2010 e 2022.

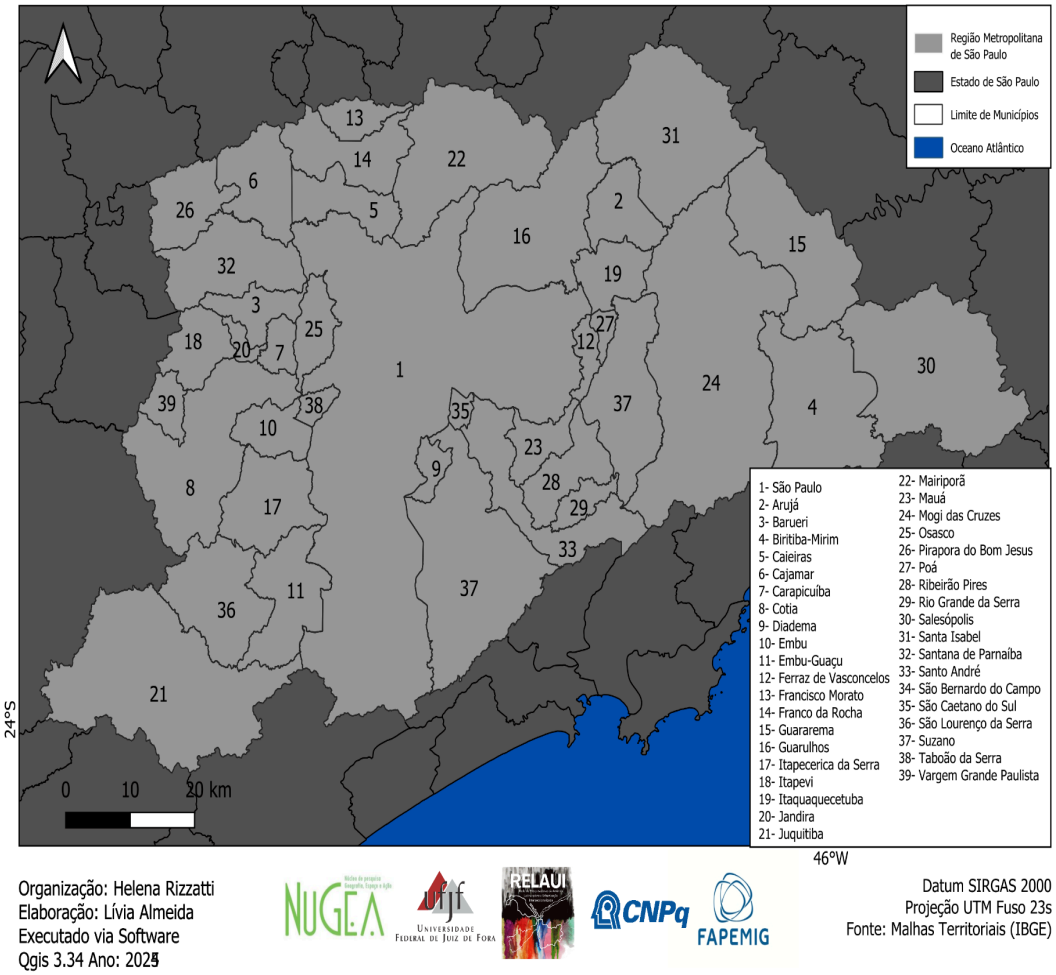
Somada a produção técnica dos mapas, foram realizadas: revisão bibliográfica, fichamentos e debates no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NUGEA) e RELAUI. As discussões e reflexões foram fundamentais para pensar a relação entre a produção das desigualdades socioespaciais que marcam as cidades brasileiras, com destaque para a RMSP.

Apresentada a metodologia utilizada, na sequência expomos e debatemos os resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abaixo apresentamos um mapa de localização da RMSP (Figura 1) para melhor identificação das cidades que serão citadas no decorrer do texto.

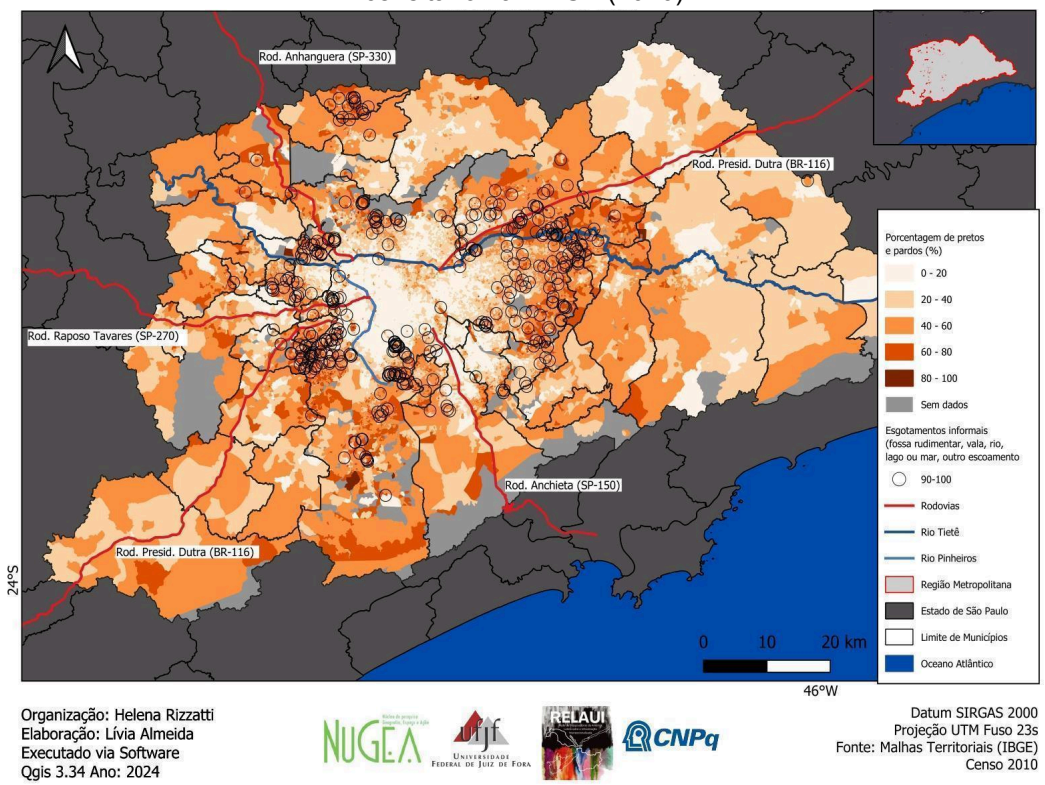
Figura 1 – Mapa de localização da Região Metropolitana de São Paulo (2025)



Fonte: elaborado pelas próprias autoras.
Nota: os dados foram coletados das Malhas Territoriais do IBGE (2024b).

Os principais resultados do trabalho, além de toda a compreensão teórica exposta anteriormente, foram a elaboração e análise dos dois mapas que serão apresentados a seguir. O primeiro mapa (Figura 2) será o da população negra com sobreposição de domicílios com esgotamentos informais, e o segundo (Figura 3) apresenta os domicílios chefiados por população branca que possuem esgotamentos formais.

Figura 2 – Mapa de proporção de esgotamentos informais e proporção de pretos e pardos por setor censitário na RMSP (2010)



Fonte: elaborado pelas próprias autoras.
Nota: os dados foram coletados do Censo de 2010.

Escolhemos alguns marcadores territoriais da RMSP para facilitar a exposição da análise, indicam-se as rodovias e corpos hídricos que fazem parte da dinâmica urbana e socioespacial. Dentre eles estão o Rio Tietê, o Rio Pinheiros, a Rodovia Anchieta (SP-150), a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), a Rodovia Raposo-Tavares (SP-270) e a Rodovia Anhanguera (SP-330).

Ao analisarmos os quantitativos de raça de 2010 (Figura 2), notamos que sua maior incidência se concentra nos arredores do município principal (São Paulo), com grande destaque para o eixo sul, e nas cidades limítrofes, como Guarulhos, Itapecerica da Serra e Santo André. Nessa área, a predominância da porcentagem é de 40 a 60% de população negra. Percebemos também que as menores porcentagens se concentram no centro expandido de São Paulo, e em algumas cidades à leste da RMSP, como Santa Isabel e Salesópolis.

Além disso, é perceptível que as ‘manchas alaranjadas’, ou seja, as classificações a partir de 40%, acompanham o trajeto das rodovias anteriormente

sinalizadas. É importante ressaltar que a classificação de 0 a 20% quase não aparece em outros municípios que não seja o principal. Alguns dos poucos exemplos de locais com essas características são: Santo André e São Caetano, no eixo sul, e Cotia, à oeste.

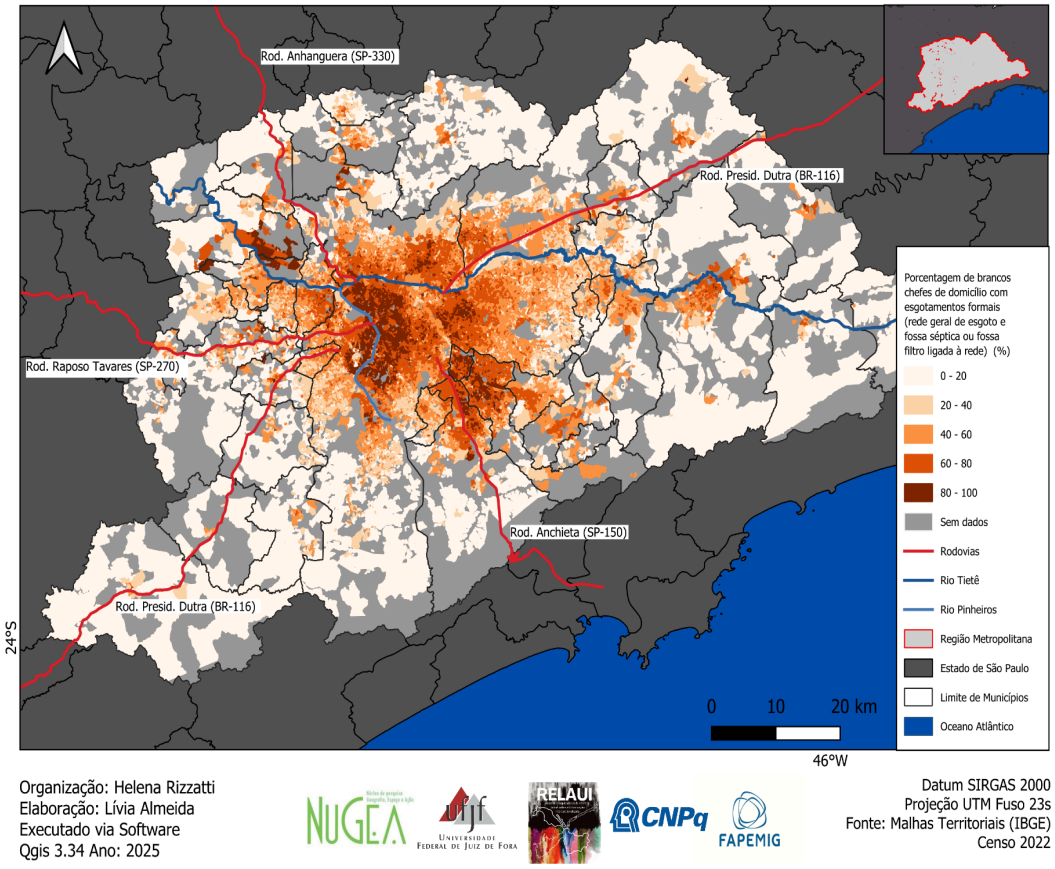
Nota-se também que essa ‘mancha alaranjada’ aparece no centro histórico de São Paulo, revelando uma progressiva ocupação de pessoas negras nessa área, visto que a população de alta renda não se encontra mais dominantemente nessa região, tensionando a compreensão clássica de centro-rico e periferia-pobre. Oliveira (2020), em um estudo sobre a cidade de São Paulo, elabora dois mapas mostrando a evolução da população negra nesta capital. Dessa forma, notamos que, em 1991, o quantitativo referente a essa área do centro era de 0 a 14%. Já em 2000, esse número passou a ser de 15,60 a 23,50%, ou seja, mostrando um aumento dessa população no centro histórico. Tal área, entretanto, não apresenta índices altos de esgotamento informal corroborando o entendimento de que o denominado ‘urbanismo sanitarista’ ocorreu de maneira seletiva, podendo-se questionar a real validade de tal denominação (Villaça, 2024).

Quando analisamos os esgotamentos informais, de 90 a 100% em sua representação, notamos uma concentração também próximo aos limites da capital, nos mesmos municípios vizinhos (Guarulhos, Itapecerica da Serra e Santo André) e em Francisco Morato, localizado no extremo norte da RMSP.

Observa-se que existem municípios onde essa classificação de 90 a 100% dos esgotamentos informais não aparece, correspondendo a mais da metade da região. Isso não significa que esses esgotamentos informais não existam em outros lugares, mas que podem ocorrer em concentrações inferiores a 90%.

Além disso, percebemos que há uma significativa aglomeração dos esgotamentos informais nas proximidades das rodovias demarcadas, acompanhada de uma relevante concentração de população negra. Dito isso, retomamos a consideração de Santos (2009) sobre a população menos favorecida estabelecer morada acompanhando as linhas de transporte, e ainda percebemos que grande parte dessa população é negra, com pouquíssimo acesso ao esgotamento formal.

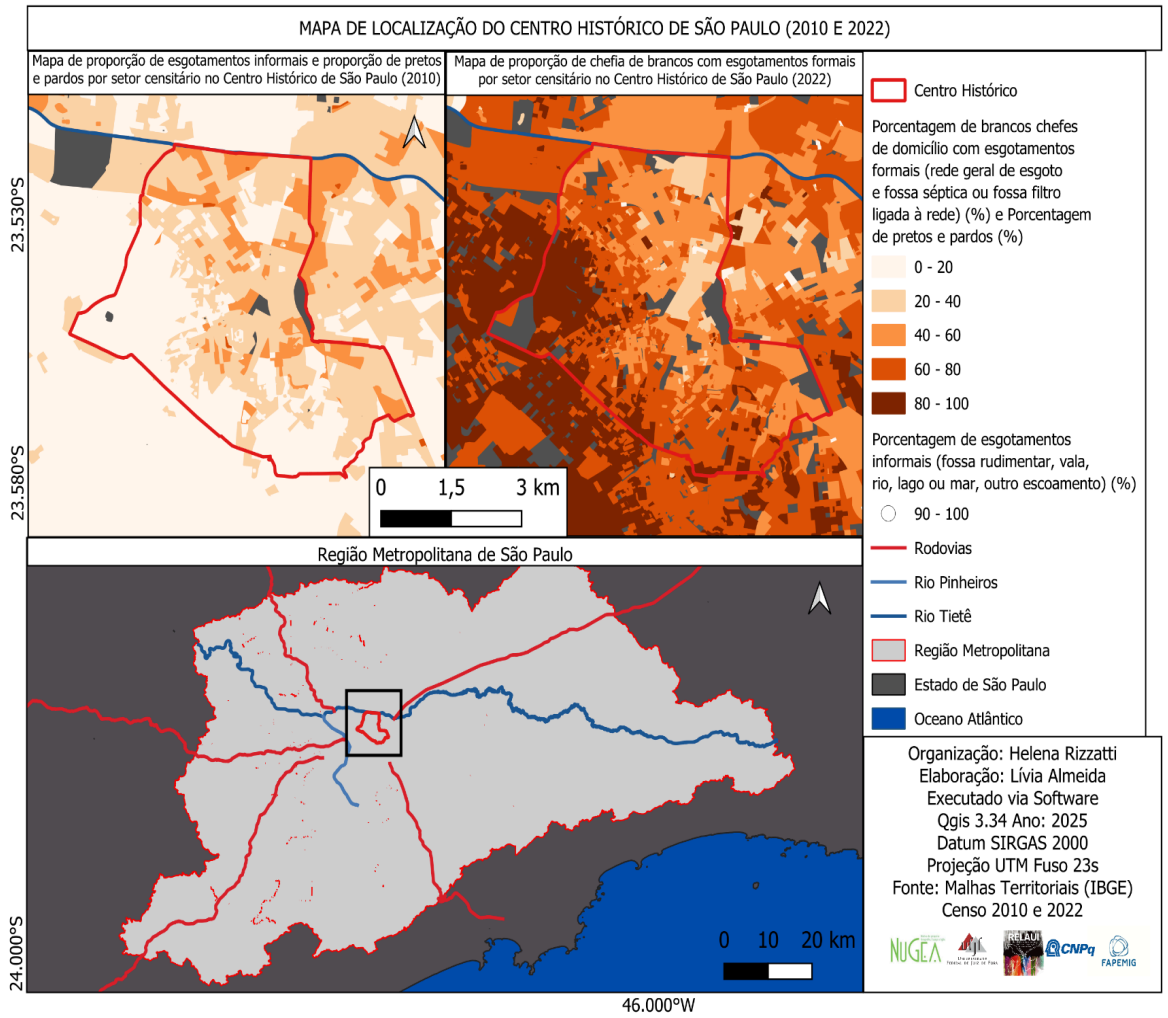
Figura 3 – Mapa de proporção de chefia de brancos com esgotamentos formais por setor censitário na RMSP (2022)



Fonte: elaborado pelas próprias autoras.
Nota: os dados foram coletados do Censo de 2022.

Ao analisar o segundo mapeamento de domicílios com chefia branca e acesso a esgotamentos formais (Figura 3), percebemos que a classe mais abrangente na RMSP é a de 0 a 20%, porém essa classificação se encontra nos municípios mais afastados da capital, como Juquitiba, Salesópolis, Pirapora do Bom Jesus e Santa Isabel, também no eixo sul de São Paulo. Ao analisar as maiores porcentagens de chefes brancos com esgotamentos formais (60-80 e 80-100), destaca-se as áreas do centro expandido de São Paulo e de alguns municípios próximos, como São Caetano do Sul, Suzano, Mauá e Santana de Parnaíba.

Figura 4 – Mapa de localização do Centro Histórico de São Paulo (2010 e 2022)



Fonte: elaborado pelas próprias autoras.
Nota: os dados foram coletados do Censo de 2010 e 2022.

Além disso, o centro histórico da capital, apontado no mapa acima para os dois anos do Censo que utilizamos (Figura 4), também possui as maiores concentrações de chefia branca com esgotamento formal. O fato desta localidade ter sido o 'berço' da cidade, um local que já passou por uma estruturação, porém foi 'abandonado' e deixado à 'deterioração' pelas elites locais migraram para os novos centros (Villaça, 2004), essa pode ser uma possível explicação.

As porcentagens de 40-60 e 60-80 também chamam atenção no mapa (Figura 4), principalmente no município de São Paulo, com exceção da Zona Sul, e em alguns municípios das sub-regiões Oeste e Sudoeste da RMSP, margeando o rio Pinheiros, regiões nas quais há grande concentração de renda domiciliar.

Segundo Sombini (2022), Rolnik em uma entrevista para a Folha de S. Paulo comenta sobre essa migração das pessoas de menores renda na capital paulista e diz que

> A classe operária das várzeas se instala em pensões, cortiços, casas minúsculas de alta densidade entremeadas com a paisagem das fábricas, enquanto há o paradigma dos casarões ajardinados, cujo modelo primeiro são os Campos Elíseos, depois há a migração para Higienópolis, avenida Paulista, Jardins e, em seguida, na direção da marginal Pinheiros e da zona sul.

De acordo com Sombini (2022), para a Folha de S. Paulo, Rolnik, nessa mesma entrevista continua afirmando que o centro de São Paulo deve ser reconhecido como um centro negro:

> A primeira grande simplificação: São Paulo não pode ser entendida por meio do binômio centro/periferia, que não corresponde à territorialidade política da cidade. Esse binômio esconde o território popular que existe no centro. Aliás, esconder o território popular do centro é ótimo para uma frente de expansão imobiliária que quer eliminá-lo. O centro é um dos territórios negros e populares de São Paulo, e existe uma luta histórica pela permanência em bairros como Bixiga, Sé, República, Glicério.

Outra consideração é que as concentrações populacionais destacadas nas classificações acima, acompanham o traçado das rodovias e dos rios, reafirmando que a urbanização acompanha esses fluxos. Um ponto importante a ser observado é a quantidade de setores censitários sem dados, representados em cinza claro, em quase todos os municípios da RMSP. Uma das possíveis explicações para isso é uma eventual mudança na composição dos setores censitários do IBGE, com a exclusão de determinadas áreas que deixaram de ser consideradas setores, como as de proteção ambiental ou de grandes porções de mata, por não apresentarem domicílios a serem recenseados.

Percebemos na configuração dos mapas acima que o argumento de Santos (2009) sobre os municípios da Região terem seus próprios centros e periferias se confirma. As classificações nos mostram que, em cada um desses municípios, temos áreas menos favorecidas que outras em questão de infraestrutura. Isso nos mostra que apesar de ser uma região metropolitana, essas cidades possuem suas próprias configurações internas, ou seja, seus processos de urbanização

específicos. Estes não nos parecem ocorrer numa lógica diferente da urbanização interseccionalizada, porém sempre há especificidades de cada município, por isso, nos ateremos a uma análise da região metropolitana e sua capital, e não de municípios específicos, o que careceria um estudo detalhado de cada um.

Ao compararmos os dois mapas, percebemos que eles são contraste um do outro. Enquanto o primeiro, mostrando a informalidade do esgoto com a população negra, tem sua incidência principalmente nas áreas mais afastadas do centro expandido de São Paulo, o segundo, que representa a formalidade do esgotamento de pessoas brancas, nos apresenta uma abrangência localizada nas áreas de alta renda, no centro expandido e no centro histórico do município sede, São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do processo de urbanização desde uma perspectiva interseccional nos permite analisar com melhor clareza as desigualdades constituídas ao longo do processo de urbanização e, a partir dele, tivemos algumas conclusões a respeito da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao perceber que as maiores porcentagens de informalidade de esgotamentos por população negra estão nos arredores da capital e nos municípios que a cercam, e que as de formalidade por domicílios com chefia branca estão em maioria justamente nos lugares contrários das anteriores, notamos um padrão. Podemos afirmar que a população negra é a mais afetada pela ausência ou intensa precariedade de infraestrutura urbana, mostrando que as populações negras e brancas são atendidas de formas distintas pelo Estado.

A falta de acesso ou o acesso de baixa qualidade prejudica o cotidiano dessa população que também está nos estratos econômicos inferiores, deixando-os mais vulneráveis à problemas de saúde. O contato com o esgoto sem tratamento pode causar diversas doenças devido à presença de bactérias na água não-tratada e ocasionar a disseminação de doenças por pragas urbanas. Também entendemos que o deslocamento da população de rendas mais altas, majoritariamente brancas, para novas áreas, com destaque para os condomínios distantes, leva ao enegrecimento desses locais.

A partir disso, notamos que a segregação racial se reproduz no espaço urbano por meio de uma (não) acessibilidade a elementos básicos da vida urbana

ainda distantes de se universalizar, o que, novamente, nos faz questionar se realmente ocorreu um urbanismo sanitarista no país. Retomamos Santos (2009) com o conceito de urbanização corporativa, já que o motivo dessa infraestrutura não se universalizar se deve, em grande medida, do maior atendimento, por parte do Estado, aos interesses de grandes corporações que vêm sendo priorizadas em relação ao bem-estar da população.

Volta-se também às ideias de Villaça (2004) mostrando que o "Urbanismo Sanitarista"[8] não cumpriu a sua promessa em todo o espaço urbano, priorizando apenas as populações de alta renda e os lugares mais próximos do centro em que elas residiam naquele período, e refletindo hoje em uma cidade que segue desigual, reproduzindo a urbanização interseccionalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **Panorama do saneamento no Brasil**. Brasília: ANA, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/saneamento-basico-no-brasil/panorama-do-saneamento-no-brasil-1. Acesso em: 26 ago. 2025.

CAMPOS, Ana Paula; OLIVEIRA, Abrahão. **Cidade de SP tem quase 370 mil imóveis sem ligação com a rede de esgoto, sendo maioria na Zona Sul**. G1, São Paulo, 3 jun. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/03/cidade-de-sp-tem-quase-370-mil-imoveis-sem-ligacao-com-a-rede-de-esgoto-sendo-maioria-na-zona-sul.ghtml. Acesso em: 26 ago. 2025.

GADELHA, R. **A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do Século XI**. Revista de História, São Paulo, n. 120, p. 153-162, 1989. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599. Acesso em: 27 ago. 2025.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GONZALEZ, L. **A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica**. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

[8] Fazemos uso das aspas nos termos de classificações dos momentos do planejamento urbano, pois não estamos de acordo com tais classificações, justamente pela intensa ausência de saneamento básico nas cidades brasileiras como buscamos demonstrar ao longo desse texto.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html. Acesso em: 03 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html. Acesso em: 03 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-terriToriais.html. Acesso em: 26 ago. 25.

OLIVEIRA, R. J. de; OLIVEIRA, R. M. de S. **São Paulo cidade negra no século XXI**. Revista da ABPN, v. 12, n. 34, p. 489-515, set./nov. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.34.p489-515. Acesso em: 28 ago 25.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. *In*: La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO: UNESCO, 2000. p. 201-246.

RIZZATTI, H.; MOTTA, D. **Una propuesta de análisis de la urbanización interseccionalizada en Brasil y algunas notas sobre Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 15, n. 2, p. 4971, 2024. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/23042. Acesso em: 27 ago. 25.

RIZZATTI, H. **Urbanização Interseccionalizada: Uma Análise a Partir da Cidade de Ribeirão Preto/SP**. *In*: XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 14., [*S. l.*], 2021. Anais eletrônicos [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78355. Acesso em: 27 ago. 2025.

ROLNIK, R**. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. *In*: SANTOS, R. E. dos. (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SOMBINI, Eduardo. **Crises escancaram desigualdade planejada de São Paulo, afirma Raquel Rolnik**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 jan. 2022. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/crises-escancaram-desigualdade-planejada-de-sao-paulo-afirma-raquel-rolnik.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmail. Acesso em: 27 ago. 25.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. *In*: DEÁK, C. SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

USOS NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO DE COLETIVOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: AMÉFRICA LADINA E TERRITÓRIO USADO

Thiago Andrade Gonçalves[9], Vithoria Sampaio Romão[10]

RESUMO
Este trabalho objetiva analisar os usos não hegemônicos do território pelos sujeitos organizados em coletivos culturais nas periferias do município de São Paulo, em especial o Coletivo Cultural Sarau do Binho na zona sul de São Paulo e o Coletivo Cultural Love CT na zona leste de São Paulo, a partir da mobilização conjunta das contribuições teórico-metodológicas de Lélia Gonzalez, sobretudo a categoria "Améfrica Ladina", e Milton Santos com a categoria de "Território Usado". O trabalho adota como metodologia o levantamento bibliográfico e documental da formação e dos usos do território nos coletivos culturais Sarau do Binho e Love CT, bem como a observação participante, utilizada de modo sistemático na coleta de dados e registro em diário de campo. Tem-se como resultado que as experiências analisadas estão imersas em um conjunto de contradições e cooperações compartilhadas entre muitos territórios periféricos da Améfrica Ladina.

Palavras-Chave: Coletivos Culturais; Periferia; São Paulo; Améfrica Ladina; Território Usado.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho mobilizamos a categoria "Améfrica Ladina" da intelectual e ativista brasileira Lélia Gonzalez em diálogo direto com a categoria "Território Usado" do geógrafo e intelectual brasileiro Milton Santos.

A categoria Améfrica Ladina de Lélia Gonzalez é uma proposta político-cultural com conteúdos históricos, culturais e espaciais pautados em uma dinâmica cultural que conforma uma unidade espacial específica que ultrapassa barreiras nacionais, linguísticas e ideológicas ao referenciar-se em processos de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de viver o espaço geográfico que tem como ponto em comum a experiência afrodiaspórica vivida no referido continente, permitindo construir um entendimento mais profundo de toda a América.

[9] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduado em geografia no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC-UNIFESP). E-mail: t219106@dac.unicamp.br.
[10] Professora de geografia da rede municipal de São Paulo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em geografia no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC-UNIFESP). E-mail: v225014@dac.unicamp.br.

O valor metodológico da categoria, segundo a autora, está no fato de permitir o resgate de uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. “Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (Gonzalez, 1988, p. 77) e que se aproxima dos conteúdos da categoria de Território Usado do geógrafo brasileiro Milton Santos na medida em que a dinâmica cultural de resistências no cotidiano e as formas de organização social livres tem no espaço um dos seus pilares constitutivos, o que caracteriza o uso do território ou o Território Usado entendido por Milton Santos como sinônimo de espaço geográfico. Para o autor, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 2005, p. 137). Ou seja, é o uso que interessa para a análise.

Assim, a hipótese que perseguimos no presente trabalho é de que as contribuições teórico-metodológicas desses dois intelectuais brasileiros, sobretudo a categoria Améfrica Ladina em Lélia Gonzalez e a categoria de Território Usado em Milton Santos, quando mobilizados conjuntamente, são amplificados e potencializados no que tange a compreensão da formação brasileira e da América Latina, num movimento que se relaciona mutuamente, articulando os pensamentos e formas de ver o território brasileiro em relação interescalar com os territórios vizinhos desde experiências não hegemônicas de uso do território que engendram concepções político-culturais, teóricas e epistemológicas críticas.

Acreditamos que essas experiências não hegemônicas de uso do território são manifestadas em movimentos sociais e organizações populares que realizam práticas orientadas por concepções político-culturais, teóricas e epistemológicas críticas que problematizam a racionalidade hegemônica do capitalismo. Além disso, acreditamos que os usos não hegemônicos do território também se dão em coletivos culturais das periferias de São Paulo, através dos sujeitos que constituem esses coletivos.

Este trabalho objetiva analisar os usos não hegemônicos do território de dois coletivos culturais de periferia no município de São Paulo, o Coletivo Cultural Sarau do Binho na zona sul de São Paulo e o Coletivo Cultural Love CT na zona leste de São Paulo, através da categoria Améfrica Ladina (Gonzalez, 1988) e da categoria

Território Usado (Santos, 2005), entendendo os projetos, concepções político-culturais, teóricas e epistemológicas críticas desses coletivos que caracterizam seus usos do território. Em específico, pretendemos nos atentar com maior ênfase nas seguintes experiências não hegemônicas: a "*Expedición* Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina" realizada pelo Sarau do Binho e a formação do "Sarau da Love" do projeto social "*Love CT Skateboarding*: Inclusão e Resgate".

AMÉFRICA LADINA E TERRITÓRIO USADO

A categoria político-cultural "Améfrica Ladina" refere-se a uma construção teórico-metodológica sobre o continente americano e tem como referencial a não fragmentação por divisões nacionais e administrativas, e a dinâmica cultural afrocentrada e diaspórica. Logo, se constitui como "um esforço em refletir sobre as formas de dominação e resistência da região, escapando das fronteiras hemisféricas, linguísticas e nacionais" (Rios; Lima, 2020, p. 11).

Lélia Gonzalez assume a nomenclatura Améfrica Ladina em detrimento de América Latina por não considerá-la uma criação com raízes exclusivamente europeias, brancas e ocidentais, pelo contrário, somos muito mais ameríndios e amefricanos. Ao se colocar como metodologia de análise que pressupõe a africanização do continente, isto é, reconhece a contribuição de pessoas pertencentes a sociedades africanas em diáspora à construção cultural, econômica e política, a leitura se opõe às formulações de dominação e superioridade eurocêntricas.

> Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Gonzalez, 2020, p. 135).

Neste sentido, a categoria possui fortes conteúdos políticos ao assumir que a exaltação à mestiçagem e integração e a fundação do mito da democracia racial[11]

[11] A democracia racial é uma ideia e ideologia cunhada pelos chamados intérpretes do Brasil que negam a existência do racismo e da discriminação racial na sociedade brasileira uma vez que a diferenciação e hierarquização da sociedade, baseada nas relações raciais, não se efetiva, sendo o povo brasileiro formado por uma unicidade de raça que é necessariamente mestiça. Para Lélia

são expressões do racismo que dispensam as formas mais explícitas de segregação. A estratificação social, imposta desde a colonização por países da Península Ibérica, criou ideologias de classificação social bastante detalhadas e categorizadas que articulam relações raciais e sexuais de modo que o racismo não se expressa de maneira aberta, mas disfarçada, o que Gonzalez chamou de racismo por denegação[12].

O valor da categoria Améfrica Ladina, de acordo com a autora, está em:

> permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etnográfico de referência é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirada em modelos africanos (Gonzalez, 2020, p. 135).

O sistema etnogeográfico ao qual nos referimos é fruto da dinâmica cultural marcada por processos de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de viver o espaço geográfico ao longo do tempo. Além das formas de organização social livres como as revoltas e quilombos, a autora ressalta a importância das lutas realizadas no cotidiano e na escala do lugar nas quais as mulheres negras têm grande protagonismo.

No Brasil, a figura da “mãe preta” exerce a função de maternar que transmite a cultura brasileira recheada de valores africanos por meio da linguagem, produzindo uma identidade étnica que, embora frequentemente ocultada por ideologias político-culturais eurocêntricas, é compartilhada entre negros e brancos o que torna todos os brasileiros, ladino-amefricanos (Gonzalez, 2020, p. 151).

Lélia Gonzalez relata que há figuras semelhantes à “mãe preta” nos países do Caribe e, em especial, na Jamaica: a Nanny, a qual é considerada pela

---

Gonzalez a democracia racial não existe efetivamente, sendo portanto, um mito de formação. Para a autora, a democracia racial é sintoma da neurose cultural e do racismo específico da formação brasileira, sendo assim, é parte de uma ideologia eurocêntrica que precisa ser superada de modo que possibilite o combate ao racismo e o efetivo exercício da democracia no Brasil.

[12] A categoria de denegação foi cunhada pelo psicanalista Sigmund Freud para explicar o “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Gonzalez, 2020, p. 151). O uso da categoria por Gonzalez tem como referência as elaborações de Frantz Fanon e Aimé Césaire quanto aos processos de manutenção da alienação e subalternização de populações colonizadas e interiorização da superioridade branca e eurocêntrica. Um dos grandes valores do uso da categoria psicanalítica pela autora está em utilizá-la para analisar o aspecto cultural da dominação não só no plano individual, mas da sociedade brasileira como um todo.

intelectual como pilar da amefricanidade. Nanny é uma ancestralidade mítica originária com poderes sobrenaturais da qual descendem todos os maroons de Moore Town[13]. Nanny os protege e assegura a continuidade da comunidade, inclusive no desenvolvimento de táticas de sobrevivência perante o inimigo a partir de sua perspicácia feminina e anticolonialista.

Neste sentido, o continente não é tal qual as ideologias de superioridade eurocêntrica pregam, a africanização não só é verídica mas irreversível, de modo que a Améfrica Ladina é realidade e, como afirma Gonzalez, “muito mais ameríndia-amefricana do que qualquer outra coisa” (Gonzalez, 2020, p. 152). A africanização se coloca como um processo de transmissão cultural de linguagens, valores e modos de viver pelos ancestrais às futuras gerações que ocorre por e a partir do território em que se originam e em que se assentam no contemporâneo.

A Améfrica Ladina, ao se colocar como categoria histórica-cultural que centraliza a dinâmica cultural em um espaço específico e determinado que é o continente, ressalta a importância do espaço para a compreensão dos fenômenos históricos e culturais bem como tem contribuições metodológicas para compreender os modos de uso do território em questão por populações com diferentes cosmologias contra-hegemônicas. Sendo assim, caminhamos agora para debater mais detalhadamente a categoria “Território Usado”.

A definição de espaço geográfico que é o conteúdo da Geografia, o seu objeto de estudo, foi trabalhada notavelmente pelo geógrafo Milton Santos em suas obras e representa um avanço epistemológico significativo na ciência geográfica. Segundo ele, o “espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social” (Santos, 2004, p. 151) e deve ser considerado como “espaço banal”, o espaço comum a todos, comum a todas as pessoas, firmas e instituições, e sinônimo de “território usado” (Santos, 2002).

Mas por quê “território usado” e não somente “território”? Há na Geografia um debate intenso e de longa data sobre as definições de “território” que cabem ser mencionados aqui, ao menos os debates que vêm desde o século XX. Nesse

[13] Moore Town é um assentamento rural localizado nas Blue Mountains na Jamaica que é formado por descendentes dos maroons, escravizados que foram espoliados por traficantes espanhóis no início do século XVII para trabalhar nas lavouras e plantações da ilha e que, em processos de revoltas, fugas e estratégias, estabeleceram assentamentos no leste da ilha (Gonzalez, 2020, p. 154).

sentido, convém mencionar o entendimento do geógrafo francês Jean Gottmann (2012). Para o autor, o território pode ser definido como:

> Uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política (Gottmann, 2012, p. 523).

Assim, no entendimento do autor, “território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos” (Gottmann, 2012, p. 526). Já Milton Santos e a geógrafa María Laura Silveira entendem que o território é um nome político para o espaço de um país (Santos; Silveira, 2021, p. 27).

Contudo, Milton Santos considera que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 2005, p. 137). Ou seja, é o uso que nos interessa para a análise. Uma questão que surge é: como esses usos se dão?

Gottmann (2012) diz que “os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político” (Gottmann, 2012, p. 523). Assim, como acredita o autor, o “território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (Gottmann, 2012, p. 523).

Santos, ao entender o território como extensão apropriada e usada, avança na análise feita por Gottmann (2012) no sentido de compreender que a apropriação e o uso se dão através da ação humana com intencionalidade.

Santos e Silveira (2021) defendem que ao definir qualquer pedaço do território devemos “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (Santos; Silveira, 2021, p. 257). Isso se relaciona a inseparabilidade entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações que Milton Santos defende em sua ontologia do espaço geográfico.

Desse modo, Santos e Silveira (2021) nos contam que:

> O uso do território pode ser definido não só pela implantação de infraestruturas (...), mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (Idem, p. 29).

Entende-se a categoria "território usado" (Santos, 2002) e "uso do território" (Santos; Silveira 2021) como categoria mista para compreender o "processo solidário e contraditório entre as existências técnicas e normativas, herdadas de um passado remoto ou recente, e as possibilidades do nosso período" (Silveira, 2014, p. 17-18). Para a geógrafa María Laura Silveira,

> como os objetos e as normas vêm do passado, cabe utilizar um particípio passado, isto é, território usado. Como as ações atualizam o que preexiste, o gerúndio composto é de rigor: território sendo usado. Mas, além disso, a ação contém, em sua intencionalidade, uma ideia de futuro e o território se torna um híbrido de passado, presente e futuro, de materialidade, ação e intencionalidade (Idem)[14].

Nesse sentido, o "território usado" carrega em si, com objetos e ações, trabalho e política, materialidade e intencionalidade, uma concepção de nação em determinada "Formação Sócio-Econômica e Espacial" (Santos, 2004), vista por meio dos usos do território e concepções ideológicas em torno dos usos que os orientam, sejam em experiências hegemônicas, sejam em experiências não hegemônicas.

É com esse entendimento sobre a categoria "território usado" (Santos, 2002) e "uso do território" (Santos; Silveira 2021) que traçamos um diálogo com a categoria "Améfrica Ladina" de Lélia Gonzalez, ressaltando a importância de se considerar o espaço geográfico como uma instância de análise da nossa "Formação Sócio-Econômica e Espacial" (Santos, 2004), inclusive na análise de sua dinâmica cultural quanto a construção de um sistema etnogeográfico referenciado em

[14] Tradução dos autores. No original le-se: "La categoría mixta que aquí discutimos parece apta, entonces, para comprender el proceso solidario y contradictorio entre las existencias técnicas y normativas, heredadas de un pasado remoto o reciente, y las posibilidades de nuestro período. Como los objetos y las normas vienen del pasado, cabe utilizar un participio pasado, es decir, territorio usado. Como las acciones actualizan lo que preexiste, el gerundio compuesto es de rigor: territorio siendo usado. Pero, además, la acción contiene, en su intencionalidad, una idea de futuro y el territorio se vuelve un híbrido de pasado, presente y futuro, de materialidad, acción e intencionalidad" (Silveira, 2014, p. 17-18).

sociedades africanas e aplicado aqui a partir de processos de adaptação, resistência, reinterpretação, criação de modos de viver e usar o território, de maneira afrocentrada e afrodiaspórica.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho adota como métodos o levantamento bibliográfico e documental da formação e dos usos do território nos coletivos culturais Sarau do Binho e Love CT. O trabalho é um esforço de diálogo e aproximação não só entre os referenciais teóricos, mas principalmente entre os sujeitos da pesquisa.

Adota-se também como metodologia a observação participante, que não é a simples observação como nos conta Zina O'Leary. Para a autora, é "importante reconhecer a observação como método sistemático de coleta de dados que se vale da capacidade do pesquisador de reunir dados através de seus sentidos" (O'Leary, 2019, p. 327), e permite estudar o que as pessoas fazem de fato, e não apenas o que elas dizem fazer; visitar o lugar e ver tudo o que lá acontece, coletar tanto dados qualitativos aprofundados quanto dados quantificáveis padronizados, coletar dados não verbais e verbais.

A observação participante supõe, segundo a socióloga Licia Valladares, a interação pesquisador/pesquisado. “As informações que se obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado” (Valladares, 2007, p. 154) cotidianamente no lugar. Por isso, uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa, como defende a autora. Uma autoanálise do pesquisador faz-se imprescindível pelo seu envolvimento na pesquisa e pela acurácia de seu olhar nas interpretações sobre a realidade observada, já que nossa compreensão é limitada por aquilo que conseguimos perceber por meio de nossos sentidos. Assim, para Zina O'Leary, com essa metodologia não é possível apenas observar o objeto de sua observação, mas a si mesmo também.

Para isso, é necessário tomar nota do que se observa, mas também do que se experimenta. “Isso é essencial para refletir sobre seus processos de observação ao iniciar a coleta de dados” (O'Leary, 2019, p. 331). O registro do que se observa é igualmente imprescindível. A observação como método sistemático de coleta de

dados requer planejamento e desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. Mediante notas e manutenção do diário de campo, o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente" (Valladares, 2007, p. 154).

Nessa rotina de trabalho em pesquisas no urbano é preciso levar em consideração a importância do pesquisador adquirir um "olhar de perto e de dentro" conforme proposto pelo antropólogo brasileiro José Guilherme Cantor Magnani, que consiste em apreender os padrões de comportamento a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se "avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc" (Magnani, 2002, p. 18). Permitindo captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números. Para captar a dinâmica urbana é preciso, segundo Magnani, situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada indivíduo e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido. Ou seja, "nem no nível das grandes estruturas econômicas, institucionais etc; nem no das escolhas individuais: há planos intermediários onde se pode distinguir a presença de padrões" (Magnani, 2002, p. 20), importantes para as análises que almejamos neste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A rotina de trabalho com a observação participante dos usos não hegemônicos do território do Sarau do Binho e do Love CT, com a observação sistemática para coleta de dados, manutenção do registro em diário de campo e a realização do levantamento bibliográfico e documental de materiais, documentos, fotografias, vídeos e registros dos coletivos culturais em livros, sites, redes sociais e no diálogo com os sujeitos envolvidos nos ajudou na compreensão das relações entre Améfrica Ladina e Território Usado nas periferias do município de São Paulo, sobretudo no entendimento dos usos não hegemônicos do território dos coletivos culturais em diálogo com os territórios vizinhos latinoamericanos.

Exemplo disso são as experiências “*Expedición* Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina” realizada pelo Sarau do Binho e a formação do “Sarau da Love” do projeto social “*Love CT Skateboarding*: Inclusão e Resgate".

O Coletivo Cultural Sarau do Binho teve início em “1993 de forma dispersa, mas em 2004 passou a ser sistematizado, com a prática do sarau semanalmente” (Duarte, 2016) no distrito do Campo Limpo, zona sul de São Paulo, e até hoje promove a articulação e o intercâmbio de informações relacionadas às várias manifestações culturais do Campo Limpo. É um encontro que reúne pessoas ligadas a várias linguagens culturais, como poetas, artistas plásticos, músicos, cineastas, fotógrafos, atores, entre outros. Os encontros acontecem periodicamente no Espaço Clariô de Teatro, na Praça do Campo Limpo, em unidades do Serviço Social do Comércio (SESC) e escolas públicas municipais e estaduais do bairro. Os realizadores do Sarau do Binho também são parte dos idealizadores e organizadores de uma feira literária, a Feira Literária da Zona Sul - FELIZS (Gonçalves, 2024).

Entre os anos de 2007 e 2008, fruto de ideias cultivadas nos encontros do Sarau, os sujeitos do Sarau do Binho organizaram a “Expedición Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina” com o “objetivo de promover o intercâmbio cultural entre os artistas caminhantes e as populações de cada cidade visitada” (Expedición Donde Miras, 2007). Para que isso fosse possível, os artistas do Sarau do Binho realizaram diversas ações para a arrecadação de recursos, além da busca de apoios, parcerias e contribuições, como: o apoio e acolhimento nas cidades por onde passaram, doações materiais de equipamentos, alimentos e dinheiro para manutenção da expedição.

A caminhada foi realizada por um grupo de cerca de 30 pessoas, composto por atores, cineastas, artistas plásticos, músicos, dançarinos, produtores culturais, poetas, educadores e fotógrafos, comprometidos ativamente com a produção e difusão cultural na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias (Figura 1). Sem cunho partidário e/ou religioso, o grupo caminhou, na primeira fase da expedição por aproximadamente 30 dias, percorrendo treze municípios do estado de São Paulo, a saber: Taboão da Serra, Embu, Itapecerica da Serra, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Miracatú, Juquiá, Sete Barras, Eldorado, Iporanga, Apiaí, Itaoca

e Ribeira e cinco municípios do estado do Paraná: Adrianópolis, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Curitiba.

Figura 1. Logo da Expedición Donde Miras do Sarau do Binho



Fonte: Expedición Donde Miras (2007).

Nessa empreitada de troca e manifestações artísticas, os caminhantes observaram, conheceram e pesquisaram as diversas atividades culturais de cada um dos lugares visitados (Veja Figura 2) que incluíram comunidades quilombolas, aldeias indígenas, populações ribeirinhas e assentamentos situados no caminho entre os municípios abrangidos pela expedição. Isso se realizou principalmente através de encontros culturais organizados na forma de saraus onde aconteceram exibições de filmes, apresentações de música, dança e teatro, performances, exposições, recitais de poesia e lançamento de livros (Expedición Donde Miras, 2007).

Figura 2. Caminhantes do Sarau do Binho na Expedición Donde Miras



Fonte: Expedición Donde Miras (2007).

Essa foi uma das experiências do Coletivo Cultural Sarau do Binho mais marcantes e evidentes das relações entre Améfrica Ladina e Território Usado nas periferias. É preciso dizer que ainda hoje o sarau continua realizando práticas territoriais e ações que reforçam essas relações.

O Sarau do Binho, como ressalta a crítica literária argentina Lucía Tennina, na experiência com a Expedición Donde Miras e em todos os seus projetos, tem a particularidade de preocupar-se com latinoamericanizar a temática periférica. No sarau “podem ser ouvidas declamações em espanhol, são lidos autores como Mario Benedetti, Eduardo Galeano ou Antonio Machado” (Tennina, 2013, p. 23), e uma das poesias do Binho mais ouvidas é precisamente “Ir ir e ir”, que diz o seguinte:

> Quiero ver donde esta / América se desmorena / y se construye / donde se dice negra / donde se desmestiza / y se desmistifica / donde se andina / y se desanda / Quiero ver / donde el samba es más Gardel / donde el tango es Noel / donde el habla es el silencio de las pampas / [...] donde Neruda es Drummond / donde el guaraní es oficial / donde el Morumbi es la Bombonera / donde el Chile es Allende / donde ningún salvador es Pinochet/ Quiero ver quiero ver / donde el Paraguay venció / donde Alfonsina se entregó / donde el Brasil se Argentina más / donde el Uruguay es más Galeano / y donde yo soy más o menos brasileño / Quiero ver quiero ver (Binho, 2007, p. 31- 33).

Esse poema foi publicado em livro lançado em 2007 pela Edições Toró. A obra é bilíngue e seu título procurou palavras comuns ao português e ao espanhol (Donde miras). É um dos poemas autorais de Binho mais citados e lembrados. O sarau, por sua vez, segue com propostas de latinoamericanizar a temática periférica em suas práticas (Veja Figura 3), sobretudo por meio da valorização de artistas, produção cultural e conhecimentos ancestrais comuns aos territórios latinoamericanos.

Figura 3. Poeta do Sarau em apresentação na Praça do Campo Limpo - SP (2025)



Fonte: elaborado pelos próprios autores.

Já o Coletivo Cultural Love CT surgiu em 2005 a partir da organização de jovens skatistas moradores de Cidade Tiradentes que andavam sozinhos e coletivamente de skate pelo bairro. Com o objetivo de manter, registrar e divulgar o skate praticado nas periferias, os skatistas se mobilizaram na produção de filmagens sobre o estilo e repertório de suas manobras em diversos locais e

equipamentos de Cidade Tiradentes enquanto captavam também momentos da vida cotidiana do bairro.

As filmagens começaram em 2005 e foram concluídas em meados de 2010 quando foram reunidas em um documentário independente chamado “Love C. T – Revolução Periférica” com cerca de 25 minutos de duração e que desde 2014 está disponível no YouTube. O documentário é dividido em sessões nas quais cada uma destaca as manobras de cada um dos integrantes do Love CT feitas em corrimãos, escadas, bancos, guias, rampas e calçadas que compõem praças, parques, escolas, quadras e equipamentos públicos e urbanos de Cidade Tiradentes.

A narrativa intercala o skate com o cotidiano local marcado por shows de rap, encontro em bares, caminhadas por vielas, brincadeiras de crianças e interações com moradores nas ruas. Neste sentido, Cidade Tiradentes, vista enquanto forma da cidade e da periferia, não é só cenário (plano de fundo), mas é presença ativa, constante e importante no filme.

Os skatistas do Love dentro e fora das gravações do documentário propõem novas funções aos objetos e equipamentos urbanos enquanto driblam, desviam e resolvem a precariedade de calçadas esburacadas, pisos ásperos e arestas irregulares de modo que reconfiguram o sentido de periferia e de Cidade Tiradentes, não só como carência, mas como criatividade, inventividade, produção da cidade e berço de uma revolução periférica (Figura 4).

Figura 4. Abertura do documentário Revolução Periférica (2010)



Fonte: Love C.T (2010).

Neste sentido, o skate é aqui um eixo de encontro, circulação e respeito entre jovens de Cidade Tiradentes, reforçando vínculos comunitários entre as pessoas e o território usado. São a partir destes pressupostos que o Coletivo Cultural Love CT criou o projeto social "*Love CT Skateboarding*: Inclusão e Resgate" em 2011 para a promoção de aulas gratuitas de skate a fim de colaborar com a construção de uma memória territorial e periférica de apropriação do espaço que se propaga e renova através da juventude. "A gente criou esse espaço pra honrar a Cidade Tiradentes e o povo daqui, por isso o nome do coletivo é 'Love CT', amor à Cidade Tiradentes", afirmou Cláudio "Call" Gomes, um dos educadores do projeto social (Carvalho, 2023).

O coletivo então adiciona uma nova camada ao processo de ocupação e apropriação do bairro e da cidade a partir das aulas de skate, oficinas e ações culturais, intensificando o que Milton Santos chama de território usado – o território como produto da ação humana, como espaço vivido, carregado de intencionalidade, técnica, afeto e conflito e que pode ser transformado pela experiência e ação coletiva.

No caso do projeto social do Love CT, a pista de skate e os arredores do Centro Educacional Unificado Inácio Monteiro (CEU Inácio Monteiro) tornam-se "territórios usados" no sentido mais pleno porque são apropriados pelos jovens como lugares de criação, cuidado e educação cotidianamente. Para além da circulação em espaços especificamente destinados à prática do skate como as pistas e rampas públicas, a educação através do skate no Love CT pauta a apropriação do espaço por meio da transmissão da prática de se construir os obstáculos e estilizar as pistas com graffitis e pinturas.

Neste sentido, os skatistas não só exploram as possibilidades materiais que o espaço geográfico lhes proporciona, mas sobretudo, criam as condições para o aperfeiçoamento de suas práticas e manobras através da intervenção material no espaço. Essas práticas não são apenas funcionais, mas se constituem como práticas educativas dotadas de sentidos simbólicos e políticos pois ao construir seus próprios espaços de manobra, os skatistas atribuem novos sentidos aos lugares enquanto os disputam e os transformam.

Em simultaneidade a criação do projeto social "*Love CT Skateboarding*: Inclusão e Resgate" e sob inspiração do Sarau do Binho e do Sarau da Cooperifa (saraus periféricos paulistanos e de longa atuação na zona sul de São Paulo) o articulador cultural e skatista Call, passou a organizar semanalmente o sarau "Luau dos Loucos" durante à noite com troca de livros em uma praça pública de Cidade Tiradentes em 2012 sob premissa de que "toda quebrada deve ter seu sarau".

De acordo com o criador, o nome Luau dos Loucos deriva do "amor e loucura pela arte", loucura esta que foi inclusive capaz de unir skate e literatura. Do encontro entre as iniciativas culturais, foi elaborado um sarau exclusivamente para o projeto social com foco em atender as crianças e adolescentes que o frequentam.

Atualmente, o sarau ocupa um lugar central no projeto e se configura como um momento de encontro, partilha e escuta entre jovens, artistas, moradores e educadores. A estética da poesia é marcada por versos que falam da vida nas periferias, do racismo estrutural, da violência e da pobreza, mas há espaço também para falar de amor, família, sonhos, temas da infância e, é claro, de skate (Romão, 2024).

O microfone aberto foi pensado com o objetivo de fortalecer a autoestima e confiança das crianças na comunicação e seus repertórios expressivos. Entretanto, seu sentido é muito maior, pois além de atingir os objetivos iniciais, o microfone aberto ajudou as crianças a se apropriarem dos códigos de leitura e escrita, incitou o gosto pela literatura e despertou a criação autônoma de narrativas. Ressalta-se que o microfone aberto acolhe desde poetas iniciantes até escritores experientes, criando um ambiente de confiança e pertencimento (Romão, 2024).

Além do microfone aberto, há outras práticas educativas importantes e tradicionais do sarau como a energização pela plateia com um coro comum dedicado especialmente ao ministrante: "skate é arte, divertir faz parte. Sarau da Love é: Inclusão e Resgate", que cessa toda e qualquer conversa paralela e que direciona a atenção ao poeta. Falar é tão importante quanto ouvir.

Neste sentido, a poesia é um instrumento pedagógico que incentiva a leitura, a escrita, a expressão, a escuta e o reconhecimento do outro no silêncio. O sarau, um espaço de educação protagonizado pelas crianças e adolescentes, é uma ação que, junto com o skate, engendra os usos não hegemônicos do território (Figura 5). A palavra e as rodinhas ocupam o chão da cidade e transformam o cotidiano.

Figura 5. Declamação de poesia no Sarau da Love (2024)



Fonte: Sarau Love CT (2024).

Do ponto de vista epistemológico, as aulas de skate e o sarau da Love corroboram com a lógica da Améfrica Ladina pois priorizam a oralidade, a experiência vivida e a ancestralidade como modos legítimos de produção de conhecimento. O sarau rompe com os modelos eurocêntricos de saber e o skate cria formas de ser e existir na cidade.

A palavra falada no sarau ecoa na pista e na rua e se torna ferramenta de escuta, denúncia e cura. Mais do que recitar poemas, trata-se de transformar o território através da oralidade, da escuta coletiva e do movimento do corpo.

Neste sentido, mais do que um projeto de esporte ou literatura, o Love CT é uma prática cultural e educativa que ressignifica o espaço urbano e reativa os vínculos coletivos com o território. A cidade deixa de ser um espaço de exclusão para se tornar lugar de pertencimento, onde o cotidiano é reconfigurado por meio da prática esportiva e poética, do afeto e da coletividade, sendo uma expressão autêntica da cultura afro-ladina periférica, que transforma o skate e a fala em ferramenta de pertencimento, cidadania e educação como prática de liberdade.

A abordagem dessas experiências dos coletivos culturais Sarau do Binho e Love CT, sobretudo as experiências na "*Expedición* Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina" realizada pelo Sarau do Binho e da elaboração do "Sarau da Love" do projeto social "*Love CT Skateboarding*: Inclusão e Resgate", na perspectiva da categoria "Améfrica Ladina" (Gonzalez, 1988) e da categoria "Território Usado" (Santos, 2005) nos ajuda a compreender os usos não hegemônicos do território pelos sujeitos organizados nesses coletivos culturais de periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas experiências não hegemônicas de uso do território dos coletivos nas periferias da zona sul e zona leste de São Paulo estão imersas em um conjunto de contradições e cooperações compartilhadas entre muitos territórios periféricos da Améfrica Ladina habitados majoritariamente por corpos negros em diáspora que carregam em si a herança da oralidade como expressão de sua cultura cotidiana territorializada.

Essa cultura popular, por sua vez, exerce a qualidade de discurso dos 'de baixo', pondo em relevo o cotidiano dos pobres, dos marginalizados e dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias (Santos, 2015, p. 144).

Para Milton Santos,

> Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade (Santos, 2015, p. 144-145).

Nessa dinâmica cultural herdada e territorializada de Améfrica Ladina vista, segundo Lélia Gonzalez, através de processos de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de viver o espaço geográfico, caracteriza os usos não hegemônicos do território evidenciados nas potentes manifestações culturais periféricas de sujeitos organizados em coletivos culturais de São Paulo em diálogo com territórios vizinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BINHO. **Ir, ir e ir**. *In:* BINHO; SERGINHO POETA. Donde Miras: dois poetas e um caminho. São Paulo: Edições Toró, 2007. p. 30.

CARVALHO, Ana. **Inclusão e resgate: coletivo skatista leva artes e esportes para crianças e adolescentes**. Medium, 18 abr. 2023. Disponível em: https://medium.com/@anag12/inclus%C3%A3o-e-resgate-coletivo-skatista-leva-artes-e-esportes-para-crian%C3%A7as-e-adolescentes-aec484e53758. Acesso em: 30 jul. 2025.

DUARTE, Diego Elias Santana. **Sarau do Binho vive! Identidades alteradas e o sarau como processo de identificação periférica**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.8.2016.tde-08032016-141025. Acesso em: 30 jul. 2025.

EXPEDICIÓN DONDE MIRAS. **Caminhada Cultural Pela América Latina**. Blogspot, 26 dez. 2007. Disponível em: https://expediciondondemiras.blogspot.com/search?updated-min=2007-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2008-01-01T00:00:00-02:00&max-results=13. Acesso em: 30 jul. 2025.

GONÇALVES, Thiago Andrade. **Espaço, cultura e política na periferia do município de São Paulo: usos do território da Feira Literária da Zona Sul (FELIZS).** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto das Cidades – Campus Zona Leste, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458. Acesso em: 28 abr. 2025.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt. Acesso em: 07 abr. 2025.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa: Guia prático.** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Introdução.** *In:* GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-21.

ROMÃO, Vithoria Sampaio. **Love CT: skate como prática pedagógica e de liberdade em Cidade Tiradentes.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto das Cidades Campus Zona Leste, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2024.

LOVE C.T - **Revolução Periférica 2010**. Direção: Anderson Lucas e Elton Melonio. São Paulo: [*s. n.*], 2010. 1 vídeo (25 min). Publicado pelo canal RUAPURA SKATE CO. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ujeAIUQwe9k&t=6s. Acesso em: 30 jul. 2025.

SARAU LOVE CT. **Poesia autoral**. São Paulo, 23 set. 2024. Instagram: @saraulovect. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/DARdp3Avts1/?igsh=MTZ2dGJ1dnJ4a2RyaA%3D%3D. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2021.

SILVEIRA, María Laura. **El territorio usado, un caleidoscopio de divisiones del trabajo.** Revista Geográfica del Sur, v. 5, n. 7, p. 15-34, 2014. Disponível em: http://www.revgeosur.udec.cl/wp-content/uploads/2016/08/Vol5N7_silveira.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

TENNINA, Lucía. **Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos.** Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 42, p. 11–28, jul. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/elbc/a/HJHwYGnS73yQG5hspxC3k8B/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2025.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDbCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt. Acesso em: 21 abr. 2025.

A ECONOMIA DO FUTEBOL BAIANO NO CONTEXTO DA XENOFOBIA

Lucas Vinícius Dórea de Souza[15], João Vitor Oliveira da Silva[16]

RESUMO
Este artigo analisa a economia do futebol baiano no contexto das desigualdades regionais, observando os impactos da xenofobia estrutural que marginaliza clubes e trabalhadores do esporte no estado. O trabalho discute como a economia do futebol na Bahia se diferencia dos centros hegemônicos do Sudeste e Sul, com menor investimento, menor visibilidade midiática e distribuição desigual de cotas de televisão, influenciando diretamente as oportunidades de trabalho e desenvolvimento econômico local. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise de dados econômicos do setor. Os resultados apontam que o futebol baiano é um reflexo das desigualdades regionais do Brasil, onde o capital e os meios de produção se concentram em regiões específicas, perpetuando um cenário de periferização do esporte nordestino.

Palavras-Chave: Bahia; Economia; Futebol; Xenofobia.

INTRODUÇÃO

O futebol é, indiscutivelmente, uma das maiores expressões da cultura brasileira. Presente em todas as regiões do país, o esporte mobiliza multidões, une identidades e se estabelece como elemento central no imaginário popular. Como afirma Foer (2005, p. 9), o futebol é algo que “frequentemente provoca um sentimento mais profundo que a religião, e tal como esta, é uma parte do tecido comunitário, um repositório de tradições”. Esse sentimento se faz ainda mais presente na Bahia, estado que, historicamente, teve papel pioneiro no desenvolvimento do futebol nacional. O Campeonato Baiano foi o segundo a ser criado no Brasil, em 1905, atrás apenas do Paulista, que se iniciou em 1902, o que reforça a tradição e a importância do futebol baiano no cenário esportivo nacional.

No entanto, essa relevância histórica contrasta com a realidade econômica dos clubes baianos, que enfrentam dificuldades estruturais, financeiras e simbólicas. A despeito de sua tradição e de suas torcidas apaixonadas, os clubes da Bahia têm uma presença tímida nas competições nacionais, quando comparados aos grandes clubes do eixo Sul-Sudeste. Essa disparidade se manifesta na distribuição de cotas

[15] Discente do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana, vinedorea@gmail.com.
[16] Discente do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana, vitor2377@gmail.com.

de televisão, no acesso a patrocínios, no reconhecimento midiático e, sobretudo, na inserção desigual dos clubes baianos no mercado futebolístico brasileiro.

O futebol, como fenômeno social e cultural, tem relevância que ultrapassa os limites do esporte, configurando-se como elemento de identidade coletiva e expressão de disputas simbólicas e econômicas. No Brasil, país reconhecido mundialmente por sua tradição futebolística, o jogo revela e reproduz desigualdades estruturais que atravessam o território. No caso específico do estado da Bahia, a marginalização de seus clubes no cenário nacional articula-se a processos históricos de concentração econômica, desigualdade regional e xenofobia estrutural. Esses conceitos (centralização econômica, desigualdade regional e xenofobia estrutural) constituem o eixo de análise do presente trabalho.

A xenofobia no Brasil, embora comumente associada à aversão ao estrangeiro, também se manifesta no plano interno, como aponta Vieira (2022). No caso do futebol, observa-se uma forma específica de xenofobia regional, que marginaliza os clubes e torcedores do Nordeste, especialmente da Bahia. Essa xenofobia se materializa por meio de estereótipos disseminados pela mídia nacional, pela invisibilização de campeonatos locais e pela construção de uma hierarquia simbólica que associa a Bahia à preguiça, ao atraso e à incapacidade organizacional (Zanlorenzi, 1999). Como bem destaca Ribeiro (2020), essas construções fazem parte de um racismo estrutural que silencia memórias e subalterniza identidades.

A desigualdade regional se evidencia pela concentração de investimentos, infraestrutura e serviços no eixo Sul-Sudeste, em detrimento do Nordeste e do Norte, o que impacta diretamente a capacidade competitiva dos clubes baianos. Diferente do conceito de urbanização desigual, voltado para dinâmicas socioespaciais internas às cidades (Carlos, 2020; Corrêa 1986 apud Araujo 2011), o que se observa neste trabalho é uma diferenciação em escala nacional, vinculada à própria formação histórica e econômica do território brasileiro (Corrêa, 1989).

Diniz (2009) mostrou como as desigualdades regionais não podem ser compreendidas apenas como etapas do desenvolvimento econômico, mas como resultado de uma formação histórico-estrutural específica, marcada pela relação centro-periferia. Essa interpretação encontra eco nas reflexões de Roberto Lobato Corrêa (1989), ao destacar a organização regional do espaço brasileiro e a

centralidade do eixo Centro-Sul na divisão territorial do trabalho. Assim, a concentração de capitais, infraestrutura e atividades produtivas nessa região reforça um padrão de desenvolvimento desigual e combinado, que relega o Nordeste a um papel secundário.

No futebol, esse processo se traduz na disparidade das cotas de televisão, na menor visibilidade midiática, na concentração de patrocínios e na desvalorização simbólica dos clubes nordestinos. A centralização econômica do esporte, operada pelas grandes redes de mídia e pelas estruturas empresariais, privilegia clubes de São Paulo e Rio de Janeiro, consolidando uma hegemonia esportiva que transcende o campo de jogo.

Dessa forma, compreender o lugar do futebol baiano no cenário nacional exige articular dimensões simbólicas e materiais: de um lado, a xenofobia estrutural que marginaliza torcedores e atletas nordestinos; de outro, as disparidades regionais e a centralização econômica que limitam os clubes em sua capacidade de competir em igualdade de condições. O objetivo deste artigo é analisar como essas dimensões se expressam na realidade baiana, tomando como referência a relação entre concentração de investimentos, hegemonia midiática e a reprodução de preconceitos regionais.

O futebol baiano é, portanto, atravessado por forças estruturais que extrapolam o campo esportivo. A história de seus clubes, como o Esporte Clube Bahia, Esporte Clube Vitória, Galícia Esporte Clube e Esporte Clube Ypiranga, revela uma trajetória marcada por glórias regionais e momentos de destaque nacional, mas também por longos períodos de estagnação e ausência de investimentos. Ainda que o Esporte Clube Bahia tenha sido o primeiro campeão brasileiro, em 1959, além de outro título do torneio em 1988, e o Esporte Clube Vitória tenha disputado uma final do Campeonato Brasileiro em 1993, esses feitos não foram suficientes para romper com a lógica de periferização imposta pelo sistema esportivo nacional. Essa lógica se reforça por meio da concentração de investimentos nas regiões Sul e Sudeste, como evidenciam os dados de Capelo (2019), que mostram clubes sem divisão nacional recebendo mais em cotas de TV do que os principais clubes baianos.

Além disso, a economia do futebol baiano é profundamente impactada pela falta de visibilidade midiática. Durante décadas, as emissoras de televisão

priorizaram a transmissão de jogos de clubes cariocas e paulistas, mesmo em estados como a Bahia, contribuindo para a alienação do público local e para o crescimento do fenômeno dos “torcedores mistos”, aqueles que, mesmo vivendo na Bahia, torcem prioritariamente para times do Sudeste (Morais, 2021). Essa dinâmica enfraquece o apoio às equipes locais e reduz a capacidade de geração de receitas, criando um círculo vicioso de desvalorização simbólica e empobrecimento material.

O presente artigo parte dessa constatação para analisar a economia do futebol baiano no contexto das desigualdades regionais e da xenofobia estrutural. Ao articular os campos da Geografia Econômica, dos estudos culturais e das teorias críticas sobre racismo e exclusão, pretende-se compreender como as relações entre capital, território e identidade moldam o cenário esportivo da Bahia. A investigação se vale de revisão bibliográfica, análise de dados econômicos e históricos, além de documentos oficiais e fontes midiáticas.

Este estudo não se propõe apenas a um exercício acadêmico. Ele é também uma forma de resistência e valorização da identidade baiana e nordestina. Busca-se, por meio desta reflexão, contribuir para a construção de um olhar mais justo, plural e descentralizado sobre o futebol brasileiro, reconhecendo o potencial transformador do esporte na vida social, econômica e cultural das populações periféricas. Como afirmam Santos e Neto (2007), é necessário resgatar as glórias do passado não como saudosismo, mas como inspiração para construir um futuro em que o futebol da Bahia não seja mais invisibilizado ou marginalizado, mas respeitado e fortalecido.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, orientada pelo referencial da Geografia Econômica e dos estudos críticos sobre desigualdade regional e xenofobia no Brasil. O objetivo principal foi compreender as múltiplas determinações que incidem sobre a economia do futebol baiano, situando-o dentro do contexto de exclusão territorial e simbólica que afeta historicamente a região Nordeste. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, com levantamento e análise de fontes acadêmicas, dados econômicos, materiais jornalísticos e documentos oficiais vinculados à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O ponto de partida foi o resgate da história do futebol baiano, incluindo seu pioneirismo no cenário nacional com a criação do segundo campeonato estadual do Brasil em 1905 e a trajetória de clubes tradicionais como o Esporte Clube Bahia, Esporte Clube Vitória, Galícia Esporte Clube e Esporte Clube Ypiranga. Essa reconstrução histórica foi realizada a partir de textos acadêmicos, reportagens e registros históricos, com destaque para os trabalhos de Leal (2002), Santos e Neto (2007), Lima (2015), bem como Federação (2019), que permitiram contextualizar o papel sociocultural e econômico do futebol na Bahia.

A análise do comportamento econômico do futebol baiano foi conduzida por meio do exame de dados sobre cotas de transmissão televisiva, arrecadação em bilheterias, patrocínios e investimentos públicos e privados. Foram consultadas fontes como o relatório de Capelo (2019), que explicita a desigual distribuição de cotas de TV entre clubes do Nordeste e os do eixo Sul-Sudeste, e o levantamento de Costa (2023) sobre a mercantilização do futebol e o modelo de Sociedade Anônima do Futebol (SAF), que tem aprofundado a exclusão de clubes periféricos.

Além da abordagem histórica e econômica, foi central na metodologia o estudo da xenofobia enquanto variável estruturante das desigualdades regionais. O tratamento teórico deste conceito baseou-se em autores como Ribeiro (2020), Vieira (2022), Morais (2021) e Zanlorenzi (1999), que discutem a xenofobia como forma de violência simbólica e exclusão social, manifestando-se tanto em discursos midiáticos quanto em políticas públicas de financiamento. A xenofobia foi tratada aqui não apenas como preconceito isolado, mas como um processo social e estrutural que atravessa as relações de poder no futebol brasileiro.

A investigação também se ancorou no levantamento e interpretação de dados sobre a dinâmica territorial do futebol na Bahia, com foco em clubes do interior, como Fluminense de Feira Futebol Clube, Sociedade Desportiva Juazeirense, Associação Desportiva Bahia de Feira, Alagoinhas Atlético Clube (Atlético de Alagoinhas), entre outros. Foram considerados dados sobre torcida, arrecadação e visibilidade, com base em reportagens e estudos que descrevem o papel dos campeonatos estaduais e do Campeonato Intermunicipal como importantes motores econômicos e socioculturais do interior baiano.

Essa abordagem interdisciplinar e multiescalar permitiu compreender o futebol baiano não apenas como um campo de disputa esportiva, mas como parte

de um processo mais amplo de segregação espaço-temporal e de invisibilização de identidades nordestinas no cenário nacional.

Por fim, a metodologia buscou integrar uma leitura crítica do espaço, conforme propõe Carlos (2020), ao considerar o futebol como expressão da urbanização desigual e da lógica centro-periferia que organiza o território brasileiro. Assim, as categorias de análise privilegiadas foram: concentração de capital, desigualdade de visibilidade, exclusão territorial, marginalização simbólica e resistência cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O futebol brasileiro sofre com a concentração de investimentos nos estados do Sul e Sudeste. Embora as redes sociais tenham se tornado relevantes nos últimos anos, a televisão ainda representa o principal meio de comunicação esportiva no Brasil, sobretudo fora das capitais e regiões metropolitanas. Nas décadas de 1970 e 1980, sua influência foi determinante na formação de torcidas e na consolidação da hegemonia dos clubes do Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2019, clubes menores do Sudeste receberam cotas de TV superiores às de Bahia e Vitória, principais times do estado da Bahia. Essa diferença compromete a capacidade de contratação e investimento, dificultando a ascensão e promoção do futebol baiano no cenário nacional. Dados do Quadro 1 do relatório no Globo Esporte (GE), indicam que enquanto o Clube de Regatas Flamengo, Clube Athletico Paranaense e Grêmio Foot Ball Porto Alegrense receberam mais de R$60 milhões em cotas de TV cada, já Esporte Clube Bahia e Esporte Clube Vitória ficaram abaixo dos R$40 milhões, a tabela abaixo mostra os dados que foram discutidos.

Tabela 1. A distribuição do dinheiro das tevês abertas e fechada em 2019

(continua)

Clube	Iguais	Transmissões	Performance	Total
Grêmio (RS)	R$ 22.000.000	R$ 14.359.518	R$ 28.050.000	R$ 64.409.518
Palmeiras (SP)	R$ 22.000.000	R$ 19.048.063	R$ 21.200.000	R$ 62.248.063

São Paulo (SP)	R$ 22.000.000	R$ 12.368.923	R$ 24.750.000	R$ 59.118.923

Tabela 1. A distribuição do dinheiro das tevês abertas e fechada em 2019

(conclusão)

Clube	Iguais	Transmissões	Performance	Total
Corinthians (SP)	R$ 22.000.000	R$ 14.509.685	R$ 21.450.000	R$ 57.959.685
Santos (SP)	R$ 22.000.000	R$ 13.059.115	R$ 22.100.000	R$ 57.159.115
Goiás (GO)	R$ 22.000.000	R$ 16.012.060	R$ 18.150.000	R$ 56.162.060
Internacional (RS)	R$ 22.000.000	R$ 15.238.982	R$ 17.600.000	R$ 54.838.982
Atlético (MG)	R$ 22.000.000	R$ 19.805.364	R$ 12.210.000	R$ 54.015.364
Fluminense (RJ)	R$ 22.000.000	R$ 18.315.562	R$ 11.880.000	R$ 52.195.562
Botafogo (RJ)	R$ 22.000.000	R$ 22.000.000	R$ 11.550.000	R$ 51.865.562
Vasco (RJ)	R$ 22.000.000	R$ 14.847.737	R$ 13.200.000	R$ 50.047.737
Bahia (BA)	R$ 22.000.000	R$ 10.786.975	R$ 12.740.000	R$ 45.526.975
Ceará (CE)	R$ 22.000.000	R$ 8.503.238	R$ 11.120.000	R$ 41.623.238
Cruzeiro (MG)	R$ 22.000.000	R$ 16.500.279	Zero	R$ 38.500.279
Fortaleza (CE)	R$ 22.000.000	R$ 5.934.066	R$ 10.800.000	R$ 37.734.066

Fonte: Capelo (2019)

Além disso, deve se considerar a xenofobia como ponto de pauta dessa discussão. Os estereótipos criados pela mídia de fora da Bahia, reforçam a marginalização do futebol baiano, perpetuando uma imagem depreciativa dos clubes. Reportagens em grandes portais também priorizam clubes do eixo Rio-São Paulo, relegando os clubes baianos a notas de rodapé, mesmo quando alcançam feitos relevantes, como no exemplo do Jornal Folha de São Paulo, em 2017, após um triunfo do Esporte Clube Bahia por 2 a 0 contra o Sport Club Corinthians Paulista, tratou o clube baiano como “erros” (Simoni, 2017).

Vieira (2022) aponta que a xenofobia no Brasil não se limita somente a estrangeiros, mas também se manifesta de forma interna, atingindo populações e identidades regionais, a exemplo, os baianos e também nordestinos. Essa marginalização se dá por meio da construção de discursos que vinculam a Bahia a um atraso econômico e cultural, alimentando a ideia de inferioridade. No futebol, essa lógica se manifesta na forma como os clubes baianos são frequentemente retratados como inferiores, mesmo quando apresentam desempenhos satisfatórios em campeonatos nacionais.

Essa situação não se restringe à percepção externa: muitas vezes, os próprios baianos, influenciados por essa narrativa midiática, acabam por reproduzir o discurso de inferioridade. Como também coloca Vieira (2022), a internalização de discursos xenófobos pode levar alguns grupos a adotarem posturas que venham a reforçar sua própria exclusão, muitas vezes por acreditarem que essa hierarquia regional é natural ou imutável. No contexto do futebol, isso se reflete na falta de apoio local às equipes da Bahia, na valorização excessiva de times do eixo Sul-Sudeste e na aceitação passiva da distribuição desigual de investimentos e cotas de televisão.

Essa dinâmica prejudicial impede o florescimento de talentos locais, tanto dentro quanto fora dos campos, ao desestimular o investimento em infraestrutura e na formação de novos profissionais no esporte. A percepção de que o sucesso no futebol brasileiro só é possível fora da região Nordeste perpetua um ciclo de dependência e subdesenvolvimento que afeta profundamente o tecido social e econômico desses estados.

Para entender como a xenofobia se manifesta e funciona, Ribeiro (2020) coloca

> A xenofobia no Brasil vem historicamente aliada ao fenômeno do racismo sistêmico que constitui os traumas da cultura brasileira e está assentado nas nossas memórias silenciadas quando a imagem do brasileiro cordial é um mito que precisa ser discutido, repensado, trazido às falas públicas, aos textos, à academia, a grupos de estudos, reuniões, congressos e encontros científicos, às universidades brasileiras e estrangeiras. (Ribeiro, 2020, p. 291)

Podemos conceber que a indústria do turismo fez a apropriação de símbolos e elementos da cultura afro-descente como propaganda do estado Bahia como um lugar de férias eternas onde o povo baiano é estereotipado como um preguiçoso incapaz de trabalhar, e esse estereótipo é corroborado e banalizado pela mídia nacional, mostrando a concepção que o povo baiano é inferior (Zanlorenzi, 1999).

O estudo de Marques e Vimieiro (2024) apresenta que a injúria contra o Nordeste no futebol vai além de ofensas individuais, manifestando-se como uma forma de discurso de ódio que ataca a própria qualidade esportiva da região. A pesquisa categorizou esses ataques e a principal forma identificada foi a generalização e a estereotipização.

Esses estereótipos são frequentemente usados para reforçar a visão de um Nordeste arcaico, atrasado e inferiorizado. Os autores apontam que ofensas como “não sabia que existia futebol acima da Bahia” ou “jogou como um verdadeiro time nordestino” demonstram como a xenofobia está ligada à percepção de que o futebol nordestino é de menor valor, eles também ressaltam que, mesmo quando os ataques são direcionados a um único indivíduo, como o jogador Renê, que foi chamado de “paraíba” a ofensa é, na verdade, um ataque coletivo que atinge todo um grupo.

Esse fenômeno se reflete no mercado de trabalho esportivo, onde profissionais do Nordeste encontram menos oportunidades e remuneração inferior em comparação a estados do Sudeste. A falta de exposição e de reconhecimento, por sua vez, dificulta a atração de grandes investidores e a formação de parcerias estratégicas, mantendo os clubes e ligas regionais em um patamar de desvantagem competitiva. Essa invisibilidade midiática não é apenas um problema de marketing, mas uma barreira estrutural que limita o crescimento econômico e a valorização cultural do futebol nordestino.

A ausência de uma representação midiática equitativa dos clubes e campeonatos do Nordeste contribui para a desvalorização de uma rica tradição futebolística e para a perda de talentos que poderiam ser desenvolvidos e retidos na própria região. Muitos jovens atletas, treinadores e outros profissionais do esporte são forçados a migrar para o Sul e Sudeste em busca de melhores condições e reconhecimento, esvaziando o mercado local e dificultando a formação de equipes competitivas. Esse êxodo profissional agrava a situação, perpetuando a ideia de que o Nordeste é um mero fornecedor de talentos para os centros hegemônicos, sem capacidade de desenvolver e reter seus próprios recursos humanos no esporte.

Como colocado por Morais (2021, p. 6)

> a xenofobia criada contra o nordeste ultrapassa as questões sociais e chega ao futebol de maneira que afeta o desenvolvimento dos clubes da região, impedindo que estes alcancem patamares de destaque dentro do esporte, tudo isso graças ao racismo e a cultura do ódio contra os migrantes, o brasil 'nocauteia' o nordeste e o nordeste assiste seu futebol ser 'silenciado' diariamente devido a toda sua exclusão.

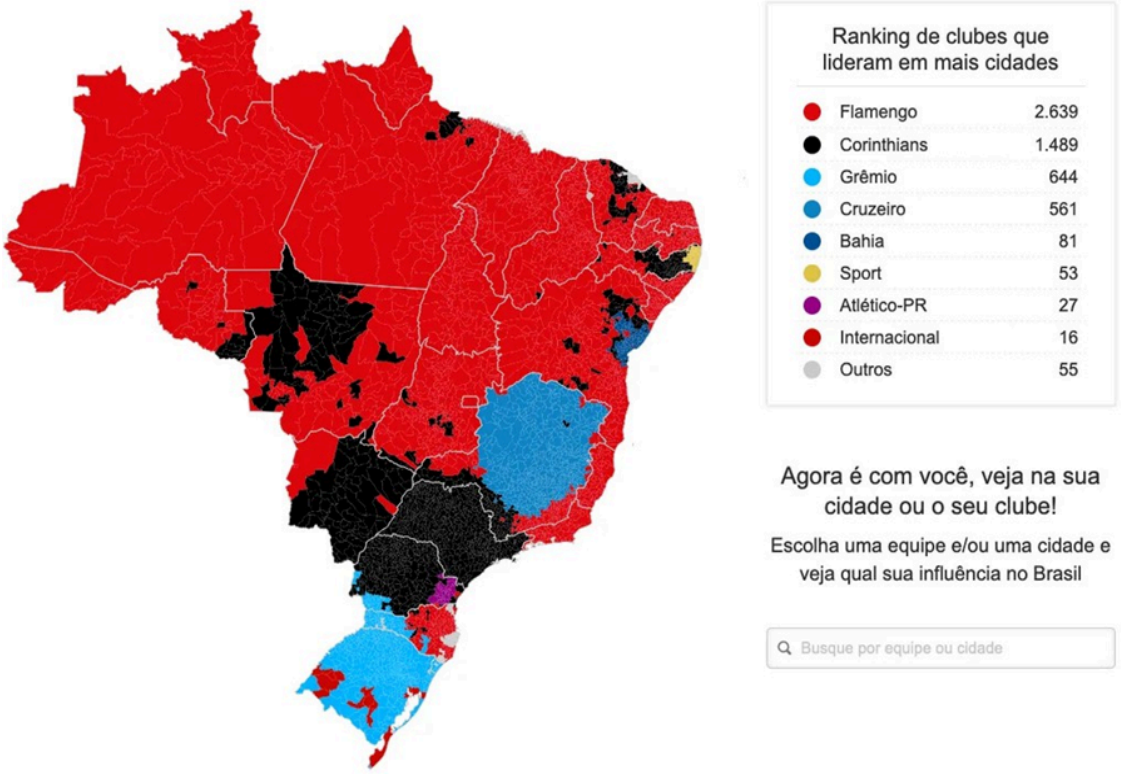
Para reverter esse quadro, é fundamental que haja uma mudança de paradigma na forma como o futebol brasileiro é percebido e distribuído. Isso envolve não apenas uma redistribuição mais justa das cotas de televisão e investimentos, mas também uma conscientização maior por parte da mídia e dos torcedores sobre o valor e a importância do futebol regional. Promover a visibilidade dos campeonatos estaduais, valorizar as histórias e identidades dos clubes locais, e investir em programas de base na região Nordeste são passos essenciais para combater a xenofobia estrutural e construir um futebol brasileiro mais inclusivo, diversificado e economicamente equilibrado. Somente assim o futebol da Bahia e do Nordeste poderá alcançar seu pleno potencial, contribuindo de forma mais significativa para a economia e cultura esportiva do país.

O futebol brasileiro não é apenas uma prática esportiva, mas um reflexo das desigualdades regionais e econômicas do país. Clubes do Sul e Sudeste concentram a maior parte dos investimentos, patrocínios e visibilidade, enquanto times de outras regiões, como o Nordeste, enfrentam dificuldades estruturais devido à distribuição desigual de cotas televisivas e ao acesso limitado a investidores. Como aponta Costa (2023), a mercantilização do futebol e o modelo de Sociedade Anônima do Futebol (SAF) reforçam esse cenário, favorecendo clubes já

consolidados e ampliando a disparidade financeira. Essa lógica cria uma barreira econômica quase intransponível para clubes periféricos, refletindo no esporte a estrutura socioeconômica do Brasil, onde o acesso desigual a recursos dificulta a ascensão de setores menos privilegiados.

A Figura 1 mostra o número de curtidas nos times, na rede social Facebook. É importante salientar que, as pessoas podem curtir mais de um time, porém, no geral são apenas os de seu interesse, ou apenas aquele. E a pesquisa demonstra a influência dos times do sudeste no interior, não só da Bahia, mas também do Nordeste. Pode-se observar que em Salvador e região, cidade que se localiza o Esporte Clube Bahia, tem uma influência por parte do time, porém na maior parte do interior do estado, predomina-se times como Flamengo e Corinthians. A influência da mídia sudestina na região do estado resultou na pouca identidade da população com os times do próprio estado. Nas Figuras 2, 3 e 4, mostra-se as equipes mais curtidas nas 3 maiores cidades do estado da Bahia: Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista., demonstrando como essa distância da capital influencia no suporte aos times.

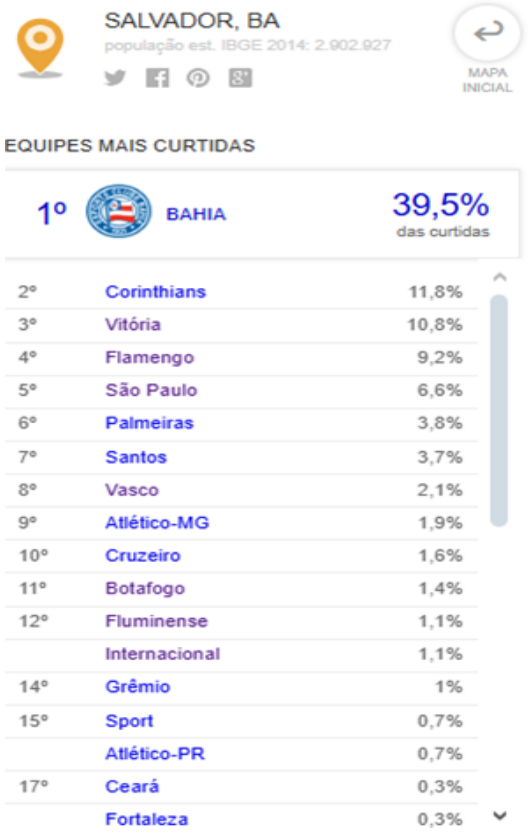
Figura 1. Mapa de curtidas por time em rede social no Brasil.



Fonte: Globo Esporte (2017).

A Figura 2 mostra os times mais curtidos na cidade de Salvador, capital da Bahia. Apesar de ser sede do Esporte Clube Bahia, clube com forte identificação local, a capital ainda apresenta significativa presença de torcedores de clubes do eixo Sul-Sudeste, como Flamengo e Corinthians.

Figura 2. Times mais curtidos na cidade de Salvador-BA



Fonte: Globo Esporte (2017).

Essa configuração (Figura 2) revela o impacto direto da concentração midiática nesses grandes centros, que historicamente ocuparam maior espaço nas transmissões televisivas, influenciando as preferências dos torcedores mesmo em territórios tradicionalmente vinculados a clubes locais.

Na Figura 3, Feira de Santana, localizada à 110 quilômetros de distância da capital, Salvador. Os resultados evidenciam uma diminuição ainda maior na identificação com os clubes locais.

Figura 3. Times mais curtidos na cidade de Feira de Santana-BA.



Fonte: Globo Esporte (2017).

Mesmo sendo uma das maiores cidades da Bahia e contando com clubes como o Fluminense de Feira e o Bahia de Feira, as curtidas (Figura 3) revela a hegemonia de clubes do Sudeste, em especial o Flamengo. Isso reforça o argumento de que o afastamento geográfico da capital, aliado à invisibilização midiática do futebol do interior baiano, compromete a construção de uma identidade esportiva local sólida. Tal fenômeno é reflexo da exclusão simbólica que perpassa o futebol nordestino, onde a presença de clubes locais é ofuscada pela popularidade das grandes equipes do centro-sul.

A Figura 4 apresenta o panorama de curtidas em Vitória da Conquista, cidade localizada a 509 quilômetros de distância da capital, Salvador. Confirma-se a tendência observada no interior baiano: a preferência massiva por times de fora do estado.

Figura 4. Times mais curtidos na cidade de Vitória da Conquista-BA.



Fonte: Globo Esporte (2017).

A distância da capital e a escassez de investimentos em marketing esportivo regional explicam, em parte, a ausência de representatividade dos clubes locais nas redes sociais. Mesmo em uma cidade que possui clube com tradição regional, como o Vitória da Conquista, a predominância de curtidas em times do Sudeste evidencia a força da mídia centralizada e o desinteresse das grandes redes em promover o futebol nordestino. Essa realidade contribui para a perpetuação da marginalização econômica e simbólica dos clubes baianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o futebol da Bahia ainda está longe dos padrões financeiros dos times tradicionais do Sul e Sudeste brasileiro, e caminha a passos lentos para uma evolução. Para baianos e nordestinos, é importante saber que o caminho é difícil e a batalha é sempre longa, mas que não se deve desistir.

A xenofobia é um grande obstáculo para o desenvolvimento da economia do futebol na Bahia, impactando diretamente o nível competitivo dos clubes locais. Enquanto times sem divisão recebem cotas de televisão e investimentos superiores, equipes baianas que disputam a primeira divisão do Campeonato Brasileiro enfrentam dificuldades financeiras. Essa disparidade evidencia uma injustiça estrutural que impede o crescimento do futebol nordestino.

A Bahia e o Nordeste possuem capacidade para manter um futebol de alto nível e competir de igual para igual com os times do Sul-Sudeste. No entanto, para que isso aconteça, é essencial o engajamento da própria população. O apoio aos clubes locais, sejam da capital ou do interior, é fundamental para fortalecer o cenário esportivo regional.

Atualmente, a rica cultura futebolística da Bahia e a identidade esportiva intrínseca ao estado encontram-se frequentemente à sombra, invisibilizadas tanto pela mídia quanto pelo poderio econômico e mercadológico do eixo hegemônico do futebol brasileiro. Essa marginalização histórica não apenas diminui o valor intrínseco do esporte na região, mas também impede que o talento local e a paixão dos torcedores baianos recebam o devido reconhecimento no cenário nacional.

Para reverter essa realidade desfavorável e garantir que o futebol baiano ocupe o lugar que lhe é de direito, é imperativa uma mobilização coletiva e abrangente. Essa iniciativa deve envolver todos os stakeholders: clubes, federações, torcedores, mídia local, empresários e o próprio governo estadual. A união de esforços é fundamental para valorizar, promover e, consequentemente, reforçar a presença dos clubes baianos nas principais competições nacionais, como o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil, e até mesmo em torneios internacionais.

A resistência ativa a essa invisibilidade e a promoção incansável do futebol baiano são passos cruciais para romper com o ciclo de marginalização que tem caracterizado a trajetória dos times do estado. Isso implica investir na formação de base, na profissionalização da gestão dos clubes, na modernização dos estádios e centros de treinamento, e na criação de estratégias de marketing que destaquem a singularidade e a força do futebol local. Além disso, é essencial que a mídia baiana e nacional dedique mais espaço e recursos para a cobertura dos jogos, dos bastidores e das histórias inspiradoras que emanam dos campos da Bahia.

Somente com essa abordagem multifacetada e comprometida será possível não apenas resgatar, mas também impulsionar o futebol baiano a um patamar de destaque e reconhecimento duradouro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Leila de Oliveira Lima. **Periferia urbana: uma História em transformação**. *In*: I Seminário Internacional História do Tempo Presente, I., 2011. Anais [...]. Florianópolis: UDESC, 2011. Disponível em: https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/277/196. Acesso em: 03 dez. 2025.

CAPELO, Rodrigo. **Novo modelo de distribuição aproxima cotas de TV aberta e fechada no futebol brasileiro em 2019**. Pay-per-view desequilibra. Globo Esporte, São Paulo, 18 dez. 2019. Disponível em: https://ge.globo.com/blogs/blog-do-rodrigo-capelo/post/2019/12/18/novo-modelo-de-distribuicao-aproxima-cotas-de-tv-aberta-e-fechada-no-futebol-brasileiro-em-2019-pay-per-view-desequilibra.ghtml. Acesso em: 21 fev. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O urbano "desigual e combinado": uma interpretação, possível, da urbanização brasileira**. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.). Brasil, presente!. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 19-49. Disponível em: https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/618. Acesso em: 30 mar. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A organização regional do espaço brasileiro**. Geosul, v. 4, n. 8, p. 7-16, 1989. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12712/11881. Acesso em: 23. jun. 2025

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia do Futebol**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 452, jun. 2023. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD452.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova economia, v. 19, p. 227-249, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/5HDgfpbLkc7kymBT7d7nDDv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 jul. 2025.

FOER, Franklin. **Como o Futebol Explica o Mundo: um Olhar Inesperado Sobre a Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

FEDERAÇÃO Bahiana de Futebol. **História da Federação Bahiana de Futebol**. Salvador: [*s. n.*], 2019. Disponível em: https://www.fbf.org.br/historia. Acesso em: 13 jul. 2025.

GLOBO ESPORTE. **Mapa das curtidas 2017**. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 2017. Disponível em: https://app.globoesporte.globo.com/futebol/mapa-das-curtidas-2017/. Acesso em: 13 jul. 2025.

LEAL, Geraldo da Costa. **Perfis urbanos da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2002.

LIMA, Marcelo de Oliveira. **Economia, futebol e paixão: o comportamento do torcedor do Esporte Clube Bahia**. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19507/1/MARCELO%20DE%20OLIVEIRA%20LIMA.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

MARQUES, João Vítor; VIMIEIRO, Ana Carolina. **Discurso de ódio contra o Nordeste no futebol brasileiro: uma análise de casos de xenofobia entre 2014 e 2023**. Esporte e Sociedade, ano 17, n. 39, p. 1-24, jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/61283. Acesso em: 14 jul. 2025.

MORAIS, Thayná. **Xenofobia e o futebol nordestino: "Olha o sambão, aqui é o país do futebol", mas então por que tentar excluir o Nordeste?**. *In*: ENFOC – Encontro de Iniciação Científica e Fórum Científico; Seminário PIBID, 2021, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Uninter, 2021. Disponível em: https://even3.blob.core.windows.net/anais/406824.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

RIBEIRO, Jocenilson. **Xenofobia e discurso de ódio ao estrangeiro no espaço de enunciação da tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)**. *In*: LIMA, Marcos Eugênio Oliveira; DE FRANÇA, Dalila Xavier; FREITAG, Raquel Meister Ko (org.). Processos psicossociais de exclusão social. São Paulo: Blucher, 2020.

SANTOS, Herbem Gramacho Ribeiro dos; NETO, Nelson de Carvalho Assis de Barros. **Esporte Clube Bahia: a derrocada do "clube nascido para vencer"**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SIMONI, Matheus. **Jornal pede desculpas após tratar vitória do Bahia sobre o Corinthians como "erro"**. Metro1, 2017. Disponível em: https://www.metro1.com.br/noticias/esportes/43506,jornal-pede-desculpas-apos-tratar-vitoria-do-bahia-sobre-o-corinthians-como-erro. Acesso em: 13 set. 2025.

VIEIRA, Patrícia Solange Tavares. **Xenofobia no Brasil: revisão de literatura e relato de experiência.** Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

ZANLORENZI, Elisete. **Banalização da preguiça**. Revista Intercom, v. 22, [1999]. Disponível em: https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/24ee909a564a82ff795016dc2b8165d5.PDF. Acesso em: 30 mar. 2025.

CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS ENTRE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS NO AMAPÁ

Nivea Luz de Paula [17], Daguinete Maria Chaves Brito[18]

RESUMO
O presente trabalho analisa os conflitos socioterritoriais e socioambientais vivenciados pelas comunidades quilombolas no Amapá, Brasil, decorrentes da morosidade na regularização das terras e da intensificação de atividades produtivas como agronegócio, mineração e monoculturas. Utilizando metodologia qualitativa, foram realizadas revisões bibliográficas e análises documentais, complementadas pelo uso de geotecnologias para o levantamento e representação espacial das comunidades. Os resultados apontam que, das quarenta comunidades reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares, apenas cinco conquistaram a titulação de suas terras - sendo uma de forma parcial - enquanto a maioria permanece em condições de vulnerabilidade. Foram aprofundados os estudos sobre as comunidades do Curiaú, Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira, São Raimundo do Pirativa e Rosa, revelando processos históricos de resistência, conquistas e permanência de impasses. Destaca-se, ainda, o papel de empresas como Amapá Florestal e Celulose S.A e da extinta Indústria e Comércio de Minérios S.A, cujas operações contribuíram e contribui para o agravamento das disputas fundiárias, degradação ambiental e restrição de direitos nos territórios quilombolas, também se enfatiza, a crescente pressão do setor do agronegócio, especialmente da soja. Como resultado, conclui-se que a falta de efetivação da titulação territorial compromete não somente o acesso à terra, mas também, a manutenção ambiental, a valorização das identidades culturais e a continuidade das práticas sociais dessas populações. A pesquisa ressalta, ainda, a necessidade de implementação de políticas públicas articuladas, que promovam o reconhecimento pleno das comunidades quilombolas como sujeitos de direitos, assegurando regularização fundiária e proteção ambiental, com respeito aos modos de vida e saberes tradicionais.

Palavras-Chave: Quilombo; Território; Tradição; Regularização Fundiária**.**

INTRODUÇÃO

A história dos quilombos no Brasil está intrinsecamente ligada à luta pela liberdade e pela preservação da identidade cultural das populações afrodescendentes. Desde o período colonial, os quilombolas estabeleceram comunidades em regiões isoladas como estratégia de sobrevivência e resistência à escravidão. No contexto atual, essas comunidades continuam a enfrentar desafios significativos, especialmente relacionados à regularização fundiária e às ameaças

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, estabeleceu direitos fundamentais para as comunidades quilombolas, reconhecendo

[17] UNIFAP, nivealuz14@gmail.com.
[18] UNIFAP, dagnete@uol.com.br.

a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas por essas populações (Gomes; Rodrigues, 2018). Entretanto, o processo de titulação desses territórios tem sido lento, enfrentando diversas barreiras institucionais e políticas. No Amapá, onde há uma quantidade significativa de comunidades quilombolas (quarenta certificadas, sendo quatro tituladas e uma parcialmente titulada), muitas comunidades ainda aguardam a conclusão do processo de regularização, o que as torna vulneráveis à conflitos socioterritoriais e socioambientais.

O Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, na margem esquerda do rio Amazonas, faz fronteira internacional com a Guiana Francesa e o Suriname, internamente limita-se com o estado do Pará a oeste e sul, e é banhado pelo Oceano Atlântico a leste. Sua posição geográfica o insere em uma zona estratégica da Amazônia, com parte de seu território coberto por florestas, marcado por áreas de várzea, planícies aluviais, florestas de terra firme e manchas de savanas. Apresenta grande biodiversidade e é rico em recursos hídricos (Drummond; Pereira, 2007).

A transformação do Amapá em estado, em 1988, não rompeu com a dependência de atividades primárias voltadas ao mercado externo, tendo o setor público, como principal empregador. O avanço do agronegócio e dos empreendimentos econômicos tem gerado impactos sobre comunidades tradicionais, incluindo as áreas remanescentes de quilombos.

O Amapá é considerado o estado mais protegido do Brasil, principalmente devido a unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas. É rico em biodiversidade ambiental e cultural, portanto, a importância da regularização fundiária vai além da segurança territorial. Proteger suas terras significa também a conservação e preservação de um modo de vida sustentável e autônomo, que valoriza o uso tradicional dos elementos naturais.

No entanto, sem a titulação, essas práticas são ameaçadas pela especulação imobiliária e pelo avanço de atividades produtivas que não consideram o impacto ambiental e social sobre as populações locais. Com relação aos territórios quilombolas, pode-se inferir que essas comunidades são formadas por populações negras cujos antepassados se refugiaram em regiões isoladas para escapar da escravidão, buscando preservar sua liberdade, cultura e modos de vida (Gomes; Rodrigues, 2018).

Esses territórios representaram e ainda representam a resistência das populações negras contra as violências sociais, políticas e econômicas impostas pelo colonialismo e, mais tarde, pelo Estado brasileiro. Por isso, é essencial discutir este tema para garantir a preservação e os direitos dessas comunidades e do ambiente ecologicamente equilibrado. Além de representar um modo de vida sustentável, estas comunidades constituem parte da ancestralidade do país e necessitam de reconhecimento como sujeitos de direito.

Para isso é necessário desenvolver políticas públicas para assegurar sua proteção e o compromisso do Estado em garantir justiça ambiental e equidade fundiária para essas populações. Para entender melhor essa temática, é importante distinguir as condições em que se encontram esses territórios. Ou seja, as diversas categorias territoriais.

Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) é um grupo social formado principalmente por descendentes de africanos escravizados que resistiram por meio da organização coletiva em seus próprios espaços. Essas comunidades mantêm laços históricos, culturais e simbólicos com seus ancestrais. Para ser reconhecida como uma CRQ, a comunidade deve ser certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Mais do que um agrupamento étnico, a comunidade quilombola, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é reconhecida por seus modos de vida específicos, suas tradições e formas de organização social baseadas na solidariedade, na oralidade e na conexão com o território (INCRA, 2021).

Território Remanescente de Comunidades Quilombolas (TRCQ) refere-se ao espaço geográfico tradicionalmente ocupado por uma comunidade quilombola, sendo este um componente central para sua reprodução social, cultural, econômica e simbólica. O território não se limita à terra como recurso produtivo, mas é entendido como um lugar de memória, identidade e resistência. A titulação dessas áreas, assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil,1988) e regulamentada por normas, como o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003), é um direito coletivo que visa reparar desigualdades históricas e garantir a continuidade da existência dessas comunidades.

Localidade Quilombola é uma expressão mais abrangente e descritiva que pode ser utilizada para indicar a presença de uma comunidade quilombola em uma determinada área, oficialmente reconhecida ou não pelo Estado. Muitas vezes, a localidade quilombola ainda não possui certificação de comunidade nem de seu território, mas é caracterizada pela existência de práticas típicas das comunidades remanescentes quilombolas. O uso deste termo pode estar relacionado a dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mapeamentos participativos ou processos preliminares de reconhecimento e visibilidade (IBGE, 2022).

No Brasil, os quilombos foram inicialmente concebidos como espaços de resistência e fortalecimento da identidade coletiva negra. Após a abolição da escravidão, em 1888, os quilombolas continuaram vivendo em comunidades, muitas vezes marginalizadas, preservando suas práticas culturais e modos de subsistência tradicional, mas enfrentando novas formas de exclusão e conflitos sociais (Soares, 2022).

A formação dos quilombos no Amapá remonta ao século XVIII, período em que o território ainda estava em disputa entre franceses e portugueses, e posteriormente, brasileiros, o que contribuiu para a instabilidade política e o frágil controle estatal na região. Nesse contexto, povos africanos escravizados foram trazidos para trabalhar principalmente na construção da Fortaleza de São José de Macapá, na extração da borracha, nas lavouras de subsistência e em atividades extrativistas voltadas à exportação.

Muitos desses homens e mulheres resistiram à violência da escravidão, fugindo dos trabalhos forçados nas obras, das fazendas e seringais e buscando refúgio em áreas isoladas da floresta e às margens de rios. Essas áreas, de difícil acesso para os algozes e para os mecanismos de repressão, ofereciam condições favoráveis à fuga e à criação de novas formas de vida em liberdade.

A promulgação da CRFB/1988 é um marco importante para o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, pois, reconheceu seu direito às terras tradicionalmente ocupadas e estabeleceu o conceito de CRQ. Essas medidas, embora sejam progressistas, trouxe uma série de desafios na sua implementação, especialmente em áreas com forte pressão de empreendimentos econômicos e de expansão urbana, como ocorre no Amapá. No contexto estadual,

os quilombos se tornaram, não somente espaços de conservação e preservação da cultura e da identidade, mas também, epicentros de disputas pelo território e recursos naturais.

A regularização fundiária dos territórios quilombolas é um direito previsto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que determina que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir títulos respectivos” (Brasil,1988). Ou seja, reconhece a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas pelas populações quilombolas.

No entanto, concretizar esse direito tem sido desafiante, tanto pela complexidade dos processos institucionais, quanto pela pressão de interesses econômicos na região. A lentidão na titulação dessas terras reflete a vulnerabilidade em que muitas comunidades se encontram, frequentemente expostas a invasões e ameaças de grupos externos (Lomba; Schweitzer, 2022).

A FCP e o INCRA são instituições que desempenham papéis distintos, mas complementares, na garantia dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil. A FCP, vinculada ao Ministério da Cultura, tem a missão de promover e preservar a cultura afro-brasileira. No que se refere às comunidades quilombolas, seu papel principal é a certificação, ou seja, o reconhecimento oficial da identidade quilombola de determinada comunidade. Essa certificação é um dos primeiros passos para que essas comunidades possam reivindicar seus direitos, incluindo o acesso ao território tradicional.

O INCRA, por sua vez, é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, tem a responsabilidade de titular os territórios quilombolas. Após a certificação pela FCP, o INCRA conduz os processos administrativos e técnicos para identificar, demarcar e regularizar as terras, garantindo a posse coletiva às comunidades quilombolas. Esse processo envolve estudos fundiários, consultas às comunidades e, muitas vezes, mediação de conflitos. Isto é, enquanto a FCP assegura o reconhecimento da identidade quilombola, o INCRA viabiliza o direito à terra, um fator essencial para a manutenção da cultura, dos modos de vida e da autonomia dessas comunidades.

O processo de titulação do TRCQ segue etapas essenciais para garantir o direito à terra às comunidades remanescentes de quilombos. O primeiro passo é a autodefinição quilombola, na qual a própria comunidade se reconhece como quilombola e busca a certificação junto à FCP. Esse reconhecimento é fundamental para dar início ao processo de regularização territorial.

Em seguida, é realizada a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), um documento produzido pelo INCRA que reúne estudos históricos, antropológicos, fundiários e ambientais sobre a comunidade e seu território tradicional. Após a conclusão do RTID, ocorre sua publicação oficial, momento em que a sociedade é informada sobre a delimitação do território e eventuais contestações podem ser apresentadas.

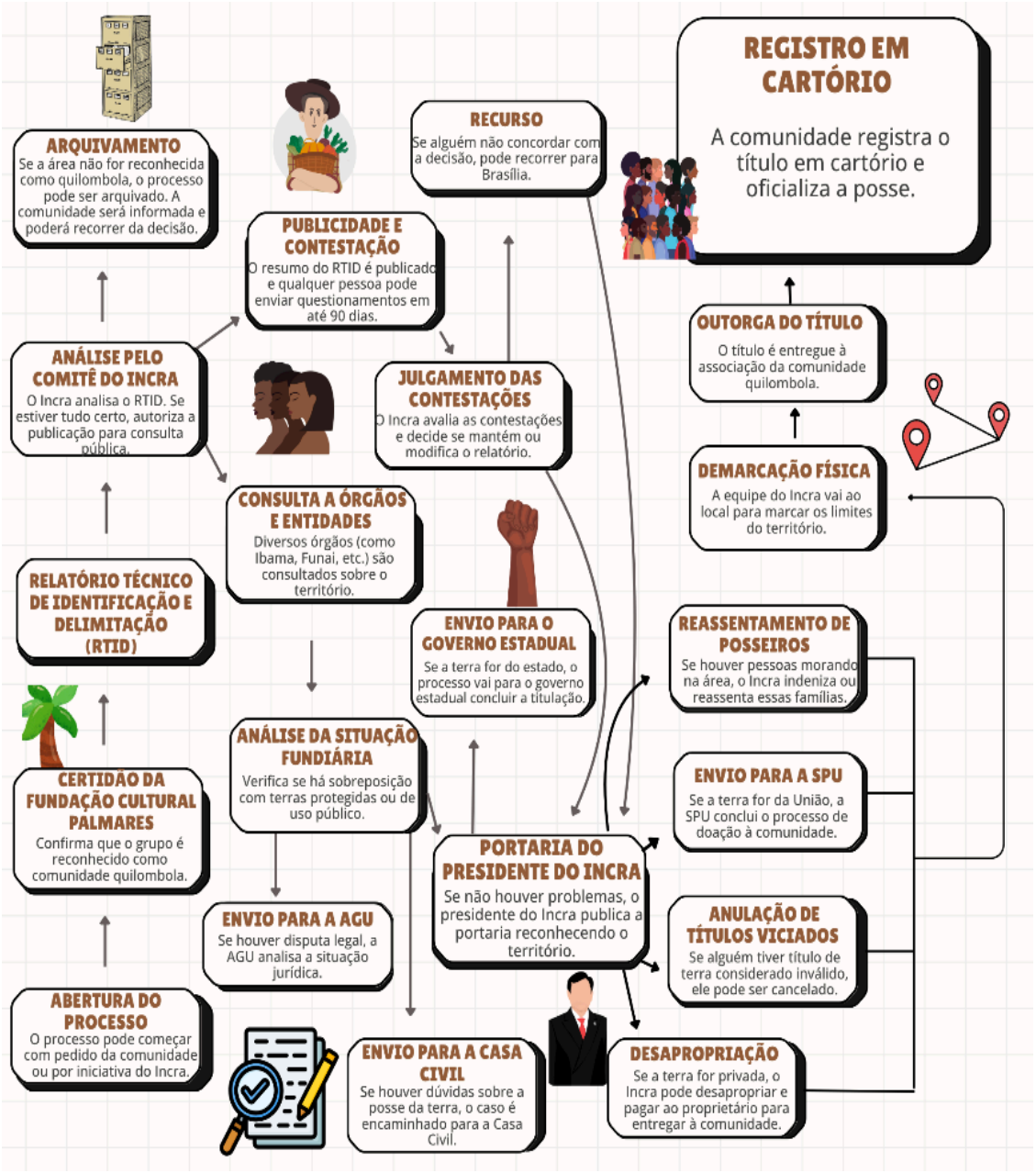
Se não houver impedimentos que inviabilizem a continuidade do processo, é emitida a Portaria de Reconhecimento, um ato administrativo que formaliza o reconhecimento do território como quilombola pelo Estado. Caso existam propriedades privadas sobrepostas ao território identificado, pode ser necessário um Decreto de Desapropriação, permitindo que a área seja destinada ao uso coletivo da comunidade quilombola. Por fim, ocorre a titulação do território, que consiste na emissão do título definitivo de posse coletiva, assegurando o direito da comunidade ao seu território tradicional de forma inalienável, ou seja, sem possibilidade de venda ou divisão, todo esse processo é descrito no Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003). A Figura 1 apresenta as etapas do processo de titulação de um TRCQ.

Um dos TRCQ do Amapá, o Curiaú, obteve seu título antes da regularização do processo de titulação, nesse sentido, o Curiaú passou a ocupar um novo patamar no debate público nacional, articulando reivindicações históricas à agenda contemporânea de promoção da igualdade racial e justiça social. O avanço desse processo só foi possível graças à articulação entre diferentes instâncias de apoio institucional (Pantoja, 2024). Com a regularização do processo de titulação pelo Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003). A FCP desempenhou papel pioneiro ao iniciar o reconhecimento formal da comunidade, enquanto o INCRA assumiu a condução da regularização fundiária e expedição do título coletivo.

O decreto marcou importante reestruturação institucional, com o deslocamento da responsabilidade exclusiva da FCP para uma atuação integrada entre vários ministérios, sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República, o que conferiu maior legitimidade e abrangência ao processo. Além do apoio governamental, destaca-se o protagonismo da própria comunidade, que se organizou formalmente em associação, fortalecendo a capacidade de mobilização, negociação e defesa de seus direitos (Pantoja, 2024).

Esse movimento local repercutiu nacionalmente, contribuindo para o fortalecimento das redes do movimento quilombola no Brasil e para a consolidação de uma agenda coletiva de luta por reconhecimento, autonomia territorial e justiça social (Pantoja, 2024).

Figura 1 - O processo da Titulação



Fonte: Elaborado por Nivea Luz, adaptada do Decreto n° 4.887 de 20 de novembro de 2003.

A pesquisa tem como objetivos mapear os conflitos socioterritoriais e socioambientais vivenciados pela população quilombola do Amapá, Brasil. A análise sobre o processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas é essencial para garantir a segurança socioterritorial, a sustentabilidade ambiental e a preservação de suas práticas culturais e econômicas.

Neste sentido, os conflitos socioambientais são disputas que emergem da interação entre diferentes grupos sociais e os elementos naturais, envolvendo interesses divergentes sobre o uso e a gestão do ambiente (Little, 2001). Esses

conflitos ocorrem, principalmente, quando comunidades locais, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência, entram em confronto com grandes empreendimentos, políticas públicas ou modelos de desenvolvimento que ameaçam seus territórios e modos de vida.

Diferentemente de outras formas de conflito, os socioterritoriais não se limitam apenas ao acesso à terra, mas envolvem, também, dimensões políticas, culturais e simbólicas do território, refletindo a resistência de grupos sociais frente a modelos de desenvolvimento que ameaçam suas existências. Assim, o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento central na construção da identidade e da reprodução social dos grupos que nele vivem, tornando os conflitos socioterritoriais uma questão central nas disputas pelo direito à terra e pelo reconhecimento de territorialidades alternativas (Fernandes, 2000).

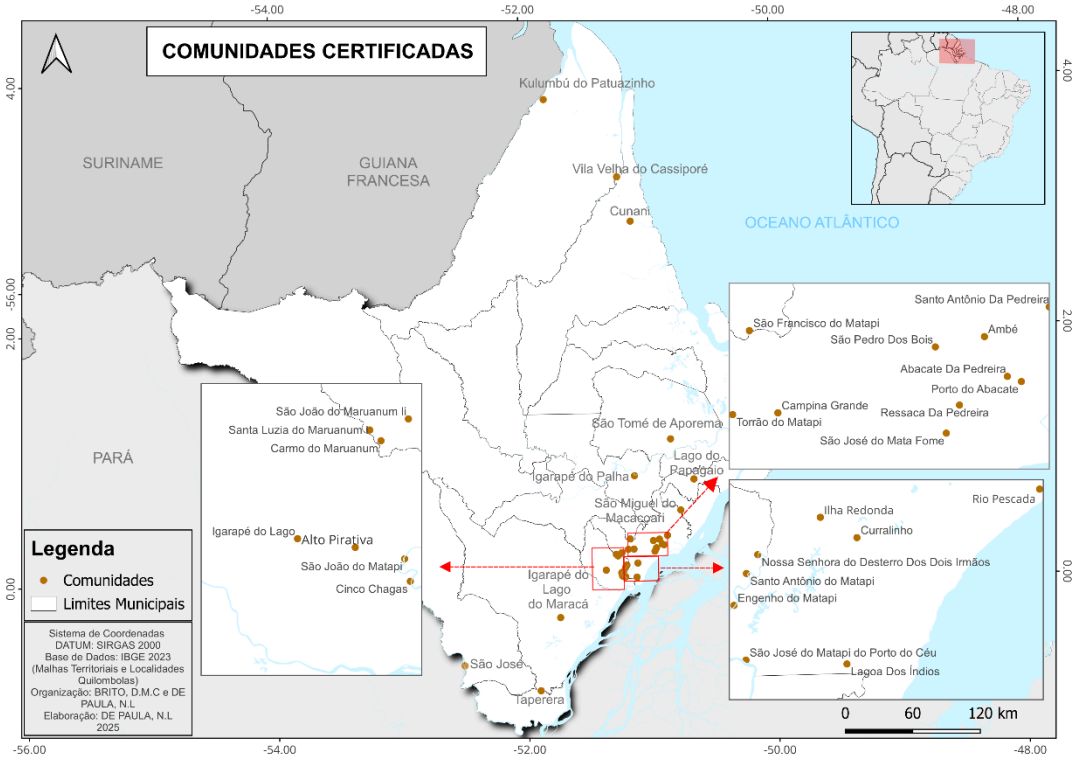
Neste sentido, o conflito socioambiental está relacionado às questões envolvendo o ambiente natural e os impactos ambientais, enquanto o conflito socioterritorial está vinculado aos aspectos econômicos, políticos e sociais que envolvem a dinâmica e a permanência de uma comunidade em seu território.

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo desta pesquisa abrange a área territorial do Amapá, com foco na localização das quarenta comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela FCP (Figura 2), sendo: 35 certificadas e com RTID em elaboração, e quatro tituladas e uma titulada parcialmente. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e na análise documental. O levantamento de materiais bibliográficos que embasam essa pesquisa ocorreu a partir de análises de livros, artigos, monografias, dissertações e teses em meio digital a partir das plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SCIELO e Google Acadêmico. Já a análise documental incluiu a consulta de legislações pertinentes sobre o tema permitindo compreensão detalhada das diretrizes e regulamentações que orientam a temática estudada. Esse procedimento metodológico possibilitou análises crítica e contextualizada, garantindo a validade das informações e contribuindo para reflexões aprofundadas sobre o objeto de estudo.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um Subprojeto de Iniciação Científica[19] (IC), vinculado à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integra o Projeto intitulado “Conflitos Socioambientais entre Áreas Protegidas e Áreas de Produção no Amapá”, tendo como foco a análise das dinâmicas territoriais e fundiárias em comunidades quilombolas.

Figura 2 - Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A produção dos mapas temáticos foi realizada com base em dados do IBGE e do INCRA. Para isso, foram utilizadas ferramentas das geotecnologias, especialmente o Sistema de Informações Geográficas (SIG), com o uso do software QGIS, que possibilitou a organização, análise e representação espacial das informações coletadas.

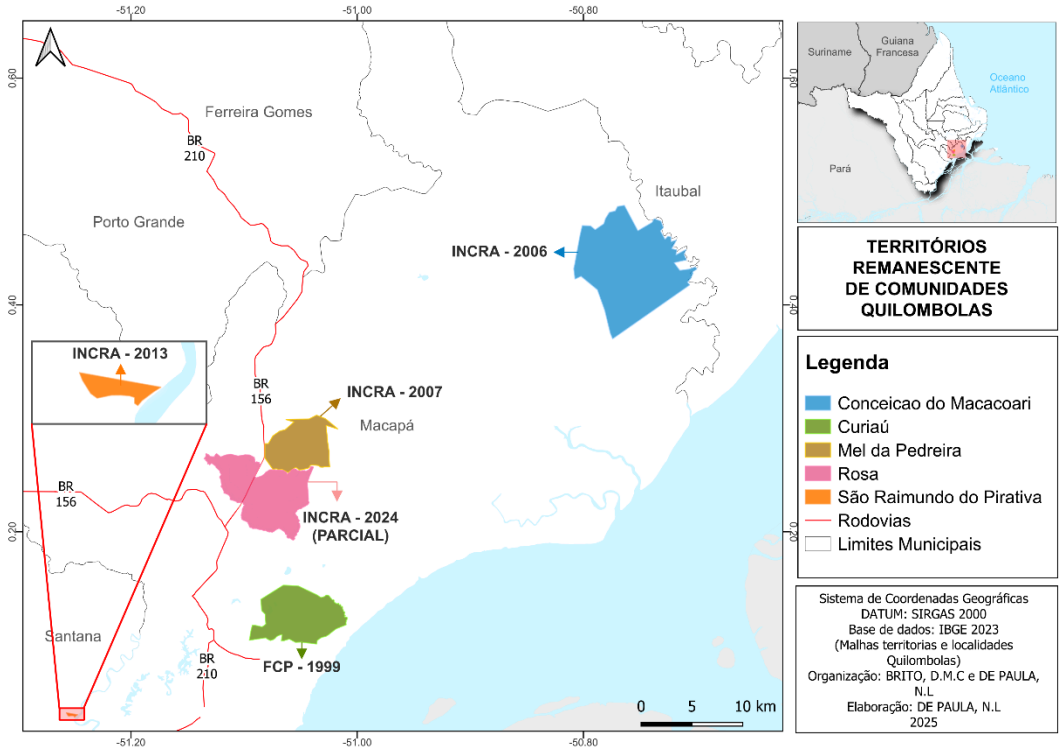
RESULTADOS E DISCUSSÃO

[19] Esta pesquisa é parte do Subprojeto de Iniciação Científica (IC) vinculado ao Projeto de Pesquisa "Conflitos Socioambientais entre Áreas Protegidas e Áreas de Produção no Território Amapaense" (Processo nº PVH1837-2023), desenvolvido na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com financiamento do CNPq.

A pesquisa identificou e mapeou cinco TRCQ, sendo o Curiaú (em Macapá), o primeiro a ser titulado e o único a ter o título expedido pela FCP, pois o processo de definição de órgão responsável pela regularização fundiária ainda estava em elaboração e a prerrogativa da instituição pertencia, naquele período, aquela fundação. Somente, a partir da publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003), que o INCRA passou a ser o órgão responsável pelo processo e emissão dos títulos.

Em seguida, as comunidades Conceição do Macacoari e Mel da Pedreira, ambas localizadas, também, em Macapá, foram tituladas pelo INCRA, nos anos de 2006 e 2007, respectivamente. A quarta Comunidade a ser titulada foi a São Raimundo do Pirativa, em Santana (município a 25 minutos da capital do estado), que teve seu título expedido em 2013 pelo INCRA e a comunidade do Rosa, no município de Macapá, foi a última a ser titulada, em 2024, entretanto, sua regularização possui uma particularidade conforme os Títulos nº SR-AP/01/2024, SR-AP/02/2024 e SR-AP/03/2024 (Brasil,2024) a titulação é parcial. Ou seja, a totalidade do território certificado, não foi titulado. A Figura 3 mostra estes TRCQ, sendo quatro em Macapá e um em Santana.

Figura 3 - Territórios Quilombolas no Amapá



Fonte: Elaborado pelas autoras.

O TRCQ do Curiaú, no município de Macapá, foi o 13° a ter o reconhecimento de suas terras por título no Brasil, sua área é de 3.321,8931 hectares conforme o Título de reconhecimento de domínio FCP n° 001/1999 (Brasil, 1999), promovendo o reconhecimento dos quilombolas não apenas como portadores de uma tradição cultural, mas como sujeitos de direitos. A partir da titulação do Curiaú é possível inferir que foi um marco local, para que as outras comunidades também buscassem por regularização.

Em 2000 os moradores da comunidade de Conceição do Macacoari se mobilizaram para reivindicar a titulação de suas terras, um movimento fundamental para garantir a permanência e autonomia do grupo sobre o território ancestral (Sarraf; Lomba,2023). Em 2006 obteve do INCRA o reconhecimento do território que totaliza 8.475,4710 hectares conforme o Título n° AP 1900000000001 (Brasil,2006).

O Mel da Pedreira obteve seu Título de Domínio Coletivo, em 2007, conforme o Título de n° AP 1900000000002 (Brasil, 2007) que reconhece uma área de 2.629,0532 hectares. Embora a comunidade não tenha registrado conflitos até o momento, foi alertada sobre o interesse de terceiros em suas terras. Relatos

indicam que algumas pessoas têm utilizado pontos de *Global Positioning System* (GPS) para realizar registros no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), possivelmente com o objetivo de promover grilagem, caso haja algum enfraquecimento dos direitos territoriais dos quilombolas em decorrência de decisões do supremo tribunal federal (STF) (Soares, 2022).

A comunidade de São Raimundo do Pirativa teve seu território reconhecido pelo INCRA, em 2013, por meio da portaria n° 647 de 13 de novembro de 2013 (Brasil,2013). Destaca-se que este território é o único do Amapá, localizado no município de Santana. Este TRCQ tem área de apenas 23,4184 hectares, conforme expresso no seu RTID. Embora seja uma área reduzida, é uma conquista dos moradores.

A comunidade do Rosa obteve a regularização de seu território recentemente, e até o momento parcial conforme os Títulos nº SR-AP/01/2024, SR-AP/02/2024 e SR-AP/03/2024 (Brasil, 2024) que somados, totalizam área de 4.099,5111 hectares, mas a área da CRQ é de 4.984,4857 hectares. apesar das limitações, a obtenção do título representa um marco fundamental, pois confere não apenas a posse legal da terra, mas também, fortalece a identidade coletiva e a segurança da comunidade diante de ameaças externas.

A importância do campesinato negro para o estado do Amapá se manifesta na resistência diária dessas famílias, que não apenas preservam modos de vida tradicionais, mas, contribuem para a formação da identidade cultural regional, representando um pilar fundamental na luta pela justiça social, pela valorização da diversidade étnica e pela construção de alternativas econômicas que respeitem o equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente (Sarraf; Lomba,2023).

Além das Comunidade Tituladas, outras 35 comunidades foram localizadas, a Figura 2 apresenta a distribuição espacial delas, que embora, estejam certificadas pela FCP, muitas aguardam há anos pela conclusão da regularização fundiária, que permanecem em diferentes fases de tramitação nos órgãos federais responsáveis pela regulamentação, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Comunidades certificadas

N°	Comunidade	Município/AP	Nº PROCESSO NA FCP
1	Abacate da Pedreira	Macapá	01420.002351/2015-61
2	Alto Pirativa	Santana	01420.001757/2007-17
3	Ambé	Macapá	01420.000133/2006-00
4	Campina Grande	Macapá	01420.008998/2013-35
5	Carmo do Maruanum	Macapá	01420.009442/2013-66
6	Cinco Chagas	Santana	01420.002363/2009-48
7	Cunani	Calçoene	01420.000018/2005-46
8	Curralinho	Macapá	01420.003000/2009-20
9	Engenho do Matapi	Santana	01420.001680/2009-47
10	Igarapé do Lago	Santana	01420.007090/2011-42
11	Igarapé do Lago do Maracá (comunidades: Mari, Conceição, Joaquina, Fortaleza e Laranjal do Maracá)	Mazagão	01420.012797/2012-51
12	Igarapé do Palha	Ferreira Gomes	01420.001511/2010-41
13	Ilha Redonda	Macapá	01420.000266/2006-78
14	Kulumbú do Patuazinho	Oiapoque	01420.003031/2009-81
15	Lago do Papagaio	Macapá	01420.006766/2014-23
16	Lagoa dos Índios	Macapá	01420.000072/2002-49
17	Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos	Santana	01420.002984/2009-21
18	Porto do Abacate	Macapá	01420.001513/2006-53
19	Ressaca da Pedreira	Macapá	01420.000124/2010-97
20	Rio Pescado	Macapá	01420.009440/2013-77
21	Santa Luzia do Maruanum I	Macapá	01420.010618/2011-61
22	Santo Antônio da Pedreira	Macapá	01420.015467/2015-61
23	Santo Antônio do Matapi	Macapá	01420.002873/2007-53
24	São Francisco do Matapí	Macapá	01420.006763/2014-90
25	São João do Maruanum II	Macapá	01420.010619/2011-13
26	São João do Matapi	Macapá	01420.003001/2009-74
27	São José	Laranjal do Jari	01420.009189/2012-60
28	São José do Mata Fome	Macapá	01420.000263/2006-34
29	São José do Matapi do Porto do Céu	Macapá	01420.002945/2010-68
30	São Miguel do Macacoari	Itaubal	01420.006712/2010-34
31	São Pedro dos Bois	Macapá	01420.000269/2006-10
32	São Tomé do Aporema	Tartarugalzinho	01420.000123/2010-42
33	Taperera	Vitória do Jari	01420.010417/2012-44
34	Torrão do Matapi	Macapá	01420.010348/2013-50
35	Vila Velha do Cassiporé	Oiapoque	01420.012605/2013-98

Fonte: Comunidades Certificadas (Brasil)

Um dos maiores desafios enfrentado pelas comunidades quilombolas no Amapá é a falta de articulação sólida entre as políticas de proteção territorial e os interesses socioeconômicos da região. As comunidades que não têm o título, estão em posição de grande vulnerabilidade, pois, a pressão de empreendimentos agrícolas e extrativistas, estimulados por políticas desenvolvimentista, frequentemente, coloca os seus territórios em risco, dificultando a continuidade de suas práticas culturais e de subsistência. Esse cenário se agrava com os processos de regularização, que é moroso e fragmentado, gerando sensação de insegurança para os comunitários (Acselrad, 2004).

Além de serem expressões de disputas territoriais, esses conflitos, também, refletem relações desiguais de poder, evidenciando a marginalização de grupos sociais historicamente vulnerabilizados. Dessa forma, o estudo dos conflitos socioambientais não apenas busca compreender essas disputas, mas também, propõe estratégias de ação política para mitigar seus impactos e promover justiça socioambiental.

As CRQ estão em regiões que despertam interesse econômico significativo, especialmente por conta de recursos naturais valiosos e potencial agrícola. Esse interesse econômico pode ignorar a presença dessas comunidades e priorizar grandes empreendimentos que não consideram as práticas de subsistência e o modo de vida sustentável dessas populações (Lomba; Schweitzer, 2022). Projetos de mineração, agropecuária extensiva e até turismo vêm sendo incentivados na região, trazendo crescimento econômico para algumas áreas, porém, intensificando os conflitos de interesse com as comunidades.

Esses conflitos ocorrem, principalmente, pela divergência entre as práticas extrativas e agrícolas tradicionais dos quilombolas e os interesses de grandes empresas. Enquanto, os quilombolas realizam atividades de baixo impacto ambiental e mantêm relação de uso sustentável com o território, empreendimentos externos promovem degradação ambiental e expropriação de terras, enfraquecendo as economias locais.

Em relação à AMCEL, estudos apontam que a expansão de seus empreendimentos florestais foi marcada por práticas de grilagem e disputas judiciais sistemáticas contra posseiros, agricultores familiares e comunidades quilombolas, como o Igarapé do Palha, no município de Ferreira Gomes, que se tornou palco de

"intensos conflitos por terras com os posseiros que viviam às margens do Igarapé do Palha. A partir daí, a perseguição e criminalização dos posseiros daquela região passaram a ser recorrentes. A AMCEL entraria com uma série de processos de reintegração de posse em desfavor dos posseiros" (Ferreira, 2022, p.222).

Construindo sobre o tema dos conflitos fundiários e a atuação da AMCEL, as evidências sugerem que parte significativa das terras ocupadas pela empresa decorre de processos de titulação marcados por irregularidades e ausência de transparência. Essa dinâmica, aliada à morosidade e complexidade do processo de titulação de territórios quilombolas, perpetua a insegurança jurídica e favorece a consolidação do domínio corporativo sobre áreas tradicionalmente ocupadas (Ferreira, 2022).

No que se refere à ICOMI, o controle territorial e a fragmentação social imposta durante as décadas de 1950 e 1960 configuram um paradigma de projeto desenvolvimentista excludente O estudo de Bastos, Valente e Oliveira(2021) ressalta que a empresa recrutou mão de obra, implementou regras rígidas e controlou a vida cotidiana dos trabalhadores e de suas famílias, produzindo um ambiente de dependência e disciplinamento social. Os autores ampliam a análise ao demonstrar que o Estado do Amapá, historicamente, orientou seu projeto político-econômico para atender grandes interesses privados, frequentemente, em detrimento dos direitos territoriais das comunidades locais (Lomba; Schweitzer; Porto, 2020).

O modelo empresarial da AMCEL se baseia na exportação de *commodities* e no uso intensivo de insumos químicos, com baixa geração de emprego local e quase nenhum investimento na infraestrutura das áreas afetadas. A empresa prioriza a eficiência econômica, mas ignora as complexidades sociais e culturais dos territórios que ocupa, contribuindo para o agravamento da insegurança territorial entre CRQ que ainda aguardam titulação definitiva de seus territórios (Lima, 2015).

Tanto a ICOMI (extinta), quanto a AMCEL (em operação) evidenciam como grandes empreendimentos instalados no Amapá, mesmo sob o discurso de progresso e desenvolvimento, aprofundaram desigualdades históricas, violaram direitos territoriais e desencadearam conflitos de longa duração com populações tradicionais, inclusive os descendentes quilombolas. O padrão de ocupação e exploração imposto por essas empresas reforça a lógica colonial de controle dos

recursos naturais, sustentada por alianças entre capital estrangeiro e Estado, sem considerar os saberes, as necessidades e os projetos das comunidades locais.

No estado do Amapá, a rápida expansão do agronegócio, especialmente para o cultivo de soja, tem causado impactos em diversas comunidades quilombolas. Entre as comunidades mais diretamente afetadas por essa dinâmica está a CRQ Ambé, localizado em Macapá, que sofre com a pressão do avanço das plantações de soja próximas ao seu território. O uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras tem sido denunciado por moradores como um fator que compromete a saúde da população e a biodiversidade local, refletindo na redução da fauna e da qualidade da água (Amapá: no olho [...], 2017).

A transformação do Amapá em uma nova “fronteira agrícola” é impulsionada pela presença de aproximadamente 400 mil hectares de savana, pela capacidade portuária estratégica e pelo baixo custo das terras. Esse processo tem intensificado a ocupação do território sem a devida consideração aos direitos territoriais das populações locais, provocando impactos socioambientais significativos - como o desmatamento de áreas de savana e floresta, a ameaça aos modos de vida tradicionais e à segurança alimentar das comunidades (Amapá: no olho [...], 2017)

Esses diferentes tipos de empreendimentos compartilham um mesmo padrão de imposição de modelos externos de desenvolvimento que desconsideram os direitos coletivos das comunidades quilombolas, gerando conflitos socioambientais intensos. Ou seja, esses territórios enfrentam a constante ameaça da marginalização, mesmo com os avanços legais de reconhecimento fundiário, devido à morosidade nos processos de regularização e à presença de interesses econômicos poderosos sobre a terra (Custódio; Souza; Almeida, 2019). O impacto dessas atividades, portanto, vai além do território físico, afetando diretamente a identidade, a cultura e a reprodução social dos grupos quilombolas no Amapá.

A CRQ Rosa tem um histórico de resistência e ficou evidente em 2002, quando a mineradora ICOMI, sem qualquer autorização ou diálogo prévio, tentou descartar rejeitos tóxicos de arsênio em área próxima à comunidade (Silva, 2020).

Aproveitando-se da ausência momentânea dos moradores, a empresa construiu uma estrutura de despejo a menos de 500 metros das residências, colocando em risco, não só o meio ambiente, mas também, a saúde e o modo de vida da população local. A reação foi rápida e articulada: os moradores, em parceria

com outras comunidades vizinhas (quilombolas ou não, inclusive aquelas ainda não certificadas), autoridades locais, movimentos sociais e o apoio de uma deputada federal, conseguiram, após uma semana de intensa mobilização, expulsar a empresa e impedir o descarte dos resíduos (Silva, 2020).

Comunidades com Ambé, São Pedro dos Bois, Campina Grande, Curralinho, Ressaca da Pedreira, Santo Antônio da Pedreira, Abacate da Pedreira, Porto do Abacate e São José do Mata Fome, estão localizadas no eixo de regularização fundiária da Bacia do Rio Pedreira.

Essas áreas apresentam particularidades fundiárias, enfrentando obstáculos mais acentuados, pois muitos títulos já haviam sido emitidos para proprietários e houve a ocupação por posseiros, tanto antes, quanto durante o processo de reconhecimento dos territórios quilombolas. Essas comunidades têm a maior parte de suas terras inserida na faixa de savana amapaense, sendo justamente nesse eixo que se observa o avanço do plantio da soja. Ambé, Ressaca da Pedreira, e São Pedro dos Bois estão no processo de regularização fundiária a mais tempo e são as que mais tiveram seus espaços ocupados pelas atividades de plantio de grãos (Soares, 2022).

Para a comunidade São José do Matapi do Porto do Céu que, localiza-se no bairro Coração (Macapá), encontra-se na zona de expansão urbana, tanto de Macapá, quanto de Santana e essas cidades vêm crescendo, inclusive horizontalmente e essa expansão potencializa surgimento de ocupações ilegais no entorno da comunidade e diferentes atividades disputam o uso do solo (Custódio; Souza; Almeida, 2019). Esse crescimento horizontalizado é reforçado com os condomínios, empreendimento que tem crescido nos últimos anos nas duas cidades. Por conta da expansão urbana, a comunidade Lagoa dos Índios, teve parte de seu espaço ocupada pelo bairro goiabal, e tem parte de seu espaço em terras públicas.

A comunidade do Cunani, tem entorno de 50% de seu território sobreposto ao Parque Nacional do Cabo Orange, o que teria provocado a paralisação do processo de regularização fundiária**.** Em contraste, comunidades Nossa Senhora do Desterro, Santo Antonio do Matapi, Engenho do Matapi e Cinco chagas, encontram-se assentadas majoritariamente sobre terras públicas, o que tende a simplificar, em parte, os trâmites legais (Soares, 2022). A bacia do rio matapi e a do

rio pedreira são os principais focos de regularização fundiária, segundo o INCRA, dada a grande presença de comunidades negras nessas regiões (Soares, 2022).

A comunidade São Tomé do Aporema, certificada pela FCP em 2010, chega, após mais de uma década de tramitação, às fases finais do processo de titulação, pois já teve suas terras reconhecidas.

As demais comunidades: Alto Pirativa, Igarapé do Lago, Igarapé do Lago do Maracá, Ilha Redonda, Kulumbú do Patuazinho, Lago do Papagaio, Porto do Abacate, Rio Pescado, Santa Lúzia do Maruanum I, Santo Antônio do Matapi, São Francisco do Matapí, São João do Maruanum II, São João do Matapi, São José, São Miguel do Macacoari, Taperera, Torrão do Matapi e Vila Velha do Cassiporé, essas estão com o RTDI ainda em elaboração, e, seguem aguardando avanços no reconhecimento e titulação de seus territórios tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência das comunidades quilombolas no estado do Amapá parece revelar uma relação complexa entre os interesses econômicos e os direitos territoriais dos povos tradicionais. Embora haja registros de avanços legais no campo da titulação de terras, os processos de regularização fundiária se apresentam de forma lenta e limitada, especialmente, frente à expansão de atividades ligadas ao agronegócio e a outros empreendimentos produtivos.

Os conflitos socioambientais e socioterritoriais observados nesta análise indicam a possível necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à proteção dos territórios quilombolas, não apenas no que diz respeito ao reconhecimento formal da terra, mas também, à valorização de seus modos de vida, práticas culturais e saberes ancestrais.

Além disso, considera-se relevante ampliar a atenção às comunidades que ainda não foram tituladas, uma vez que sua ausência em registros oficiais pode deixá-las mais suscetíveis a vulnerabilidades territoriais. Do ponto de vista da sustentabilidade e do desenvolvimento regional, essas comunidades podem exercer papel importante na dinâmica econômica local, sobretudo quando associadas ao uso tradicional e sustentável da terra.

Por isso, parece fundamental que eventuais políticas voltadas a esses territórios sejam construídas em diálogo com os próprios sujeitos quilombolas, respeitando seus conhecimentos e formas de organização social.

Grandes projetos empresariais, ao se apropriarem de vastas extensões de terra e recursos, tornam-se vetores de exclusão social e ambiental, ao mesmo tempo em que alimentam narrativas de desenvolvimento que não se materializam em benefícios concretos para as populações afetadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-37. Disponível em: https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acselrad-Henri.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

AMAPÁ NO OLHO Do Furacão Do Agronegócio E Da Especulação Fundiária. **Greenpeace Brasil.** 27 set. 2017. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/amapa-no-olho-do-furacao-do-agronegocio-e-da-especulacao-fundiaria/. Acesso em: 23 maio 2025.

BASTOS, C.M.C.B; VALENTE, A. K. M; DE OLIVEIRA, K.N. A ICOMI no Amapá: a empresa, os operários e suas famílias na mineração de manganês entre 1950 e 1960. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 13, p. 01-14, 2021. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/planetaamazonia/article/download/255/140/681. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares (FCP). **Título n° 001/1999.** Macapá, AP: FCP,1999. PDF. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/T_CuriauAP2000FCP.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Título nº SR-AP/03/2024**. Macapá, AP: INCRA, 2024. PDF. Disponível em: *https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/T_Rosa_03_AP2024.pdf.* Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Título nº SR-AP/02/2024**. Macapá, AP: INCRA, 2024. PDF. Disponível em: *https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/T_Rosa_02_AP2024.pdf.* Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Título nº SR-AP/01/2024**. Macapá, AP: INCRA, 2024. PDF. Disponível em: *https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/T_Rosa_01_AP2024.pdf.* Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Título nº AP 1900000000001**. Macapá, AP: INCRA, 2006. PDF. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/T_ConceicaoMacacoariAP2006Incra.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Título nº AP 1900000000002**. Macapá, AP: INCRA, 2007. PDF. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/T_MeldaPedreiraAP2007Incra.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária (Incra). Portaria nº 647, de 13 de novembro de 2013. Reconhece e declara como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos São Raimundo do Pirativa. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 223, p. 76, 18 nov. 2013. Disponível em: https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/P_SaoRaimundoPirativaAP2013.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

CUSTÓDIO, E.S; DE SOUZA, S.R.A; ALMEIDA, M.D.R. História, Cultura e Identidade: Olhares sobre comunidades quilombolas no Estado do Amapá. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 66, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p220-254. Acesso em: 21 fev. 2025.

DRUMMOND, J.A; PEREIRA, M.A.P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Editora Garamond, 2007.Disponível em: https://www.academia.edu/122464109/O_Amap%C3%A1_nos_tempos_do_mangan%C3%AAs. Acesso em 30 mai. 2025.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, [S. l.], n. 15, p. 59-85, 2000. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/download/361/343/698. Acesso em: 21 fev. 2025.

FERREIRA, F. S. Posses e quilombo em conflitos na região do Igarapé do Palha no município de Ferreira Gomes. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – **UNIFAP**, [Macapá, AP], 2022.Disponível em: https://www2.unifap.br/ppgeo/files/2024/03/Dissertacao_Fabio_da_Silva_Ferreira.pd . Acesso em: 28 jul. 2025.

GOMES, N. L.; RODRIGUES, T. C. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 39, p. 928-945, 2018.Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/LF9R5KRdpnDkCSRvDjmWyfL/. Acesso em: 21/02/2025.

IBGE. Quilombolas: alfabetização e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: resultados do universo. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/969e58eca8ace982c4d446a50f8acf32.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Perguntas e respostas sobre governança fundiária. Brasília: **INCRA**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: **BURSZTYN, M. (Org.).** A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122. Disponivel em: https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12789/Livro-ADificilSustentabilidade-MarcelBursztyn.pdf. Acesso em 13 mai. 2025.

LOMBA, R. M.; SCHWEITZER, A. F**.** Disputas socioterritoriais no Amapá: conflitos por terra, água e florestas. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie = Revista franco-brasilera de geografia**, [S. l.], n. 55, 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/46037. Acesso em: 13 mai. 2025.

LOMBA, R. M.; SCHWEITZER, A. F.; PORTO, J. L. R. Ordenamento territorial e conflitos por terra no Amapá – Amazônia – Brasil. **Redes**, *[S. l.]*, v. 25, n. 4, p. 1553–1575, 2020. DOI: 10.17058/redes. v25i4.15214. Disponível em: https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/15214. Acesso em: 25 jul. 2025.

PANTOJA, Marcione Moraes dos Santos. Comunidade quilombola do Curiaú/AP: rupturas e continuidades de tradições e memórias (2000-2023). Orientador: César Augusto Bubolz Queirós. 2024. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação, **Universidade Federal do Amapá**, Macapá, 2024. Disponível em: http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/1740. Acesso em: 30 jul. 2025.

SARRAF, R. E.; LOMBA, R. M. Transformações socioterritoriais na Amazônia amapaense: disputas e resistências no território quilombola de Conceição do

Macacoari**. Revista da Casa da Geografia de Sobral** (RCGS), [S. l.], v. 25, n. 3, p. 81–106, 2023. DOI: 10.35701/rcgs. v25.934. Disponível em: //rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/934. Acesso em: 31/07/25.

SILVA, D. J. S. O processo de territorialização do Quilombo do Rosa, Amapá, Brasil. **Amazônica-Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 49-85, 2020. https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8454/6518. Acesso em: 26 mai. 2025.

SOARES, L.R. a disputa pelo controle das terras e a situação dos territórios quilombolas no amapá. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 40, p. e64989, 2022. DOI: 10.12957/geouerj.2022.64989. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/64989. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. ***Portal de Dados da Cultura*****.** Disponível em: https://dados.cultura.gov.br/organization/36f05a6e-e7ab-480f-a4a9-de233c2167e9?license_id=cc-by. Acesso em 8 set. 2025.

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS, A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA E.M.E.F DEMÓSTENES RANIERI, CAMETÁ, PARÁ

Maria de Jesus Américo dos Santos[20], Mário Júnior de Carvalho Arnaud[21], Gracilene Wanzeler Moraes[22], Kevem Marcel da Silva Martins[23], Joiciele de Souza Gama[24]

RESUMO
Este artigo corrobora com as vivências e experiências formativas, a partir do estágio supervisionado na E.M.E.F Demóstenes Ranieri, Cametá, Pará, localizada na zona rural do município de Cametá-Pará na localidade de Fazenda, situada às margens direitas do rio Tocantins. Nesse sentido, o estágio supervisionado configura-se como uma etapa fundamental no processo de formação inicial docente, uma vez que possibilita a articulação entre teoria e prática pedagógica em contextos escolares concretos. Conforme estabelecido pela Lei nº 11.788 de setembro de 2008 (Brasil, 2008); o estágio é um ato educativo desenvolvido no ambiente de trabalho, sob supervisão institucional, com a finalidade de proporcionar ao educando a vivência da realidade profissional. O estágio permite ao futuro professor uma compreensão aprofundada da dinâmica escolar, do currículo, das práticas de ensino e da realidade na qual a escola está inserida. Para a investigação científica, buscou-se fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema, e a observação participante como instrumento de análise da realidade da escola estudada, com o intuito de compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição, bem como os desafios enfrentados pelos professores e estudantes. Dessa forma, este trabalho propõe-se a refletir sobre estágio supervisionado com base nas experiências vivenciadas, destacando a relevância do contato direto com o ambiente escolar para o desenvolvimento de competências profissionais, críticas e reflexivas, indispensáveis ao exercício da docência. Sendo assim, abordaremos as vivências e experiências proporcionadas pela disciplina do estágio I do quinto período do curso de licenciatura em Geografia, na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/ Cametá-Pará.

Palavras-Chave: Estágio supervisionado; Demóstenes Ranieri; Vivências e experiências formativas.

INTRODUÇÃO

O processo da formação docente e do ensino-aprendizagem tem sido objeto de conhecimento para constantes debates sobre a qualidade da educação**.** Nesse contexto, o estágio supervisionado constitui-se como um elemento fundamental na

[20] Maria de Jesus Américo dos Santos, graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. mariadejesusamerico216@gmail.com.
[21] Mário Júnior de Carvalho Arnaud; Dr. em Geografia (UFU). Docente da UFPA (Campus de Cametá).marioarnaud@ufpa.br.
[22]Gracilene Wanzeler Moraes, graduada em licenciatura em pedagogia, turma 2018, Centro Universitário Leonardo da Vince. Graduanda em geografia, turma 2021, Campus Universitário do Tocantins/ Cametá. gracilenewanzeler24@gmail.com.
[23] Kevem Marcel da Silva Martins, graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. marcelmartins100@gmail.com.
[24] Joiciele de Sousa Gama, graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará –UFPA. joicielesouza18@gmail.com.

formação inicial de professores, à medida que possibilita a articulação entre os saberes teóricos construídos no ambiente universitário e a prática pedagógica desenvolvida nas escolas.

A formação de professores exige mais do que o domínio de conteúdos científicos e didáticos; ela requer a articulação entre teoria e prática. Nesse sentido, o estágio supervisionado tem papel fundamental, pois oferece ao licenciando a oportunidade de vivenciar a realidade escolar, enfrentando os desafios da prática docente e compreendendo o funcionamento da escola em suas múltiplas dimensões.

Portanto, o estágio é um campo de conhecimento, e se torna um espaço privilegiado para integrar a teoria e a prática, consolidando a identidade profissional do licenciando, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico e que, além disso “o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa” (Pimenta; Lima, 2012, p. 133).

O estágio se estabelece quando o discente em formação tendo por base o contexto da realidade, concretiza saberes teóricos construídos durante sua graduação em prática, bem como o contato com professores em exercício, possibilitando a construção de um docente reflexivo e crítico, que passa a conhecer as dificuldades que envolve ensinar e aprender. “A ação reflexiva realizada no estágio curricular supervisionado precisa ultrapassar a racionalidade técnica da hora da prática ou de aprender a passar a matéria”” (Almeida; Pimenta, 2014, p. 46).

A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com abordagem descritiva- reflexiva, baseando-se na observação participante com registros em diário de campo. As informações foram organizadas e analisadas a partir dos referenciais teóricos da formação docente e do estágio supervisionado.

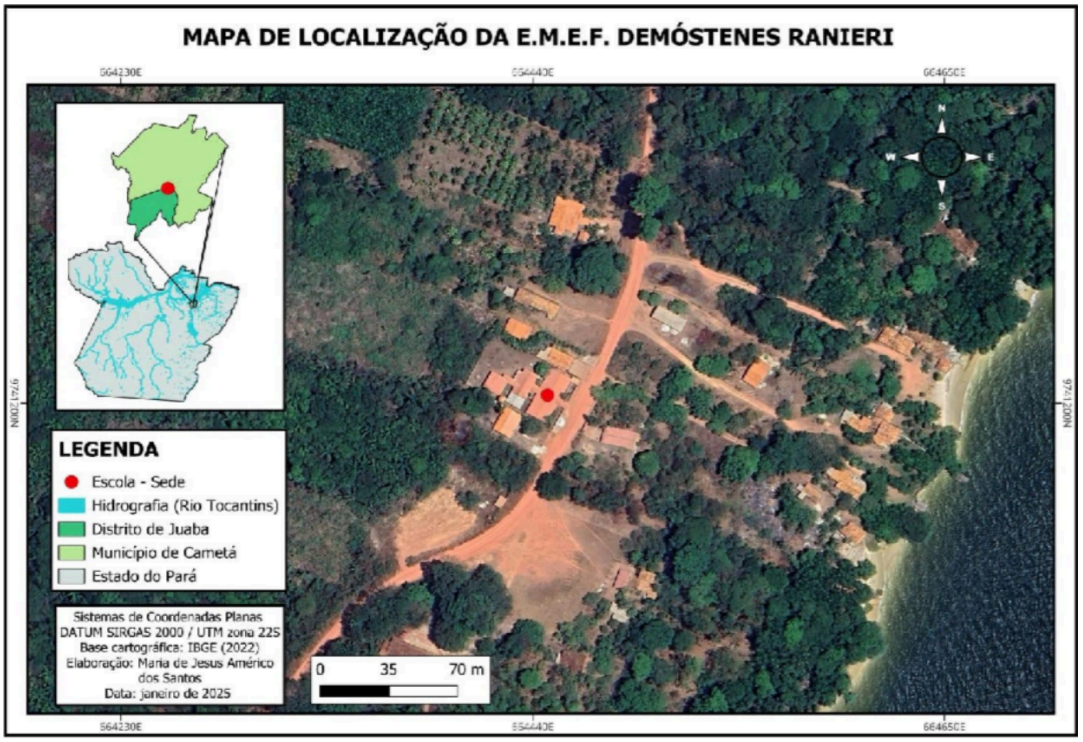
Durante o estágio, foi possível observar uma realidade escolar marcada por desafios estruturais, como o difícil acesso à escola, a falta de recursos didáticos e a limitação do acesso à internet, embora foi possível identificar práticas pedagógicas criativas e comprometidas por parte dos professores e gestores, que atuam com dedicação frente às adversidades.

A convivência com os alunos revelou a importância da escuta sensível, da empatia e da adaptação metodológica para atender às diferentes necessidades de aprendizagem a partir do contexto escolar. O estágio evidenciou a complexidade do

fazer docente, que envolve planejamento, flexibilidade, gestão de sala de aula e sensibilidade para lidar com aspectos sociais, culturais e afetivos da comunidade escolar.

O estágio supervisionado compõe um momento importante na formação do professor, pois permite a aproximação com a realidade escolar, ampliando a compreensão sobre o papel social da educação; é o momento que o discente vivencia situações reais da profissão. A experiência vivenciada na Emef. Demóstenes Ranieri (Figura 1) contribuiu significativamente para a construção da identidade docente, fortalecendo a capacidade de análise crítica, reflexão sobre a prática e elaboração de estratégias pedagógicas contextualizadas.

Figura 1 – Localização da E.M.E.F. Demóstenes Ranieri – Cametá, Pará.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse sentido, a vivência prática não apenas complementou a formação teórica, mas reafirmou a importância de uma educação comprometida com as realidades locais e com a transformação social seguindo à guisa de Freire (2001). Tais vivências são essenciais para que o licenciando compreenda a rotina da escola, seu funcionamento administrativo e pedagógico, as estratégias de ensino adotadas, bem como a diversidade sociocultural dos estudantes.

Nessa lógica, o trabalho tem como objetivo relatar as vivências e experiências através do estágio supervisionado realizado na etapa do Ensino Fundamental II, na Emef. Demóstenes Ranieri que está localizada na comunidade de Fazenda, zona rural do município de Cametá às margens da direita do rio Tocantins, distante 30 minutos da sede da cidade, tendo acesso pela vicinal conhecida como Vacajó, trata-se da junção dos nomes das comunidades de Ajó e Vacaria; a vicinal não é asfaltada e corta a comunidade de Fazenda até a estrada principal da vila de Juaba.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa que busca compreender a profundidade dos fenômenos a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências e experiências. Essencialmente quando o lócus da pesquisa tem contexto e realidade singulares. Dessa forma, é possível dialogar com a experiência não apenas dos graduandos, mas sobretudo na análise da vivência da comunidade escolar no contexto camponês.

Além disso, adota uma abordagem qualitativa orientada pela concepção de experiência de Dewey (1938) e pela perspectiva humanista de Tuan (1977) sobre vivência e percepção do espaço. Para Dewey (1938), o conhecimento se constrói na interação entre o sujeito e o ambiente, de modo que compreender as experiências concretas dos participantes é essencial para interpretar os processos educativos. Em diálogo com essa visão, Tuan (1977) destaca que o espaço ganha sentido a partir das percepções, emoções e práticas vividas pelos sujeitos, o que torna fundamental observar como estudantes e professores se relacionam cotidianamente com o ambiente escolar.

Assim, a metodologia privilegia o acesso às interpretações e significados atribuídos pelos participantes às suas vivências, recorrendo a técnicas qualitativas como observação, participação e registros de campo. Essa abordagem permite captar a complexidade do cotidiano escolar, compreendendo o lugar como uma construção experiencial e simbólica, alinhada às contribuições de Dewey (1938) e Tuan (1977).

Para a investigação científica, sobre as vivências e experiências formativas foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica acerca da temática em estudo,

dando assim uma base teórica e sólida para o desenvolvimento deste trabalho.

A metodologia empregada incluiu trabalho de campo na escola, assim, como a técnica de observação, que desempenhou um papel fundamental no fortalecimento desta pesquisa, etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa.

Como suporte teórico destacam-se: Pimenta; Lima (2004) e (2012), articulação entre teoria e prática; Souza (2013); Ribeiro (2001; Corrêa (2021), formação docente para a Educação Profissional, Almeida; Pimenta (2014); Aroeira; Pimenta (2018) e Andrade (2020) na discursão de estágios supervisionados na formação docente, Arroyo (2011); educação do campo (Brasil, 2008); lei que garante e defende o estágio de estudantes e Vesentini (2004) para a realidade das perspectivas do ensino de geografia no Brasil. Tais referenciais teóricos é a articulação da produção de conhecimento sobre a formação docente, com análise de relações entre teoria e prática, assim como os desafios epistemológicos e práticos do estágio supervisionado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Teoria e prática

Mediante as ambiguidades observadas nas abordagens teóricas destacaremos os conceitos teoria e prática, na qual, exige uma reflexão sobre essa relação. Enquanto para alguns autores esses elementos podem caminhar de forma independente, para outros são absolutamente indissociáveis.

> Embora diferentes, teoria e prática são por natureza inseparáveis, pois é absurda qualquer tentativa de circunscrevê-las em momentos isolados. A prática que se pretende caracterizar nessas considerações constitui uma mediação entre momentos teóricos que qualitativamente se diferenciam a partir da dinâmica de ação a que dão origem e da qual resultam, fazendo com que cada um deles se configure como uma síntese sempre possível de superação, já que é histórica e relativa (Ribeiro, 2001, p. 4).

Compartilhamos da perspectiva da autora ao reconhecer a interdependência entre teoria e prática, pois a fragmentação entre ambas compromete a solidez do processo formativo. O estágio, nesse contexto, configura-se como o espaço privilegiado de integração entre teoria e prática, estas não acontecem de forma isolada e sim há articulação entre as duas, a teoria orienta o fazer, então vai sempre

existir essa interdependência e não acontecendo de forma fragmentada.

> A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de se explicitar porque o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). Para tanto, necessário se faz explicitar o conceito que temos de teoria e de prática (Pimenta; Lima, 2004, p. 11).

Destaca-se, ainda, as duas concepções que, segundo as autoras, orientam o desenvolvimento do estágio. A primeira refere-se à prática enquanto reprodução de modelos, na qual o estagiário adota uma postura meramente imitativa, replicando metodologias sem a devida reflexão crítica. Essa perspectiva reduz o estágio a uma ação técnica e descontextualizada, esvaziando seu potencial formativo.

A segunda concepção compreende a prática como práxis, ou seja, como ação reflexiva e intencional, sustentada pela interlocução constante entre o saber teórico e a experiência concreta. Nessa abordagem, o estágio é concebido como um processo formativo ativo, no qual o licenciando analisa criticamente as realidades escolares, planeja intervenções pedagógicas e constrói conhecimentos a partir da vivência e da problematização dos fenômenos educativos.

Destaca Aroeira e Pimenta (2018, p. 83):

> Dessa forma, teoria e prática passam a ser consideradas elementos indissociáveis da atividade docente, uma vez que, para refletir sobre o seu trabalho e as condições sociais e históricas de sua ação, o professor precisa de referenciais teóricos que lhe possibilitem uma melhor compreensão e o aperfeiçoamento de sua atividade educativa.

Sendo assim, reafirmamos que o estágio deve ser compreendido como um espaço formativo que possibilita a articulação entre os fundamentos teóricos e as demandas práticas da docência, promovendo não apenas a consolidação de saberes, mas também o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva diante da realidade educacional.

> O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer “algo” ou “ação”. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco nos observando, imitando,

> mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. (Pimenta; Lima, 2004, p. 35).

Nesse contexto, é fundamental que o estágio não se restrinja à mera reprodução de práticas docentes ou à simples observação em sala de aula. É necessário que esse momento formativo proporcione ao licenciando a oportunidade de desenvolver uma postura reflexiva e uma análise crítica da realidade educacional, considerando os aspectos sociais, culturais e históricos que permeiam o processo de ensino-aprendizagem.

A partir da observação das ações do professor em sala de aula, o estagiário deve ser incentivado a construir seus próprios materiais pedagógicos, elaborar metodologias e propor intervenções significativas, que expressem sua compreensão crítica da prática docente.

Essa postura favorece a formação de um profissional capaz de interpretar e intervir na complexidade do mundo contemporâneo, globalizado, dinâmico e em constante transformação. Ao superar a perspectiva da imitação e da passividade, o estágio torna-se, de fato, um espaço de construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Segundo Pimenta; Lima (2004, p. 37):

> O exercício de qualquer profissão é técnico, no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias. Assim, o médico, o dentista necessitam desenvolver habilidades específicas para operar os instrumentos próprios de seu fazer. O professor também. No entanto, as habilidades não são suficientes para a resolução dos problemas com os quais se defrontam, uma vez a redução as técnicas não dá conta do conhecimento científico nem da complexidade das situações do exercício desses profissionais. Nessa perspectiva, o profissional fica reduzido ao "prático": não necessita dominar os conhecimentos científicos, mas tão somente as rotinas de intervenção técnica deles derivadas.

É imprescindível que o docente estimule não apenas a curiosidade dos alunos, mas o desejo genuíno de aprender, promovendo seu envolvimento ativo no processo educativo. Para isso, novas técnicas de ensino vêm sendo desenvolvidas e adaptadas as demandas de um mundo digitalizado, no qual o uso das tecnologias educacionais se torna um recurso essencial.

Assim, refletir sobre as diferentes perspectivas da prática docente, seja como

imitação de modelos, seja como instrumentalização técnica implica repensar o processo de formação dos professores. É necessário que os cursos de licenciatura ofereçam uma formação que articule, de forma equilibrada, os saberes teóricos e as experiências práticas, de modo a preparar o futuro professor para os desafios da sala de aula.

Nesse sentido, é válido reconhecer que o professor também aprende por meio da observação e da reprodução de práticas consolidadas. No entanto, é a partir da reflexão analítica e crítica sobre essas experiências que o estágio se torna capaz de superar a dicotomia entre teoria e prática.

2. O estágio

O estágio docente, contribui para a formação profissional e proporciona um contato maior com a área que, vai atuar no futuro, são experiências importantes; que vão muito além de uma observação, contemplando todo um esforço e dedicação com a profissão futura.

A expereriência no estágio supervisionado vai muito além da vivência prática, permite o acadêmico refletir criticamente sobre sua atuação em sala de aula, relacionando os conhecimentos teóricos adquiridos no curso, com a realidade encontradas no ambiente escolar.

Os conhecimentos adquiridos na formação inicial acadêmica, são de extrema importância, pois é o ponto inicial para a profissão docente, e também ajuda na percepção como sujeito desse processo e identificar-se com o espaço escolar na qual iremos atuar e por intermédio do estágio há contato direto com o ambiente escolar e com as turmas em sala de aula.

> A formação para a emancipação requer uma profunda interação teórico-prática, uma visão de totalidade, uma prática de interdisciplinaridade, bem como a efetiva capacidade de orientação/interpretação dialética da realidade. (Sousa, 2013, p. 393).

O estágio possibilita um contato maior com a sala de aula e com toda a comunidade escolar, indo muito além de um acompanhamento de análise na escola, possibilita entender melhor a profissão que é ser um profissional da educação. Pode-se dizer que o estágio é necessário na licenciatura, é o momento de decisão,

do discente estagiário, ver se realmente identifica-se com a profissão, é notório que ser professor precisa tanto da teoria quanto da prática, pois esta possibilita as vivências e experiências formativas.

As vivências e experiências fazem parte da formação do professor, que se estende desde à Universidade, e não se limita somente à teoria que, são estudadas durante o percurso do curso. A participação no estágio e a vivência durante o processo formativo são muito importantes, pois permitem perceber que a formação docente envolve dedicação, comprometimento e a capacidade de articular teoria e prática. A formação continuada se torna presente ao longo de toda vida do docente. Sendo assim, o estágio se torna o ponto inicial para a profissão do docente, não basta somente a teoria é preciso ter a prática, uma precisa da outra nesse processo de construção do conhecimento e formação profissional.

> Este é, sem dúvida, um momento singular na trajetória de todos os estudantes de licenciatura. Para a conclusão da formação, é fundamental compreender que o aprendizado não se limita apenas ao espaço universitário, mas para além desses muros. O conhecimento científico necessita caminhar paralelamente à prática, ou seja, teoria e prática como aliadas no fazer docente. Neste sentido, vislumbramos a fragilidade da parceria entre as escolas (campo de estágio) e as universidades. A universidade como espaço de discussão da teoria e a escola como campo de estudo. (Corrêa, 2021, p. 4).

Dessa forma, sem o conhecimento sistematizado e crítico proporcionado pela universidade, não seria possível avançar até o estágio. Trata-se de um processo formativo composto por etapas interdependentes que promovem o crescimento acadêmico, pessoal e profissional do estudante.

> É no estágio, no entanto, que ocorre a aproximação concreta com o cotidiano escolar e com a futura realidade profissional. Assim, torna- se imprescindível vivenciar, de maneira consciente, a dinâmica do espaço escolar, sobretudo no Ensino Fundamental, onde muitos licenciandos terão seu primeiro contato com a prática pedagógica. o estágio supervisionado é um componente curricular abrangente no qual os alunos estagiários vivenciarão práticas e modos de atuação do cotidiano escolar, pois, conforme disposto no artigo 13 da Lei diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), os alunos não poderão ser visualizados meramente como profissionais que atuarão somente na sala de aula, devendo participar da vida da escola de um modo geral, o que inclui a sua participação em atividades. (Andrade, 2020, p. 126).

Para Pimenta e Lima (2004), o estágio representa a dimensão prática dos

cursos de formação docente. Já a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu Art. 1º, define o estágio como um "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante". (Brasil, 2008).

Contudo, é importante destacar que o estágio ultrapassa a simples preparação para o mercado de trabalho. Ele constitui uma experiência formativa que amplia horizontes, enriquece a compreensão sobre o processo ensino-aprendizagem e promove a articulação entre teoria e prática.

É nesse momento que o licenciando é desafiado a aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade em contextos reais de ensino, confrontando-se com a diversidade das práticas pedagógicas e a complexidade da realidade escolar. O estágio exige responsabilidade, compromisso, ética, postura profissional, organização e planejamento. Envolve também uma mudança significativa nos modos de agir, interagir e se posicionar diante de um público distinto do meio universitário.

Dessa forma, compreende-se que o estágio é um momento decisivo para o estudante de licenciatura, pois permite vivenciar a dinâmica do ambiente escolar, entender o funcionamento da instituição, observar a relação entre os diversos atores da escola (gestores, professores, alunos e demais funcionários) e participar ativamente das atividades escolares como reuniões, projetos, oficinas e demais ações pedagógicas. É, sobretudo, uma oportunidade de imersão no futuro espaço de trabalho, favorecendo o engajamento do licenciando como sujeito ativo no processo educativo.

3. Vivências e experiências formativas

As vivências e experiências formativas proporcionadas pelo estágio supervisionado desempenham um papel crucial na formação inicial dos futuros professores, especialmente no contexto das escolas do campo no qual a E.M.E.F. Demóstenes Ranieri está inserida.

> Este espaço formativo permite a imersão em realidades educacionais que frequentemente enfrentam desafios estruturais, pedagógicos e sociais, decorrentes, em grande parte, da ausência de políticas públicas específicas e eficazes. Essas escolas, embora carreguem uma riqueza cultural e social significativa, são marcadas por limitações que comprometem a qualidade

> do ensino e a valorização da prática docente. E no Brasil, ao contrário do que seria de se esperar em face da desvalorização do ensino e da carreira docente, falta de recursos nas escolas, dos baixíssimos salários pagos aos professores em geral-essa riqueza e pluralidade é maior ainda do que nas demais sociedades nacionais. (Vesentini, 2004, p. 221).

O estágio supervisionado em uma escola do campo é uma experiência única, pois é diferente de uma escola urbana, pois permite aos futuros professores a compreensão das diversas realidades e características do ambiente rural. Essa vivência prática não apenas enriquece a formação docente, mas também fortalece a relação entre teoria e prática.

Quando se fala em escola do campo se tem uma grande lista de problemática enfrentada, é um processo de lutas sobre a educação ofertada para a população que mora no campo. É notório que o campo também é um lugar social, na qual as pessoas precisam ser valorizadas e ter uma educação digna e qualificada.

> O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar; trabalhar, estudar com dignidade de quem tem seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar de produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo o campo é lugar de vida e sobretudo de educação. (Arroyo, 2011, p. 137).

O estágio oferece a oportunidade de desenvolver habilidades de adaptação e inovação, fundamentais para lidar com os desafios específicos que as escolas do campo enfrentam, como a diversidade cultural e as limitações de recursos. Essa experiência pode ser transformadora, tanto para os alunos quanto para os estagiários, pois promove uma troca de saberes e práticas educativas.

O papel do educador se torna ainda mais relevante, uma vez que ele pode contribuir para o desenvolvimento local e a valorização da cultura da comunidade. Nesse contexto, o estágio supervisionado emerge como um instrumento essencial para a formação acadêmica e profissional, ao proporcionar experiências que vão além da observação.

> O estágio é um momento importante no processo da formação do docente, momentos de experiências e práticas, associando atividades que possibilita ao graduando a oportunidade de colocar em prática todas as teorias aprendidas durante a sua formação. O estágio se apresenta como uma proximidade da realidade escolar, aproximando os conhecimentos

> acadêmicos das práticas a serem desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem. (Silva, 2019, p. 2).

Ele exige do estagiário um comprometimento ético e profissional, além de fomentar habilidades como a reflexão crítica, a capacidade de adaptação e a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos na academia.

Por meio dessas vivências, é possível não apenas compreender os desafios enfrentados no cotidiano escolar, mas desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa e inclusiva. A prática de estágio também contribui para a construção da identidade docente.

> O estágio trabalha também com a investigação sobre a identidade e a memória docente, as ações pedagógicas, o trabalho docente e as práticas institucionais, a escola, sua organização e movimento, situados em contextos sociais, históricos e culturais. A pesquisa coloca o estagiário em contato com a realidade, e assim o possibilita analisar a distância entre as de situações concretas do fenômeno educacional e os estudos já realizados. (Almeida; Pimenta, 2014, p. 48).

O estágio supera a função tradicional da etapa curricular obrigatória, transformando-se em uma oportunidade de grande relevância para o desenvolvimento profissional do futuro docente. E elaborar projetos de pesquisas a partir do estágio supervisionado permite o aprofundamento da compreensão das realidades escolares e das diversidades dos sistemas de ensino.

> O estágio abre possibilidade para os professores orientadores proporem a mobilização de pesquisas para ampliar a compreensão das situações vivenciadas e observadas nas escolas, nos sistemas de ensino e nas demais situações ou estimularem, a partir dessa vivência, a elaboração de projetos de pesquisa a ser desenvolvidos concomitantemente ou após o período de estágio. (Pimenta; Lima, 2004, p. 51).

Essa prática investigativa não apenas enriquece o conhecimento teórico e prático do estagiário, mas também incentiva a elaboração de projeto de pesquisa, possibilitando uma reflexão crítica sobre o papel da educação na sociedade.

Ademais, é preciso destacar que a docência, enquanto profissão, enfrenta desafios históricos relacionados à desvalorização social e econômica. No entanto, a perspectiva de valorização do magistério é fundamental para reverter esse cenário. Reconhecer o papel estratégico da educação na formação de todas as outras

profissões e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa é um passo necessário para que a carreira docente seja efetivamente reconhecida como uma das mais relevantes e transformadoras.

Por fim, o estágio supervisionado deve ser visto como um momento de articulação entre teoria e prática, no qual o futuro professor vivencia a complexidade e a riqueza do ambiente escolar, pois não possibilita apenas a aplicação de conhecimentos adquiridos, mas também promove o desenvolvimento de competências mediadoras dos processos de aprendizagens. Assim, o estágio contribui para que o futuro educador esteja preparado para enfrentar os desafios da docência com criatividade, ética e compromisso social**.**

4. Escola rural e o desenvolvimento de material didático ou instrucional

A escola e a educação do/no campo sempre foi marca de lutas e historicamente em processos desiguais em comparação ao espaço urbano (Arroyo, 2007).

É possível fazer um recorte acerca da educação no campo a partir do Governo Vargas com a “centralização do poder”, estimulando o avanço industrial para os grandes latinfundiários e relegando, nessa perspectiva, os pequenos produtores, construindo mais desigualdades para a população camponesa. Desse modo, os desafios no contexto rural sempre foi marca de lutas; refletindo na educação, no número de escolas e sobretudo de profissionais capacitados. Nesse sentido, mesmo com às adversidades produzimos materiais didáticos, funcional e inclusivo, com a finalidade de tornar as aulas mais atrativas e contribuir com o professor da escola com metodologias ativas.

Na Figura 2 usamos o jogo “quebra-cabeça da regionalização brasileira” com a turma do 7º ano do ensino fudamental da Emef. Demósternes Ranieiri, com o objetivo de compreender o conceito de regionalização e reconhecer diferentes formas de dividir o espaço geográfico por meio de uma atividade lúdica e interativa, tendo em vista a idade dos alunos foi pontuado dois objetivos específicos: desenvolver habilidades de observação, comparação e análise espacial e trabalhar a cooperação e tomada de decisão em grupo.

Figura 2 – Regionalização do Brasil no jogo quebra-cabeça



Fonte: Elaborado pelos autores.

Além disso, no 8º ano do ensino fundamental elaboramos a “maquete da geosfera” (Figura 3) que possibilta compreender a estrutura interna da Terra (crosta, manto, núcleo externo e núcleo interno) por meio da construção de uma maquete tridimensional, e especificamente: Identificar as camadas da geosfera e suas características, representar visualmente a composição e estrutura interna da Terra e desenvolver habilidades manuais, criatividade e trabalho em grupo.

Figura 3 – Maquete da geosfera



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 4, com a turma do 9º ano abordamos o “tabuleiro da urbanização”, com o objetivo de compreender alguns processos de tranformação urbana e principalmente no âmbito rural, trazendo o objeto do conhecimento para a realidade do alunado.

Figura 4 – Jogo tabuleiro da urbanização



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse último jogo a proposta foi mais incisiva, tendo em vista a idade, a série a identidade e contexto o qual os alunos estavam/estão inseridos. Assim, foi

possível entender a realidade da turma e a mesma a compreender as transformações rurais e urbanas as quais se impuseram na nova ótima educacional.

Nesse contexto, é possível destacar que utilização de metodologias ativas no Ensino Fundamental apresenta grande relevância para a formação integral dos estudantes e, ao mesmo tempo, contribui significativamente para o desenvolvimento profissional dos graduandos que as elaboram e aplicam no contexto escolar. Essas estratégias — como aprendizagem baseada em problemas, jogos pedagógicos, sala de aula invertida, projetos investigativos e atividades colaborativas — permitem que o aluno seja protagonista do próprio processo de aprendizagem, construindo conhecimentos de forma mais autônoma, crítica e participativa.

Portanto, a atuação dos graduandos nesse processo é igualmente significativa. Ao planejarem e aplicarem metodologias ativas no campo, os futuros professores exercitam prática pedagógica crítica e sensível à diversidade socioterritorial. Essa experiência estimula o desenvolvimento de competências como observação, escuta qualificada e planejamento contextualizado, além de promover uma formação docente comprometida com a educação do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos acompanhamentos e observações realizadas durante o estágio supervisionado na Emef. Demóstenes Ranieri, localizada na zona rural do município de Cametá- Pará, foi possível compreender a importância dessa experiência na formação inicial docente. O estágio revelou-se essencial para os graduandos em licenciatura, pois possibilita a vivência prática em sala de aula e a interação direta com a comunidade escolar.

O exercício da docência no Brasil apresenta inúmeros desafios, e o estágio permite refletir sobre as complexidades que envolvem a profissão. Essa vivência foi fundamental em nossa trajetória acadêmica, pois proporcionou não apenas o primeiro contato com a prática pedagógica, mas também uma aproximação com a realidade da escola do campo. Compreendemos que a educação ultrapassa os limites físicos da escola, sendo influenciada por fatores sociais, econômicos e culturais que impactam diretamente a rotina escolar e, consequentemente, o processo de ensino-aprendizagem.

Durante o estágio, observamos que muitas vezes as expectativas construídas

na academia se diferenciam significativamente da realidade enfrentada na escola. Essa constatação gerou reflexões sobre o ato de ensinar, sobre os desafios enfrentados pelos professores e sobre a própria decisão de seguir a carreira docente.

A experiência foi enriquecedora tanto no aspecto profissional quanto no pessoal, a oportunidade de planejar, ministrar aulas e interagir com os alunos contribuiu para a consolidação de conhecimentos teóricos e o desenvolvimento de competências práticas essenciais à docência. Enfrentamos desafios que exigiram criatividade e flexibilidade, como a diversidade de perfis de aprendizagem e a necessidade de adequar metodologias pedagógicas.

Tais situações reforçaram a relevância do planejamento flexível, da mediação pedagógica e da avaliação contínua como instrumentos para promover uma aprendizagem significativa, pois o aluno encontra se em pleno desenvolvimento, e em construção de conhecimento, e o professor como mediador em sala de aula precisa ultrapassar a ideia de somente repassar informações e sim desenvolver no aluno o pensamento crítico e flexível.

A troca de experiências com os professores da escola foi igualmente valiosa, proporcionando aprendizados sobre gestão de sala de aula, didática e relações pedagógicas. Além disso, a convivência com os alunos evidenciou a importância do afeto, da paciência e do diálogo no processo educativo, pois os alunos são importantes para que uma escola funcione, e haja o processo de ensino e aprendizado.

Assim, o estágio supervisionado proporcionou uma familiarização concreta com o ambiente escolar e contribuiu para o desenvolvimento de um olhar mais crítico e reflexivo sobre o papel do professor na sociedade. Por fim, essa experiência reforçou nossa paixão pela educação e a convicção de que a docência é uma profissão que exige compromisso, constante aperfeiçoamento e uma atuação voltada à transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. **Centralidade do estágio em cursos de Didática nas licenciaturas: rupturas e ressignificações**. *In*: ALMEIDA,

M.de; PIMENTA, S. G. (orgs.). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2014. p. 15-40.

ANDRADE, Rosana Cássia Rodrigues. **Prática de ensino e estágio supervisionado no processo de formação dos professores**. Revista Ciranda, v. 4, n. 1, p. 125-143, 2020. Disponível em: https://share.google/9YCmzfnn9y9GcNFhf. Acesso em: 14 nov. 2025.

AROEIRA, Kalline Pereira; PIMENTA, Selma Garrido.**Didática e estágio**. 1. ed. Curitiba: appris, 2018.

ARROYO, Miguel, Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Monica Castagna.**Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

CORRÊA, Cintia Chung Marques. **Formação de professores e o estágio supervisionado: tecendo diálogos, mediando a aprendizagem**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469829817. Acesso em: 10 set. 2025.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Macmillan, 1938.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e Docência – Teoria e Prática: Diferentes Concepções. In: BRABO, T. S. A. M.; CORDEIRO, A. P.; MILANEZ, S. G. C. (org.). **Formação da Pedagoga e do Pedagogo: pressupostos e perspectivas**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 133-152. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-258-1.p133-152. Acesso em: 14 nov. 2025.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos). Disponível em: https://share.google/VkqUJ6qEUTLxNaEoJ. Acesso em: 4 dez. 2025.

RIBEIRO, Ana Cristina Miguez. A contribuição do estágio supervisionado no desenvolvimento de aptidões e formação de competências. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, n. 4, p. 1-16, 2001. Disponível em: https://share.google/KtjiborbdJ2j3b3GA. Acesso em: 14 nov. 2025.

SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **Estágio curricular supervisionado em geografia: um relato de experiência sobre a observação e prática docente**. In:

Congresso Nacional de Educação (VI CONEDU), 6., 2020, Campina Grande. Anais eletrônicos [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 1732-1748. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65400. Acesso em: 4 dez. 2025.

SOUZA, Antônio Lisboa Leitão de. **Formação inicial e continuada de professores para a educação profissional**: a política e a produção do conhecimento para a emancipação. *In*: MOURA, Dante Henrique (org.). Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

VESENTINI, José William. **Realidade perspectivas do ensino de geografia no Brasil**. *In*: VESENTINI, José William (org.). O ensino de geografia no século XXI Campinas- SP: PAPIRUS, 2004.

DO QUADRO-BRANCO AO ESPAÇO URBANO: ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITO À CIDADE NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE RISCO - FORTALEZA (CE)

Natanael Domingos Martins da Silva[25]

RESUMO
Este trabalho tem como objetivo compreender como o ensino da temática cidadania e direito à cidade nas aulas de Geografia, pode contribuir para uma leitura do espaço vivido de alunos de escolas públicas em situação de vulnerabilidade social na cidade de Fortaleza (CE). Entendendo como escolas que estão localizadas em áreas de risco de alagamento, atingem diretamente esse direito à cidade dos alunos. Além disso, também analisar como essa temática pode ser abordada em sala de aula de forma crítica, em que o professor não dependa inteiramente do livro didático, e construa o aprendizado em sala de forma consciente, planejada, dialogada, didática e crítica. A importância desta postura docente, se faz necessária para que os alunos não só aprendam os conteúdos geográficos, mas consigam observá-los no seu dia a dia, expandindo para fora da sala de aula o processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um tema, que está diretamente ligado às suas vivências no cotidiano urbano, evidenciando a importância do ensino dessa temática na educação básica de forma que explicite as desigualdades que circundam o cotidiano dos alunos.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Direito à cidade. Escola Pública. Zonas de Risco. Fortaleza.

INTRODUÇÃO

O componente curricular de Geografia na educação básica, em tese, deve cumprir o papel de fazer com que os alunos analisem, reflitam e compreendam o espaço, de modo que os estudantes sejam capazes de ler o cotidiano urbano e o mundo. Neste prisma, um dos princípios fundamentais da educação brasileira é a formação integral do indivíduo, para que este possa desenvolver a sua cidadania e assim, estar preparado para o mundo de trabalho, conforme previsto na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que orienta nossas políticas educacionais. (Brasil, 1996).

A partir do tema de ensino da cidade e direito à cidade, pelo componente curricular Geografia no espaço escolar, temos a importância do ensino da cidadania e do direito à cidade para alunos de classes menos favorecidas, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

[25] Estudante de graduação em Geografia Licenciatura na Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail: natanael.domingos@aluno.uece.com.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar como o ensino da temática direito à cidade nas aulas de Geografia pode contribuir para a leitura do espaço vivido de alunos em situação de vulnerabilidade social na cidade de Fortaleza (CE).

Será abordado no trabalho, metodologias que possam auxiliar o professor ao abordar essa temática em sala, tomando como ponto de partida os saberes prévios dos alunos, e apresentando de maneira dialogada e contextualizada o que é a cidadania, o que é a cidade, e neste contexto, o que é o direito à cidade. Assim estaríamos rompendo com a barreira de que estes temas somente são vistos na universidade.

O presente trabalho, se justifica ao escopo da formação de uma noção crítica dos alunos das escolas públicas, com o intuito de fazer com que eles desenvolvam um olhar apurado da cidade, entendendo sobre as desigualdades, sua cidadania e o direito à cidade. Por fim, apresentando que o professor, que também é pesquisador, deve ter sua postura em sala baseada em suas concepções metodológicas, que aliada a uma corrente de pensamento da Geografia, justifique seus métodos e metodologias no ambiente escolar.

MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado nesse trabalho, foi quali-quantitativo, se ancorando em uma revisão bibliográfica realizada a partir da leitura de diversos autores do ensino, sobretudo o ensino de Geografia, como Cavalcanti (1999), Kaercher (2007), Menezes (2015). Atrelado também a autores clássicos da Geografia Urbana, que reforçam esse diálogo como Santos (2006) e Lefebvre (2011). Foi utilizado o uso da ferramenta de Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS, a qual se destinou a produção de um mapa, a partir de dados quantitativos da localização das escolas (SME), áreas em zonas de risco de alagamento (IBGE), e localização de corpos hídricos (ANA) que auxiliam no entendimento da discussão abordada no texto. O objetivo do mapa é compreender como as escolas públicas da metrópole Fortaleza (CE) estão espacializadas no seu contexto urbano, identificando como a localização destas afetam o direito à cidade dos alunos, ferem sua cidadania, em razão da ausência do Estado, este que deveria tomar medidas de resolver essa demanda urbana. Também foi utilizado de imagens de manchetes de sites de jornais, que servem como evidências da negligência com a educação pública, mostrando como

essa triste realidade é recorrente no cotidiano de algumas escolas públicas em Fortaleza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola tem a função de formação de cidadania e cabe a Geografia trabalhar com os conceitos que orbitam esse tema, como cidadania e cidade (Cavalcanti, 1999). Portanto, é por meio da Geografia que os alunos vão ver temas como: Cidade, Município, Indústrias, modo de vida Urbano e Rural, e nesta ótica apresenta-se a cidadania também. A noção de cidadania está ligada, sobretudo, a democracia política, econômica e social, interpretando-a como aquela que garante, acima de tudo, igualdade de condições de vida a todos (Cavalcanti, 1999). Neste sentido "Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade." (Cavalcanti, 1999, p. 44), e, portanto, a cidadania aparece então como a que exercita o direito a ter direitos, criando direitos no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública (Cavalcanti, 2011). Esse exercício deve ser feito, tomando como base o lugar do aluno, seu contexto socioeconômico, e sua realidade. Desse modo, além de formar cidadãos na escola, o professor estaria lhes ensinando o que é cidadania, e como exercê-la na cidade. A autora Callai (2010, p. 78) aponta que:

> Formar o cidadão significa dar condições ao aluno de reconhecer-se como um sujeito que tem uma história, que tem um conhecimento prévio do mundo e que é capaz de construir o seu conhecimento. Significa compreender a sociedade em que vive, a sua história e o espaço por ela produzido como resultados da vida dos homens. Isso tem de ser feito de modo que o aluno se sinta parte integrante daquilo que ele está estudando. Que o que ele está estudando é a sua realidade concreta, vivida cotidianamente, e não coisas distantes e abstratas.

Para que as crianças nas escolas terminem o ensino básico tendo noção de que são cidadãos e que possuem sua cidadania, elas precisam sobretudo, atribuir um sentido ao que estão aprendendo, ver os conteúdos de sala no seu cotidiano. Desta forma irão desenvolver uma noção crítica sobre a cidade, eles precisam conhecê-la, compreendê-la, e decifrar seus símbolos, pois só assim, elas irão reconhecer as desigualdades inseridas e poderão lutar para conquistar seus direitos

cívicos e sociais coletivamente, concordando com o que a autora afirma em outro trecho, ao dizer que:

> O aluno deve ter sido encaminhado à compreensão dos conceitos fundamentais, aos estudos sociais, que sintetizam o que está referido acima: reconhecer-se como cidadão que tem direitos e deveres, ao pertencer à sociedade e nela a diversos grupos sociais, que tem uma história construída por todos, que tem um tempo acontecido com diversos fatos que são importantes tanto para si quanto para o conjunto da sociedade, e que vive num espaço que não é dado, mas que existe concretamente e que é construído cotidianamente a partir do trabalho dos homens que ali vivem. (Callai, 2010, p. 80)

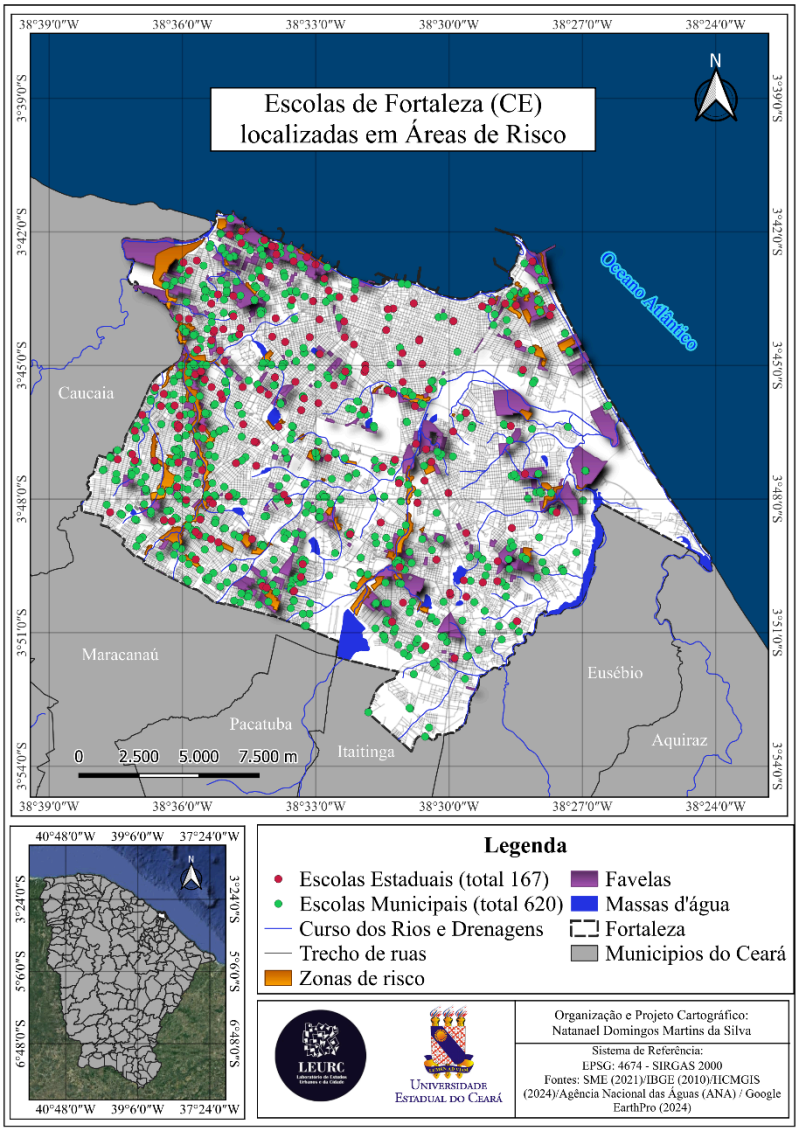
O conceito de cidade, conforme Santos (2006), está atrelado como um espaço dinâmico, produto da interação dialética entre as forças sociais, as técnicas e a própria natureza. Entendendo-a não como um mero arranjo de objetos, tecnicamente orientados, ou palco onde se realizam as ações humanas. A cidade cresce e se desenvolve, na proporção das demandas daqueles que a habitam, entretanto, há nas cidades um fator que as corrompe. O capitalismo, atribui às cidades um desenvolvimento a partir dos interesses do poder hegemônico, voltado a uma pequena parcela da população composta pelas elites, estas que detém o poder de modificá-la ao seu bel prazer. Como afirma Lefebvre (2011, p. 113):

> O fato de haver diversos grupos ou várias estratégias, como divergências (entre o estatal e o privado, por exemplo) não modifica a situação. Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana.

Ou seja, a cidade - como já citado anteriormente - é um espaço sobretudo dinâmico, que está em constante desenvolvimento, seja pela edificação em novos espaços ou pela metamorfose e reincorporação de espaços pré-existentes, que outrora desempenhavam outros papéis. Também é dialético, por se tratar de um espaço que está em constante conflito pelos interesses dos diferentes grupos que atuam sobre o espaço urbano. Cada projeto desenvolvido por um desses grupos, entra em conflito com outro, ademais, com as relações imediatas individuais de cada indivíduo, e as relações cotidianas.

É importante ressaltar também que, atrelado a essa discussão, temos o direito à cidade, que é entendido como uma reivindicação que vai além do acesso físico aos espaços urbanos. O direito à cidade, implica a participação ativa dos cidadãos na produção e transformação do espaço urbano (Lefebvre, 2011). Não se trata apenas de ter uma moradia e/ou utilizar os serviços da cidade, mas de poder influenciar e modificar a forma como ela é organizada, de modo que atenda às necessidades coletivas dos seus habitantes. No mapa a seguir, veremos como as escolas públicas de Fortaleza (CE) estão espacializadas no seu contexto urbano.

Figura 1. Mapa das escolas públicas de Fortaleza (CE).



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A partir do mapa, percebemos que no caso da cidade Fortaleza, esta cumpre com a questão do acesso à educação das pessoas que moram em favelas e comunidades, tendo escolas públicas próximas, mas isso nos leva a indagação de "Até que ponto ela cumpre esse direito?" e se esse acesso à educação de fato é de qualidade. É óbvio que este não é um problema somente de Fortaleza, e que infelizmente podemos ver exemplos por todo o país. É imprescindível elucidar que um país com educação de qualidade, é um país onde os cidadãos sabem os seus direitos, pois consequentemente o Estado é obrigado a executar suas funções, porque sabe que a sociedade irá cobrá-lo para tal.

Neste contexto, a ausência do Estado vai favorecer por exemplo a privatização de funções que ele mesmo deveria cumprir, gerando uma manutenção do sistema capitalista, e usando a educação como medida de manutenção desse sistema. Uma vez que uma pessoa que não tem educação de qualidade, não entende a totalidade desses processos que o sistema se utiliza para prejudicá-lo, e assim ele acaba por venerar o Estado, enxergando-o como aquele que lhe dá "bens", e o leva a crer que "é melhor ter uma educação pública insalubre do que não ter", quando o que deveria ser entendido é que o Estado tem a obrigação de oferecer uma educação pública e de qualidade. Portanto, se este não cumpre seu papel está sendo ineficaz enquanto sua própria existência. No caso da metrópole em questão, é perceptível que, boa parte das escolas mapeadas estão localizadas próximas a áreas de risco, a concepção adotada para essas áreas, é de uma porção do território que, devido às suas características de instabilidade geomorfológica, agravadas pelo modo de ocupação antrópica, apresenta alta probabilidade de ocorrer eventos desastrosos (Oliveira, 2004).

Fortaleza é uma cidade atravessada por dois rios, sendo eles o Rio Cocó e o Rio Ceará, além disso, ambos os rios contam com vários afluentes que se espalham de leste a oeste na cidade. O processo de urbanização acelerado e desordenado da cidade, resultou a ocupação irregular às margens dos rios, e durante a quadra chuvosa (de fevereiro a maio onde identificamos os maiores índices de pluviosidade do estado) é comum que as escolas tenham problemas de infraestrutura principalmente o de alagamento. Portanto, as crianças que estão matriculadas nas escolas públicas – municipais e estaduais - próximas as essas áreas, estão sujeitas a essa insalubridade do ambiente, e isso por si só, fere a cidadania dessas crianças

e não lhes garante um direito à cidade. A seguir apresento algumas manchetes de *sites* de jornais do ano de 2024, que já alertam para esse problema recorrente nas escolas.

Figura 2. Manchete de reportagem sobre alagamento em escola de Fortaleza.



Fonte: Portal GCMAIS, 2024a.

Neste caso, a chuva atingiu uma escola no bairro José Walter, que já é um bairro com histórico de episódios de alagamento. Houve uma queima da fiação elétrica da escola, e causou um susto nos alunos no momento do ocorrido.

Figura 3. Manchete de reportagem sobre alagamento em escola de Fortaleza.



Fonte: Portal GCMAIS, 2024b.

No mesmo ano, porém no bairro Conjunto Ceará, houve esse episódio onde a chuva foi tão forte que chegou até desabar o teto da escola. Felizmente não houve feridos no ocorrido, entretanto, é nítida como a falta de estrutura da escola, resultou

em um episódio o qual poderia ter afetado de forma grave alguma pessoa da escola.

Figura 4. Manchete de reportagem sobre alagamento em escola de Fortaleza.



Fonte: Azevedo, 2024.

Nessa outra escola (Figura 4), o episódio ocorrido foi menos destrutivo. Pelas imagens é possível ver que o teto não desabou, nem houve queima de fiação, mas as salas de aulas e outros lugares da escola, ficaram banhadas pela água da chuva. O que gerou uma situação muito desconfortável para o corpo escolar (docentes, alunos, funcionário etc), pois como é possível ver nas imagens, a quantidade de água foi suficiente para cobrir os pés dos alunos.

Neste episódio específico (Figura 5), a escola optou por dar um recesso forçado, devido as condições de estrutura da escola que oferecia risco ao corpo escolar. Porém, a situação tornou-se agravante, pois o fechamento temporário da escola foi repentino, e alguns pais optaram por transferir seus filhos(as) para outra instituição, além de ter impactado também os professores, que denunciaram a situação.

Figura 5. Manchete de reportagem sobre alagamento em escola de Fortaleza.



Com risco estrutural, escola pública de Fortaleza é interditada e crianças ficam sem aula presencial

Pais e professores denunciam que fechamento da instituição do Município foi "repentino" e tem gerado saída de alunos

Escrito por Theyse Viana theyse.viana@svm.com.br

23 de Fevereiro de 2024 - 17:02 (Atualizado às 19:10)

Fonte: Viana, 2024.

É natural que, com o avanço da urbanização, vá se criando alguns problemas no que diz respeito ao meio ambiente, até porque a própria cidade é a interferência antrópica no meio natural. Como Cavalcanti (1999, p. 52) aponta:

> Em função do modo de vida urbano e de sua estrutura interna, as cidades, principalmente as grandes, são hoje lócus de alguns dos problemas ambientais mais graves e vitais, e que requerem soluções sempre imediatas, pois na maior parte das vezes afetam diretamente a vida cotidiana dos habitantes (não de maneira homogênea, já se disse). No entanto, essas soluções "imediatas" quase nunca são viabilizadas, seja pela própria lógica da construção do ambiente urbano, intimamente relacionada à lógica da economia urbana que articula interesses de diferentes segmentos da sociedade, na sob a égide de segmentos dominantes.

Ou seja, os problemas ambientais naturalmente vão surgir na cidade, pois temos a modificação antrópica em contraponto ao meio natural. Na medida em que esses problemas vão surgindo, vão afetando os habitantes e se exige uma solução imediata a esses problemas, mas o que se percebe é a falta de comprometimento do poder público com a educação da população. Em contraponto a escola pública, em um cenário das escolas particulares, é nítido que no setor privado nós temos uma mercantilização da docência e da educação, enquanto no setor público temos o sucateamento destes. Neste prisma, busca-se elucidar que a culpa de uma formação ineficiente ou deficiente dos alunos na educação básica, não deve ser

imposta apenas ao professor. O sistema também interfere em todo esse processo, muitas vezes ele obriga o professor a adotar métodos de um ensino de Geografia tradicional. Até mesmo se o professor – neste contexto – queira "nadar contra a maré" o sistema o desmotiva para tal. Desta forma, concordando com Castelar (2015, p. 51) onde afirma que:

> O conceito de educação e de qualidade na educação tem concepções diferentes segundo os vários grupos sociais e os valores dominantes nas distintas áreas do sistema educativo. [...] porque não se limita a constatar simplesmente que o ensino não vai bem e a encontrar culpados. É estrutural porque a desprofissionalização do professor passa, ainda hoje, pela negligência das instituições governamentais, tendo como consequência o descaso com a formação desse profissional que é precária, resultado da baixa qualidade do sistema educacional.

Portanto, seria muito simples culpar apenas o docente e afirmar que essas deficiências na formação de alunos da educação básica é culpa somente dele. Portanto deve-se considerar que o sistema também usa de seus artifícios para influenciar nesse processo, que muitas vezes desmotiva o docente a realizar práticas construtivistas em sala.

> O professor deve, portanto, atuar no sentido de se apropriar de sua experiência, do conhecimento que tem para investir em sua emancipação e em seu desenvolvimento profissional, atuando efetivamente no desenvolvimento curricular e deixando de ser mero consumidor. O professor e seu grupo devem repensar o papel que desempenham e questionar esse "mal-estar docente" que se desencadeou no professorado, em função da falta de apoio, as críticas que o tornam único responsável pelos problemas teórico-metodológicos. (Castelar, 2015, p. 52-53)

Sob essa perspectiva, não seria incorreto afirmar que no caso de Fortaleza, as escolas públicas e a própria educação estão sofrendo um grande descaso por parte do poder público, tendo em vista que esses problemas de alagamento são recorrentes, e a cada ano que passa, nada é visto como medida de resolução deste problema.

> Emerge, então, o destaque para o estudo dessa temática no cotidiano da sala de aula, não num enfoque convencional que prioriza informações e dados da realidade, mas priorizando o objetivo de formação de conceito, o que exige, antes de tudo, que os alunos possam aprender a analisar sua realidade local em relação a contextos mais globais. Deve-se levar em consideração, portanto, o local, visando propiciar a construção pelo aluno

> de um quadro de referências mais geral que lhe permita fazer análises críticas. (Cavalcanti, 2011, p. 5)

Essa infeliz realidade, atravessa o cotidiano de boa parte dos alunos e como afirma a autora, ao se deparar com o ensino das cidades, o professor deve buscar relacionar a temática ao cotidiano dos alunos. O professor não pode negar a realidade da escola, deve-se instigar o pensamento crítico dos alunos com indagações, por exemplo: “Como vocês percebem as desigualdades sociais no seu dia a dia?” “Como a cidade atende às pessoas em diferentes bairros de distintas classes sociais?” Dessa forma, o professor está fazendo com que os alunos desenvolvam uma percepção crítica do espaço, possibilitando que os mesmos vejam e interpretem a cidade como ela realmente é, um espaço de constante disputa de interesses de diferentes grupos. Outro ponto importante de se destacar, é que neste processo de diálogo na sala de aula, ele seja de forma consciente e planejada. O planejamento é a base dessa metodologia. Sala de aula não é lugar de improviso pois estamos tratando da formação cidadã de pessoas, de um ambiente de construção do conhecimento, de cérebros que estão em desenvolvimento, logo, deve ser tratado com seriedade.

> Daí, a importância de saber selecionar os conteúdos, de **planejar as ações** que serão aplicadas em sala de aula, fundamentais para que o aluno desenvolva as operações mentais e **construa os conceitos**. O planejamento da aula deve considerar a concepção de aprendizagem que **fundamenta a prática do professor.** [...] Esse processo se dá quando o professor articula os conceitos que serão desenvolvidos, com as habilidades operatórias **(ensinar a pensar)**, levando em consideração o desenvolvimento cognitivo do aluno. O que nos chama atenção, considerando a nossa prática, é que, muitas vezes, o professor não tem esses conceitos estruturados para si mesmo, não conseguindo muitas vezes saber como desenvolver aquelas habilidades e, muito embora esteja desenvolvendo conteúdos, não sabe porque desenvolvê-los de forma mais significativas. Para tanto, deve-se considerar que as atividades práticas aplicadas em sala de aula necessitam ser repensadas como procedimentos que contribuem para o desenvolvimento conceitual e não apenas fixação de conteúdo. Para o professor organizar seu trabalho, é preciso compreender o que é prioritário ensinar em geografia, quais são os conceitos e conteúdos que devem ser priorizados por série, respeitando o desenvolvimento cognitivo, o que significa dar condições para que a criança possa fazer a sua leitura de mundo, que poderá ser feita a partir do conhecimento geográfico relacionado com a sua realidade. (Castelar, 2015, p. 57) (grifo nosso)

Portanto, o docente deve ter consciência tanto do seu papel em sala como saber o que ensina e porque ensina, desta forma, torna o processo de aprendizagem consciente e evita que o aluno saia de sala simplesmente tendo decorado todos aqueles conceitos e processos, sem saber que estão articulados entre si. Além disso, no caso da Geografia, deve haver uma linearidade no que diz respeito a ordem a qual esses conteúdos serão dialogados em sala, e não simplesmente serem projetados aleatoriamente na cabeça dos alunos. Esta linearidade dará aos estudantes um elemento crucial para o entendimento dos conteúdos, pois, é através do planejamento que os conteúdos trabalhados no ano letivo terão “início, meio e fim” e também as próprias aulas em si também seguirão o mesmo rumo. Assim, a importância de um bom planejamento não se faz necessária apenas para ser o elemento norteador do professor e de suas aulas, mas também dos estudantes.

Como proposto neste artigo, na sala de aula o professor tem um papel fundamental no diálogo com os alunos. A ideia é que superemos essa estrutura tradicional do ensino onde o professor está acima do aluno. O aluno não é inferior ao professor no processo de ensino-aprendizagem, até porque sem o aluno o professor não teria a quem ensinar, estaria dialogando com as paredes. Entretanto, não é porque o professor não é superior ao aluno, que ele deva aceitar tudo que vem deste, uma das muitas funções docentes é garantir a organização dentro da sala de aula, até porque sem organização não existe aprendizado, todos falariam ao mesmo tempo e ninguém compreenderia uma oração sequer. Portanto o papel do professor dentro da sala de aula, aparece como mediador das relações e diálogos em sala, seria o ponto de interseção entre o conteúdo e os alunos.

> Desenvolver um trabalho em sala de aula pressupõe que o professor tenha uma postura de mediador, de atuar propondo problemas para que o aluno, a partir do seu conhecimento prévio, possa, no grupo, criar situações-problema e desafios, transformando o conhecimento de senso comum em conhecimento científico. Uma atuação que não leve em conta essas questões está fadada a criar no aluno a desmotivação, porque não permite que ele aprenda. Porém, essas questões estão relacionadas com postura – a postura do professor diante do seu conhecimento e o do aluno − e essa postura tem a ver com a apropriação que se faz da concepção de Educação e de Geografia. Além do problema do conteúdo específico, entendemos que a formação do professor do Ensino Fundamental não leva em conta a ação psicopedagógica que o capacite a compreender sua prática, a aprendizagem dos alunos e as contradições vivenciadas por ele no dia-a-dia. (Castelar, 2015, p. 56)

O professor precisa estar preparado pois ele será o mediador desse diálogo, a sua relação em sala não será vertical, mas sim horizontal. Deve-se propor problemas com e entre os alunos, em um sentido de fazerem refletir sobre o que estão dialogando e porque estão dialogando, dar finalidade a esse diálogo, dar sentido ao que se aprende. Referente as problemáticas urbanas, recomenda-se essa postura crítica e dialogada em sala, a autora Callai (2010, p. 80) afirma que:

> O importante, neste processo, é conhecer a realidade em que se vive, E conhecer a realidade que cai além de identificar o que existe. Supõe discutir as formas como se expressam, como se apresenta a realidade, entender não apenas o produto, mas, basicamente, os processos que os desencadeiam. Portanto, o professor precisa considerar o conhecimento prévio do aluno. Esse é sempre um conhecimento parcelado, que fragmenta a realidade, cheio de preconceitos, carregado de crendices, de folclore, mas é a ideia que ele faz da realidade. É em cima desta ideia, do senso comum, que se deve trabalhar para superá-lo e poder construir uma visão coerente, moderna e científica do mundo atual.

De acordo com o que afirma a autora, os alunos possuem uma mínima leitura do espaço geográfico, bem como do espaço urbano, por se tratar de sujeitos que estão inseridos no cotidiano da cidade. Entretanto, esse olhar é fragmentado e superficial, além de ser carregado de preconceitos e crendices. Neste ponto, o professor como mediador desse diálogo em sala, deve considerar esses saberes prévios dos alunos, e transformar esse senso comum, em uma visão crítica da realidade, e apurada para identificar as desigualdades. Desta forma, considerar os saberes prévios dos alunos deve ser sempre o ponto de partida do educador (Santos et. al. 2022). O professor, deve então trabalhar em sala, metodologias que façam os alunos atingirem os objetivos citados anteriormente, dessa forma:

> [...] Esse trabalho deve estar voltado para a aprendizagem geográfica do aluno. Embora seja uma afirmação aparentemente óbvia, é importante que seja ressaltada para que, com base nela, se possam trazer alguns elementos decorrentes. O trabalho do professor consiste, pois, em tornar possível a aprendizagem do aluno. Isso significa que o sujeito central do ensino é o aluno com seu processo cognitivo e o papel do professor é o da mediação. O ensino é um processo de conhecimento pelo aluno, mediado pelo professor. O professor, nessa mediação, encaminha esse processo com base em suas concepções teóricas e metodológicas a respeito de como ele deve ocorrer. (Cavalcanti, 2015, p. 59)

A dialética de um ensino crítico busca não apenas questionar o conhecimento estabelecido, mas estimular uma reflexão profunda sobre a realidade em si, evidenciando contradições e desafiando o status quo. É importante que o professor esteja atento, pois o ensino de Geografia possui intencionalidades. Se o professor se atém a um ensino de Geografia tradicional, e não contribui para um pensamento crítico, visando a progressão social do estudante, ele consequentemente contribui para sua alienação, tornando-o uma criança acrítica, inserida em um sistema desigual e que engole a ela e seus semelhantes cada vez mais. Concordando com o que afirma Menezes (2015) ao dizer que:

> A Geografia Tradicional abarca estas características e assim foi reproduzida no ensino devido à algumas intencionalidades. Sua aparente despolitização foi construída propositadamente, visando atingir determinados fins. Portanto, não se pode desconsiderar o caráter político da Geografia e o papel que exerce na escola. (Menezes, 2015, p. 354)

Portanto, a preocupação com a construção de um pensamento crítico dos alunos, é de suma importância para todos os professores bem como o de Geografia.

No ensino básico, essa preocupação deve ser redobrada, visto que é nos anos iniciais que o professor deve “plantar a semente da criticidade” na cabeça dos alunos. Todas as “sementes” irão germinar? Seria utópico afirmar que sim, mesmo que o professor instigue aquela semente com questionamentos, promova um diálogo em suas aulas e planeje uma boa aula, nada o garante de seu sucesso.

Entretanto, é o dever pedagógico do professor, sobretudo nós de Geografia, o de plantar essa semente, e alimentá-la visando a germinação de todas as que forem possíveis ao tocante do professor, pois de nada vale um ensino de Geografia acrítico, desprovido de inquietações, e de um olhar apurado para identificar no mundo as desigualdades e as relações dialéticas nele presentes.

Desta forma, não podemos desconsiderar o papel fundamental que a Geografia escolar desempenha na base da formação política do aluno. Assim concordo ao que afirma Albuquerque (2021, p. 44) “O desdobramento deste processo, resultante de uma postura acrítica, é a negação das especificidades inerentes à docência, colocando em xeque sua própria existência no trabalho escolar”.

Por fim, para que o professor construa em sala, uma educação ancorada a uma pedagogia crítica de forma consciente, é necessário que o professor esteja ciente de suas bases epistemológicas. Um problema que se tornou nítido é a pobreza do conhecimento de muitos docentes em suas próprias bases epistemológicas, se assemelhando ao que afirma Kaercher (2007, p. 30) como um "Gigante dos pés de barro", onde de nada vale sua enorme forma e intencionalidade se não possui uma base bem consolidada.

> Isto é, uma epistemologia pobre e uma pedagogia confusa por parte do professor, deve-se repensar a formação inicial. Sendo assim, os cursos de formação docente devem auxiliar no sentido de que o educador tenha clareza quanto às suas concepções epistemológicas de Geografia e de Educação. Cabe ressaltar que a partir da sua visão de mundo, do seu posicionamento político, o professor irá adotar a linha teórica que orientará sua prática educativa. (Menezes, 2015, p. 259)

Para tal, a prática docente dos professores não deve se restringir apenas a aplicação de técnicas ou métodos, mas deve estar fundamentada em uma base epistemológica bem consolidada. E para isso, deve ser feito pelo profissional a constante indagação "O que é Geografia, para que(m) serve, por que ensiná-la" (Menezes 2015, p. 360) Além de estar alicerçada a uma corrente de pensamento da Geografia que embase a ação pedagógica do docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões levantadas, podemos concluir que os alunos da rede pública da cidade de Fortaleza enfrentam uma série de desafios e, dentre estes, está a falta de estrutura das escolas. Esse é um problema que atravessa gerações e fere o direito à cidade e cidadania dos alunos e professores que estão sujeitos a condições insalubres. Portanto, é interessante que o professor de Geografia, ao trabalhar a temática urbana em sala, busque relacionar com o cotidiano dos alunos, problematizando como as desigualdades estão presentes no seu dia-a-dia.

É de suma importância que o professor mantenha uma postura crítica durante esse diálogo para que os alunos também desenvolvam uma noção crítica e sejam capazes de, a partir da sua formação escolar, entender que são cidadãos pertencentes a uma cidade e que possuem uma identidade, portanto também têm direito à cidade. Acredita-se, portanto, que nesse cenário, os alunos seriam capazes

de ver e denunciar essas desigualdades, e de forma coletiva reivindicar seus direitos, pois apenas a luta do coletivo traz uma transformação social significativa. Quando a classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar aquilo que a teoria define como sendo sua "missão histórica", é então que faltam o "sujeito" e o "objeto" Lefebvre (2011, p. 113).

Por fim, o professor sozinho não muda o mundo, tampouco esse sistema desigual o qual estamos inseridos, mas ele pode mudar a sua prática pedagógica, que já é uma mudança significativa, um grande passo a luz de uma transformação social. Portanto, mesmo que essas desigualdades estejam consolidadas estruturalmente na nossa história, podem ser revertidas, de acordo com o que afirma Marx (2017) em que tudo o que é sólido se desmancha no ar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. A. M. [et al.]. Reformas neoliberais e inovações do passado: as metodologias ativas e a interdição da escola emancipatória. **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021, p. 37-63.

AZEVEDO, R. Crianças têm aula sob goteiras em escola municipal no Rodolfo Teófilo: "Com os pés na água". **Diário do Nordeste**, 06 de dez. 2024. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/criancas-tem-aula-sob-goteiras-em-escola-municipal-no-rodolfo-teofilo-com-os-pes-na-agua-1.3591286. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

CALLAI, H. C. O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais. In: CATROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHAEFFER, N. O.; KARCHER, N. A. **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. 5 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2010, p. 77-82.

CAVALCANTI, L. de S. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar. Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. **Revista Geousp**, n. 5, p. 41-55, 1999. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/items/c703dc69-4ddb-44ac-b7e4-f5f2d8922393/full. Acesso em: 18 fev. 2025.

CAVALCANTI, L. de S. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**. n. Especial EGAL. Costa Rica p. 01-18, 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820130.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade:** ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 1. ed. Campinas: Papirus, 2015.

GCMAIS, P. Chuva invade escola, causa alagamento e queima fiação em Fortaleza. **Portal GCMAIS**, 11 de abr. 2024a. Disponível em: https://gcmais.com.br/noticias/2024/04/11/chuva-invade-escola-causa-alagamento-e-queima-fiacao-em-escola-de-fortaleza. Acesso em: 20 fev. 2025.

GCMAIS, P. Após chuvas, parte de teto de escola desaba, e estudantes ficam sem aula em Fortaleza. **Portal GCMAIS**, Fortaleza, 28 de fev. 2024b. Disponível em: https://gcmais.com.br/noticias/2024/02/28/apos-chuvas-parte-de-teto-de-escola-desaba-e-estudantes-ficam-sem-aula-em-fortaleza. Acesso em: 20 fev. 2025.

KAERCHER, N A. A Geografia escolar: gigantes de pés de barro comendo pastel de vento num fast food. **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 1 n° 28. 2007. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/220/204. Acesso em: 12 fev. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

MENEZES, V. S. A historiografia da Geografia acadêmica e escolar: uma relação de encontros e desencontros. **Geographia Meridionalis** v. 1, n. 2, 2015. p. 343-362. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/6188/4924. Acesso em 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, E. L. de A. **Áreas de risco geomorfológico na bacia hidrográfica do Arroio Cadena, Santa Maria/RS:** zoneamento e hierarquização. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11321/000474761.pdf?sequence=1. Acesso em: 9 jan. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, L. P. dos; KAERCHER, N. A; COSTELLA, R. Z; MENEZES, V. S. **Os caminhos passam pel@s alun@s:** saberes e (des)construções nas aulas de Geografia. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022.

VIANA, T. Com risco estrutural, escola pública de Fortaleza é interditada e crianças ficam sem aula presencial**.** Pais e professores denunciam que fechamento da instituição do Município foi "repentino" e tem gerado saída de alunos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 de fev. 2024. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/com-risco-estrutural-escola-publica-de-fortaleza-e-interditada-e-criancas-ficam-sem-aula-presencial-1.3481967. Acesso em: 20 fev. 2025.

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DO ENSINO DE CARTOGRAFIA DO SÉCULO XXI: OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM

Robert Paixão de Cerqueira Soares[26]

RESUMO
Em um contexto contemporâneo cada vez mais globalizado e tecnológico, novas possibilidades de práticas pedagógicas emergem, principalmente no que diz respeito ao ensino de Cartografia. Na educação básica do vigente cenário educacional, é fundamental que os professores utilizem as geotecnologias para impulsionar a aprendizagem, uma vez que essas tecnologias fazem parte do cotidiano dos educandos. Por isso, esse presente estudo busca investigar possibilidades de práticas educativas que tenham como base o uso das tecnologias para potencializar o ensino de Cartografia dentro do escopo geográfico na educação básica e enfatizar as geotecnologias como fonte de construção de conhecimento. Para alcançar esses objetivos, metodologicamente, foi realizada uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, na qual houve a seleção de dez trabalhos que possuem relevância e pertinência com a temática investigada, sendo escolhidos oito artigos, uma monografia e uma dissertação de mestrado através do site Google Acadêmico entre os anos 2023 a 2025. Entre os principais resultados encontrados, cabe destacar: as ferramentas tecnológicas geográficas corroboram para tornar o ensino de Cartografia mais atrativo e dinâmico e menos monótono e enfadonho; as geotecnologias mais usadas foram o *Google Earth*, em seguida, do *Google Maps* e do *QGIS*; a utilização de plataformas virtuais mais desconhecidos chamam a atenção como: *StereoPhoto Maker*, Plataforma *Canvis* e até sites de elaboração própria, juntamente com o uso do estereoscópio e de jogo da memória online (Puzzle.org). Conclui-se, assim, que a utilização das tecnologias pode fortalecer a aprendizagem dos educandos frente aos conhecimentos cartográficos, oportunizando práticas pedagógicas criativas e promissoras.

Palavras-Chave: Cartografia Digital; Geotecnologias; Alfabetização cartográfica; Ensino cartográfico; Educação básica.

INTRODUÇÃO

A Cartografia pode ser considerada como um ramo da Geografia, que visa a busca da orientação e localização no espaço geográfico, a partir de representações gráficas geradas, principalmente os mapas. Para Seccatto e Nunes (2024) a ciência cartográfica é extremamente importante no ensino de Geografia, uma vez que é essencial para a construção dos saberes correlatos à localização espacial juntamente com a representação do espaço. O passado desse ramo geográfico tem origens bastante remotas, apresentando indícios desde à pré-história, quando os primeiros seres humanos habitantes da terra desenvolviam pinturas rupestres,

[26] Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, robertpaixaosoares@gmail.com

sendo que muitas vezes, esses desenhos nas paredes das cavernas mostravam os caminhos que pudessem levá-los a locais de caça. É importante mencionar que povos como chineses e egípcios tinham grande propriedade e domínio de técnicas para a elaboração de mapas, bem como os gregos, marcando assim, aos poucos, do estabelecimento de diversos saberes cartográficos, mesmo com as suas limitações e o período histórico evidenciado (Harley, 2009).

Precisamente no século XV, a cartografia foi basilar no período das Grandes Navegações, principalmente sendo responsável pelo mapeamento de novos territórios. Assim, na medida que a humanidade tem implementado seus ciclos de evolução, a Cartografia necessariamente vem sendo desenvolvida e aperfeiçoada. Após as duas guerras mundiais e seus desdobramentos geopolíticos, como a Guerra Fria e a corrida espacial, acabaram favorecendo o uso de tecnologias avançadas no que se refere ao conhecimento cartográfico, principalmente no uso de imagens de satélite e radar. Nesse sentido, nas últimas três décadas, com o avanço notável das ferramentas e também dos programas computacionais, os instrumentos tecnológicos se tornaram indispensáveis para a Geografia, uma vez que a digitalização dos mapas tornou possível diversos processos antes considerados impossíveis ou com elevado grau de dificuldade.

Por isso, afirma-se que no final do século XX, com o apogeu da internet e sua intensa popularização, a ascensão da cartografia digital se proliferou e trouxe novas formas de orientação e de localização na sociedade contemporânea, assim, percebe-se uma evolução significativa das técnicas cartográficas, antes dispostas em métodos tradicionais e remotos, com os desenhos de parede, se transformou em uma vasta variedade de ferramentas digitais que dispõem de representações gráficas de qualquer lugar do planeta a qualquer hora que o usuário quiser usufruí-las. Sobre essa Cartografia digital (CD), Soares-Filho (2000) salienta que pode ser entendida como um conjunto de ferramentas, incluindo programas e equipamentos orientados diretamente para o armazenamento e visualizações de dados espaciais no espaço cibernético. Com essa representação do espaço sendo realizada de forma sofisticada, apoiada em recursos das chamadas geotecnologias, como exemplo das fotos aéreas digitais, as imagens de satélite de alta resolução e o Sistema de Posicionamento Global (GPS), a cartografia assume novas nuances no contexto digital, contando com uma linguagem fluida, interativa e colaborativa.

Nessa circunstância, considerando as aprendizagens cartográficas e geográficas, fizeram emergir novas mudanças e trouxeram novos desafios no que tange aos processos de ensino e aprendizagem, fazendo assim, tencionar novos pensares e também formas de compreensão de suas informações (Seccatto; Nunes, 2024). Com a sociedade do século XXI inserida no contexto digital, o ensino de Cartografia precisa ganhar novos contornos, atendendo as necessidades dos estudantes na contemporaneidade. Assim, observa-se que essas novas tecnologias colocam em pauta justamente a necessidade do estabelecimento de habilidades e também a compreensão de novos letramentos das linguagens que são desenvolvidas e difundidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) (Seccatto; Nunes, 2024).

Com uma grande variedade de aplicativos e ferramentas virtuais que colaboram, de forma significativa, com a conhecimento cartográfico, como o caso do *Google Earth* e o *Google Map*s, que fazem parte do cotidiano dos educandos, não é possível desconsiderar esses mecanismos tecnológicos do contexto educacional da contemporaneidade, já que esses recursos podem potencializar a aprendizagem dos estudantes e favorecer um maior contato com o espaço vivido. Diante dessa conjuntura, que engloba a importância do uso das tecnologias no processo do ensino da Cartografia na contemporaneidade, como forma de colaborar na compreensão dos conteúdos e conceitos estudados em sala de aula, esse presente estudo possui como objetivos principais: investigar possibilidades de práticas educativas que tenham como base o uso das tecnologias para potencializar o ensino de Cartografia dentro do escopo geográfico na educação básica e enfatizar as geotecnologias como fonte de construção de conhecimento cartográfico.

Partindo de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, no qual houve a seleção de dez trabalhos selecionados através do Google Acadêmico, esse presente estudo apresenta como principais resultados: o ensino da Cartografia na contemporaneidade possui diversas possibilidades com a utilização de variadas linguagens, sendo em destaque, a tecnológica; entre as ferramentas tecnológicas citadas nas obras selecionadas, o *Google Earth* aparece em destaque e depois o *Google Maps* e do *QGIS*; algumas plataformas virtuais mais desconhecidas também são utilizados como forma de auxiliar no processo pedagógico do ensino de Cartografia, como o caso do *StereoPhoto Maker*, da Plataforma *Canvis* e até sites

de elaboração própria, junto com o uso do estereoscópio e de jogo da memória online (Puzzle.org); através da utilização dessas geotecnologias e ferramentas virtuais diversas, os trabalhos evidenciam como a adoção das tecnologias no ensino da Cartografia pode contribuir para a discussão de diversas temáticas seja de aspectos ligados à economia, meio ambiente e de interesses da sociedade de forma geral, corroborando para o desenvolvimento da reflexão crítica e reflexiva do espaço geográfico.

Por fim, como conclusão da pesquisa, nota-se que as tecnologias contribuem sobremaneira para a realização de aulas mais interativas, lúdicas e com grande potencial de oportunizar o protagonismo entre os educandos, facilitando o estabelecimento do pensamento autônomo e da colaboração entre os pares. Esse trabalho se estrutura da seguinte forma: após essa introdução, serão explanados os materiais e métodos adotados nessa pesquisa, depois serão discutidos os resultados encontrados e, por fim, serão sintetizados as principais ideias desenvolvidas no trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos realizados nesse presente estudo, envolvem uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, através da busca de trabalhos publicados no Google Acadêmico (*Google Scholar*) entre os anos de 2023 a 2025, em qualquer idioma, sendo utilizado a ferramenta “pesquisa avançada” para pormenorizar o período a ser investigado. Para a seleção desses trabalhos foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “possibilidades do ensino de cartografia com tecnologias”.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, Silva, Oliveira e Silva (2021) ressaltam que é por meio desta, que o pesquisador toma conhecimento da dimensão teórica do seu tema de pesquisa, ou seja, contribuindo para elencar as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver. Em geral, uma pesquisa bibliográfica em acordo com os rigores científicos, é extremamente imprescindível para a construção de um trabalho científico de qualidade, atualizado, consistente e fundamentado teoricamente. Sendo assim, esse presente estudo envolvendo diretamente a pesquisa bibliográfica fundamentada na concepção qualitativa propõe a articulação de saberes anteriores,

como forma de buscar a sistematização do conhecimento à respeito das múltiplas possibilidades do ensino de Cartografia contemporâneo. Por isso, afirma-se que a pesquisa bibliográfica "é um campo próprio de pesquisa que constitui uma totalidade que envolve organização, interpretação, compreensão e sistematização do conhecimento" (Silva; Oliveira; Silva, 2021, p. 99). Com base na pesquisa desenvolvida foram encontrados aproximadamente 6.130 resultados no Google Acadêmico (2023-2025). Desse montante, foram selecionados 10 trabalhos que trazem experiências práticas com a utilização das tecnologias para potencializar o ensino de Cartografia dentro da perspectiva geográfica no ensino básico.

Cabe mencionar que essa escolha aconteceu mediante a relevância e pertinência trazida nas obras sobre o objeto de estudo investigado, sendo que o intuito foi de encontrar trabalhos que evidenciasse experiências práticas com o uso das geotecnologias como forma de potencializar o processo de ensino e aprendizagem cartográfico na educação básica. No (Esquema 1), é possível analisar o passo a passo realizado para o desenvolvimento do presente estudo, sendo detalhado os procedimentos metodológicos utilizados.

Esquema 1 – Procedimentos metodológicos do estudo



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Em seguida, no (Quadro 1), confere-se as obras selecionadas para compor a análise bibliográfica realizada.

Quadro 1 - Obras selecionadas

Autor(es)	Título	Tipo de trabalho	Periódico/ instituição	Ano
BASTOS, Daniela Moreira.	Prática de mapeamento com alunos do ensino médio: investigando a presença da população afrodescendente no Bairro da Capela em Vinhedo (SP)	Artigo	AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros)	2023
CRUZ, Luciana de Oliveira; MORAIS, Enoque Gomes de.	O uso do Google Earth como metodologia no ensino de cartografia para estudantes do ensino médio.	Artigo	Geoconexões	2023
DANTAS, Sulivan Pereira; MESQUITA, Davi Gerard de Sousa; SILVA, Jefté Sousa da.	Alfabetização cartográfica no ensino fundamental: a retomada do processo pós ensino remoto emergencial.	Artigo	Revista Metodologias e Aprendizado	2023
LEAJANSKI, Alison Diego.	As possibilidades das metodologias ativas no ensino de Geografia.	Artigo	Revista Metodologias e Aprendizado	2023
TOMAZ, Maria Carla Nascimento.	Tecnologias educacionais: relato de experiência do uso do Google Maps em uma turma do 8° Ano na escola Antônio Lacerda Neto.	Monografia	Universidade Federal de Campina Grande.	2023
CARVALHO, Helder Vasconcelos.	O uso das novas tecnologias aplicadas ao ensino da geografia cartográfica nas aulas do ensino médio integrado do Campus de Caxias (MA).	Dissertação de mestrado	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro	2024
SANTOS, Alex Mota dos et al.	Cartografia Digital aplicada aos estudos de temas ambientais, econômicos e sociais no ensino básico.	Artigo	Geografia Ensino & Pesquisa.	2024
SILVA, Ricardo Pereira da;	Múltiplas linguagens no ensino de Geografia: relato	Artigo	Estrabão	2024

RIZZATTI, Maurício; BATISTA, Natália Lampert.	de práticas pedagógicas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, Agudo, RS.			
MARRACCINI, Luis Roberto Rizzi; JUNIOR, Lourenço Magnoni.	Geografia e geotecnologias na educação básica: redução e mitigação de desastres por meio da prática educativa.	Artigo	AGB BAURU/ Centro Paula Souza	2025
SANTOS, Iuri Oliveira dos et al.	Práticas ativas no ensino de cartografia no ensino médio: um relato de experiência.	Artigo	Revista Observatorio De La Economia Latinoamericana.	2025

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Com base nessa seleção bibliográfica, observa-se que o ensino cartográfico na contemporaneidade ganha novos contornos e novas possibilidades na educação básica, principalmente ao ser proposto o uso do espaço cibernético a favor da produção do conhecimento da Cartografia no contexto educacional, conforme apresentado a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ser analisado as obras selecionadas no que se refere à utilização das geotecnologias no contexto do ensino da Cartografia, menciona-se que as experiências práticas desenvolvidas por meio das ferramentas tecnológicas podem favorecer uma melhor assimilação dos conteúdos cartográficos aos educandos, principalmente no que tange ao desenvolvimento da alfabetização cartográfica, entendida aqui como o processo capaz de fazer os educandos interpretarem e se apropriaram dos símbolos cartográficos, podendo oportunizar assim, a posterior aplicabilidade em leituras de mapas e contextos espaços-temporais (Oliveira; Souza; Rocha, 2016).

Em ambos os casos de experiências com o uso das geotecnologias, diversos aspectos positivos foram atribuídos, como: maior aproximação dos conteúdos analisados em sala de aula com o espaço vivido – os conceitos são traduzidos na realidade; desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à orientação e localização no espaço geográfico; compreensão acerca de diferentes

escalas, indo da dimensão local ao global; aprendizagem mais lúdica e autônoma que foge do tradicional e torna as aulas mais dinâmicas; etc.

É necessário assim que as aulas com o uso das geotecnologias oportunizem a aprendizagem colaborativa, a interatividade e também o desenvolvimento da autonomia dos educandos, para que assim o ensino de Cartografia se torne mais atrativo e de fácil assimilação para os estudantes. Com base nas obras selecionadas (Quadro 2), foi possível observar a importância da utilização de metodologias ativas associadas ao uso das tecnologias geográficas como forma de impulsionar o ensino de Cartografia, tornando as aulas mais interessantes e na busca pela adoção de práticas pedagógicas mais criativas e menos tradicionalistas.

Quadro 2 – Detalhamento das experiências práticas mobilizadas a partir do ensino de Cartografia com tecnologias nas obras selecionadas

Autor(es) e ano	**Tipo(s) de recurso tecnológico utilizado**	**Forma de utilização do recurso**	**Série escolar**	**Conteúdos trabalhados**
Bastos (2023)	My Maps – Google Maps	Mapeamento no bairro Capela em relação às paisagens que remetessem a presença da população negra no lugar	2 ° Ano do Ensino Médio	Delimitação de área; localização/ pontos de referência e edição de mapas; Cultura afrodescendente e representatividade.
Cruz e Morais (2023)	Google Earth	Desenvolvimento de representação cartográfica do bairro de vivência contendo elementos de localização e orientação através da visualização tridimensional (município: Breu Branco – PA).	Ensino Médio (1°, 2° e 3 ° Ano)	Localização e orientação no espaço geográfico.
Dantas; Mesquita e Silva (2023)	Google Earth e Google Maps.	Uso de imagem de satélite representando a região circunvizinha da escola, reproduzidas nos chromebooks para elaboração de mapa mental do trajeto de casa para a escola.	6º ano do Ensino Funda-mental	Elementos do mapa; alfabeto cartográfico (ponto, linha e área); orientação espacial; pontos de referência; noção de proporção e escala e representações oblíquas e verticais.
Leajanski (2023)	Google Earth	Localização e identificação de coordenadas geográficas	6 ° Ano do	Localização e orientação; coordenadas

		de lugares familiares pelos estudantes, como a escola, casa, município e estado, bem como a elaboração de um roteiro de viagem que gostariam de realizar.	Ensino Funda-mental	geográficas (alfabetização cartográfica).
Tomaz (2023)	Google Maps	Observação de pontos de referência do município de vivência dos estudantes (São José de Piranhas – PB), além de se ter a compreensão de diferentes escalas e dimensões (país, estado, cidade e rua).	8° Ano do Ensino Funda – mental	Localização e orientação no espaço/ pontos de referência.
Carvalho (2024)	Site (geografiacartografica.com.br), Google Earth e Google Maps	Desenvolvimento de site (geografiacartografica.com.br) para trabalhar a realidade do aluno por meio de pontos históricos e geográficos importantes da cidade de Caxias – MA e acesso a imagens aéreas do Campus Caxias com o auxílio também do Google Earth e do Google Maps.	3º ano do Ensino Médio e Técnico	Representação cartográfica; tipos de produtos cartográficos; elementos do mapa; localização espacial; imagem de satélite; Sistemas de posicionamento e navegação por satélites; Sistema de informações geográficas e Sensoriamento Remoto.
Santos et al. (2024)	Google Satélite, Google Earth Pro e QGIS	Elaboração de diferentes mapas temáticos com o intuito de observar a análise estudo da realidade local, regional e nacional, a exemplo: da produção da carta imagem contendo os impactos ambientais de uma área no Bairro do Pontal, na cidade de Ilhéus; do mapa de localização do município de Ilhéus no território baiano; da área plantada com cacau no estado da Bahia e do número de estupros no estado.	2 ° Ano do Ensino Médio	Mapas temáticos de aspectos ambientais, econômicos e sociais de Ilhéus; carta imagem/ imagens de satélite; variação histórica das imagens das localidades e Sensoriamento Remoto.
Silva; Rizzatti e	Google Earth Pro; StereoPhoto	Busca de coordenadas geográficas no Google Earth Pro/ Função da	Ensino Funda - mental II	Cartografia temática; leitura de mapas; noções de

Batista (2024)	Maker; Plataforma Canvis; Kahoot, Youtube e jogo da memória online (Puzzle.org) e site do Geoparque Quarta Colônia (https://www.geoparquequartacolonia.com.br/)	latitude e longitude através do aplicativo. Obs.: O StereoPhoto Maker pode ser usado como complementação do Google Earth, oferecendo imagens tridimensionais/ verticais apuradas. Construção de mapa de geossítios do Geoparque Quarta Colônia na plataforma Canvis.	(6° ao 9° Ano)	sensoriamento remoto; delimitação de área; localização; coordenadas geográficas; geoparques; tipos de visão: frontal ou horizontal, vertical ou área.
Marraccini e Junior (2025)	Google Meet e Google Earth Pro	Localização do território brasileiro e de localidade da escolha do aluno; Uso de imagens de satélite de áreas atingidas por desastres no Brasil em momentos (anos) diferentes e interpretação espaciais da realidade através dos conceitos geográficos desenvolvidos sobre os desastres.	1 ° Ano do Ensino Médio	Localização e identificação dos recortes espaciais e variação histórica das imagens das localidades; ocupação do solo; processos erosivos; deslizamentos; bacias hidrográficas e desastres ambientais.
Santos et al. (2025)	Estereoscópio, GPS, QGIS e Google Earth Pro.	Observação da evolução dos instrumentos cartográficos e posterior contato com: globo terrestre, mapas impressos, estereoscópio, fotografias aéreas, GPS e o Software Google Earth Pro projetado por meio de um datashow; utilização do software QGIS para a construção colaborativa de um mapa digital semelhante a um mapa impresso dos Territórios Sergipanos.	1 ° Ano do Ensino Médio	Representação espacial; Localização e orientação; tipos de mapas; historicidade da cartografia e elementos do mapa.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Com base nessa investigação feita, percebe-se que no contexto contemporâneo, não é mais possível pensar em um ensino de Geografia em que os

educandos somente recebam as informações e memorizem o conteúdo para aplicar em uma avaliação. É necessário, sem dúvidas, buscar um maior dinamismo e interação em sala de aula. As geotecnologias, assim, quando utilizadas de forma correta, aparecem como alternativas essenciais para promover aulas mais atrativas e menos enfadonhas. Desse modo, percebe-se que “as geotecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e saber utilizar essas ferramentas permite estimular o raciocínio, realizar tarefas cotidianas e localizar-se no espaço geográfico” (Leajanski, 2023, p. 162).

Nessa perspectiva, cada uma das experiências práticas listadas acima, representam novas possibilidades de práticas educativas que emergem no contexto contemporâneo, que colocam em destaque as geotecnologias como fonte de construção do conhecimento. Sendo assim, é crucial compreender sua aplicabilidade em sala de aula, bem como os benefícios dessa utilização das tecnologias geográficas para potencializar o ensino de Geografia nos tempos hodiernos. A experiência prática citada por Bastos (2023) traz uma perspectiva interessante de se trabalhar as Relações Étnico-Raciais com a Cartografia, já que através do uso da ferramenta *My Maps,* um dos recursos do *Google Maps*, foi possível realizar uma prática de mapeamento com alunos do ensino médio do bairro Capela, bairro este ocupado majoritariamente pela população afrodescendente, sobretudo pelo Quilombo da Rocinha.

Assim, através desse mapeamento, que consistiu em fotografias de paisagens do bairro Capela que estivesse associado a cultura negra local com a formação de um mapa colaborativo, evidencia a importância da cartografia digital como possibilidade de favorecer a interatividade entre os discentes. Nesse caso ainda, o recurso tecnológico usado tendo por base os conhecimentos cartográficos, buscou favorecer o empoderamento e representatividade das pessoas negras da localidade, muitas vezes invisibilizadas da história da cidade, o que enfatiza a Cartografia enquanto um instrumento crítico e reflexivo da realidade. Segundo Callai (2005) o papel do ensino de Geografia na escola é o de fornecer aos estudantes as ferramentas teóricas necessárias para que eles possam compreender os espaços em que vivem, onde ocorrem os fenômenos, para assim entender o mundo.

As aprendizagens cartográficas são, desse modo, elementares para que o estudante pense as especialidades, compreenda a (re) construção dos espaços e

para que consiga realizar a leitura crítica do espaço. O trabalho de Cruz e Morais (2023) traz uma oficina didática como forma de fortalecer o ensino de Cartografia no ensino médio, tendo com auxílio o uso do *Google Earth* e, apresentando como resultado final, a produção de uma representação cartográfica que os estudantes possuem familiaridade de vivências em folha sulfite A4, como resultados dos aprendizados desses educandos frente ao software apresentado. Sendo que essa ferramenta tecnológica serviu como metodologia de ensino de alguns conceitos básicos da Cartografia associados à orientação e à localização no espaço geográfico, como rosa dos ventos, pontos de referência, entre outros.

Destaca-se que um dos objetivos foi o de melhorar a aprendizagem de tais conceitos e trazer mais dinâmica juntamente com à interatividade para as aulas de Geografia. Nesse sentido, com as produções dos educandos, percebe-se a compreensão dos conceitos simples da cartografia, a exemplo de localizar-se em seu espaço de vivência. Com base nessa experiência, fica evidente a importância da utilização de diferentes linguagens para facilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos educandos: nesse caso em específico, houve o uso da linguagem digital, geográfica, cartográfica e também artística dos estudantes com o estabelecimento dessa oficina. Segundo Gama e Barbosa (2016), o *Google Earth* oportuniza o contato direto com o objeto estudado, proporcionando aos estudantes a vivência dos processos e dos acontecimentos atuais.

Diante dessa conjuntura, buscando utilizar as tecnologias geográficas para potencializar o ensino de cartografia, Dantas, Mesquita e Silva (2023) apresentam uma proposta de intervenção numa turma do ensino fundamental, após observarem no período emergencial da pandemia de COVID-19, a defasagem dos educandos perante os estudos da Cartografia. A ideia foi ensinar Geografia a partir das metodologias ativas com ênfase na linguagem cartográfica, com o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs e Geotecnologias no processo de alfabetização cartográfica. Uma curiosidade é que essa experiência envolve a aplicação de um projeto de pesquisa que busca analisar as possibilidades de implementação do ensino híbrido no ensino de Geografia dos anos finais do ensino fundamental, apresentando uma prática associada ao uso das geotecnologias no processo de alfabetização geográfica.

Utilizando a técnica de Rotação por Estações, em que os educandos em grupos participam de diferentes "estações" de aprendizagem envolvendo atividades digitais e não digitais, as geotecnologias utilizadas como o "*Google Earth* e o *Google Maps*" serviram como auxílio para a realização das atividades, principalmente no caso do *Google Earth*, com a disponibilização de imagens de satélite de áreas circunvizinhas da escola, para que os estudantes fizessem um mapa mental do trajeto de casa para a escola. O trabalho desenvolvido por Leajanski (2023) traz uma proposta semelhante a anterior, uma vez que busca utilizar o *Google Earth* para que os alunos do ensino fundamental explorem suas ferramentas e procurem lugares familiares, como a escola, a casa, o município e o estado.

A experiência trazida por Tomaz (2023) apresenta a mesma proposta trazida pelos trabalhos anteriores de usar o recurso tecnológico como forma de favorecer o pensamento espacial acerca da realidade vivida pelos educandos, porém há o uso de uma plataforma diferente, nesse caso do *Google Maps*, através da implementação de uma oficina para alunos do ensino fundamental. A ideia é usar o *Google Map*s com os conteúdos associados à "localização cartográfica", sendo que o intuito é o de desenvolver o sentido de pertencimento do aluno na sociedade em que vive, favorecendo o contato direto com a exploração dos pontos de referência, como comércios, rios e ruas, fazendo com que noções cartográficas sejam evidenciadas.

Com a utilização do Google Maps, Tomaz (2023) destaca que o objetivo foi suprir as lacunas deixadas pelo livro didático em relação à aproximação dos conteúdos para à realidade vivida pelos educandos, já que "o passeio virtual" oportunizado pela plataforma favorece esse contato direto com o espaço vivido. Como avaliação para os estudantes, foi proposto também a realização do trajeto de casa para a escola para os estudantes destacarem durante o percurso pontos de referência, sendo possível perceber as diferenças espaciais entre os alunos do espaço urbano e do espaço rural.

A proposta trazida por Carvalho (2024) traz uma novidade enquanto uso das tecnologias como forma de potencializar o processo de ensino da Cartografia no contexto vigente, já que apresenta um site como produto educacional[27] para facilitar o ensino da Geografia Cartográfica e o entendimento das transformações espaciais

[27] Disponível em: https://geografiacartografica.com.br/ifma

existentes na cidade de Caxias – MA e trabalhar seus pontos históricos e geográficos, tendo o fito de utilizar as geotecnologias como auxiliadoras no processo de construção de saberes cartográficos em turmas do Ensino Médio e Técnico. Esse site fornece subsídios importantes para o uso do *Google Earth* e o *Google Maps*, como forma dos estudantes perceberem as transformações espaciais na cidade de Caxias-MA, sendo uma ferramenta basilar para os professores locais.

De acordo com Carvalho (2024, p. 100) “Essas ferramentas tecnológicas são capazes de ampliar o conhecimento e reconhecimento do espaço de vivência dos estudantes permitindo a construção de conceitos geográficos e, também, um ensino com maior relevância para os mesmos”. Na proposta trazida por Santos et al. (2024), que conta com o desenvolvimento de um projeto de extensão que através da realização de oficinas temáticas de Cartografia, além de trazer o uso das geotecnologias como forma de aproximação com o espaço de vivência dos educandos, destaca a aplicação da cartografia digital ao estudo de temas ambientais, econômicos e sociais do contexto local e estadual dos estudantes do ensino médio, favorecendo a criação de mapas temáticos sobre os aspectos territoriais do estado da Bahia e Ilhéus, envolvendo diretamente os impactos ambientais e violência de gênero.

Por meio do *QGIS*[28], que é um SIG código-fonte aberto, multiplataforma de sistema de informação geográfica que permite a visualização, edição e análise de dados georreferenciados, os estudantes usando as bases de dados cartográficos do Brasil, disponibilizados por sites como da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e outros, produziram inúmeros mapas temáticos, que contaram com o auxílio de imagens de satélite fornecidas pelo Google Satélite e do *Google Earth Pro*. Com esse trabalho, que atrela os conteúdos cartográficos com aspectos econômicos, sociais e ambientais do contexto que circunda o alunado, evidencia o papel elementar da Cartografia no desenvolvimento do pensamento espacial crítico e reflexivo do espaço geográfico.

Em um dos mapas desenvolvidos pelas oficinas, com a produção de uma carta imagem, foi possível notar os impactos ambientais de uma área no Bairro do Pontal, na cidade de Ilhéus. Essa área é de remanescente de Mata Atlântica em

[28] Disponível em: https://qgis.org/pt_BR/site/

área de morros e colinas, que pela legislação federal era para estar conservada. Os estudantes observaram que uma construtora começou uma obra para implantação de um condomínio na área. No entanto, os órgãos de fiscalização embargaram a obra, mas a retirada da vegetação já havia acontecido no topo do morro da localidade. Outro ponto significativo levantado nesse trabalho foi a elaboração do mapa que conta com o número de estupros no estado da Bahia no ano de 2021. Sendo que com esse produto cartográfico, percebe-se que os casos de estupro nem sempre ocorrem nos municípios mais populosos do estado, não havendo um padrão espacial, pois ocorre de forma dispersa.

Com base na execução dessas atividades, nota-se que a aplicação da cartografia digital associada ao estudo de temas ambientais, econômicos e sociais não pode ser uma realidade somente do ensino superior, mas também no ensino básico, pois é necessários os estudantes perceberem através da Cartografia, as contradições que permeiam o espaço geográfico. A experiência citada por Silva, Rizzatti e Batista (2024) que envolveu diretamente o desenvolvimento de uma sequência didática com a adoção de diferentes atividades, como a realização da oficina cartográfica envolvendo todas as turmas do ensino fundamental dos anos finais da escola, obteve um panorama geral sobre a leitura de mapas de todas as etapas desde o 6° ano até o 9°.

Essa proposta foi bastante interessante, já que além de adotar o uso de geotecnologias bastante conhecidas entre os professores como o caso do *Google Earth Pro,* também houve a utilização de plataformas menos difundidas como: *StereoPhoto Maker* e Plataforma *Canvis*. Além dessas geotecnologias, outras ferramentas do espaço cibernético foram utilizadas no processo de construção da oficina desenvolvida, como: *Kahoot*, *Youtube*, jogo da memória online[29]. Especificadamente no caso do *Google Earth Pro*, os estudantes puderam buscar locais ao redor do mundo através das coordenadas, buscando assim, compreender os tipos de visão, sendo elas frontal ou horizontal, vertical ou aérea e oblíqua, assim podendo ser bidimensionais e tridimensionais.

Esse momento de exposição contou ainda com o uso de fotografias e imagens da plataforma com exemplos voltados para a realidade dos educandos. Além de ser desenvolvido um mapa em três dimensões para ser identificado a

[29] Disponível em: puzzle.org.

diferença altimétrica e a relação com a hidrografia. A prática mais curiosa desenvolvida nessa proposta foi o uso do site do Geoparque Quarta Colônia[30], utilizado para identificar cada uma das categorias de valor dos sítios. Assim, cada grupo escolheu um lugar e anotou algumas características da localização que fosse identificado de forma posterior. Além de haver a construção do mapa dos geossítios do Geoparque Quarta Colônia de maneira manual com o 8° e 9° ano do Ensino Fundamental, também ocorreu a construção do mapa dos geossítios do Geoparque Quarta Colônia na plataforma *Canvis* com as turmas do 6° e 7° ano.

O *Canvis* é uma plataforma pouco difundida entre os professores, sendo um recurso de grande potencial para o ensino cartográfico, já que permite adicionar pontos em um mapa virtual e gerar uma legenda para cada ponto. O processo aconteceu da seguinte forma: houve a localização dos sítios geológicos no mapa virtual, depois foi adicionado uma legenda sobre o ponto, designando sua categoria de valor, autoria e uma imagem que remetesse diretamente ao local em destaque. Nessa perspectiva, observa-se com base nessas atividades práticas de mapeamento, seja no analógico ou digital, que os educandos foram incentivados a aplicar os conceitos cartográficos e geopatrimoniais aprendidos.

Sendo assim, esse processo não somente reforça a compreensão da linguagem cartográfica, mas também oportuniza a participação ativa dos educandos na construção do conhecimento. Ambas as atividades evidenciam que existem diversas maneiras e possibilidades de trabalhar o mesmo conteúdo, sendo importante o uso de práticas pedagógicas inovadoras além da aula expositiva, tendo em vista um ensino e aprendizagem mais acolhedor e divertido. Conforme Silva, Rizzatti e Batista (2024, p. 370) “As múltiplas linguagens não apenas complementam as aulas expositivas, mas também podem ser extremamente benéficas para reforçar a compreensão dos alunos e tornar o processo de aprendizagem mais agradável”. O trabalho proposto por Marraccini e Junior (2025) também trazem a adoção de uma sequência didática assim como o anterior, só que nesse caso em específico, os autores apresentam o uso das geotecnologias como ferramenta didática para a aprendizagem dos componentes cartográficos e também para a gestão, mitigação e a redução de risco de desastres naturais com alunos do Ensino Médio.

[30] Disponível em: https://www.geoparquequartacolonia.com.br/

Com a utilização do Google Earth Pro, além de fazerem a localização do território brasileiro e localidades do espaço de vivência dos educandos, foi possível utilizar o recurso de imagens históricas de imagens de satélite disponíveis na interface do programa em relação às áreas atingidas por desastres no Brasil, possibilitando desse modo, a observação e comparação de como esses desastres impactaram o espaço geográfico humano e também natural das regiões atingidas. Uma das imagens de satélite utilizadas envolveu o deslizamento da barragem de rejeitos localizada no distrito do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho em Minas Gerais. Sendo que a leitura e interpretação dessas imagens foram realizadas por meio do emprego de alguns procedimentos de fotointerpretação, adotadas no sensoriamento remoto, para que os estudantes pudessem compreender de forma crítica os fenômenos que estavam sendo retratados na imagem de maneira a conhecer e também de identificar aspectos correlatos à variação de cores, formas e padrões de ocorrência.

Cabe destacar que o *Google Meet* foi utilizado nas aulas como plataforma de interação docente/discente, no qual foram disponibilizados uma série de imagens de regiões do Brasil, as quais buscaram destacar áreas atingidas por desastres. Por causa do contexto pandêmico, a maior parte da sequência didática ocorreu no modelo online síncrono com aulas expositivas e dialogadas, sendo que somente uma aula prática foi realizada no laboratório de informática contando com a presença de apenas dois estudantes. Com a realização dessas atividades, foi oportunizado a construção do pensamento espacial dos educandos, por intermédio de um processo investigativo mediado pela utilização de tecnologias acerca das informações geográficas, que para Castellar (2017, p. 209) “servem como apoio para as análises por meio das situações do cotidiano que possibilitam a aplicação dos conceitos geográficos”.

A última experiência investigada nesse presente estudo, diz respeito ao trabalho proposto por Santos et al. (2025), que desenvolveu diversas atividades no contexto de Estágio Supervisionado em Geografia IV no ensino médio, sobre os conteúdos e conceitos cartográficos. Entre as atividades realizadas incluíram produção cartográfica, uso de softwares, dinâmicas práticas sobre projeções cartográficas com garrafas PET e exercícios de cálculo com escalas cartográficas. Na atividade envolvendo uma dinâmica lúdica sobre a evolução dos instrumentos

cartográficos, os estudantes divididos em grupos, puderam percorrer diferentes estações temáticas dispostas em sala de aula, em que havia instrumentos representativos de diferentes épocas históricas, como o globo terrestre, estereoscópio, fotografias aéreas, mapas impressos, GPS e o *Software Google Earth Pro* projetado por meio de um datashow.

Cabe salientar que o estereoscópio e as fotografias aéreas despertaram bastante atenção dos estudantes, por se tratar de recursos ainda desconhecidos. Já o uso do equipamento de GPS e o *Google Earth Pro*, evidenciaram o interesse dos educandos pelas tecnologias digitais que fazem parte do cotidiano e que possibilitam visualizar o planeta com grande riqueza de detalhes. Outra atividade que envolveu diretamente o uso de geotecnologias foi com o auxílio do *QGIS*, no qual foi usado para a construção colaborativa de um mapa digital semelhante ao mapa impresso dos Territórios Sergipanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, com base nas experiências práticas observadas nas obras selecionadas, percebe-se que a utilização das tecnologias geográficas no processo de ensino e aprendizagem é extremamente benéfico em diversos sentidos. Considerado difícil por muitos, com o auxílio das geotecnologias, o ensino da Cartografia no ensino básico tende a tornar-se mais dinâmico e interessante para os estudantes.

Tendo por base essa análise, fica explícito o “monopólio” da utilização do *Google Earth* pelos professores, seja na versão gratuita ou na Pro. De dez trabalhos selecionados, oito usaram diretamente essa plataforma, considerada a mais difundida entre os educadores de Geografia. O *Google Maps* e o *QGIS* também ganham destaque como ferramentas tecnológicas utilizadas pelos professores para potencializar o ensino de cartografia, porém em menor expressão que o *Google Earth*. Outras ferramentas tecnológicas não tão conhecidas chamam a atenção, como: *StereoPhoto Maker*, Plataforma *Canvis* e até site próprio como no exemplo trazido por Carvalho (2024).

Outros exemplos interessantíssimos envolvem o uso do estereoscópio, do jogo da memória online do site *Puzzle* e do uso do site do Geoparque Quarta Colônia, pois não são tão comuns a serem usados no espaço escolar, o que acaba

evidenciando as múltiplas possibilidades do ensino da Cartografia no século XXI. Além do desenvolvimento da alfabetização cartográfica dos educandos, o uso das tecnologias geográficas favorecem a discussão de temas de cunho social e ambiental, como o caso dos estudos fornecidos por Bastos (2023) com a intersecção da Cartografia com os saberes das Relações Étnico-Raciais; Santos et al. (2024) com a elaboração de mapas temáticos de aspectos ambientais, econômicos e sociais de Ilhéus, evidenciando as contradições no espaço geográfico; Marraccini e Junior (2025) com a questão do uso das tecnologias geográficas como forma de analisar os desastres ambientais e Silva; Rizzatti e Batista (2024) com a construção de mapa de geossítios do Geoparque Quarta Colônia.

Nessa circunstância, com a realização dessa pesquisa bibliográfica, observa-se a importância da sistematização do conhecimento, já que com esse presente estudo, os professores de Geografia do ensino básico podem conhecer e aplicar diferentes possibilidades que o ensino da Cartografia contemporâneo oportuniza, contando com o auxílio das geotecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, D. M. Prática de mapeamento com alunos do ensino médio: investigando a presença da população afrodescendente no Bairro da Capela em Vinhedo (SP). *In*: FALA PROFESSOR (A)!: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 10., 2023, Fortaleza-CE. **Anais [...]** Fortaleza-CE: AGB, 2023. P. 1-6. Disponível em: https://www.falaprofessor2023.agb.org.br/resources/anais/9/fp2023/1693519985_ARQUIVO_9b25eb87e51bca5d4c3e0f78bb747eea.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o Mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago., 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?lang=pt. Acesso em: 30 jul. 2025.

CARVALHO, H. V. **Guia Didático**: O uso das novas tecnologias aplicadas ao ensino da geografia cartográfica nas aulas do ensino médio integrado do campus de Caxias (MA). Produto educacional (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em educação profissional e tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2024. Disponível em:

https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/1364. Acesso em: 30 jul. 2025.

CASTELLAR, S. M. V. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 207-232, jun. 2017. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/494. Acesso em: 31 jul. 2025.

CRUZ, L. O.; MORAIS, E. G. O uso do *google earth* como metodologia no ensino de cartografia para estudantes do ensino médio. **Geoconexões**, v. 3, n. 17, p. 4-23, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/14601. Acesso em: 01 ago. 2025.

DANTAS, S.; MESQUITA, D.; SILVA, J. Alfabetização cartográfica no Ensino Fundamental: A retomada do processo pós ensino remoto emergencial. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 247-255, 2023. Disponível em: https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3083. Acesso em: 01 ago. 2025.

GAMA, I.; BARBOSA, M. P. **Instrumentalização do *Google Earth***: experiência com os alunos do 9º ano (8ª série) da E.M.E.F. Maria Iranêde Coutinho, Anajás/PA. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Computação) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Plano Nacional de Formação de Professores, Pólo Breves, PA, 2016. Disponível em: https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/212?locale=en. Acesso em: 05 ago. 2025.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins**, v. 5, p. 2-24, 2009. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/5724. Acesso em: 05 ago. 2025.

LEAJANSKI, A. D. As possibilidades das metodologias ativas no ensino de Geografia. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 155-164, 2023. Disponível em: https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3061. Acesso em: 06 ago. 2025.

MARRACCINI, L. R. R.; JUNIOR, L. M. Geografia e geotecnologias na educação básica: redução e mitigação de desastres por meio da prática educativa. *In*: JUNIOR, L. M. [et al]. **Do local ao global**: mudanças climáticas e gestão de risco de desastres. São Paulo: Centro Paula Souza, 2025. 884 p. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/DLAG2025.html. Acesso em: 06 ago. 2025.

OLIVEIRA, E. D.; SOUZA, T. C. S.; ROCHA, A. R. S. Alfabetização cartográfica: práticas pedagógicas nos anos iniciais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 6, n. 12, p. 274-291, 2016. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/327. Acesso em: 06 ago. 2025.

SANTOS, A. M. dos; ANDRADE, S. S.; SANTOS, K. M. C. dos; SILVA, C. F. A. da. Cartografia Digital aplicada aos estudos de temas ambientais, econômicos e sociais no ensino básico. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 28, p. e84815, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/84815. Acesso em: 07 ago. 2025.

SANTOS, I. O. dos; JUNIOR, J. A. A.; OLIVEIRA, J. A.; BARBOSA, A. M. F.; COSTA, J. de J. Práticas ativas no ensino de cartografia no ensino médio: um relato de experiência. **Observatório De La Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 23, n. 5, p. e10037, 2025. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10037. Acesso em: 07 ago. 2025.

SECCATTO, A. G.; NUNES, F. G. Novos letramentos e a Cartografia Escolar no contexto das tecnologias digitais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 14, n. 24, p. 05-30, 2024. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1202. Acesso em: 07 ago. 2025.

SILVA, M. M.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, G. O. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 91-103, 2021. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/45. Acesso em: 08 ago. 2025.

SILVA, R.; RIZZATTI, M.; BATISTA, N. Múltiplas linguagens no ensino de Geografia: Relato de práticas pedagógicas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, Agudo, RS. **Estrabão**, v. 5, p. 369-380, 2024. Disponível em: https://revista.estrabao.press/index.php/estrabao/article/view/261. Acesso em: 08 ago. 2025.

SOARES-FILHO, B. S. **Cartografia assistida por computador** – conceitos e métodos. Departamento de Cartografia Centro de Sensoriamento Remoto. UFMG, 2000. Disponível em: https://geologia.ufpr.br/graduacao/cartografiadigital/cartoassistida.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

TOMAZ, M. C. N. **Tecnologias educacionais**: relato de experiência do uso do *Google Maps* em uma turma 8º ano na escola Antônio Lacerda Neto. 2023. 46f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2023. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/29551. Acesso em: 08 ago. 2025.

ÍNDICE DE POTENCIAL DE GEODIVERSIDADE: MODELAGEM ESPACIAL E ANÁLISE PARA O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA-MG

Bruno Morais Corrêa[31], Danielle Piuzana Mucida[32]

RESUMO
Este estudo propõe uma abordagem quantitativa para a avaliação da geodiversidade, preenchendo uma lacuna metodológica em uma área tradicionalmente dominada por análises qualitativas. O objetivo foi elaborar o mapa do Índice de Potencial em Geodiversidade (IPG) para o município de Diamantina (MG), uma área de relevância geológica inserida na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. A metodologia integrou variáveis abióticas (litologia, geomorfologia, solos e uso da terra) processadas no QGIS, utilizando dados públicos do IDE-SISEMA e do SRTM. Os resultados revelaram uma distribuição heterogênea do IPG, com os valores mais elevados concentrados na porção centro-sul do município. Esta área está associada aos quartzitos do Supergrupo Espinhaço, que conferem alta rugosidade do terreno e diversidade de elementos. Por outro lado, valores baixos predominam no centro-norte, onde relevos suavizados e o uso agrossilvipastoril significativo dominam a paisagem. A validação do modelo, por meio da comparação com sítios de geodiversidade previamente inventariados, confirmou sua eficácia para identificar áreas de alto potencial. Conclui-se que o mapa de IPG constitui uma ferramenta estratégica para o ordenamento territorial, podendo subsidiar diretamente ações de geoconservação, a criação de unidades de proteção e o planejamento do geoturismo na região.

Palavras-Chave: Geoconservação; Patrimônio geológico; Planejamento ambiental; Sustentabilidade; Reserva da Biosfera.

INTRODUÇÃO

A geodiversidade pode ser compreendida como a variedade de elementos abióticos que estruturam a superfície terrestre, incluindo geologia, geomorfologia, hidrografia e pedologia, todos relacionados às dinâmicas endógenas e exógenas (Bailey et al., 2024). Em uma perspectiva ampliada, Cañadas e Flaño (2007) também incluem no conceito os elementos tectônicos, edáficos e topográficos, bem como os processos físicos associados aos mares e oceanos. Assim, a geodiversidade se consolida de forma mais abrangente, um verdadeiro “guarda-chuva” que abrange desde a base litológica até as formas mais sutis que configuram a superfície da Terra.

[31] Egresso do Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bruno.correa@ufvjm.edu.br.
[32] Professora Associada IV da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, danielle.piuzana@ufvjm.edu.br.

Além da dimensão natural, soma-se o fator antrópico, responsável por transformar o meio desde a pré-história até a atualidade (Boivin, 2016). No cenário contemporâneo, atividades como a agropecuária, a mineração e a expansão urbana aceleram essas alterações, modificando a paisagem em diferentes escalas e intensidades, tanto em seus componentes bióticos quanto abióticos.

Segundo Gray (2019), o estudo e a produção científica fundamentados no conceito de geodiversidade possibilitam a identificação de características e patrimônios geológicos de alto valor, com potencial para conservação e preservação. O conceito tem sido amplamente utilizado em pesquisas voltadas a análises descritivas e qualitativas de paisagens marcantes, capazes de revelar nuances importantes. Entretanto, ainda há um déficit de abordagens quantitativas e objetivas, especialmente em grandes extensões territoriais. Essa lacuna representa um desafio para a comparação entre áreas distintas e para a formulação de estratégias consistentes de conservação por órgãos administrativos.

Nesse contexto, Cañadas e Flaño (2007) desenvolveram o Índice de Geodiversidade, uma metodologia sistemática que avalia quantitativamente a geodiversidade com base no inventário dos elementos abióticos em unidades geomorfológicas delimitadas, aplicada em Tiermes-Caracena, na Espanha. A presente pesquisa adapta essa metodologia para a elaboração de um mapa do Índice de Potencial em Geodiversidade (IPG) no município de Diamantina (MG). A escolha se justifica pela inserção do município na porção meridional da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE), reconhecida pela UNESCO como território de excepcional valor natural e cultural (Andrade et al. 2018).

A região abriga um expressivo conjunto de sítios de geodiversidade (Silva-Júnior, 2018; Ferreira et al., 2023; 2024; Corrêa, 2025), que englobam formações geológicas, geomorfológicas e hidrológicas de relevância científica, educativa e paisagística, associadas ainda à rica biodiversidade e ao patrimônio histórico-cultural. Sua geologia e mineralogia singulares orientaram a ocupação da região desde o século XVII, quando a exploração de riquezas minerais deixou marcas profundas em sua paisagem (Lopes et al., 2011; Mucida et al., 2021). Ao longo do século XIX, naturalistas como Martius, Spix, Wilhelm Ludwig von Eschwege e Auguste Saint-Hilaire descreveram a fauna, a flora e a geologia da

região, ressaltando o valor científico e cultural da região (Mucida et al. 2019; Ferreira et al. 2024).

O cálculo do Índice de Geodiversidade para Diamantina representa, portanto, uma ferramenta estratégica para mapear, qualificar e comparar áreas de maior relevância geocientífica, subsidiando tanto o planejamento ambiental e territorial quanto as ações de geoconservação. Além disso, contribui para a valorização do patrimônio geológico e geomorfológico local, fortalecendo iniciativas de turismo sustentável, educação ambiental e pesquisas científicas. Assim, a aplicação do índice em Diamantina não apenas possibilita uma visão integrada da diversidade de seus elementos abióticos, mas também favorece a definição de prioridades de conservação em um território marcado pela forte interação entre natureza e sociedade ao longo da história.

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo elaborar um produto cartográfico do Índice de Potencial em Geodiversidade para o município de Diamantina. Busca-se, assim, identificar áreas de maior potencial geodiverso, analisar criticamente os dados produzidos e contribuir para o fortalecimento da geoconservação, apoiando a atuação de órgãos administrativos no planejamento territorial.

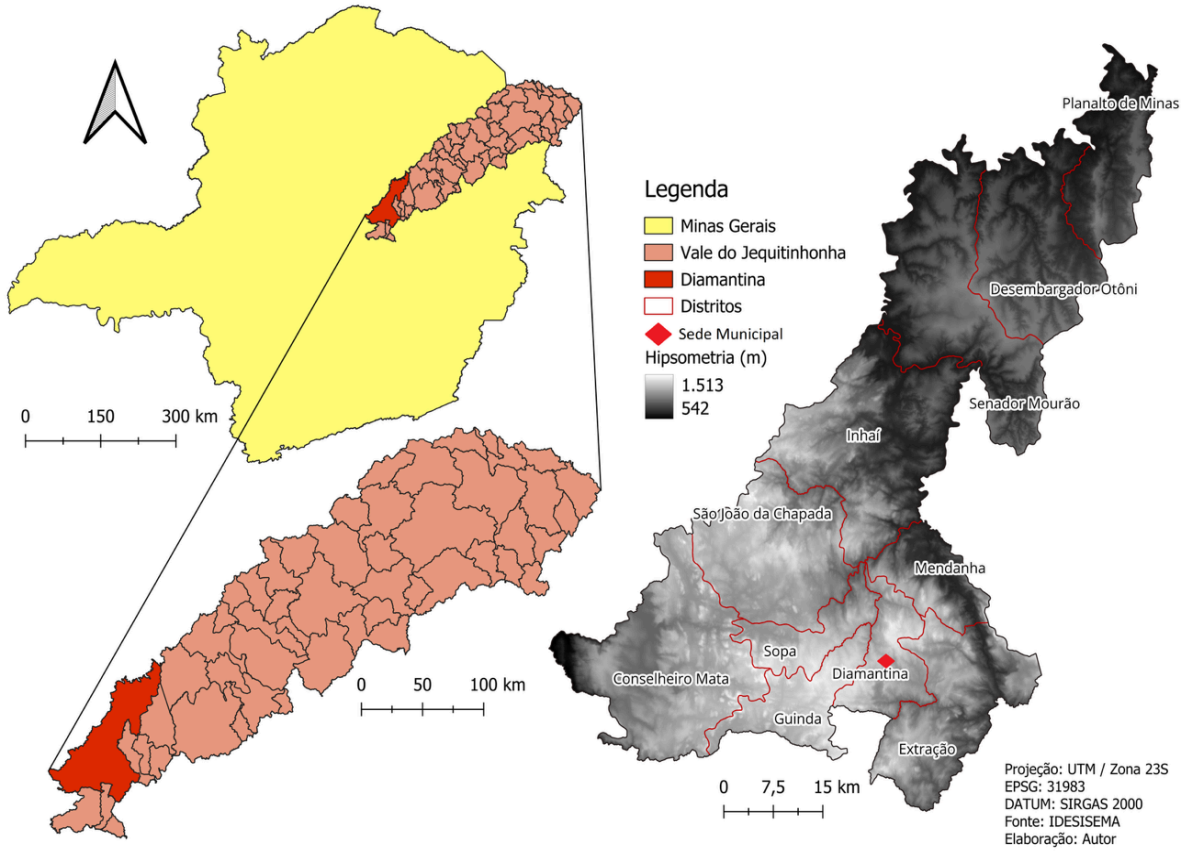
MATERIAL E MÉTODOS

O município de Diamantina está localizado na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, a aproximadamente 290 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (Figura 1). Abrange uma área de aproximadamente 3.891 km² (IBGE, 2025) e uma população total de 47.702 habitantes, segundo dados do último censo demográfico (IBGE, 2025). A sede se encontra nas coordenadas geográficas 18° 25′ Sul e 43° 60′ Oeste na porção centro-sul do município, a 1.113 metros de altitude. Possui um total de 10 distritos: Conselheiro Mata, Desembargador Otoni, Extração, Guinda, Inhaí, Mendanha, Planalto de Minas, São João da Chapada, Senador Mourão e Sopa.

De acordo com a classificação climática de Köppen, o clima predominante na região é do tipo mesotérmico (Cwb), típico de zonas subtropicais úmidas. A temperatura média anual oscila entre 18 °C e 19 °C, com pluviosidade anual média que varia de 850 mm a 1.500 mm. A topografia acidentada, marcada por planaltos

elevados interrompidos por escarpas quartzíticas, contribui para a formação de diversos microclimas (Saadi, 1995). Geomorfologicamente, o município situa-se no norte da Serra do Espinhaço Meridional. A Serra do Espinhaço atua como um grande divisor hidrográfico entre as bacias do Rio São Francisco e do Jequitinhonha (Saadi, 1995), dividindo a hidrografia do município entre as duas bacias na zona sudoeste. A porção centro-norte apresenta altitudes mais baixas, especialmente no vale do Rio Jequitinhonha (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Diamantina no contexto de Minas Gerais, da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, com demarcação dos distritos, da sede municipal e da hipsometria.

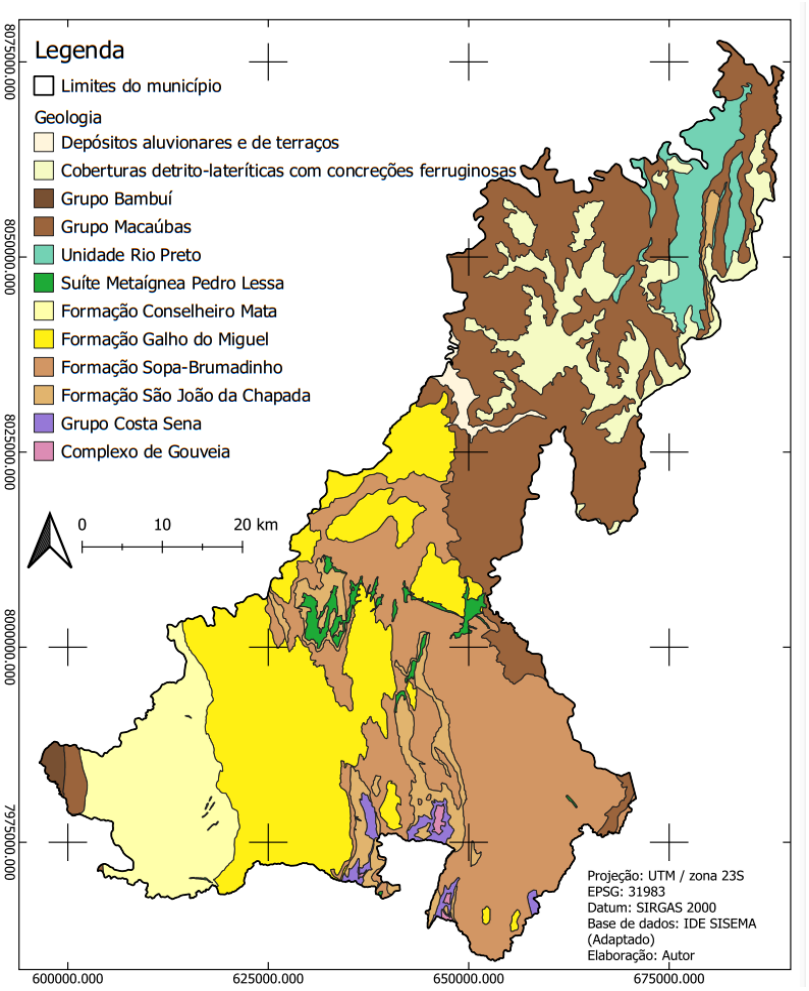


Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A geologia do município de Diamantina é marcada por uma significativa diversidade litológica (Figura 2). A porção sul do território é constituída por ortognaisses e por sequências supracrustais de idade arqueana, pertencentes ao Supergrupo Rio Paraúna, as quais se apresentam intercaladas com unidades metassedimentares (Dussin; Dussin, 1995). Uma fração expressiva da geologia local é composta por rochas metassedimentares do Supergrupo Espinhaço, cuja

deposição ocorreu do Paleoproterozoico ao Neoproterozoico (Dussin; Dussin, 1995; Chemale Júnior et al., 2011). A origem dessas rochas está associada a ambientes deposicionais fluviais e marinhos costeiros, sendo representadas, da base para o topo, pelas formações São João da Chapada, Sopa-Brumadinho, Galho do Miguel, Santa Rita, Córrego dos Borges, Córrego do Bandeira, Córrego do Pereira e Rio Pardo Grande (Fogaça, 1997).

Figura 2– Litologia do município de Diamantina, MG



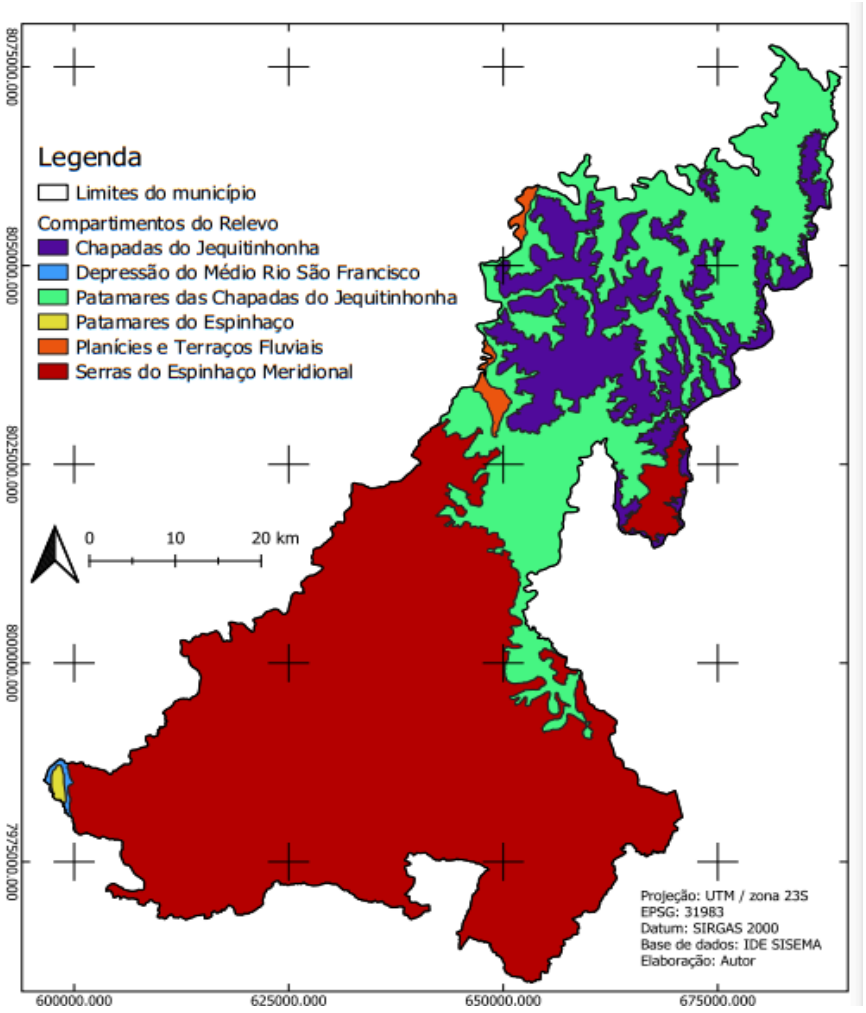
Fonte: elaborado pelos autores.

Na região centro-sul, predominam rochas quartzíticas associadas a essas formações. Adicionalmente, identificam-se unidades do Neoproterozoico, como as rochas da Suíte Metabásica Pedro Lessa, e sequências metassedimentares do Grupo Macaúbas na porção centro-norte. O extremo oeste da área é caracterizado pela presença de rochas carbonáticas do Grupo Bambuí (Fogaça, 1997). A cobertura superficial inclui depósitos detríticos, como colúvio-elúvios e lateritas, que

recobrem parte das sequências do Grupo Macaúbas, principalmente na área centro-norte. Já ao longo do vale do rio Jequitinhonha, predominam os depósitos aluviais (Figura 2).

A diversidade de unidades litoestruturais exerce influência direta na definição dos compartimentos geomorfológicos da região de Diamantina (Figura 3). Na porção centro-norte do município, predominam paisagens de chapada, drenadas pela bacia do rio Jequitinhonha e associadas às rochas metapelíticas e diamictíticas do Grupo Macaúbas. Sobre essas chapadas, observa-se a ocorrência de coberturas eluviais e depósitos clásticos, que recobrem uma ampla superfície de aplainamento de origem Meso-Cenozoica.

Figura 3 – Compartimentos do relevo do município de Diamantina, MG.



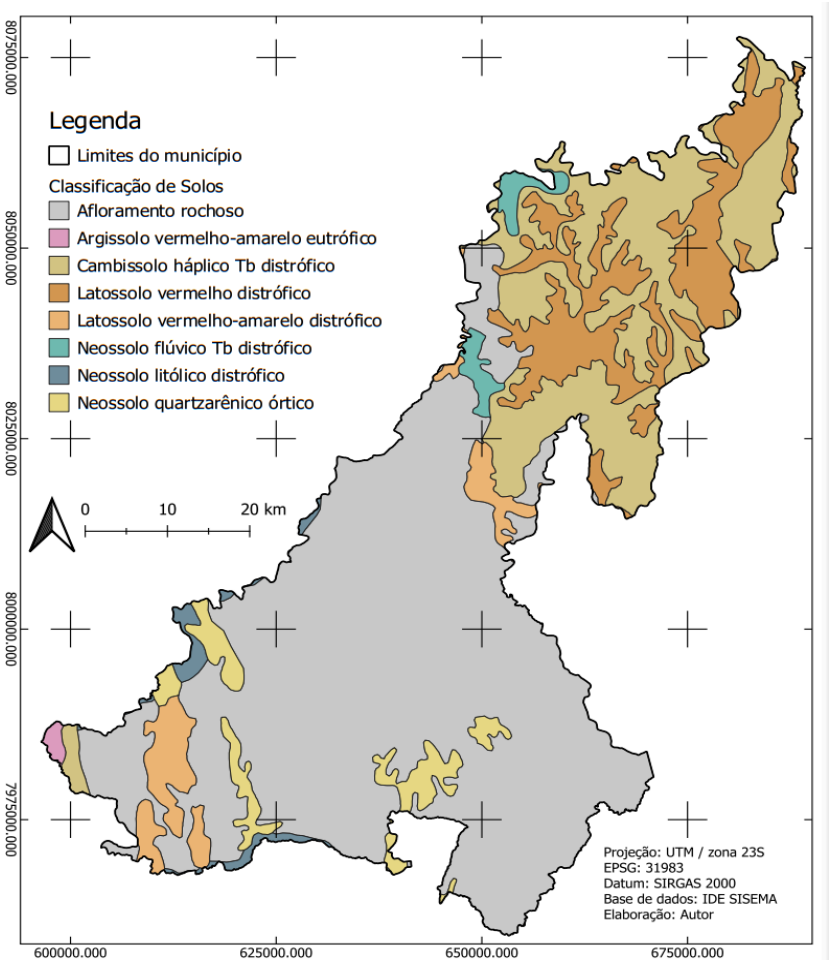
Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Conforme descrito por Saadi (1995) e Augustin et al. (2011), a rede de

drenagem regional escava profundamente a superfície, esculpindo feições de relevo típicas do Alto Jequitinhonha (Lopes et al. 2016). Esta organização geomorfológica sustenta um sistema de produção agrícola característico, denominado "grota-chapada" (Ribeiro; Galizoni, 2000).

A distribuição pedológica na área de estudo demonstra uma forte correlação com a geomorfologia e a litologia do substrato rochoso. Predominam na região os Neossolos Litólicos, que se desenvolvem majoritariamente sobre o substrato quartzítico (Morais et al., 2016). Em topos de serra e em áreas internas ao relevo, onde ocorrem litologias mais suscetíveis ao intemperismo — como granitos, gnaisses, xistos, filitos e rochas metabásicas —, são identificados Cambissolos e solos com maior desenvolvimento pedogenético, a exemplo dos Latossolos (Figura 4). De forma menos expressiva, observa-se a gênese de Nitossolos e Argissolos a partir de rochas gnáissicas, filíticas e básicas. A paisagem pedológica é complementada por ocorrências pontuais de Neossolos Flúvicos e Gleissolos (Silva et al., 2005).

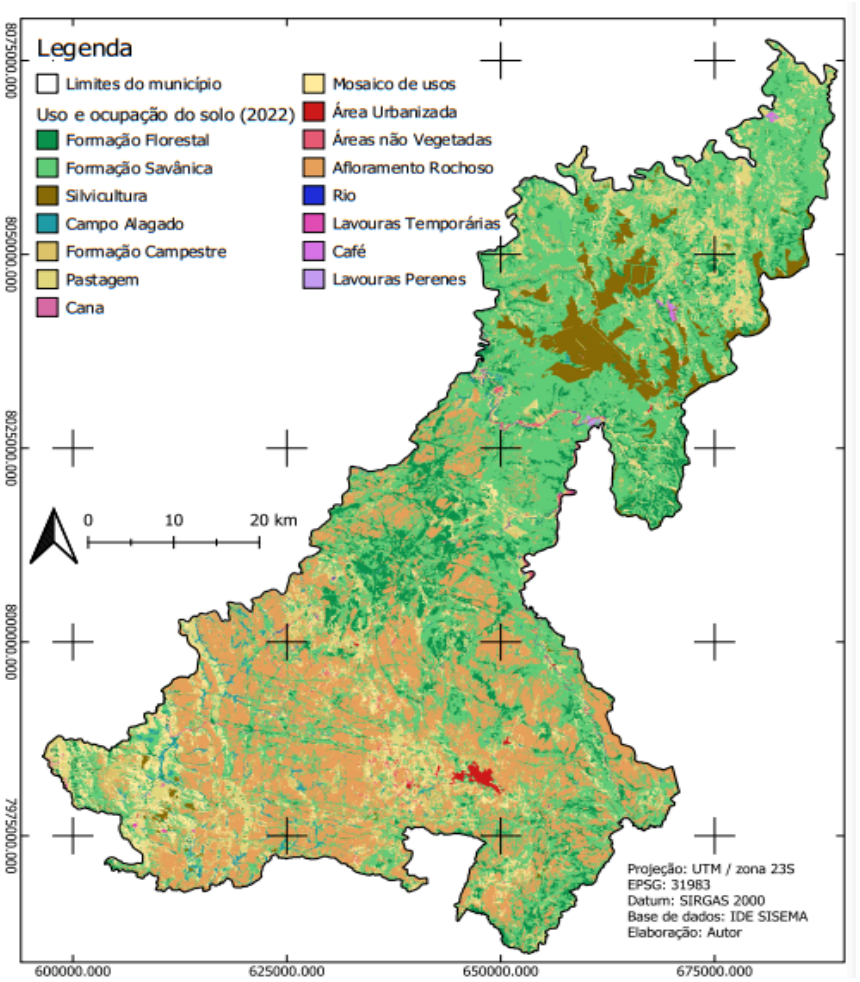
Figura 4 – Classificação de solos do município de Diamantina, MG.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O uso e a ocupação da terra em Diamantina, no ano de 2022, segundo dados coletados da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-SISEMA), refletem a relação entre a geologia, a geomorfologia e os tipos de solo da região. Na porção centro-sul do município, há predominância de afloramentos rochosos e de formações campestres (Figura 5). As formações savânicas se estendem por todo o município, predominando na porção norte juntamente com áreas de cultivo agrosilvopastoril (Mucida et al. 2023).

Figura 5 – Uso e ocupação da terra do município de Diamantina, MG.



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Metodologia

Levantamentos bibliográficos sobre o conceito de geodiversidade, formas quantitativas de análise da geodiversidade, bem como estudos sobre a fisiografia da região de Diamantina foram realizados. Além disso, realizou-se o levantamento cartográfico das bases necessárias à obtenção do índice de geodiversidade. O procedimento para avaliar a geodiversidade segundo a metodologia de Cañadas e Flaño (2007) baseia-se em três princípios básicos: a) análise dos elementos abióticos; b) estabelecimento de unidades de referência; e c) valoração das unidades. Partindo dessas três premissas, é possível calcular o Índice Potencial de Geodiversidade (IPG) pela equação 1.

$$IPG = Eg \times R \ / \ln(S) \qquad (1)$$

Nota: IPG = Índice Potencial de Geodiversidade; Eg = Número de elementos físicos diferentes existentes na unidade; R = Coeficiente de rugosidade da unidade; S = Superfície da unidade (km²).

O número de elementos físicos diferentes existentes na unidade (Eg) foi obtido por meio da contagem dos elementos físicos, ou seja, de cada tipo de estrutura geológica (Figura 2), compartimentos do relevo (Figura 3), tipos de solo (Figura 4) e classes de uso e ocupação do solo (Figura 5). Foram contabilizados apenas os elementos distintos, a fim de evitar dados semelhantes que pudessem enviesar o valor do índice. Cañadas e Flaño (2007) enfatizam a importância desse cuidado; portanto, como a base de uso e ocupação do solo e a hidrografia classificam os cursos d'água, optou-se por utilizar apenas o uso e ocupação, sendo este o que apresenta a maior quantidade de elementos analisados.

O coeficiente de rugosidade (R), ou índice de concentração de rugosidade (ICR), representa a topografia e as variações micro e topoclimáticas da unidade. A utilização dessa variável se justifica pela influência nos fluxos de energia (insolação e umidade) e materiais (água e sedimentos) e, consequentemente, na distribuição e variedade de formas e processos que agem sobre o relevo (Cañadas e Flaño, 2007). O método utilizado para expressar o ICR foi proposto por Sampaio e Augustin (2014), e seu valor é obtido pela vetorização do modelo digital de elevação para valores de declividade (%) e pela aplicação do Estimador de Densidade Kernel.

A superfície da unidade (S) é a área de cada unidade expressa em quilômetros quadrados. O logaritmo natural da área (ln(S)) funciona como um fator de normalização ou de correção. Ele está no denominador da fórmula, o que significa que, à medida que a área (S) de uma unidade de análise aumenta, o valor do IPG tende a diminuir, caso os demais fatores (Eg e R) permaneçam constantes.

Mapas de unidades litológicas (geologia), compartimentos do relevo (geomorfologia), classes de solos (pedologia) e uso e ocupação do solo (ano 2022) foram elaborados. Esses materiais foram extraídos de bases de dados disponíveis da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema) e dos modelos digitais de terreno da Missão Topográfica Radar Shuttle (SRTM), e processados no software QGIS.

Para a confecção de um produto cartográfico final, a partir da ferramenta de álgebra de mapas do QGIS, adaptou-se a metodologia de Pereira et al. (2013). Com os ajustes de escala necessários de acordo com as proporções do município, uma grade foi sobreposta na escala de 1:100.000 na qual foram contabilizados

individualmente os elementos da geodiversidade, encontrando assim, para cada quadrante da grade, um valor de Eg. Posteriormente esses dados foram convertidos para o formato raster, foram implementados na equação (1) e aplicados na calculadora raster. Os índices foram categorizados em Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação da equação (1), que levou em consideração as variáveis selecionadas (litologia, classes de solos, uso e ocupação da terra e compartimentos do relevo), obteve-se um produto processado e classificado de acordo com os intervalos de classes potenciais do IPG.

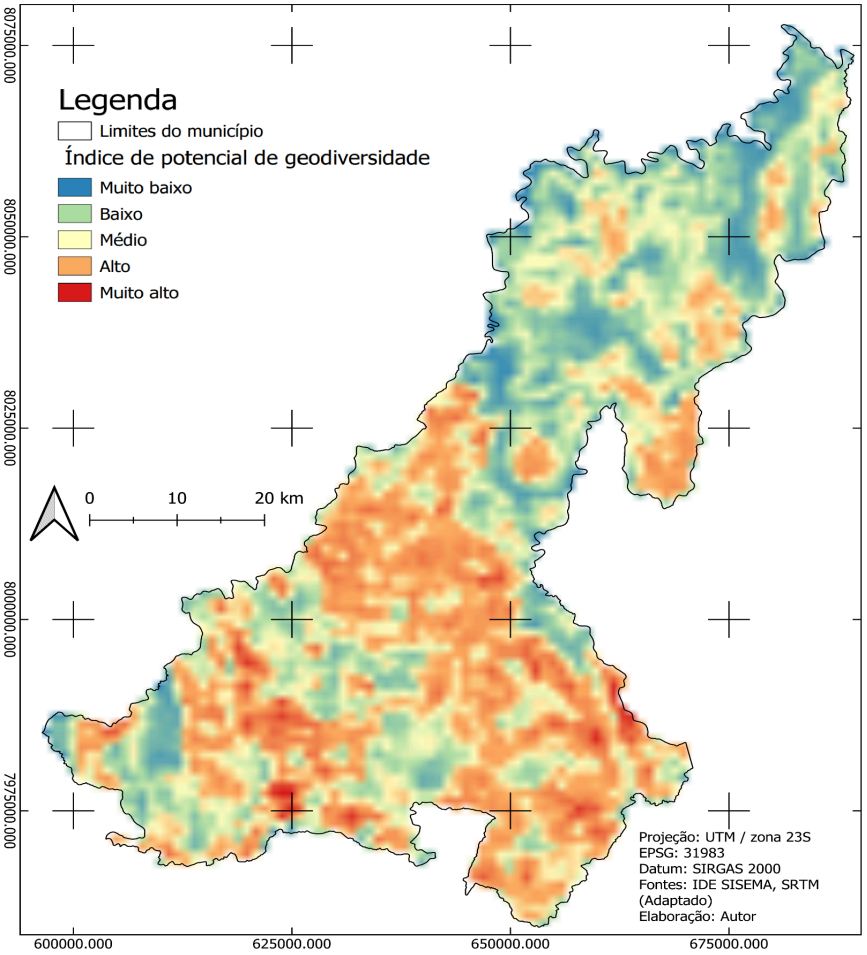
Identifica-se que os valores mais altos do índice se encontram na porção centro-sul do município, caracterizada por rochas metassedimentares do Supergrupo Espinhaço, em especial nas unidades geológicas com predominância de quartzitos das Formações Galho do Miguel e Sopa Brumadinho. Essas litoestruturas demonstram a correlação entre os setores de maior geodiversidade e as estruturas heterogêneas dessas paisagens do Supergrupo Espinhaço. Os afloramentos rochosos, especialmente nas áreas de serras e cristas, são os locais de maior complexidade, pois concentram uma grande variedade de elementos abióticos (Moreira, 2020). Na porção Centro-Norte do município, observam-se valores de IPG baixos e muito baixos predominantes em unidades geológicas do Grupo Macaúbas.

A análise crítica do mapa demonstrou que a diversidade de elementos abióticos exerce influência direta sobre os valores do IPG. Valores mais elevados correlacionam-se positivamente com a variação litoestrutural, a rugosidade do terreno e a intensidade dos processos geomorfológicos. Em contrapartida, observou-se correlação negativa com a suavização do relevo, a estabilidade geomorfológica e a intensificação da ação antrópica, fatores que resultam em valores menos expressivos (Figura 6).

No sentido de analisar a modelagem realizada neste trabalho, buscou-se dados de inventariação e quantificação de sítios de geodiversidade na região, os quais foram revisados quanto às pontuações anteriores. Foram elencados sítios potenciais de geodiversidade do Caminho Saint-Hilaire (CaSHi), uma trilha de longo

percurso que perpassa os municípios de Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro, na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (Ferreira et al., 2023, 2024).

Figura 6 – Índice de Potencial em Geodiversidade (IPG) do município de Diamantina, MG



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Além destes, foram analisados os sítios de geodiversidade na dissertação de mestrado de Silva-Júnior (2018). Consideraram-se, ainda, novos sítios inventariados e quantificados nos trabalhos de Corrêa et al. (2024) e de Corrêa et al. (2025). Este arcabouço apresenta-se com quatro critérios de avaliação da geodiversidade (valores científicos, educacionais, turísticos e de risco de degradação), baseados na metodologia de Brilha (2016) e no Geossit (CPRM, 2025).

A maioria dos sítios possui relevância nacional (Tabela 1), com destaque para a Gruta do Salitre e o Metaconglomerado Diamantífero Sopa Brumadinho, que têm importância científica internacional (Chaves et al., 2002). O grupo de sítios de cachoeiras apresenta valores potenciais turísticos mais elevados do que os valores

científicos. Os sítios estratigráficos apresentam elevados valores científicos, mas apresentam limitações quanto ao valor turístico. Os morros residuais apresentam grande variabilidade, com destaque para o Cruzeiro da Serra quanto ao valor educacional (Ferreira et al., 2024) e para a Serra do Pasmar (Tabela 1).

Tabela 1 – Síntese dos resultados a partir dos valores de quantificação dos sítios analisados neste trabalho e em trabalhos anteriores no município de Diamantina, MG.

Tipos	Sítios (Referência)	Avaliação dos critérios				Relevância do Geossítio	Sítio de Geodiver–sidade	Risco de Degra–dação
		VC	VE	VT	RD			
Turfeiras	Pau de Fruta (3)	295	220	225	210	Nacional	Nacional	Médio
	Turfeira Mendes (3)	160	165	155	340	-	Regional	Muito alto
Cachoeiras e áreas turísticas	Cachoeira da Sentinela (1)	135	190	255	115	-	Nacional	Baixo
	Cachoeira das Fadas (1)	160	220	245	250	-	Nacional	Médio
	Cachoeira Barão de Guaiçuí (1)	170	280	235	234	-	Nacional	Médio
	Cachoeira do Telésforo (1)	165	290	230	155	-	Nacional	Baixo
	Cachoeira dos Cristais (1)	170	305	270	115	-	Nacional	Baixo
	Rio Caeté-Mirim (3)	180	255	195	205	-	Nacional	Médio
Sítios Estratigrá–ficos	Discordância Grupo Costa Sena/Grupo Guinda (1)	275	215	165	280	Nacional	Regional	Médio
	Seq. Sopa-Brumadinho/Galho do Miguel (1)	135	230	185	280	-	Nacional	Médio
Morros residuais	Serra do Mossorongo (1)	185	230	180	160	-	Nacional	Baixo
	Serra do Pasmar (3)	215	295	230	210	Nacional	Nacional	Médio
	Capão Maravilha (2)	190	270	230	165	-	Nacional	Baixo
	Cruzeiro da Serra (2)	195	325	270	270	-	Nacional	Médio
Gruta	Gruta do Salitre (2)	310	290	250	160	Internacional	Nacional	Baixo
Geologia da mineração	Meta Conglomerado Diamantífero Sopa (3)	315	290	240	370	Internacional	Nacional	Alto
Cânion	Cânion do Jequitinhonha (2)	225	265	230	165	Nacional	Nacional	Baixo

Fontes: 1- Silva Júnior (2018); 2- Ferreira et al. (2023; 2024); 3- Corrêa et al. (2023) e Corrêa (2025)
Nota: VC - Valor Científico; VE - Valor Educacional; VT - Valor Turístico; RD - Risco de Degradação.

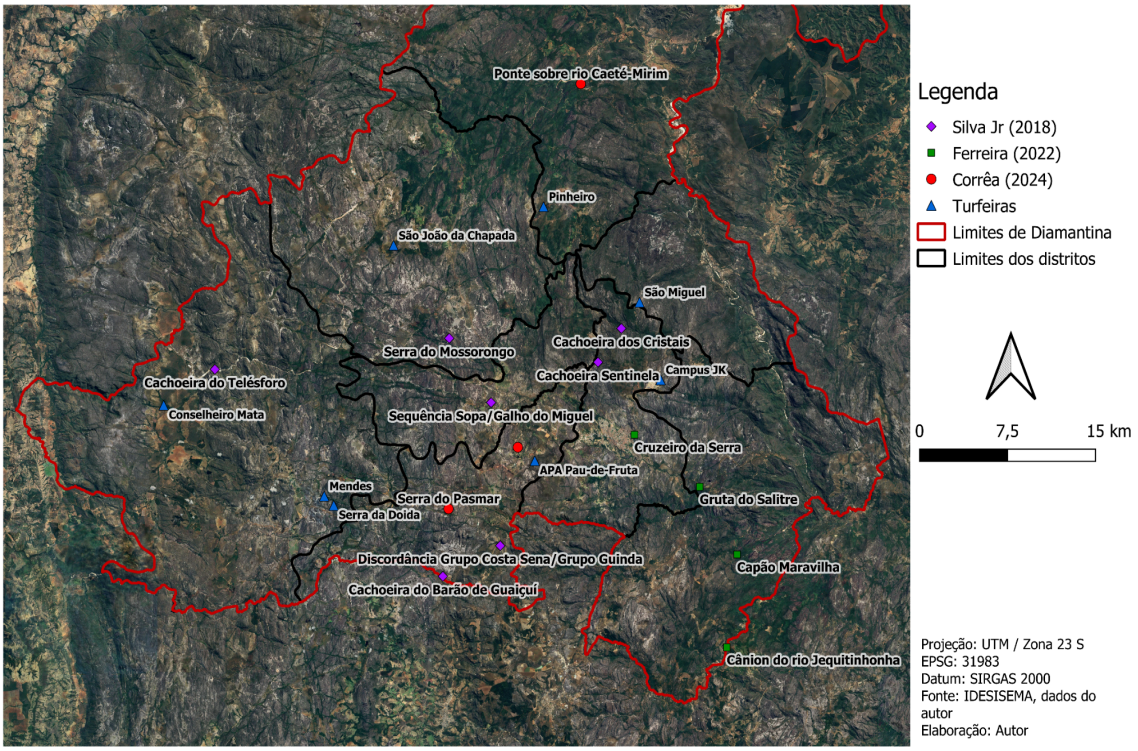
Quanto ao risco de degradação, a situação é variada. A Turfeira Mendes encontra-se em situação crítica, com risco classificado como muito alto (Corrêa et al. 2023). O Meta Conglomerado Diamantífero Sopa apresenta alto risco (Ferreira et

al. 2023). Vários outros sítios, como a Turfeira Pau de Fruta, a Cachoeira das Fadas, o Rio Caeté-Mirim e a Serra do Pasmar, possuem risco médio (Silva Júnior, 2018; Corrêa et al. 2023). Por fim, locais como a Cachoeira da Sentinela, a Cachoeira dos Cristais, a Serra do Mossorongo e o Cânion do Rio Jequitinhonha foram classificados como de baixo risco de degradação (Silva-Júnior, 2018; Ferreira et al., 2024).

Os resultados obtidos por meio da aplicação do Índice de Potencial em Geodiversidade (IPG) para o município de Diamantina demonstram uma notável convergência com os dados de campo de trabalhos anteriores, que metodologicamente envolveram inventariação e quantificação dos sítios de geodiversidade (Silva-Júnior, 2018; Ferreira et al., 2023, 2024; Corrêa et al., 2024; Corrêa, 2025). A confluência das informações da modelagem e do campo validam a eficácia da metodologia quantitativa proposta por Cañadas e Flaño (2007) e adaptada às condições locais da Serra do Espinhaço Meridional.

A concentração dos maiores valores de IPG na porção centro-sul do município, especificamente associada às rochas metassedimentares do Supergrupo Espinhaço, encontra respaldo direto na distribuição dos sítios de geodiversidade inventariados em campo (Figura 7). Suas localizações encontram-se nas áreas que apresentaram os IPG mais elevados no mapeamento quantitativo.

Figura 7 – Localização dos sítios de geodiversidade analisados



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Essa convergência entre os valores de IPG e a ocorrência real de sítios de geodiversidade corrobora as observações de Pereira et al. (2013) quanto à eficácia dos métodos quantitativos na identificação de áreas com alta geodiversidade.
Além disso, valida a aplicação do coeficiente de rugosidade proposto por Sampaio e Augustin (2014) como indicador da variabilidade topográfica e de sua influência na geodiversidade. A incorporação desta variável mostrou-se fundamental para capturar as nuances do relevo que condicionam a formação e preservação de elementos geológicos significativos.

O modelo demonstrou particular eficácia na identificação de áreas com potencial para diferentes tipologias de sítios. As cachoeiras inventariadas (Sentinela, Fadas, Cristais, Telésforo e Barão de Guaicuí) localizam-se consistentemente em zonas de alto IPG, onde a interação entre litologia resistente e gradientes topográficos favorece a formação dessas feições geomorfológicas.

A Serra do Pasmar, que apresentou valor científico de 215 e relevância nacional como geossítio, localiza-se em uma zona de alto IPG, o que confirma a capacidade do modelo de predizer a ocorrência de elementos geológicos significativos. Da mesma forma, o Metaconglomerado Diamantífero Lavra Lavrinha,

com valor científico de 315 e relevância internacional, situa-se em área de elevado potencial de geodiversidade segundo o mapeamento quantitativo. A Turfeira Pau de Fruta, com valor científico de 295 e relevância nacional, exemplifica como a interação entre o substrato quartzítico e as condições topoclimáticas específicas resulta em ambientes únicos. Sua localização em área de alto IPG demonstra que o modelo consegue capturar não apenas a diversidade litológica, mas também as condições geomorfológicas que favorecem a formação de ambientes especializados.

O caso da Turfeira Mendes, localizada nesta porção do município e com risco de degradação muito alto (valor 340), ilustra como a pressão antrópica pode comprometer sítios de geodiversidade mesmo em áreas de menor IPG. O uso para silvicultura e a presença de fornos para produção de carvão na área da turfeira exemplificam os impactos identificados por Mucida et al. (2019; 2021) na região.

Os resultados reforçam a importância da quantificação da geodiversidade como ferramenta de apoio à geoconservação, conforme defendem Brilha et al. (2018) e Gray (2019), para uma região que apresenta relatos de degradação ambiental desde o século XIX (Mucida et al., 2019; 2021). O IPG emerge como instrumento complementar aos métodos qualitativos tradicionais, oferecendo uma abordagem sistêmica para a identificação de áreas prioritárias para conservação em territórios extensos, como o do município de Diamantina. Estes dados corroboram estudos de identificação de áreas como corredores ecológicos (Morandi et al. 2020), mananciais de água para abastecimento, como as turfeiras (Campos et al. 2011; Silva et al. 2022), ou áreas de proteção permanente (França et al. 2018).

A identificação de áreas com alto IPG que ainda não foram objeto de inventariação detalhada sugere a existência de sítios de geodiversidade ainda não descobertos, particularmente na região centro-sul do município. Esta potencialidade reforça a necessidade de estudos sistemáticos, baseados em critérios quantitativos, para otimizar os esforços de prospecção e inventariação.

A validação do modelo por meio dos 18 sítios inventariados, embora representativa, sugere a necessidade de ampliar a base de dados para uma confirmação estatística mais robusta. A concentração dos trabalhos de campo na porção centro-sul do município, justificada pelas limitações logísticas e temporais, pode ter introduzido um viés na validação do modelo nas áreas de menor IPG.

A integração futura de variáveis adicionais, como densidade de drenagem, aspectos paleoclimáticos e dados geofísicos, poderia refinar ainda mais a capacidade preditiva do modelo. Adicionalmente, a aplicação da metodologia em outros setores da Serra do Espinhaço permitiria uma validação mais ampla de sua aplicabilidade regional. A convergência entre o modelo quantitativo e os dados de campo valida a aplicabilidade do IPG como ferramenta de planejamento, contribuindo para a superação da tradicional dicotomia entre abordagens qualitativas e quantitativas nos estudos de geodiversidade, conforme preconizam Pereira et al. (2013) e Fox et al. (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou a aplicabilidade de uma metodologia quantitativa para o mapeamento da geodiversidade no município de Diamantina-MG. A elaboração do Índice de Potencial em Geodiversidade (IPG) confirmou a riqueza abiótica da porção centro-sul, associada ao Supergrupo Espinhaço, e forneceu uma ferramenta objetiva e replicável para sua mensuração e espacialização.

A principal contribuição desta pesquisa reside na validação da modelagem. A forte correlação espacial entre os altos valores de IPG e a localização de sítios de geodiversidade previamente catalogados (como cachoeiras, turfeiras e morros residuais) mostrou-se eficaz em capturar a complexidade da paisagem abiótica. O coeficiente de rugosidade (ICR) mostrou-se particularmente crucial para refinar os resultados, destacando a importância da variabilidade topográfica.

Entre as limitações e as perspectivas para trabalhos futuros, destaca-se a necessidade de expandir a validação de campo para a porção norte do município, com mais trabalhos de campo em áreas onde o IPG foi menor, a fim de verificar a resposta do modelo nessas áreas. Ainda, uma análise crítica das variáveis selecionadas aponta alternativas metodológicas que incorporem a hidrografia sem duplicar os dados, de forma a solucionar o problema da redundância.

Para capturar o papel crucial da rede de drenagem como agente escultor de paisagens ricas em geodiversidade, enriquecendo significativamente o IPG como ferramenta para a geoconservação e o planejamento territorial, a incorporação de

novas variáveis, como a densidade de drenagem e dados paleoambientais, poderia refinar ainda mais a análise.

Por fim, a aplicação desta mesma metodologia em outras porções da Serra do Espinhaço é recomendada, permitindo uma análise comparativa regional e a consolidação do IPG como ferramenta padrão para a avaliação da geodiversidade no contexto brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Bruno Morais Corrêa agradece ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) por fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (PIBIC-FAPEMIG). Agradecemos o apoio logístico do MULTIFLOR-UFVJM e do laboratório LandLab. Danielle Piuzana Mucida agradece à FAPEMIG pelo apoio financeiro ao Projeto *Contribuições da Natureza para as pessoas: Proposta de incorporação dos serviços ecossistêmicos e ambientais no Zoneamento Ambiental e Produtivo* (APQ 00185-22) e à Bolsa de Produtividade em Pesquisa FAPEMIG-CNPQ APQ-06558-24.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. A. et al. **Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: Fase 2**. Belo Horizonte: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, MaB-UNESCO, 2018.

AUGUSTIN, A. H. R. R.; FONSECA, B. M.; ROCHA, L. C. Mapeamento geomorfológico da Serra do Espinhaço Meridional: primeira aproximação. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 50-69, 2011. DOI: 10.18285/geonomos.v19i2.41. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/geonomos/article/view/12211. Acesso em: 8 nov. 2025.

BAILEY, J. et al. Geodiversity for science and society. **Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences**, [S. l.], v. 382, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1098/rsta.2023.0062. Acesso em: 18 set. 2025.

BOIVIN, Nicole L. et al. Ecological consequences of human niche construction: Examining long-term anthropogenic shaping of global species distributions. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 23, p. 6388-6396, 2016.

BRILHA, J. Inventory and quantitative assessment of geosites and geodiversity sites: a review. **Geoheritage**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 119-134, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s12371-014-0139-3. Acesso em: 18 set. 2025.

BRILHA, J. et al. Geodiversity: an integrative review as a contribution to the sustainable management of the whole of nature. **Environmental Science & Policy**, [S. l.], v. 86, p. 19-28, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.05.001. Acesso em: 18 set. 2025.

CAMPOS, J. R. da R. et al. Pedochronology and development of peat bog in the environmental protection area Pau-de-Fruta-Diamantina, Brazil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, MG, v. 34, n. 6, p. 1965-1975, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-06832010000600021. Acesso em: 18 set. 2025.

CAÑADAS, E. S.; FLAÑO, P. R. Geodiversidad: concepto, evaluación y aplicación territorial: el caso de Tiermes Caracena (Soria). **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, [S. l.], n. 45, p. 79-98, 2007. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2519782. Acesso em: 12 fev. 2025.

CHAVES, M. L. S.; MENEGHETTI FILHO, I. Conglomerado diamantífero Sopa, região de Diamantina, MG: marco histórico da mineração do diamante no Brasil. *In*: SCHOBBENHAUS, C. et al. (eds.). **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Brasília, DF: CPRM, 2002. v. 1, p. 517-527.

CHEMALE JR., F. et al. Nova abordagem tectono-estratigráfica do Supergrupo Espinhaço em sua porção meridional (MG). **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 173-141, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.18285/geonomos.v19i2.52. Acesso em: 18 set. 2025.

CORRÊA, B. M. **Levantamento de sítios de geodiversidade e respectivos serviços geossistêmicos no município de Diamantina, MG**. 2025. 120 p. Relatório de Iniciação Científica (PIBIC) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2025.

CORRÊA, B. M. et al. Proposta de trabalho de campo para a turfeira Pau de Fruta, Diamantina, Minas Gerais: Importância quanto à geodiversidade e serviços Geossistêmicos. *In*: MUCIDA, D. P. (org.). **Propostas de práticas de ensino em análise de paisagem**. Diamantina: UFVJM, 2023. p. 20-37. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375520627_Propostas_de_Praticas_de_Ensino_em_Analise_da_Paisagem. Acesso em: 17 set. 2025.

CORRÊA, B. M. et al. Riscos de degradação e comprometimento dos serviços geossistêmicos pelo impacto das queimadas em áreas de turfeira. *In*: SEMANA DA INTEGRAÇÃO DA UFVJM: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 10., 2024, Diamantina. **Anais da Semana de Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão da UFVJM**. Diamantina: UFVJM, 2024. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sintegra2024/928443-riscos-de-degradacao-e-comp

rometimento-dos-servicos-geossistemicos-pelo-impacto-das-queimadas-em-areas-de-turfeir. Acesso em: 10 ago. 2025.

DUSSIN, I. A.; DUSSIN, T. M. Supergrupo Espinhaço: modelo de evolução geodinâmica. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 1, p. 19-26, 1995.

FERREIRA, M. P. et al. Potencial de geodiversidade no Caminho Saint Hilaire (CASHI), Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 76, p. 203-236, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2024v34n76p203. Acesso em: 18 set. 2025.

FERREIRA, M. P. et al. Sítios de geodiversidade e seus respectivos serviços geossistêmicos em Diamantina, na Serra do Espinhaço Meridional. **Revista Territorium Terram**, [S. l.], v. 6, n. 8, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/5251. Acesso em: 18 set. 2025.

FOGAÇA, A. C. C. Geologia da folha Diamantina. *In*: GROSSI-SAD, J. H. et al. (coord., ed.). **Projeto Espinhaço em CD-ROM (textos, mapas e anexos)**. Belo Horizonte: COMIG, 1997. v. 16, p. 1575-1665.

FOX, N. et al. Incorporating geodiversity in ecosystem service decisions. **Ecosystems and People**, [*S. l.*], v. 16, n. 1, p. 151-159, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1080/26395916.2020.1758214. Acesso em: 18 set. 2025.

FRANÇA, L. C. J. et al. Delimitação automática e quantificação das áreas de preservação permanente de encosta para o município de Diamantina, Minas Gerais, Brasil. **Revista Espinhaço**, Diamantina, v. 7, n. 2, p. 60-71, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.3952853. Acesso em: 18 set. 2025.

GRAY, M. Geodiversity, geoheritage and geoconservation for society. **International Journal of Geoheritage and Parks**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 226-236, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2019.11.001. Acesso em: 18 set. 2025.

GRAY, M. Other nature: geodiversity and geosystem services. **Environmental Conservation**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 271-274, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0376892911000117. Acesso em: 18 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. [Brasília, DF]: IBGE, 2025. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/panorama. Acesso em: 10 set. 2025.

LOPES, F. A. et al. Análise da influência litológica e estrutural a partir de métodos morfométricos em segmentos de drenagem na porção cimeira da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 58, p. 149-161, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14393/RCG175810. Acesso em: 18 set. 2025.

LOPES, F. A. et al. Viajantes e naturalistas do século XIX: a reconstrução do antigo Distrito Diamantino na literatura de viagem. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 36, p. 66-86, 2011. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/2809/3396. Acesso em: 23 set. 2023.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas. **IDE-SISEMA: Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente**. Camada: Uso e Ocupação da Terra - 2022. [Belo Horizonte]: IEF, 2023. Disponível em: http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/. Acesso em: 18 set. 2023.

MORAIS, M. S.; GONTIJO, B. M.; PIUZANA, D. Análise temporal do uso e ocupação do terreno do Parque Estadual do Biribiri e de sua Zona de Amortecimento, município de Diamantina, Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 46, p. 362-381, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2016v26n46p362. Acesso em: 18 set. 2025.

MORANDI, D. T. et al. Delimitation of ecological corridors between conservation units in the Brazilian Cerrado using a GIS and AHP approach. **Ecological Indicators**, [S. l.], v. 115, p. 106440, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2020.106440. Acesso em: 18 set. 2025.

MOREIRA, Juliana Alves. **Geodiversidade e geopatrimônio no planalto de diamantina, Espinhaço Meridional (MG): sistemas geomorfológicos e estrutura da paisagem**. 2020. Dissertação (Mestrado) – [Instituição, Local], 2020.

MUCIDA, D. P. et al. A degradação ambiental em narrativas de naturalistas do século XIX para a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 57, p. 465-495, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n57p465-495. Acesso em: 18 set. 2025.

MUCIDA, D. P. et al. Designing optimal agrosilvopastoral landscape by the potential for conservation use in Brazil. **Sustainable Horizons**, [S. l.], v. 5, p. 100045, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.horiz.2022.100045. Acesso em: 18 set. 2025.

MUCIDA, D. P. et al. Narrando a paisagem do século XIX aos dias atuais: geodiversidade e biodiversidade do Espinhaço. **Regnellea Scientia**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 139-161, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/. Acesso em: 4 jul. 2024.

PEREIRA, D. I. et al. Geodiversity assessment of Paraná State (Brazil): an innovative approach. **Environmental Management**, [S. l.], v. 52, p. 541-552, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s00267-013-0100-2. Acesso em: 12 mar. 2025.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *In*: TORRES, H.; COSTA, H. S. M. (org.).

População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000. p. 163-190.

SAADI, A. A. Geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas Margens. **Geonomos**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 41-63, 1995. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18285/geonomos.v3i1.215. Acesso em: 18 set. 2025.

SAMPAIO, T. V. M.; AUGUSTIN, C. H. R. R. Índice de concentração da rugosidade: uma nova proposta metodológica para o mapeamento e quantificação da dissecação do relevo como subsídio à cartografia geomorfológica. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2014. Disponível em: https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/376/390. Acesso em: 12 mar. 2025.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Geossit**. Brasília, DF: CPRM, 2025. Disponível em: https://www.cprm.gov.br/geossit/. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, A. C. Solos. *In*: SILVA, A. C.; PEDREIRA, L. C. V. S. F.; ALMEIDA-ABREU, P. A. (org.). **Serra do Espinhaço Meridional: Paisagens e Ambientes**. Belo Horizonte: O Lutador, 2005. p. 50-78.

SILVA, A. C.; RECH, A. R.; TASSINARI, D. **Peatlands of Southern Espinhaço Mountain Range, Brazil: Ecosystem Services, Biotic Interactions and Paleoenvironments**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA-JÚNIOR, A. N. **Geodiversidade e Patrimônio Geológico da Porção Centro-sul do Município de Diamantina-MG**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000875999&local_base=UFR01. Acesso em: 22 mar. 2025.

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO ESTÁ NA BERLINDA? SÓ QUE NÃO CONTAVAM COM A ASTÚCIA DOS PENSADORES MALDITOS

Alex Rosa Campani[33], José Vandério Cirqueira Pinto[34]

RESUMO
A priorização a certos pensadores e categorias de análise ao estudo do pensamento geográfico, são subjacentes ao próprio sujeito da investigação. Identificado esse problema, o objetivo é em perscrutar os pensadores ditos malditos (geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica) em sua crítica negativa ao Estado moderno. Trata-se de uma pesquisa qualitativa a qual se utiliza da técnica de consulta ao material bibliográfico de Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin para a aquisição de informações acerca do objeto, qual seja, as suas reflexões acerca do Estado. Tão logo a organização preliminar do material selecionado, o método de análise é o da leitura imanente. O principal resultado é de que as formas socioespaciais emancipatórias ao Estado se expressam em distintas escalas de representação e participação política. Uma conclusão é de que a crítica negativa ao Estado moderno elaborada pelos malditos tende a contribuir categorialmente, seja teórico-metodológico ou no quadro conceitual, ao estudo do pensamento geográfico.

Palavras-Chave: Anarquismos; Estado; Pensamento Geográfico.

INTRODUÇÃO

A história do pensamento geográfico está conformada por inúmeras bifurcações (Claval, 2006), ocasionando assim, ao pensamento geográfico, influências paradigmáticas das mais diversas, pois segundo Moreira (2022, p. 13-45) há 3 (três) fases da geografia moderna: i) paradigma holista da baixa modernidade; ii) paradigma fragmentário da modernidade industrial e; iii) paradigma holista da hipermodernidade ou pós-modernidade. Ademais, essas três fases estão condicionadas conforme exposição de (Moreira, 2022, p. 13) a existência de dada relação entre “fundamentos filosóficos” e “paradigmas”, sendo a primeira determinada pelas “fontes de referência filosófica” e a segunda pelo “formato”.

As fases apontadas são asseguradas pela demarcação científica que se desdobra a partir do século XVIII (Godoy, 2010), pois são imbricadas pelo movimento de institucionalização da ciência, principalmente no tocante aos fundamentos teóricos e metodológicos. Embora Moreira (2022) condicione as fases à relação entre filosofia e forma, esta última tende a sofrer rupturas na medida em

[33] Discente de Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Riacho Fundo; alex.campani@catolica.edu.br.
[34] Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Riacho Fundo; jose.vanderio@ifb.edu.br.

que a Geografia foi se beneficiando, principalmente no século XIX, pois conforme argumentado por Claval (2006, p. 79-81), resulta dos tensionamentos teórico-metodológicos das demais disciplinas propedêuticas, mesmo que segundo Martins (2016, p. 62) o “discurso teórico da ciência geográfica”, em dadas ocasiões, é “acusado de incipiente [...]”.

Neste debate acerca do pensamento geográfico, a segunda fase segundo Moreira (2022, p. 25) apresenta dois momentos, a saber, a “fragmentação generalizada” responsável pela redução em geografias sistemáticas e a “aglutinação das setorizações” em disciplinas particulares com seus conteúdos comuns – nascimento da geografia física, da geografia humana e geografia regional. Os séculos XIX-XX imprimem à Geografia – aquilo que até então estava consolidado nas demais disciplinas – o que há de constitutivo da investigação científica, o positivismo (Godoy, 2010). De fato, não poderia ser diferente, a Geografia ao ser consagrada como disciplina, haveria de se adequar ao arcabouço conceitual dominante do positivismo.

Para Gomes (1996, p. 17-92), embora não seja explícito, não há dissociação do positivismo com a nascente Geografia na modernidade. A modernidade abarca consigo transformações sociais, econômicas e culturais profundas que impactaram diretamente a maneira como percebemos e estudamos o espaço geográfico, ou segundo Gomes (1996, p. 53) a “essência do pensamento cientifico contemporâneo, [...], os fundamentos ideológicos, enfim, toda uma nova ordem social que, *mutatis mutandis*, se prolonga até os dias de hoje, têm suas raízes neste movimento”. Logo, é conferido à Geografia o patamar de disciplina responsável analiticamente em descrever as relações sociais, econômicas e políticas que conformam o espaço.

A modernidade, garantidora da epistemologia da Geografia (Gomes, 1996, p. 17-92), irrompe espacialmente os seus pressupostos mediante a presença das universidades, as quais outrora o prenúncio institucional do ensino daquela disciplina era uma exceção em meados de 1870 (Claval, 2006, p. 61). O “dualismo da modernidade”, como o “sujeito/objeto” e o “homem/natureza” (Dutra-Gomes; Vitte, 2012), exercem uma influência significativa na forma como o espaço geográfico é estudado, pois refletem uma divisão tradicional na disciplina entre a geografia física e humana, que se concentram, respectivamente, nos aspectos naturais e humanos.

A geografia física se dedicou ao estudo dos processos naturais e físicos da Terra (Dutra-Gomes; Vitte, 2012; Vitte, 2007), enquanto a geografia humana se concentrou nas interações entre as sociedades humanas e o ambiente (Dutra-Gomes; Vitte, 2012). Essa separação tem levado a uma fragmentação na disciplina, limitando a compreensão holística (Moreira, 2022) dos fenômenos geográficos. O progresso em determinados campos do saber reflete a contradição que estava posta na forma social desta segunda fase do pensamento geográfico, tais como segundo Moreira (2022, p. 26-27) o entendimento da Geografia como ciência corográfica e conforme Bakunin (2003, p. 35-36) e Kropotkin (2024a) a consolidação do “Estado moderno”.

As novas formas sociais exigem respostas objetivas das disciplinas científicas, principalmente da Geografia. O Estado moderno, por um lado, necessita conhecer seus limites territoriais e o censo da população – necessidade de exército e gestão econômica e fiscal –, por outro lado, os seus beneficiários, o estamento burocrático e político, vislumbram a ampliação do seu poder (Claval, 2006; Raffestin, 1993). A ciência geográfica forja seus intérpretes que residem em polos opostos, embora concomitante a esta fase da modernidade industrial. No polo dos revolucionários há os que escrevem para contrastar às necessidades de constituição dos Estados, assim como os “escritos geográficos de influentes filósofos anarquistas como Piotr Kropotkin e Élisée Reclus [...]” (Springer, 2016, p. 159) e na “tácita moldura geográfica que Proudhon e Bakunin” (Springer, 2016, p. 166) imprimem na grafia insurgente[35].

O próprio Raffestin (1993, p. 16) argumenta numa crítica à Ratzel de que “ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir com ele”. Assim, a geografia no século XX toma os contornos políticos de uma investigação espacial de consolidação dos Estados modernos, ou seja, privilegia-se o concebido e não o vivido (Raffestin, 1993), portanto, àquelas grafias insurgentes se resvalam ao esquecimento. Paralelamente a isso, outros fatores – como as mudanças sociais e políticas, críticas epistemológicas, filosofia da ciência, entre outras – imprimem

[35] Tal percepção é corroborada por Souza (2017, p. 23, grifo nosso), a saber: “Porém, o fato é que, mesmo no caso daqueles que, como Proudhon e Bakunin, **deram pouca atenção direta ao espaço**, é instrutivo, não raras vezes, examinar as suas contribuições indiretas para uma reflexão libertária sobre a organização espacial da sociedade”.

segundo Godoy (2010) a crise paradigmática na Geografia, desencadeando debates e reflexões sobre as suas bases teóricas e metodológicas, numa busca por novas abordagens que respondam aos desafios e transformações do mundo na alvorada do século XX.

Neste ambiente tensionado do século XIX-XX (Godoy, 2010, p. 150) a abordagem da Geografia segundo Gomes (1996, p. 58-60) tendeu a enfatizar a interconexão e interdependência entre os lugares e as pessoas, defendendo uma visão de mundo baseada nas fronteiras étnicas e territoriais. Assim, as divisões territoriais e étnicas impostas pelas distintas formas[36] do Estado contribuíram para a opressão e o conflito entre diferentes grupos e etnias[37]. A forma predominante do Estado é compreendida como uma construção voltada a exercer controle sobre territórios e populações, cabendo a Geografia neste cenário de crise paradigmática (Godoy, 2010) ou no assento da modernidade (Gomes, 1996) argumentar acerca dessas legitimidades – uma resposta de uma classe aos revolucionários.

Para Anderson (2013, p. 127-162) esta divisão territorial das comunidades ou povos – podendo-se inferir que se trata das identidades étnicas –, contribuem para a manutenção de estruturas não somente preocupadas com as fronteiras nacionais, mas em como operar os dispositivos adequados de dominação e opressão. Ante o exposto, tem-se assim a consolidação dos Estados modernos, os quais surgem não como respostas externas as falhas/limitações político-administrativas das outras formas precedentes – é própria ao modo de produção capitalista, com sua gênese espacialmente localizada no continente europeu e, posteriormente, suas implicações redimensionadas a partir de um novo epicentro, disseminadas pelos

[36] Aqui cabe uma explicitação acerca da categoria forma. Em consonância ao usualmente empregado por Friedrich Hegel segundo Abbagnano (2015, p. 543), a "[...] [forma] é o modo de manifestar-se da essência ou substância de uma coisa, à medida que esse modo de manifestar-se coincide com a própria essência". Numa teorização de Marx (2008, p. 47, grifo nosso), qual seja, "as relações jurídicas, bem como as **formas do Estado**, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]". Dois exemplos para ilustração: (1) vide a argumentação de Bakunin (2003, p. 36): "[...] o Estado moderno, militar por necessidade, traz em si a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal; mas um Estado universal, sem dúvida quimérico, só poderia, em todo caso, ser único: dois Estados deste gênero, existindo lado a lado, é algo absolutamente impossível"; e (2) vide Kropotkin (2000, p. 21): "[b]astar-me-á, porém, salientar que todas as instituições em que se amparou, depois, o Estado, em benefício das minorias [...]".

[37] O controle migratório só é possível com a intervenção em sua fronteira pelo Estado. Para mais detalhes vide Raffestin (1993, p. 88-92) acerca do "controle e gestão dos fluxos migratórios" nos séculos XIX-XX e suas implicações étnicas e de fronteira territorial.

Estados Unidos da América –, mas sim atinentes à dimensão econômica que passa a ser preponderante nos concertos socioespaciais.

Nesta busca pela superação da relação fragmentada da Geografia (Moreira, 2022; Vitte, 2007), principalmente na compreensão crítica das distintas formas do Estado, é necessário promover o diálogo interdisciplinar, incentivar a integração de diferentes perspectivas e abordagens, inclusive de atores/autores negligenciados pela história do pensamento geográfico – precisamente pela historiografia oficial comumente dissipada pela ortodoxia da comunidade acadêmica. Nesta perspectiva das grafias negligenciadas (Cirqueira, 2018, 2020a), as vozes de pensadores de práticas espaciais insurgentes em muito têm a contribuir ao pensamento geográfico, estando entre aquelas as “geografias anarquistas”[38] (Springer, 2016) ou “continente libertário da geografia”[39] (Cirqueira, 2020a, 2020b).

A presente investigação objetiva perscrutar as contribuições dos malditos – geógrafos com linguagem de anarquismos e anarquistas com linguagem geográfica – em sua crítica negativa do Estado e como sua perspectiva poderia enriquecer e desafiar o ensino de Geografia numa perspectiva emancipatória.

MATERIAL E MÉTODOS

Nesta investigação, a despeito de textos de atores/autores da tradição revolucionária (crítica da economia política ou dos anarquismos) nem sempre detalharem em seu interior a referência metodológica, consideramos por oportuno expressar nossas escolhas.

A revisão crítica da história do pensamento geográfico desempenha um papel imprescindível à compreensão da trajetória da ciência geográfica, sendo assim, Moreira (2022) e Vitte (2007) argumentam acerca da identificação de tendências e paradigmas: permite identificar tendências, paradigmas e rupturas que ocorreram na

[38] Para definição categorial nesta pesquisa, entende-se por “geografias anarquistas” não como um pensamento que se limita a uma análise acadêmica convencional, mas associada a uma prática engajada visando contestar as hierarquias espaciais, econômicas, políticas. Para mais detalhes vide Springer (2016) acerca da falsa dicotomia entre “geografias anarquistas” e “geografias do anarquismo”.

[39] A proposta de “continente libertário da geografia” se caracteriza-se por valorizar princípios como liberdade, descentralização, autogestão e federalismo, buscando romper com paradigmas estabelecidos e oferecer novas perspectivas sobre o espaço e o território (Cirqueira, 2020a). Essa abordagem representa uma tentativa de se afastar das correntes dominantes e promover uma reflexão crítica e inovadora ao campo da Geografia.

disciplina ao longo do tempo. Isso possibilita compreender as mudanças de perspectivas teóricas e metodológicas na Geografia.

Nesse sentido, o delineamento desta investigação é o da pesquisa qualitativa (Gil, 2021, p. 55-57; Punch, 2021, p. 159-166), a qual, por sua vez, emprega a técnica de consulta a documentos para a aquisição de informações na aproximação com o objeto – o Estado moderno, contudo não uma investigação geral de sua gênese – tratado por Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin (Quadro 1), ou em outras palavras, refletida pelos geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica.

Quadro 1. Os textos selecionados dos geógrafos com linguagem de anarquismos e de anarquistas com linguagem geográfica para esta investigação.

Atores/Autores	Textos
Mikhail Bakunin	Estatismo e Anarquia (1873); Três conferências feitas aos operários (1871).
Piotr Kropotkin	A comuna (1880-1882); A decomposição dos Estados (1880-1882); A necessidade da revolução (1880-1882); As minorias revolucionárias (1880-1882); O Estado e seu papel histórico (1906); O princípio essencial das sociedades modernas (1913); As características essenciais do Estado (1913); Pode o Estado ser usado para a emancipação dos trabalhadores (1913); O Estado constitucional moderno (1913); É sensato fortalecer o Estado atual? (1913).

Fonte: elaboração própria.
Nota: a sinalização do ano entre parênteses diz respeito a publicação original.

Após a organização preliminar do material consultado, pretende-se prospectar conforme Chasin (2009, p. 25) o método de "análise imanente"[40] na compreensão das determinações presentes nos textos selecionados. A pesquisa

[40] "[...] Tal análise, na melhor tradição reflexiva, encara o texto – *a formação ideal* – em sua consistência autossignificativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam. Configuração esta que em si é autônoma em relação aos modos pelos quais é encarada, de frente ou por vieses, iluminada ou obscurecida no movimento de produção do *para nós* que é elaborado pelo investigador, já que, no extremo e por absurdo, mesmo se todo o observador fosse incapaz de entender o sentido das coisas e dos textos, os *nexos* ou *significados* destes não deixariam, por isso, de existir [...]" (Chasin, 2009, p. 25-26).

qualitativa não é meramente uma escolha arbitrária do pesquisador, mas sim uma exigência do próprio fenômeno investigado ao requerer ser escrutinado em decorrência da ortodoxia acadêmica tê-lo negligenciado nos estudos de pensamento geográfico.

Por fim, o recorte temporal desta investigação se restringirá ao século XIX e início do XX, dialogando com o proposto por Moreira (2022, p. 24-39) acerca dos paradigmas da Geografia, qual seja, “A modernidade industrial e a Geografia fragmentária dos séculos XIX-XX”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modernidade trouxe consigo um processo de centralização do poder político e econômico, resultando na formação de Estados nacionais. Os pensadores malditos percebiam o Estado como instituição que surgiu para proteger os interesses das classes dominantes, enquanto subjugavam e controlavam a classe trabalhadora. Os anarquismos do século XIX foram moldados por pensadores cujas ideias, dentre elas a crítica negativa do Estado (Figura 1), e ações influenciaram profundamente a classe trabalhadora e demais camadas sociais.

Figura 1. O Estado na perspectiva dos pensadores malditos na modernidade fragmentária.



Fonte: elaboração própria.

É um período de transformações das forças produtivas incomensuráveis, da aplicação de energia fóssil pelo maquinário industrial e nas profusões político-administrativos de organização do Estado. Nesse amplo aspecto de transformações, geograficamente localizada na Europa, urgem os antagonistas da modernidade assentada no modo de produção capitalista, dentre elas/eles, destacamos: Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin.

1. Um breve excurso biográfico

Mikhail Bakunin nasce em 30 de maio de 1814, no seio de uma família de nobres em Premukhino, entre Moscou e São Petersburgo, na Rússia. A vida de Bakunin foi marcada pela militância ativa em revoltas e pela perseguição política,

incluindo prisões e exílios. Entre 1837 e 1839 os estudos de Bakunin das principais obras de Hegel são sistematizadas, uma vez que desde 1836 participa dos círculos hegelianos. Inúmeras atividades na década de 60 tem a assinatura de Bakunin, em 1864 é fundado a organização Fraternidade Internacional; em 1867 na constituição e trajetória do Congresso e da Liga da Paz e da Liberdade e na publicação de Federalismo, socialismo e antiteologismo; em 1868 é fundada, em Genebra, a Aliança, a qual incorpora membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Bakunin participa da Comuna de Lyon, em 1870, na França, que precedeu a Comuna de Paris; já em plena Comuna de Paris, é concluído o livro O Império Cnuto-Germânico e a Revolução Social. Em meados de 1872 o Conselho Geral decidiu convocar um congresso da AIT em Haia, na Holanda; entre as pautas constava a exclusão definitivamente dos aliancistas, enfraquecendo o coletivismo federalista e, por conseguinte, aprovando a expulsão de Bakunin. Em obras como Deus e o Estado (1882) e Estatismo e Anarquia (1873), Bakunin articula uma crítica feroz à autoridade religiosa e política, defendendo a ação direta revolucionária como meio para a emancipação dos povos. Mikhail Bakunin faleceu em Berna, Suíça, no dia 1 de julho de 1876.

Piotr Kropotkin nasceu em Moscou, na Rússia, no ano de 1842, num período de convulsões sociais em grande parte da Europa. O exílio (de 1876 a 1917) o acompanha, assim como as prisões (1872-1876 e 1882-1886) decorrentes das atividades políticas. Em 1862, ao se formar na escola de pajens, escolhe servir no corpo de cossacos, região do Rio Amur, na Sibéria, onde igualmente estudou a vida animal e se dedicou à exploração geográfica. Kropotkin frequentou o curso de matemática na Faculdade de Ciências Físicas e Matemáticas na Universidade de Petersburgo, entre 1867 e 1871; já em 1871 recusa o cargo de secretário da Sociedade Geográfica Russa. Em 1879, enquanto atuava na Federação Jurassiana, passa a editar o Jornal Le Revolté (sucesso propagandístico). Em 1916 assina o manifesto dos dezesseis, o qual apoia a participação dos anarquistas na primeira guerra mundial. O Kropotkin também exerceu influência à perspectiva do pensamento do anarquismo comunista, unindo formação científica com militância social. Sua obra Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução (1902) contesta o darwinismo social, mostrando que a cooperação entre os seres vivos é essencial para a sobrevivência e o progresso. Atuante na Primeira Internacional e respeitado como

cientista, tem a sua vida interrompida numa congelante madrugada, no dia 8 de fevereiro de 1921. No seu funeral mais de 100 mil pessoas desfilaram em um cortejo de 8 km na cidade de Moscou até o Cemitério Novodevichy.

2. O que a modernidade tem a ver com isso: crítica negativa ao Estado

Os anarquismos, como corrente política e filosófica, emergiram como uma crítica radical ao Estado, à autoridade hierárquica e ao poder coercitivo (Springer, 2016). No entanto, os anarquismos não se limitam apenas à essas críticas, também oferecem alternativas acerca de como a prática revolucionária se conforma de modo socioespacial.

Desse modo, como os pensadores desta investigação se inscrevem no período classificado como modernidade, as influências paradigmáticas ao pensamento geográfico podem assim ser apreendidas conforme Moreira (2022, p. 13-45) como uma relação que se configura entre os “fundamentos filosóficos” e os “paradigmas”, sendo os primeiros determinados pelas “fontes de referência filosófica” e os segundos pelo seu “formato”.

Os geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica se imiscuem neste paradigma moderno argumentado por Moreira (2022, p. 24) como de “[...] uma fase de extrema fragmentação do conhecimento”. Não obstante esse fato, as categorias socioespaciais emergem em consonância as tensões políticas (de representação e participação) e econômicas (entre trabalho e capital) numa modernidade que se pretende à investigação entre sujeito e objeto. Ademais, conforme argumentação de Gomes (1996, p. 26) a modernidade se assenta no “[...] território da razão, das instituições do saber metódico e normativo” como também nas “diversas ‘contracorrentes’, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante”.

Sendo assim, segue-se o itinerário acerca da compreensão do Estado pelos pensadores ditos malditos e como podem categorialmente contribuir ao pensamento geográfico.

3. Mikhail Bakunin: anarquista com linguagem geográfica

O período que se estende do século XVI ao XIX é marcado por uma certa territorialização dos “movimentos reacionários” na Europa (Bakunin, 2003, p. 32), os quais se prefiguram para um novo tipo de sistema estatal que vai se aperfeiçoando até alcançar o seu acamamento final. O epicentro desta finalização é a Prússia de Bismarck que consolida uma nova forma de organização socioespacial de característica centralizadora: o Estado moderno.

O “mundo moderno”, o qual condiciona o Estado moderno, é constituído por dois processos que tem suas repercussões na hodierna sociedade, a saber, a “revolução religiosa”, doravante “Reforma” e a “Revolução de 1789” (Bakunin, 2011, p. 59-71). A conformação de um período ressoa ao olhar atento dos revolucionários, embora geograficamente dispostos no velho continente (Europa), pois o que foi gestado ali se disseminou para os demais continentes como uma força centralizadora e hierarquicamente instituída por dispositivos reguladores da tensão social, da representação política e da exploração econômica.

É categórico em Bakunin (2003, p. 72-74) um diagnóstico multifacetado das tendências postas pelas lutas sociais advindas das revoluções burguesas, sejam elas: i) “república democrática”, e ii) “despotismo monárquico”. Sendo assim, independentemente se oriundas dos levantes burgueses ou do proletariado, o que está em disputa é o expediente “comum a toda a humanidade”, deliberadamente conhecido como “liberdade do indivíduo” (Bakunin, 2003, p. 72). Observa-se como característica da modernidade o traço conferido às disputas de classe dos paradigmas de igualdade e liberdade, haja vista para Bakunin (2003, p. 72) se tratar de uma falsa liberdade quando concedida na forma de “liberdade política”, assevera-se: não há “liberdade política sem a igualdade econômica”.

Nesse sentido, o programa da “revolução social” vai de encontro ao paradigma do “mundo moderno”, porquanto consubstanciado como um inimigo a ser combatido pela classe burguesa que ascendeu nos processos socioespaciais de “tendências estatistas” (Bakunin, 2003, p. 73). Aquele programa não é um fim em si mesmo, haja vista reconhecer a diversidade que há no povo e não o que há de comum – nas suas inúmeras identidades –, uma vez que a unidade não sufoca a individuação. Numa sociabilidade assentada na fraternidade e livre associação, a unidade propicia o empoderamento das identidades (Bakunin, 2003, p. 102-103).

Esse aspecto é basilar na proposta libertária, pois a identidade não está dissociada do que Bakunin (2003), em inúmeras remissivas, trata como povos ou nações.

Assim, a forja territorial posta pela "revolução social", mediada pelo seu agente, o proletariado, como sendo segundo Bakunin (2003, p. 73) o responsável pela "[...] abolição [...], governamental ou administrativa, quer dizer, a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todos os bens e da destruição de seu último bastião, o Estado".

4. Piotr Kropotkin: geógrafo com linguagem de anarquismos

A pretensa conformação de uma organização social que possa mediar os vínculos social, econômico, político, cultural e ambiental se forjaram num transcurso um tanto casual. Para Kropotkin (2005a, p. 28) o "Estado conseguiu imiscuir-se em todas as manifestações de nossa vida", todavia, não passa de um produto historicamente construído (Kropotkin, 2000). Esta abstração da formação do Estado é de importância não somente científica como de possibilidade à revolução social (Kropotkin, 2000), uma vez que apresenta implicações socioespaciais de como se objetiva os princípios de igualdade e liberdade.

É premente da modernidade a dicotomia entre esses princípios, porquanto não haveria o porquê deles conferirem ao geógrafo com linguagem de anarquismos uma simples digressão ao liberalismo burguês. A objetivação destes princípios de igualdade e liberdade como dispositivos externos é sistematicamente combatido, haja vista para Kropotkin (2000, p. 55) a conformação do "espírito de disciplina e de organização autoritária" na disputa socioespacial.

A prática socioespacial que se predominou nesta disputa deriva do surgimento do Estado em meados do século XVI, visto que conforme Kropotkin (2000, p. 55) se "[...] principiou por destruir todos os laços de união que existiam entre cidadãos, quer das cidades, quer das aldeias". Não obstante esse fato, a forma acabada do Estado moderno coincide com a revolução francesa e, posteriormente – não só temporal, mas mediado por pressupostos teóricos e políticos-ideológicos consubstanciados espacialmente –, com a Revolução Industrial. No caso dessas revoluções, na primeira se tem o escrutínio das engrenagens administrativas responsáveis por obstaculizar o desenvolvimento da

indústria; já a segunda se beneficia em seu alvorecer pela supressão destas mesmas engrenagens.

É neste recorte da modernização, concomitante às revoluções supracitadas, que o amadurecimento do Estado se engendra (Kropotkin, 2005a), por conseguinte, açambarcando uma série de elementos – a título de exemplo: greve, lutas de classes, liberdade de pensamento, educação das crianças, imposto, recursos à guerra etc. –, por vezes, apropriados e convertidos em dispositivos/mecanismos de regulação, ou em outros termos, por mais que a estrutura do Estado tenda a se comportar de modo inexorável, os seus dispositivos/mecanismos de ingerência socioespacial se alteram.

Esta determinação socioespacial dos princípios de igualdade e liberdade tende a se subsumir[41] na figura do cidadão em detrimento de sua figura antagônica das "fraternidades livremente ajuramentadas"[42], ou seja, o Estado moderno na argumentação de Kropotkin (2000, p. 85) impele a "[esquecer] o teu vizinho, o teu camarada, o teu companheiro, visto que, como bom cidadão, só deves conhecê-los por intermédio dos organismos estatais".

5. Uma bronca possível dos anarquismos ao pensamento geográfico

A consolidação da Geografia como ciência autônoma, iniciada no final do século XIX (Moraes, 1989, p. 23-25), ocorreu em um contexto de expansão do capitalismo industrial e de afirmação dos Estados-Nação. A relação entre o Estado e o pensamento geográfico nesse período moderno é marcada por uma crescente instrumentalização do conhecimento, fortemente mediada pelo paradigma positivista e sua busca por objetividade, leis gerais e, sobretudo, utilidade (Suertegaray, 2005).

O vínculo entre o Estado e a produção de conhecimento geográfico tornou-se explícito e incontornável a partir de meados do século XX, conformando-se em um processo paradigmático, embora de base positivista, que se diferencia em sua forma conforme apontado por Suertegaray (2005, p. 12) da "Geografia Clássica", surgida por volta dos anos 1870. Ainda conforme Suertegaray (2005, p. 18-19), o "método da Geografia Clássica" apresenta semelhanças ao "empírico-indutivo",

[41] Consultar a nota 70 de Marcos Lutz Müller acerca da não escolha por "suprassumir" (Hegel, 2022, p. 173-175).
[42] Ao longo do texto de Kropotkin se pode apreender como a oposição – até mesmo a negação – direta às arbitragens dos organismos desta instituição histórica, o Estado (Kropotkin, 2000, p.75-78).

apesar do primeiro priorizar o estudo do fenômeno como único e a ênfase nas diferenças (perspectiva ideográfica).

De todo modo, a crise paradigmática das ciências em gerais, da Geografia em específico, cumpre internalizar o Positivismo e, sobremaneira, estabelecer a expectativa de que a ciência deveria ser real, certa, precisa e, especialmente, aplicável às demandas práticas da vida. Neste período do século XIX-XX, o Estado-Nação definia-se em grande parte pela sua extensão territorial e pela organização da população, e o pensamento geográfico, diante das críticas paradigmáticas, fornecia as bases para o conhecimento e, consequentemente, a perspectiva conforme Santos (2023, p. 25-27) de que a “Nação-Estado é a formação socioeconômica por excelência [...]” e todas as suas consequências atinentes aos dispositivos político-administrativos, como também se figura como a “unidade geográfica de estudo”.

Essa crítica paradigmática não apenas moldou o objeto da Geografia (do meio natural para a organização do espaço), mas também definiu o Estado como seu principal cliente e agente de legitimação. A crítica nos moldes do modo de produção capitalista forçou a disciplina Geografia para além do viés instrumental, reconhecendo o Estado como uma categoria analítica substantiva, embora imiscuída de características limítrofes às práticas socioespaciais emancipatórias.

A crítica negativa a uma pretensa crítica formal ao Estado transcende a operacionalidade subjetiva em sistematizar modos de gerenciamento/regulação político-administrativos. Neste potencial autogestionário propiciado pelo “continente libertário” (Cirqueira, 2020a), aqui do pensador anarquista de linguagem geográfica (Mikhail Bakunin) e do pensador geográfico com linguagem dos anarquismos (Piotr Kropotkin), em fomentar práticas socioespaciais que possam contribuir na reflexão ou na ruptura paradigmática para se gestar novas categorias.

Assim sendo, no tocante a imbricação teoria e prática dos pensadores malditos, tem-se nesta investigação o assento da argumentação de Souza (2013, p. 241), a saber: “[...] [p]ráticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, [...]) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados”.

Numa perspectiva da totalidade das determinações da crítica negativa do Estado (Quadro 2), Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin podem assim ser encarados como os antagonistas de uma ciência de base positivista[43], a qual a Geografia é tributária e já nasceu clivada (século XIX e primeira metade do século XX) nos marcos acadêmicos (Moreira, 2022; Souza, 2013). Não obstante essa perspectiva, a modernidade açambarcou o processo de dispositivos reguladores do poder político e econômico, resultando no que Castro (2005, p. 106-110) categoriza como "Estado moderno territorial" – já nos termos dos anarquismos: Estado centralizado e autoritário.

Quadro 2. Síntese preliminar da apreensão dos geógrafos com linguagem de anarquismos e de anarquistas com linguagem geográfica acerca da crítica negativa ao Estado moderno e como podem contribuir em novas práticas socioespaciais ao ensino de Geografia.

(continua)

Ator / Autores	Contextualização do Estado moderno	Estratégias da revolução social	Práticas socioespacias
Mikhail Bakunin	Pangermânico: administra e regula as finanças, a polícia e o exército. É a forma mais acabada do conceito antipopular e se abriga no pseudo-regime constitucional.	A organização das massas operárias ocorre de baixo para cima, englobando os indivíduos de qualquer língua e de qualquer nacionalidade.	Aliança das associações de trabalhadores agrícolas e industriais, das comunas, das regiões e das nações.

Quadro 2. Síntese preliminar da apreensão dos geógrafos com linguagem de anarquismos e de anarquistas com linguagem geográfica acerca da crítica negativa ao Estado moderno e como podem contribuir em novas práticas socioespaciais ao ensino de Geografia.

(conclusão)

[43] Para Ferretti (2018) os geógrafos anarquistas Élisée Reclus e Piotr Ktopotkin se imiscuiram com "[...] as ferramentas científicas das maiores correntes intelectuais do momento, como o positivismo, e sobretudo o evolucionismo, tentando levá-las a conclusões diferentes, que não justificassem as desigualdades sociais, mas, ao contrário, fossem úteis para a construção de uma sociedade mais justa".

Ator / Autores	Contextualização do Estado moderno	Estratégias da revolução social	Práticas socioespacias
Piotr Kropotkin	É ocasional mas a guerra propicia o seu acabamento final. Obstaculiza, impede o livre entendimento entre indivíduos e grupos. Forja uma máquina administrativa que regula inúmeras engrenagens: imposto, educação, guerra, greve, leis (juízes) etc.	Livre iniciativa individual e da livre federação dos interessados. Agitar a sociedade em sua vida intelectual e moral. Revolução no regime de propriedade e no modo de agrupamento da sociedade.	Produção e consumo em comum. Comunismo anarquista nascido das entranhas do povo (operário e camponês) como uma paulatina evolução. A consubstanciação de comunas umbilicalmente relacionadas ao gozo coletivo do capital social, dos instrumentos de trabalho e dos produtos do trabalho.

Fonte: Elaborado a partir dos textos de Bakunin (2003, 2011) e Kropotkin (2000, 2005a, 2005b, 2005c, 2005d, 2024a, 2024b, 2024c, 2024d, 2024e).

Observa-se no Quadro 2 uma síntese possível desta crítica negativa ao Estado moderno, bem como seus desdobramento numa prática socioespacial de permanente evolução/progresso diante dos arrimos postulados pela regulação das tensões entre capital e trabalho no século XIX-XX. Não obstante as tensões, os pensadores investigados se comprometeram em apreender o momento histórico não por diletantismo acadêmico, mas pelas condições postas à classe trabalhadora diante das promessas de uma vida justa no Estado moderno, o qual em decorrência da correlação de forças se esquivou em garantir a pretensa modernização, ou sua função é meramente reflexo de uma modernidade fundada no modo de produção capitalista.

Atrelado ao fato desta alvorada da modernidade, as práticas socioespaciais promovidas pelos anarquismos, afora o compromisso com a revolução social, muito

tem a contribuir na perspectiva categorial de se apreender a crítica negativa ao Estado nas sociedades hodiernas. Veja-se, Bakunin (2003, 2011) argumenta que a formação dos Estados modernos ocorreu através de processos que concentraram poder nas mãos de burocratas, militares e capitalistas, em detrimento das liberdades individuais e da autonomia organizativa; já Kropotkin (2000, 2024a), por sua vez, ao analisar a evolução histórica do Estado, desmistifica uma confusão basilar entre sociedade e governo, sendo essas objetivações sujeitadas pelo açambarcamento da guerra em favorecimento da concentração de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material propugnado pelos pensadores malditos em suas críticas negativas ao Estado possibilita o esgotamento para se apreender novas categorias voltadas as práticas socioespaciais, mesmo que incipientes em suas formas emancipatórias – ou na acepção autogestionária –, podem contribuir na intervenção prática de como a disciplina de Geografia, em geral, opera na complexidade social ou na formulação de um arcabouço teórico-metodológico, em particular, ao pensamento/epistemologia da Geografia.

Esta incursão à modernidade, mediado pelas perspectivas dos pensadores malditos, propicia apreender os condicionantes responsáveis por moldar a crítica negativa ao Estado. As formas de organização socioespacial pelos quais eles se incorreram no tensionamento à forma do Estado é diversa, tendo as suas implicações sendo reapropriadas numa leitura da sociedade hodierna, sobretudo na gestação da representação (governamental ou administrativa) e participação política (movimentos ou coletivos culturais, de bairro, de moradia, do campo/agrário, de direitos civis, de justiça ambiental, de fábricas ocupadas, sindicatos etc.).

Embora os pensadores malditos nesta pesquisa possam representar uma parcela da totalidade – aos menos no que se comumente emprega como clássicos – daqueles que se debruçaram na forma do Estado, escarafunchar os vestígios sedimentados nestes 200 anos reascende, ao menos é o que se intenta, o debate acadêmico acerca do modo como o estudo do pensamento geográfico vem se desenhando.

A crítica negativa ao Estado moderno, uma vez que o recorte temporal se restringe ao século XIX e século XX, elaborada pelos ditos malditos – geógrafos

com linguagem de anarquismos e anarquistas com linguagem geográfica – propicia apreender as práticas socioespaciais em uma dada situação espacialmente particular, o alvorecer da modernidade que foi fundada no modo de produção capitalista. Ou seja, as particularidades dos dispositivos de participação política mediadas pelo Estado não são advindas da expressão dos anseios populares, mas sim da própria necessidade em regulá-los de modo a se espraiarem territorialmente.

Por fim, no tocante a recomendações, faz-se imprescindível perscrutar – este texto é parte preliminar de uma pesquisa em andamento – nos textos os momentos sublinhados pelos pensadores malditos acerca de situações concretas autogestionárias ou emancipatórias construídas pelos revolucionários, para assim, apreender categorialmente as implicações da representação étnica do Estado, na sua forma hodierna entendida como etnoestado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. 3. tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

ANDERSON, B. R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 3. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BAKUNIN, M. A. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Nu-Sol: Editora Imaginário, 2003.

BAKUNIN, M. A. **Três conferências feitas aos operários**. *In*: COÊLHO, P. A. (org.). O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2011.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CIRQUEIRA, J. V. **Geografias Subterrâneas: para ensinar uma prática geográfica nas trincheiras da anarquia**. União da Vitória, PR: Editora Monstro dos Mares; Porto Alegre, RS: Editora Deriva, 2018.

CIRQUEIRA, J. V. **O continente libertário da geografia: descontinuidade na história do pensamento geográfico**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 40, n. 01, mar. 2020a. Disponível em: https://doi.org/10.5216/bgg.v40i01.59892. Acesso em: 14 mar. 2025.

CIRQUEIRA, J. V. **Teorias Anarquistas na Geografia**. *In*: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. (org.). Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020b. cap. 13, p. 399-432.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

DUTRA-GOMES, R.; VITTE, A. C. **Geografia: sobre sua unidade e fragmentação**. Terra Livre, São Paulo, SP, v. 2, n. 39, p. 121-148, jul./dez. 2012. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/448. Acesso em: 14 mar. 2025.

FERRETTI, Federico. **Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Pëtr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, abr./jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702018005000001. Acesso em: 14 mar. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2021.

GODOY, P. R. T. **Algumas Considerações Para uma Revisão Crítica da História do Pensamento Geográfico**. *In*: GODOY, P. R. T. (org.). História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 7, p. 145-156.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HEGEL, G. F. W. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito: direito natural e ciência do Estado no seu traçado fundamental**. Tradução e Notas: Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022.

KROPOTKIN, P. **A Comuna**. *In*: KROPOTKIN, P. Palavras de um revoltado. Tradução: Plinio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário: Ícone Editora, 2005d.

KROPOTKIN, P. **A Decomposição dos Estados**. *In*: KROPOTKIN, P. Palavras de um revoltado. Tradução: Plinio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário: Ícone Editora, 2005a.

KROPOTKIN, P. **A Necessidade da Revolução**. *In*: KROPOTKIN, P. Palavras de um revoltado. Tradução: Plinio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário: Ícone Editora, 2005b.

KROPOTKIN, P. **As Minorias Revolucionárias**. *In*: KROPOTKIN, P. Palavras de um revoltado. Tradução: Plinio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário: Ícone Editora, 2005c.

KROPOTKIN, P. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Editora Imaginário: Nu-Sol, 2000.

KROPOTKIN, P. **O princípio essencial das sociedades modernas**. *In*: COÊLHO, P. A.; SKODA, A. (org.). Estado. São Paulo: Intermezzo Editorial: Biblioteca Terra Livre, 2024a.

KROPOTKIN, P. **As características essenciais do Estado**. *In*: COÊLHO, P. A.; SKODA, A. (org.). Estado. São Paulo: Intermezzo Editorial: Biblioteca Terra Livre, 2024b.

KROPOTKIN, P. **Pode o Estado ser usado para a emancipação dos trabalhadores**. *In*: COÊLHO, P. A.; SKODA, A. (org.). Estado. São Paulo: Intermezzo Editorial: Biblioteca Terra Livre, 2024c.

KROPOTKIN, P. **O Estado constitucional moderno**. *In*: COÊLHO, P. A.; SKODA, A. (org.). Estado. São Paulo: Intermezzo Editorial: Biblioteca Terra Livre, 2024d.

KROPOTKIN, P. **É sensato fortalecer o Estado atual?**. *In*: COÊLHO, P. A.; SKODA, A. (org.). Estado. São Paulo: Intermezzo Editorial: Biblioteca Terra Livre, 2024e.

MARTINS, E. R. **O Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento?**. GEOgraphia, Niterói, RJ, v. 18, n. 37, p. 61-79, 2016. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13758. Acesso em: 31 ago. 2025.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, A. C. R. **A Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2022.

PUNCH, K. F. **Introdução à Pesquisa Social: abordagens quantitativas e qualitativas**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. (Série Temas, v. 29, Geografia e Política).

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. de. **Por uma geografia libertária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SPRINGER, S. **Geografias anarquistas: uma breve genealogia**. Verve, São Paulo, SP, n. 30, p. 158-192, 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/36998. Acesso em: 17 fev. 2025.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas Sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos, n. 12. Florianópolis, SC: Imprensa Universitária, 2005. Disponível em: https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Espistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

VITTE, A. C. **Da Metafísica da Natureza à Gênese da Geografia Física Moderna**. *In*: VITTE, A. C. (org.). Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. cap. 1, p. 11-45.

QUESTÃO CAMPONESA, IMPERIALISMO E MONOPÓLIO

José Felipe Ribeiro de Santana[44], Wylamys Bernardo Santos de Lima[45]

RESUMO
A lógica expansionista do capital se expressa na formação de monopólios, especialmente nos países periféricos, onde redes multinacionais dominam os mercados agrícolas. Esse processo intensifica a expropriação camponesa e reforça a subordinação ao agronegócio, ampliando as contradições do capitalismo no campo. Este trabalho, de caráter bibliográfico e teórico, analisa a Questão Agrária e o Imperialismo, abordando a monopolização da terra e a financeirização da agricultura. Lênin (2012) define o imperialismo como uma fase superior do capitalismo, marcada pelo controle monopolista e pela expropriação camponesa. Já Amin (2022) considera o imperialismo um elemento intrínseco à expansão capitalista, baseado no domínio dos monopólios, na globalização e no capital financeiro. Esse processo leva à proletarização forçada, aprofundando a desigualdade social. Além da exploração econômica, a imposição imperialista se materializa mediada pelo Estado, via estratégias de exploração agrícola, com políticas de crédito, tecnologias, manipulação genética de sementes, etc. Portanto, a transformação das relações sociais no campo, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela substituição das práticas camponesas, intensifica a pauperização rural. E, compreender a dinâmica do imperialismo no campo é essencial para analisar seus rebatimentos na periferia do capitalismo.

Palavras-Chave: Relação Capital; Campesinato; Monopolização.

INTRODUÇÃO

A indagação de Karl Kautsky feita há mais de um século, no livro *A Questão Agrária* (1899), sobre como o capital penetra no campo serviu como sustentáculo essencial para a compreensão da questão agrária. Hoje, com amplo conhecimento empírico confirmando a presença do capital nas áreas rurais, o foco se desloca para uma nova reflexão. Compreende-se que, a questão atual para entender a dinâmica de acumulação no campo assume a seguinte conformação: de que forma o capital está se expandindo? Quais são suas estratégias de acumulação e quais efeitos elas provocam?

Na contemporaneidade, a expansão do capital ocorre por meio de contradições inerentes à sua lógica, manifestando-se na concentração de monopólios, especialmente nos países considerados periféricos. Nessa fase, o capital assume uma dimensão imperialista monopolista, instalando redes

[44] Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: joseesfelipee@gmail.com.
[45] Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: wylamys@gmail.com.

multinacionais de mercados agrícolas nesses locais. Esse processo perpetua a barbárie capitalista na produção de mercadorias no campo, impactando profundamente os camponeses, subalternizados diante as novas formas de expansão do capital.

É fundamental analisar o papel dos Estados nacionais no desenvolvimento e na sustentação desses monopólios, que se consolidam nos países considerados periféricos, resultando em intensa concentração e acumulação de capital. A fase imperialista não se desenvolveu de maneira uniforme ou pacífica, ao contrário, sua tendência sempre foi a conquista de novos espaços para centralizar poder e maximizar lucros. Esse processo se traduziu em saques, guerras, genocídios e endividamento, elementos que constituem o cerne da exploração desenfreada do capital.

A atuação imperialista no Brasil se estabelece a partir de uma lógica de monopolização territorial e da territorialização do monopólio (Oliveira, 2016). Se efetiva pela concentração fundiária, onde grandes empresas (muitas delas com capital estrangeiro provenientes de fundos de investimento) compram extensas áreas de terra, especialmente em fronteiras agrícolas. Essas terras são destinadas à produção de *commodities* em larga escala, como soja, milho e cana-de-açúcar. Bem como, pela subordinação da pequena e média produção. Que ocorre quando empresas de processamento industrial ou *tradings* de grãos controlam os produtores ao fornecerem crédito, sementes, insumos e tecnologia. Em troca, eles são obrigados a vender sua produção por um preço predeterminado.

O Estado assume então um papel de articulador desse processo, a partir de seus instrumentos legais e jurídicos, encampados pela assim chamada “Bancada Ruralista” no Congresso Nacional. Que opera diretamente na defesa dos interesses do agronegócio, a partir do enfraquecimento de políticas de reforma agrária, da flexibilização das leis ambientais e trabalhistas, aumento vertiginoso dos investimentos em créditos agrícolas para os grandes produtores em detrimento da agricultura camponesa familiar.

Esse trabalho discute o imperialismo como lógica central para expansão de monopólios na contemporaneidade. Amin (2022) afirma que o conceito de capitalismo generalizado impacta o cenário agrário, especialmente por meio da expropriação do campesinato. Para os camponeses, a terra se torna vulnerável, e

eles são afastados de seus meios de produção, uma situação exacerbada pela lógica do capitalismo, principalmente nos países periféricos. A discussão sobre imperialismo se torna indispensável para analisar como o campesinato é totalmente influenciado pela rede de monopólios, que se intensifica em regiões periféricas, impulsionado pela disseminação de tecnologias provenientes dos países centrais da economia.

Portanto, compreende-se o avanço do capitalismo monopolista no campo, como um processo marcado pela expansão do capital financeiro e pela subordinação da agricultura camponesa. Sustentado na pesquisa bibliográfica, sobretudo na análise de autores como Lênin e Amin, discute-se como o imperialismo se manifesta através da concentração de terras e da territorialização de monopólios, com grandes empresas controlando o mercado por meio do fornecimento de insumos e tecnologias. Nesse sentido, essa dinâmica expropria os camponeses e intensifica a exploração, ao transformá-los em meros acessórios da cadeia produtiva do agronegócio.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo consiste em uma pesquisa de caráter bibliográfico e teórico, originado a partir de debates realizados na disciplina “Seminários de Estudos Específicos I” (PPGEO/UFS, 2024), cuja ementa possibilitou a articulação de questões pertinentes da atualidade em diálogo com as linhas de pesquisa do programa e aos projetos dos discentes, em confluências com as discussões no Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho (GPECT/CNPq-UFS) e no Grupo de Estudos Pesquisas sobre Economia e Espaço (ECOE/CNPq-UFS). A centralidade dos debates perpassou a Questão Agrária e a categoria Imperialismo, analisando suas transformações no decorrer do século XX e início do século XXI.

Nesse sentido, foram analisadas obras como Lenin (2021), Luxemburgo (1970) e Amin (2022) na discussão do Imperialismo como elemento central na expansão do capitalismo, destacando o papel dos monopólios centralizados nos países periféricos. Nesse contexto, Kautsky (1980) aborda a questão camponesa como consequência do crescimento dos monopólios nessas áreas. A expansão das empresas multinacionais no campo submete os camponeses à lógica do capital, subordinando-os e aprofundando a exploração.

Os procedimentos metodológicos incluíram a revisão bibliográfica (livros, artigos, dissertações e teses) com a busca em catálogos específicos; leitura exploratória (identificação dos eixos principais), interpretativa (análise dos conceitos) e crítico-reflexiva (análise crítica das perspectivas dos autores); sistematização dos dados por categorias e temas (Imperialismo, Agricultura Capitalista, Campesinato, Monopólio, Território etc.); análise crítica entre as abordagens e perspectivas (Gil, 1991).

A contribuição deste estudo está circunscrita na síntese do debate teórico sobre Imperialismo e Questão Agrária, evidenciando como a lógica capitalista de produção monopoliza os territórios e acentua o processo de cerceamento das relações sociais de produção camponesa nos países da periferia. A análise proporcionou a compreensão do movimento de acumulação de capital via expansão do agronegócio, bem como, os rebatimentos das determinações imperialistas para a financeirização da terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria de Vladimir Lênin sobre o imperialismo, delineada em sua obra *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* (2021), serve como um ponto de partida fundamental para a análise do capitalismo monopolista. Segundo Lênin, essa nova fase do capitalismo, que emergiu no final do século XIX e início do século XX, é marcada pela exploração de territórios ricos em recursos naturais.

A acumulação e a concentração de capital tornaram-se centrais, resultando em uma mudança estrutural do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. A monopolização se efetiva por meio de grandes empresas que, mesmo sem produzir diretamente no campo, controlam a produção agropecuária por meio de mecanismos de subordinação dos camponeses e capitalistas produtores.

A partir do debate de Hilferding (1910) sobre o capital financeiro, Lênin (2021), argumenta que essa transição vai além da simples exportação de mercadorias. O capitalismo se expande pelo capital financeiro, que ele define como a fusão do capital bancário e industrial. O avanço do sistema impulsionou a concentração da produção nas mãos de grandes capitalistas, culminando na formação de monopólios

e na crescente exportação de capitais para as nações periféricas. A livre concorrência é progressivamente superada por acordos estratégicos como cartéis e trustes, que passam a exercer um controle significativo sobre o mercado. Lênin (2021) afirma que:

> O capitalismo, em seu estágio imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos, arrasta, por assim dizer, os capitalistas - contra sua vontade e sem que disso tenham consciência - para um novo regime social, um regime de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa (Lênin, 2021, p. 44).

Nesse contexto, o papel dos bancos é central. Eles deixam de ser simples intermediários e se transformam em instituições onipotentes que exercem controle sobre o capital monetário. A análise dos bancos é crucial para entender a criação dos monopólios, pois são eles que acumulam vastas somas de capital-dinheiro para investir na indústria, tornando-se acionistas e influenciando as decisões empresariais (Lênin, 2021). Assim,

> Os bancos, em todo caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tornam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios (Lênin, 2021, p. 57).

No desenvolvimento do modo de produção capitalista, os bancos desempenham um papel fundamental, destinando uma parte dessa de seus investimentos para a criação do capital financeiro. Com base na análise de Hilferding, Lênin (2021) argumenta que o capital financeiro é a marca distintiva do desenvolvimento do imperialismo.

Esse processo ocorre quando o capital bancário, originalmente em forma de dinheiro, é transformado em capital industrial, resultando na formação do capital financeiro. Esse capital disponibilizado pelos bancos é utilizado, principalmente, pelos capitalistas industriais para financiar suas operações e expandir seu domínio. Essa fusão entre o capital bancário e o industrial consolida o poder dos grandes monopólios e impulsiona a expansão imperialista. A “concentração da produção, monopólios que dela resultam, fusão ou junção dos bancos com a indústria: essa é a história do surgimento do capital financeiro e do conteúdo desse conceito” (Lênin, 2021, p. 69).

O capital financeiro em sua estrutura, providente do desenvolvimento imperialista, se articula na dominação de grandes monopólios administrados pela oligarquia financeira que dissemina a especulação como maneira da obtenção de lucro. Nessa etapa do desenvolvimento capitalista talha a emergência do capital financeiro na separação da propriedade do capital e na atividade empresarial.

Antes da ascensão do capital financeiro, os proprietários das empresas industriais eram os responsáveis diretos pela administração de seus negócios. Com o avanço do capital financeiro, essa relação se elevou gradualmente. A venda de ações e títulos possibilitou que indivíduos passassem a participar das empresas de forma indireta, enquanto a aquisição de dívidas do Estado tornou os credores figuras centrais, influenciando diretamente nas políticas econômicas dos governos. Além disso, esse novo cenário favoreceu a formação de monopólios, consolidando ainda mais o poder econômico nas mãos de poucos. Como afirma Lênin (2021, p. 81):

> O capitalismo em geral é caracterizado por separar a propriedade do capital da aplicação à produção, separar o capital monetário do industrial ou produtivo, separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital monetário, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é um patamar superior do capitalismo em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital denota uma posição dominante do rentista e da oligarquia financeira, significa o destacamento de poucos Estados detentores de “potência” financeira em relação a todos os demais.

A teoria clássica de Lênin sobre o imperialismo como estágio superior do capitalismo embora fundamental para entender a gênese do capitalismo monopolista, serve como ponto de partida para discussões mais recentes. Amin (2022) apresenta uma controvérsia significativa, argumentando que o imperialismo não é uma fase tardia, mas sim um elemento inerente à própria natureza e expansão capitalista desde suas origens. Para ele, o capitalismo monopolista generalizado é a resposta à crise sistêmica e se caracteriza pela dominância de monopólios e oligopólios, controle sobre as cadeias produtivas, globalização e a presença crescente do capital fictício.

A nova questão agrária, é um resultado direto do desenvolvimento desigual do capitalismo. Em sua fase ascendente, o capitalismo integrava o mercado global, mas agora, com relação às sociedades camponesas do Terceiro Mundo, ele as está "massivamente excluindo" e "integrando apenas minorias insignificantes" (Amin, 2022).

> A nova questão agrária é o resultado desse desenvolvimento desigual. De fato, a modernização sempre combinou dimensões construtivas (acumulação de capital e aumento da produtividade) com aspectos destrutivos (reduzindo o trabalho à condição de mercadoria vendida no mercado, destruindo frequentemente a base ecológica natural necessária à reprodução da vida e da produção, polarizando a riqueza em nível global). A modernização sempre "integrou" simultaneamente aqueles para quem o emprego foi criado pela própria expansão dos mercados e "excluiu" aqueles que, tendo perdido suas posições nos sistemas anteriores, não foram integrados à nova força de trabalho. Em sua fase ascendente, a expansão capitalista integrou o mercado mundial, paralelamente aos processos de exclusão. Mas agora, no que diz respeito às sociedades camponesas do Terceiro Mundo, ela as exclui massivamente e integra apenas minorias insignificantes (Amin, 2022, p. 3, tradução nossa).[46]

De acordo com Amin (2022) o imperialismo contemporâneo está a conduzir um ataque a três bilhões de camponeses na periferia, o que os condena à mais dramática pauperização. O capitalismo obsoleto de monopólios generalizados entrou numa fase em que a prossecução da sua implantação é sinônimo de quase genocídio.

A teoria de Amin, ao destacar a exclusão massiva dos camponeses na periferia do capitalismo, é basilar para compreender tal movimento no Brasil. Visto que, a dinâmica da nova questão agrária, com sua crescente expropriação e subordinação, não se manifesta apenas pela ação direta de multinacionais, mas também por meio de uma articulação complexa que envolve o Estado e suas instituições. É nesse ponto que o papel de órgãos como a Empresa Brasileira de

[46] "The new agrarian question is the result of that unequal development. Indeed, modernization had always combined constructive dimensions (accumulation of capital and the advance of productivity) with destructive aspects (reducing labour to the status of a commodity sold on the market, often destroying the natural ecological basis needed for the reproduction of life and production, polarizing wealth on a global level). Modernization had always simultaneously 'integrated' those for whom employment was created by the very expansion of markets, and 'excluded' those who, having lost their positions in the previous systems, were not integrated in the new labour force. In its ascending phase, capitalist expansion did integrate the world market, alongside the processes of exclusion. But now, with respect to the peasant societies of the Third World, it is massively excluding them, and integrating only insignificant minorities".

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) se torna central para compreendermos a modernização do campo sob a ótica do imperialismo.

Assim, o capitalismo monopolista generalizado é uma resposta à crise do capitalismo. Esse capitalismo monopolista contaria então, com o poder dos monopólios e dos oligopólios e o controle de montante a jusante do que é produzido. Contaria também com a globalização, com o capitalismo financeiro e a presença cada vez maior do capital fictício. Essa nova questão agrária é o resultado do desenvolvimento desigual no campo (Amin, 2022).

No estágio do imperialismo contemporâneo, o autor se debruça a partir do desenvolvimento desigual da produção camponesa e exportação de mercadorias voltadas ao agronegócio. Para Amin (2022), essa nova questão agrária impacta diretamente a classe camponesa devido a disputa de exportação de produtos alimentares que estão voltadas diretamente ao agronegócio. Esse conflito seria o papel de uma mercadoria voltada à exportação que seria unicamente benéfica ao poder do agronegócio.

A função dos monopólios nesse cenário, a rigor, se faz necessário em sua acumulação de capital à expropriação dos camponeses em seus meios de produção. Amin (2022) observa que nessa fase do imperialismo é uma das facetas que o capital monopolista extrai o seu excedente da classe camponesa, principalmente nos países periféricos de seus produtos introduzidos no campo, como sementes transgênicas, agrotóxicos e maquinários.

A lógica imperialista se manifesta na atuação de multinacionais que se instalam em países periféricos. Elas introduzem no campo um "pacote de mercadorias", que inclui insumos e tecnologias, e cuja dinâmica está no cerne da questão agrária atualmente.

Nesse sentido, é importante compreender o papel do Estado enquanto força articuladora do imperialismo. Com o avanço da expansão capitalista no campo, especialmente no Brasil, a Embrapa tem desempenhado um papel fundamental no financiamento de pesquisas voltadas para o agronegócio, com ênfase no desenvolvimento de tecnologias agrícolas no país.

Nos seus anos iniciais, a Embrapa direcionou suas ações para o processo de criação de novos produtos e procedimentos, além da absorção, replicação e

adaptação de tecnologias em operação no exterior, e em instituições predecessoras. Era de extrema proficuidade construir sistemas de produção, criar pacotes tecnológicos que incluíssem os agricultores, os produtores de maquinários e insumos agrícolas para ampliar a industrialização do campo (Cardoso, 2022).

Cardoso (2024) aponta que a Embrapa participa ativamente em programas instituídos pelo governo federal que atuam na modernização do campo: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa Especial do Norte Fluminense (PRODENOR); Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA); Programa de Trópico Semiárido, coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentre outros. Alguns projetos, inclusive, como o POLONORDESTE, tiveram envolvimento do Banco Mundial na sua construção (Cardoso, 2024).

Cardoso (2024) afirma que as pesquisas agropecuárias da Embrapa podem ser analisadas a partir de sua relação direta com o setor privado:

> Como pode ser visto, os acordos e convênios concentravam-se em projetos com empresas privadas, inclusive algumas internacionais, a exemplo da Monsanto e Massey Ferguson; na contramão, nota-se o pequeno número de projetos com cooperativas [...]. Isso nos leva a pensar em quais foram os sujeitos que mais se beneficiaram das contribuições da produção da pesquisa agropecuária – claramente, não isoladamente, mas em conjunção com outras políticas do Estado para o campo, como o crédito e a extensão rural – na dinâmica agrária/agrícola brasileira. Em resumo, quais foram seus efeitos no aumento ou não da desigualdade e/ou concentração de renda e terra (Cardoso, 2024, p. 653).

Assim, fica conspícuo o exercício político e intelectual da Embrapa no processo de expansão da acumulação capitalista no campo, a partir da produção de aparatos discursivos que outorgam o modelo do agronegócio. Bem como, o papel que o Estado assume enquanto organizador de pessoal científico a serviço da acumulação, considerando que as multinacionais, na maior parte do tempo, não estão dispostas a arcar com os custos da criação de ciência e tecnologia (Cardoso, 2024). Nesse sentido,

> O processo de transformação moderna da agricultura atinge uma altura particular quando as conquistas da ciência moderna, a mecânica, a química, a fisiologia vegetal e animal se transferem das cidades, onde foram elaboradas, para os campos (Kautsky, 1980, p. 59).

Essas inovações têm sido amplamente disseminadas nas práticas agrícolas, impulsionando a produtividade e a competitividade do setor e articuladora em prol da acumulação de capital, para além do aparato de leis e da garantia à propriedade privada, que é outorga primordial deste processo, mas também, da aparelhagem de controle operado pelas instituições de pesquisa agropecuárias acerca das transformações genéticas de sementes etc. Além do Plano Safra que sustenta inúmeras produções agrícolas que beneficia principalmente o agronegócio. Assim,

> No cerne do agronegócio, está a estupidez do processo produtivo capitalista. A utilização de pacotes tecnológicos, como maquinários, sementes transgênicas e agrotóxicos, altera as configurações do espaço agrário e influencia a dinâmica do trabalho, à medida que perpetua a estrutura fundiária baseada na concentração de terras (Lima, 2023, p. 200).

A atuação imperialista também se dá a partir do cerceamento da condição camponesa mediante os instrumentos creditícios operados pelos bancos em mancomunação com o Estado, em utilização de políticas orientadas para o controle do campo através das sementes, das tecnologias, etc. Lima (2015) argumenta que a nova face imperialista é concretizada a partir da centralização das multinacionais:

> A expansão das multinacionais mundo afora, expressão concreta do novo imperialismo, se realizou mediada por uma contradição principal, através da qual se originaram outras contradições secundárias. A principal contradição foi a necessidade das multinacionais de se deslocarem em busca de maior centralidade em suas atividades econômicas internacionais, sem prescindir de sua base nacional. Enquanto o Estado se esforçou para oferecer as condições ideais para a reprodução ampliada do capital, às custas do endividamento de sua própria economia, as grandes corporações, em que pese a imprescindibilidade do apoio estatal, não puderam permanecer subordinadas aos estritos marcos nacionais, sob pena de esterilizarem a própria finalidade de sua expansão: a reprodução ampliada do capital (Lima, 2015, p. 97).

A proposição de Lima (2015) nos auxilia a dar conta da realidade empírica ao analisarmos o setor agroquímico no Brasil, que se constitui um dos pilares da ação imperialista no campo. A atuação das multinacionais se expressa, de forma nítida, na monopolização desse mercado. Na Tabela 1 observa-se as empresas que não apenas dominam, mas também moldam a produção agrícola do país,

exemplificando a busca por centralidade de suas atividades sem abrir mão de sua base em mercados periféricos.

Tabela 1. As maiores empresas agroquímicas do Brasil (2022).

Empresa	Receita em R$
Yara Vitta	R$ 16,02 bilhões
Fertipar	R$ 11,96 bilhões
Bayer	R$ 9,77 bilhões
Ihara	R$ 2,79 bilhões
Cibrafértil	R$ 2,44 bilhões
Fertilizantes Heringer	R$ 2,21 bilhões
Adufértil	R$ 1,73 bilhão

Fonte: Forbes, 2022. Elaborado por José Felipe e Wylamys Lima, 2025.

A partir da Tabela 1, observa-se a atuação das principais empresas do setor agroquímico no Brasil, que figuram entre as maiores responsáveis pelo fortalecimento do agronegócio no país. A maioria dessas empresas destaca-se na distribuição de fertilizantes, como é o caso da Yara Brasil, que ocupa a primeira posição no ranking. Essa empresa agroquímica se sobressai pela ampla distribuição de seus fertilizantes, especialmente voltados para cultivos de soja, café e milho. Já a Bayer, tem o seu fortalecimento de seu pacote de herbicida, mais conhecido como o *Roundup*. As demais empresas citadas também se destacam na distribuição de fertilizantes em todo o país, com foco em cultivos como soja, cana-de-açúcar, café e milho.

As três maiores empresas — Yara Brasil, Fertipar e Bayer — juntas, detêm uma receita de R$ 37,75 bilhões, o que representa um montante considerável no setor. Essa hegemonia econômica lhes confere a condição de controle dos preços dos insumos essenciais para a produção agrícola. A dependência desses insumos, tornados indispensáveis pela lógica do agronegócio, subordina os agricultores camponeses às condições do capital monopolista.

A hegemonia dessas empresas, com seus pacotes de insumos, como os fertilizantes da Yara Brasil ou os herbicidas da Bayer, reflete a intensificação da dependência tecnológica do campo. Essa dependência, por sua vez, é um dos mecanismos centrais da monopolização que Amin (2022) discute. Tais

“ferramentas”, essenciais para a produção de *commodities*, fazem parte de um mecanismo que expropria e precariza a vida do camponês.

Nesse sentido, os monopólios se instauram no campo fazendo grandes transformações no cenário agrário contemporâneo. Esse processo ilustra como o capitalismo tende a suprimir a agricultura camponesa familiar, enquanto a introdução de insumos na agricultura altera a atividade, reduzindo a necessidade de trabalho humano. Amin (2022) aponta que esse cenário agrário está sendo totalmente transformado a partir da expropriação de diversos camponeses.

Esse movimento demostra que o poder não reside mais exclusivamente nos latifundiários, mas, principalmente nas grandes instituições financeiras e nos monopólios que elas financiam. Tais monopólios, representados por gigantes como a Yara e a Bayer, não precisam necessariamente ser produtores diretos para controlar a agricultura. Eles o fazem de forma indireta, através do fornecimento de insumos e da determinação dos preços do mercado.

O camponês, cerceado, torna-se apenas um acessório na cadeia produtiva dos monopólios, atrelado à lógica de produção e endividamento ditada pelo capital financeiro. A expropriação, nesse contexto, não se dá apenas pela perda da terra, mas pela perda da autonomia de produção e pela subordinação às lógicas do agronegócio.

Luxemburgo (1970) aponta que a penetração do capitalismo no campo resulta na concentração de capital nas mãos dos proprietários de terra. O camponês, que antes produzia para suprir suas próprias necessidades, agora se vê expropriado de seus meios de produção. Essa expropriação é a essência do capitalismo, que destrói a economia natural em sua busca incessante por capital.

> O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista –como modo único e exclusivo de produção –ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos (Luxemburgo, 1970, p. 63).

De acordo com Luxemburgo (1970, p. 393) “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as

regiões não capitalistas que não se encontrem ainda dominadas". O movimento do processo de acumulação capitalista é a penetração de sua lógica de produção nas formas de produção não capitalistas. A supressão da economia natural aparece enquanto lei tendencial que regula tal movimento de expansão da acumulação.

> O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural. Em todas as formas de economia natural [...] o que define é a produção em função das necessidades domésticas. [...] todas as formas de economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência, tanto dos meios de produção como das forças de trabalho. [...] Desse modo, a economia natural oferece rígidas barreiras, em todos os sentidos, às necessidades do capital (Luxemburgo, 1970, p. 311-312).

Nessa perspectiva, o que Luxemburgo descreve como a supressão da economia natural pelo capitalismo é um processo contínuo e que se adapta às novas condições. A lógica capitalista de produção da agricultura, portanto, não se baseia apenas na concentração de terras, mas também na introdução de um pacote de mercadorias voltadas ao campo, que funciona como um mecanismo de subordinação da produção camponesa, aprofundando a expropriação.

Dessa maneira, na lógica capitalista de produção da agricultura, o capital introduz seu pacote de mercadorias voltadas ao campo para descentralizar a produção camponesa. Lima (2023) afirma que:

> A utilização de pacotes tecnológicos via introdução e intensificação do agronegócio tem modificado as relações no campo e as formas de apropriação da terra, tanto entre os produtores latifundiários, quanto entre os camponeses que detêm menores extensões de terras (Lima, 2023, p. 65).

Essa consequência conflituosa é a face do debate de Amin sobre a questão agrária contemporânea, sendo, segundo ele, a classe camponesa a mais afetada. Os rebatimentos relacionados ao contexto agrário se dão ao passo em que esse processo se acentua e ocorre, assim, uma crescente expropriação da força de trabalho do camponês, bem como de sua terra, empurrando-os a proletarização. Esse processo é ainda mais acentuado nas periferias do capitalismo. Considerando que,

> Os equivalentes do Terceiro Mundo dos agricultores familiares do Norte são os camponeses, que constituem quase metade da humanidade. Os tipos de

> agricultura aqui variam, desde o uso não mecanizado dos chamados produtos da revolução verde (fertilizantes, pesticidas e sementes híbridas), que ajudaram a produção a subir para 100 a 500 quintais por trabalhador, até aqueles presos na espiral negativa da "involução", inaugurada pela revolução verde, cuja produção caiu para cerca de 10 quintais por trabalhador e continua a cair, apesar dos aumentos dispendiosos nos insumos. Outra categoria crescente de camponeses produtivos são os produtores "agroecológicos", que gerenciam as funções dos ecossistemas em escala agrícola e de bacias hidrográficas para manter a produtividade, a resiliência e reduzir os custos de produção, e cuja produtividade — quando medida em quilogramas por hectare — rivaliza com a agricultura industrial e familiar. No entanto, a diferença entre a produção média de um agricultor no Norte e a da agricultura camponesa no Sul, que era de 10:1 antes de 1940, é agora de 100:1. Por outras palavras, a taxa de progresso da produtividade agrícola ultrapassou largamente a de outras atividades, o que, quando combinado com a sobreprodução global, resulta numa queda do preço real de cinco para um (Amin, 2022, p. 8-9, tradução nossa).[47]

Nesse sentido, inúmeros camponeses são expropriados de suas terras e também dos seus meios de produção, causando uma crescente marginalização de toda classe que depende do campo para produzir seus meios de sobrevivência.

Nesse sentido, Lima (2023) pontua que:

> É imprescindível para a relação capital, o processo de apropriação do trabalho. No campo, a utilização de pacotes tecnológicos via introdução e intensificação do agronegócio, estruturada na aliança público-privado, tem modificado as relações sociais (Lima, 2023, p. 68).

Kautsky (1980) argumenta que a crise da produção camponesa surge com a crescente presença dos grandes proprietários de terra, forçando muitos camponeses a se tornarem mão de obra para as indústrias ou para as grandes propriedades rurais. Dessa maneira, a expropriação da classe camponesa se dá a partir do divórcio dos seus meios de produção para integrar as exigências do modo de produção capitalista.

---

[47] "The Third World counterparts of Northern family farmers are the peasant cultivators who constitute nearly half of humanity. The types of agriculture here vary, from the unmechanized use of so-called green revolution products (fertilizers, pesticides and hybrid seeds), which has helped production to rise to 100–500 quintals per labourer, to those caught in the negative spiral of 'involution', ushered in by the green revolution, whose production has dropped to around 10 quintals per labourer and continues to fall, despite costly increases in inputs. Another growing category of productive peasant farmers are the 'agro-ecological' producers managing farm and watershed-scale ecosystem functions to maintain productivity, resilience and lower production costs, and whose productivity—when measured in kilogrammes per hectare—rivals both industrial and family farming. Nonetheless, the gap between the 9 average production of a farmer in the North and that of southern peasant agriculture, which was 10:1 before 1940, is now 100:1. In other words, the rate of progress in agricultural productivity has largely outstripped that of other activities, which, when combined with global overproduction, results in a drop in real price from five to one".

> Essa crise no campo está intimamente ligada à concentração do capitalismo monopolista, onde os monopólios passam a dominar a agricultura, exemplificado pela lógica na produção de mercadorias voltada ao campo. Essa dinâmica do capital e o divórcio do camponês e seus meios de produção, Só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso. Unicamente o sistema de comunicações da sociedade capitalista, com suas estradas de ferro, os seus correios e jornais podem transportar as ideias e os produtos urbanos até os cantos mais recuados do interior, submetendo assim o conjunto da população agrícola, e não apenas os subúrbios das cidades, a esse processo (Kautsky, 1980, p. 31).

Outrossim, o imperialismo no contexto histórico presente, bem como, as elucubrações acerca de sua atuação e influência no processo de acumulação de capital, seja enquanto uma fase superior do capitalismo, ou enquanto uma condição imanente da própria relação capital. Tal movimento se traduz no avanço destrutivo do capitalismo monopolista que tende a excluir os camponeses, e se materializa, sobremaneira, a partir da introdução do pacote de insumos pelas empresas multinacionais. Assim, observar tais transformações no interim das relações sociais camponesas, servem para capturar a tendência operante de cerceamento de sua própria condição.

De acordo com Lima (2023) o produto desse imbricado processo contraditório se materializa nas transformações das relações sociais no campo, com a substituição das práticas de produção camponesa, com a reconfiguração do Trabalho e a intensiva utilização de tecnologias de ponta. A análise dessa realidade a partir da compreensão da categoria Imperialismo se fez profícua para entender os rebatimentos do processo de acumulação capitalista nos países periféricos, especificamente o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno das categorias e conceitos de Imperialismo, Agricultura Capitalista, Campesinato, Monopólio, Território se destaca quando observamos as análises de autores Vladimir Lênin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Samir Amin. Eles fornecem uma compreensão aprofundada de como o capitalismo opera de maneira intrinsecamente exploradora e expropriadora. Um campo essencial de discussão e debate é a forma como o movimento do capital transforma as dinâmicas

no campo, promovendo a expropriação do campesinato e a exploração da força de trabalho camponês via monopolização, submetendo-os a proletarização e através da concentração de terras.

Deste modo, é fundamental destacar como até mesmo elementos considerados primordiais no processo de agricultura são metamorfoseados em mercadorias, como sementes, agrotóxicos e fertilizantes químicos que são dominados por empresas multinacionais que expande seu controle mundial com seus pacotes tecnológicos e perpetua à desigualdade social pelo sistema capitalista em sua busca incessante por lucro. Portanto, é fundamental continuar este debate crítico para compreendermos melhor as complexidades do capitalismo contemporâneo.

A atuação dos monopólios no campo não seria possível sem a atuação do Estado. Este não é um mediador neutro, mas um agente ativo do imperialismo no espaço agrário. Sua função, neste contexto, vai além da garantia de propriedade privada, ele atua na organização e na legitimação do modelo do agronegócio. A Embrapa, por exemplo, não é apenas uma instituição de pesquisa, mas uma peça estratégica que mobiliza recursos públicos e conhecimento científico a serviço da acumulação privada.

Suas parcerias com multinacionais como a Monsanto (atual Bayer) e Massey Ferguson são evidências de como a pesquisa agropecuária estatal foi cooptada para desenvolver tecnologias que beneficiam o capital privado, em detrimento dos pequenos produtores. Da mesma forma, políticas de crédito como o Plano Safra canalizam vastas quantias para o grande capital, consolidando o poder da oligarquia financeira no campo. O Estado, portanto, atua como um facilitador e um promotor da dominação monopolista, garantindo as condições para que o capital financeiro e os pacotes de insumos se imponham sobre a produção camponesa, intensificando sua expropriação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. **The Agrarian Question Beyond Neoliberalism**: Essays on the Peasantry, Sovereignty and Socialism. Agrarian South Network Short Book Series, 2022. Disponível em: https://aiastrust.org/wp

content/uploads/2015/10/AMIN__TheAgrarian-Question-BeyondNeoliberalism__ASN-e-Book-2022.pdf. Acesso em: 04 ago. 2025.

CARDOSO, Victor de Souza. **A Embrapa na reprodução do capital no campo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

CARDOSO, Victor de Souza. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. EMBRAPA: Ciência e Tecnologia para a Acumulação de Capital no Campo. **OKARA: Geografia em debate**, v.18, n.3, p. 644 671, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/69974/40810. Acesso em: 04 ago. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

GIOIA, Antonio. ONDEI, Vera. **Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil**. Disponível em: https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbesas-100-maiores-empresas-do-agro/. Acesso em: 04 de ago. de 2025.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladímir I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LIMA, Lucas Gama. **A dinâmica imperialista contemporânea:** capital sem fronteiras e sua (ir)racionalidade apátrida. 2015. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

LIMA, Wylamys Bernardo S. de. **Dinâmica do capital e (des)configurações do trabalho**: a (re)produção do espaço agrário engendradas pelo agronegócio - uma análise a partir de Simão Dias/SE. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde, 2016.

VALE DO JEQUITINHONHA E O LÍTIO: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO

Gabriel Carlos Costa dos Santos[48], Cristhian Ferreira Delgado[49]

RESUMO

O presente estudo analisa os conflitos e impactos socioambientais decorrentes da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, a partir das dimensões bélica, jurídica e ideológica da formação territorial propostas na Geografia Histórica. A pesquisa articula uma análise bibliométrica e qualitativa fundamentada na metodologia PCC (Problema, Conceito e Contexto), integrando abordagens quantitativas e interpretativas para compreender como a exploração do lítio, embora associada ao discurso da transição energética e da economia verde, reproduz lógicas históricas de dependência e desigualdade. A etapa bibliométrica, conduzida na base *Web of Science* (WoS) e operacionalizada no software *Biblioshiny*, permitiu identificar a consolidação de um campo de pesquisa em expansão internacional, concentrado em três eixos: caracterização mineralógica, transição energética e justiça socioambiental. Já a análise qualitativa, organizada em cinco conjuntos de busca (S1 a S5), revelou que a intensificação da exploração mineral em Minas Gerais, especialmente no Vale do Jequitinhonha, reflete a sobreposição de interesses econômicos, flexibilização regulatória e invisibilização das comunidades locais. A chegada da empresa canadense *Sigma Lithium*, com a implantação do Projeto Grota do Cirilo, simboliza o avanço da fronteira extrativa e a integração subordinada do território às cadeias globais de minerais críticos. Os resultados indicam que, apesar da promessa de desenvolvimento sustentável, a mineração de lítio tem agravado desigualdades sociais, ameaçado os modos de vida tradicionais e comprometido a integridade ecológica regional. Conclui-se que a transição energética, ao invés de representar uma ruptura com o modelo extrativista, reitera a apropriação desigual do território e impõe novos regimes de sacrifício ambiental, exigindo políticas públicas baseadas em justiça territorial e governança inclusiva.

Palavras-Chave: Extrativismo; Desigualdade; Mudanças Climáticas; Transição energética; Justiça socioambiental.

INTRODUÇÃO

A formação territorial, conforme Moraes (2001), é um processo contínuo, no qual as heranças do passado são ressignificadas à medida que novas relações sociais e contextos históricos emergem. Essa perspectiva é reforçada por Milton Santos (1996), ao destacar que o território constitui um espaço dinâmico, constantemente moldado pelas práticas sociais e pelas dinâmicas de poder. Dessa

[48] Graduando em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), g168579@dac.unicamp.br.
[49] Graduando em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), c168728@dac.unicamp.br.

forma, o território não pode ser compreendido como um legado fixo e imutável, mas como um processo em constante transformação, que reflete as mudanças socioeconômicas e políticas que (re)configuram continuamente o uso e o significado do espaço geográfico.

Com base nessa concepção, Moraes (2001) analisa a formação territorial do Brasil segundo a perspectiva da Geografia Histórica, articulando três dimensões centrais: a bélica, a jurídica e a ideológica. Cada uma dessas dimensões evidencia diferentes ordens de racionalidade e poder que estruturam a formação e a manutenção do território brasileiro.

A dimensão bélica diz respeito ao uso do poder militar e da violência como instrumentos de dominação territorial (Moraes, 2001). Esse controle foi exercido inicialmente pelos colonizadores portugueses durante a invasão e o processo de colonização, e, posteriormente, pelo Estado brasileiro, após a independência de Portugal. A continuidade do uso da força como mecanismo de controle social pode ser observada ainda hoje, especialmente na atuação de instituições repressivas do Estado, como a Polícia Militar.

A dimensão jurídica, por sua vez, fundamenta-se nos mecanismos institucionais que regulam e legitimam a atuação dos agentes sobre o território (Moraes, 2001). Durante o período colonial, isso se deu por meio dos decretos e normas impostas pela Coroa portuguesa, que organizavam a administração e a exploração das colônias. Com a constituição do Estado brasileiro, estabeleceu-se um corpo jurídico próprio, voltado à aplicação das leis e à consolidação do domínio estatal sobre o espaço.

Por fim, a dimensão ideológica refere-se aos mecanismos simbólicos e discursivos utilizados para legitimar a dominação territorial (Moraes, 2001). Por meio da manipulação de narrativas, valores e símbolos, os agentes hegemônicos buscam influenciar a percepção da população, destacando os aspectos positivos de suas ações e obscurecendo seus efeitos negativos. Assim, a disputa ideológica torna-se uma ferramenta fundamental para a manutenção da ordem vigente e a reprodução da lógica dominante em cada período histórico.

A articulação entre as dimensões bélica, jurídica e ideológica torna-se particularmente evidente quando observada em processos históricos concretos. A economia mineradora constitui uma expressão histórica eloquente das dinâmicas de

dominação territorial que marcaram a formação do Brasil, consolidando-se a partir do século XVIII com a descoberta de ouro e diamantes em regiões como Minas Gerais (Furtado, 2014). A exploração intensiva desses recursos não apenas estruturou a ocupação territorial e impulsionou a economia colonial, como também aprofundou desigualdades sociais e instituiu um modelo de desenvolvimento baseado na extração e exportação de riquezas naturais. Esse padrão de apropriação territorial, sustentado pelas dimensões descritas por Moraes (2001), permanece presente nas práticas contemporâneas de exploração mineral, revelando continuidades entre passado e presente.

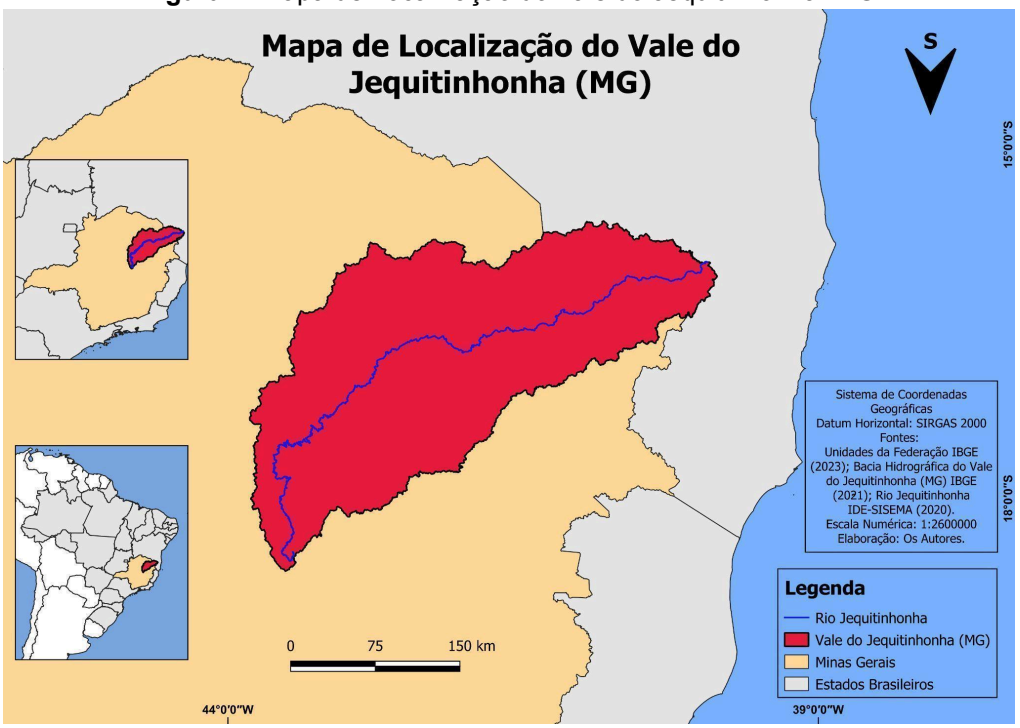
No Brasil, a exploração de minerais críticos, essenciais para sustentar uma economia de baixo carbono, já deixa marcas tangíveis de violência e degradação, evidenciando que os danos não são apenas uma ameaça futura, mas uma realidade presente que afeta corpos e territórios (Ali *et al*., 2017). Essa dinâmica reflete uma dualidade: enquanto promove uma economia sustentável, perpetua injustiças climáticas e socioambientais (Schlosberg, Collins, 2014).

Em Minas Gerais, essa contradição assume contornos ainda mais visíveis, dada a histórica centralidade do estado na economia mineral brasileira e sua inserção nas cadeias globais de fornecimento de recursos estratégicos. A atual exploração mineral no Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste mineiro, exemplifica as contradições da transição energética nos países do Sul Global. Embora essa mineração seja crucial para enfrentar as mudanças climáticas, sobretudo ao propor a diminuição da liberação de gases de efeito estufa na atmosfera, ela tem aprofundado desigualdades, expondo os limites e paradoxos da chamada economia verde. Ao mesmo tempo, em que busca mitigar e adaptar os impactos climáticos, essa economia impõe custos desproporcionais a territórios e populações vulnerabilizadas, transformando-os em verdadeiras zonas de sacrifício verde (Zografos *et al*., 2020).

O lítio, elemento-chave para a transição energética, é amplamente utilizado na produção de baterias de íons de lítio, presentes em dispositivos eletrônicos, veículos elétricos e em indústrias como a cerâmica e o vidro. Cerca de 70% do lítio extraído mundialmente é destinado à fabricação dessas baterias. No cenário global, o Brasil destaca-se como um dos principais potenciais produtores, ao lado de países como Austrália, China, Estados Unidos, Chile, Argentina e Canadá. No contexto

nacional, a produção concentra-se no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (Figura 1), que entre 2021 e 2023 passou a ocupar a terceira posição em faturamento mineral, atrás apenas do ferro e do ouro.

Figura 1. Mapa de Localização do Vale do Jequitinhonha–MG



Fonte: elaborado pelos autores.

O presente estudo pretende compreender a dinâmica da exploração de lítio e os impactos socioambientais decorrentes dessa atividade no Vale do Jequitinhonha, analisando-os à luz das três dimensões da formação territorial propostas por Moraes (2001): bélica, jurídica e ideológica, no contexto contemporâneo da transição energética. Para alcançar esse propósito, realizou-se uma análise bibliométrica estruturada a partir da metodologia PCC (Problema, Conceito e Contexto), que orientou a formulação das estratégias de busca, seleção e interpretação dos dados.

As palavras-chave e os filtros empregados nas consultas à base Web of Science (WoS) e a fontes complementares de jornalismo investigativo foram definidos com o intuito de explorar a extração do lítio, mineral crítico que tem assumido crescente relevância econômica e geopolítica, e examinar sua representação na mídia, bem como os impactos sociais, econômicos e ambientais experimentados pelas comunidades locais. Essa abordagem busca articular a

análise quantitativa e qualitativa da produção científica e das narrativas públicas sobre a mineração de lítio, de modo a evidenciar as continuidades históricas e as contradições socioespaciais que caracterizam o processo de formação e exploração territorial no Vale do Jequitinhonha.

MATERIAL E MÉTODOS

A construção metodológica deste trabalho fundamenta-se na estratégia PCC – Problema, Conceito e Contexto, uma adaptação da abordagem original PCC – *Population, Concept and Context,* proposta por Peters *et al.* e publicada pelo Joanna Briggs Institute (JBI) em 2015. Essa estratégia foi concebida para auxiliar em revisões sistemáticas da literatura com escopo ampliado, permitindo a formulação de perguntas de pesquisa mais abrangentes, ao considerar simultaneamente a população, o conceito investigado e o contexto em que ele se insere (Peters *et al*., 2015). No Brasil, Brun e Zuge (2015) a reinterpretaram para o campo da enfermagem, substituindo a “População” por “Problema”, sendo, neste estudo, apropriada e ressignificada para fins analíticos nas ciências humanas, com ênfase na geografia.

Neste trabalho, a estratégia PCC é empregada não apenas como ferramenta técnica de revisão bibliográfica, mas como instrumento metodológico capaz de articular diferentes dimensões de análise, inspirando-se na perspectiva da geografia histórica (Moraes, 2001). Sua utilização está alinhada à concepção de que a pesquisa acadêmica não se resume à acumulação de referências, mas exige relevância teórica, coerência conceitual e atenção às escalas de análise (Santos, 1996).

Segundo Tavares e Castro (2022), a análise bibliométrica constitui uma metodologia eficaz para identificar tendências, lacunas e redes de colaboração científica em campos específicos de pesquisa. Assim, neste estudo, a bibliometria foi integrada à estratégia PCC como ferramenta complementar, permitindo combinar a dimensão quantitativa da produção científica com a leitura qualitativa dos textos selecionados. O diálogo com técnicas bibliométricas de análise de redes (Callon, Courtial e Laville, 1991; Van Eck e Waltman, 2010) e com ferramentas como o Biblioshiny foi fundamental para estruturar o diagnóstico do campo de estudos sobre mineração de lítio, transição energética e conflitos socioambientais.

A revisão foi realizada na base Web of Science (WoS), reconhecida internacionalmente por sua abrangência multidisciplinar e por indexar periódicos de alto impacto. Foram incluídos documentos dos tipos *Article, Review* e *Early Access*, em inglês, português e espanhol, sem delimitação temporal inicial. As buscas, realizadas em 23 de setembro de 2025, foram organizadas por relevância, conforme o algoritmo da WoS. A seleção crítica dos documentos, com base na leitura de títulos e resumos, foi indispensável para garantir pertinência ao problema de pesquisa.

A operacionalização da estratégia PCC deu-se por meio de cinco conjuntos de busca (S1 a S5), que refletem escalas de análise geográfica, do amplo ao restrito. Cada conjunto foi estruturado para capturar diferentes níveis de recorte, respeitando a lógica geral-específico: S1 e S2 abordaram o contexto ampliado da mineração de lítio no Brasil e em Minas Gerais, articulando conceitos como justiça ambiental e conflitos sociais; S3 e S4 focalizaram recortes regionais mais delimitados, como o Vale do Jequitinhonha e as categorias críticas da economia verde; S5 atuou como síntese integradora, combinando dimensões territorial, conceitual e política.

Os termos de busca foram articulados iterativamente, por tentativa e refinamento, conciliando abrangência temática e pertinência analítica. Essa estratégia assegurou que a revisão não se limitasse a um levantamento disperso, mas se configurasse como um processo orientado pela articulação entre problema, conceito e contexto, resultando em um estado da arte conciso e relevante para a compreensão dos conflitos socioambientais relacionados à mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Conjuntos de Busca e Resultados na Base WoS

Conjunto	Termos em Inglês	Tradução em Português	Fonte	Resultados
S1 (Contexto Ampliado)	("lithium" OR "lithium mining") AND ("Brazil" OR "Minas Gerais")	("lítio" OU "mineração de lítio") E ("Brasil" OU "Minas Gerais")	Web of Science Core Collection	156

S2 (Problema + Conceito)	("lithium mining" OR "lithium extraction") AND ("environmental justice" OR "social conflict*" OR "human rights")	("mineração de lítio" OU "extração de lítio") E ("justiça ambiental" OU "conflito social*" OU "direitos humanos")	Web of Science Core Collection	15
S3 (Contexto Específico)	"lithium" AND "Jequitinhonha Valley"	"lítio" E "Vale do Jequitinhonha"	Web of Science Core Collection	1
S4 (Conceito Específico)	("green sacrifice zones" OR "energy transition") AND ("mining" OR "extractive industries") AND "Global South"	("zonas de sacrifício verde" OU "transição energética") E ("mineração" OU "indústrias extrativas") E "Sul Global"	Web of Science Core Collection	10
S5 (Integração PCC)	"Jequitinhonha Valley" AND ("territorial conflict" OR "land use conflict" OR "critical minerals")	("lítio" OU "minerais críticos") E ("conflito territorial" OU "conflito uso da terra") E ("política ambiental" OU "regulamentação") E "Brasil"	Web of Science Core Collection	1

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Além da revisão bibliométrica realizada na WoS, incorporou-se como fonte complementar de análise o Observatório da Mineração, reconhecido pelo caráter de jornalismo investigativo. A utilização desse material foi orientada pelos mesmos critérios da geografia histórica que fundamentam o trabalho, sobretudo no que concerne à análise da formação territorial e das contradições socioespaciais da mineração. Essa incorporação não substitui o corpus acadêmico, mas o amplia, fornecendo evidências empíricas e narrativas que reforçam a compreensão dos conflitos socioambientais associados ao lítio no Vale do Jequitinhonha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliométrica, construída a partir da leitura sistemática dos resultados exportados da base Web of Science (WoS) e organizados no software *Biblioshiny*, revelou um campo de pesquisa em franca expansão e consolidação internacional. Foram identificados 181 documentos únicos, publicados em 133 fontes distintas, após a exclusão de duplicações resultantes dos diferentes conjuntos de busca. O intervalo temporal compreendido entre 1954 e 2025 demonstra um arco amplo de produção, mas é na última década que se concentra a maioria dos estudos, reforçando o caráter emergente do tema. A taxa média de

crescimento anual de 4,7% ilustra o dinamismo dessa agenda científica, com destaque para os anos de 2023, 2022 e 2021, que, juntos, respondem por quase um terço do total de publicações. Em média, os documentos apresentam 7,06 anos e acumulam 19,35 citações, sinalizando impacto científico consistente e crescente relevância na agenda acadêmica global.

A produção identificada distribui-se por uma ampla variedade de revistas, embora haja concentração em periódicos de reconhecida influência, como *Extractive Industries and Society, Energies* e *Energy Research & Social Science*, que se configuram como núcleos de difusão dos debates contemporâneos sobre mineração, transição energética e justiça ambiental. A rede de autores, embora relativamente pulverizada, revela polos de concentração em nomes como Scholz R. e Riet-Correa F., cuja atuação recorrente contribui para a densidade colaborativa e a continuidade temática do campo. O impacto coletivo da produção é reforçado por contribuições pontuais de alto reconhecimento, como o artigo de Pode R. (2016), que acumula 546 citações e constitui uma referência incontornável na literatura internacional.

No recorte geográfico, o Brasil desponta como principal produtor científico, com 91 artigos (50,3% do total) e 1.458 citações acumuladas. Entretanto, a relação entre volume e impacto revela nuances importantes: países como a Coreia do Sul, embora apresentem produção menos volumosa, alcançam médias significativamente superiores de citações por artigo, indicando uma estratégia de publicação mais seletiva e temática. Esse contraste reflete diferentes modos de inserção no debate internacional, no qual o Brasil privilegia a amplitude da produção, enquanto outros países concentram esforços em estudos de maior visibilidade global. A colaboração internacional é expressiva, com 35,36% dos trabalhos resultantes de coautoria entre países, destacando-se parcerias entre Brasil e Estados Unidos, além de articulações regionais com Argentina e México. No plano institucional, a Universidade de São Paulo (45 artigos) e a Universidade Federal de Minas Gerais (15) se afirmam como polos irradiadores da pesquisa sobre lítio, refletindo a centralidade do estado de Minas Gerais na economia mineral brasileira e no contexto global dos minerais críticos.

A análise de palavras-chave permitiu identificar três grandes eixos estruturantes. O primeiro, de natureza mineralógica, agrupa termos como *pegmatite,*

critical minerals e *geochemistry*, evidenciando a base científica voltada à caracterização e prospecção de depósitos. O segundo conecta o lítio à transição energética, por meio de expressões como *energy transition, lithium-ion batteries* e *electric vehicles*, indicando a expansão de estudos sobre inovação tecnológica e sustentabilidade. O terceiro eixo relaciona a mineração aos impactos sociais e ambientais, refletido em termos como *extractivism, environmental justice* e *social conflict*, que introduzem uma dimensão política e territorial ao debate. A presença de palavras associadas à medicina e à zootecnia, como *bipolar disorder* e *poisonous plants*, amplia o caráter interdisciplinar do campo, confirmando a transversalidade dos impactos da mineração de lítio.

A partir dessa visão quantitativa, esta etapa da pesquisa selecionou os documentos conforme o *abstract* os conjuntos S1, S2, S3, S4 e S5, visando interpretar as tendências temáticas e teóricas a partir da leitura direta dos textos. O conjunto S1, denominado Contexto Ampliado, reúne estudos que abordam a mineração de lítio a partir de perspectivas econômicas, territoriais, políticas e socioambientais. Embora parte das pesquisas adote metodologias de cunho técnico, o conjunto evidencia que o avanço da mineração, impulsionado pela transição energética global, tem reconfigurado territórios e intensificado desigualdades.

No Brasil, Minas Gerais emerge como núcleo dessa expansão e o Vale do Jequitinhonha como sua principal fronteira mineral. Trabalhos como os de Timich *et al.* (2023) e Queiroz *et al.* (2025) demonstram que a intensificação da extração reproduz antigos padrões de dependência e exclusão, em que os benefícios econômicos se concentram nas empresas e os custos ambientais recaem sobre as comunidades locais. Essa tendência é reforçada por análises de Murguía e Bastida (2024) e Lee (2025), que situam o Brasil em um modelo de governança mineral liberal e descentralizado, orientado pela lógica de mercado e pela flexibilização regulatória. O estudo de Costa *et al.* (2024) complementa essa visão ao revelar o avanço da fronteira minerária na Província Pegmatítica Oriental, ampliando o alcance territorial e político das dinâmicas extrativas.

O conjunto S2, aprofunda o olhar sobre os conflitos e injustiças produzidos pela transição energética. As pesquisas de Dowling e Otero (2025) identificam o paradoxo do chamado extrativismo verde, no qual a busca por alternativas energéticas sustentáveis reproduz práticas de exploração e desigualdade. Izquierdo

et al. (2025) defendem a integração do conhecimento local e indígena aos processos de avaliação de impacto, argumentando que as metodologias globais desconsideram os modos de vida e as relações ecológicas dos territórios minerados. Agusdinata *et al.* (2023) propõem o conceito de justiça de reconhecimento, destacando o papel das redes digitais na visibilização de conflitos e resistências locais. Godoy (2022) contribui com uma leitura geopolítica, demonstrando como o modelo chileno de liberalização mineral, centrado no capital estrangeiro, ecoa práticas observadas no contexto brasileiro. No Vale do Jequitinhonha, essas dinâmicas se materializam na sobreposição entre discursos de modernização e realidades de precarização, evidenciando a assimetria entre o global e o local.

O conjunto S3, definido como Contexto Específico, aprofunda a dimensão territorial da mineração de lítio e suas implicações diretas sobre o Vale do Jequitinhonha. Os trabalhos analisados destacam que a exploração mineral nessa região não pode ser compreendida isoladamente, mas como parte de um sistema global de fluxos econômicos e políticos que reproduz dependências históricas. O Vale aparece como território de vulnerabilidade e resistência, onde as promessas de desenvolvimento coexistem com a degradação ambiental, a escassez hídrica e a precarização do trabalho. Essa literatura evidencia que, embora o discurso da transição energética associe o lítio à inovação tecnológica e ao progresso econômico, sua materialização no território mineiro reforça processos de expropriação e desigualdade.

No conjunto S4, denominado Conceito Específico, as discussões se voltam à crítica da transição energética e à formulação do conceito de zonas de sacrifício verde. Os estudos de Matanzima e Loginova (2024) demonstram que a mineração de minerais críticos, como o lítio, impacta profundamente o tecido sociocultural das comunidades afetadas, promovendo a desestruturação de práticas e identidades locais. Delgado Cabeza e Talego Vázquez (2024) analisam a expansão energética global, sustentando que a transição não substitui o modelo extrativista, mas o amplia para novas fronteiras de exploração. Ojeda-Pereira *et al.* (2025) enfatizam a urgência de políticas públicas territorializadas, capazes de reconhecer os riscos cumulativos e as desigualdades produzidas pela mineração. No Brasil, essas análises encontram paralelo direto no Vale do Jequitinhonha, onde o discurso da

sustentabilidade convive com a intensificação de desigualdades sociais e ambientais, configurando uma nova geografia do sacrifício.

A aproximação analítica do conjunto S5, responsável pela integração da estratégia PCC, coloca o território no centro da reflexão. O texto de Gaziloni *et al.* (2020) examina os impactos da seca e das políticas de gestão hídrica no semiárido do Jequitinhonha, demonstrando como processos de privatização de recursos naturais e de expansão mineral agravam a vulnerabilidade das populações rurais. A chegada da empresa canadense Sigma Lithium S.A. em 2019 marca a intensificação desse processo. A obtenção de licenças ambientais combinadas para o Projeto Grota do Cirilo, localizado entre os municípios de Itinga e Araçuaí, consolidou o ingresso do Vale do Jequitinhonha na rota global do lítio e reforçou a dependência econômica regional. Ao mesmo tempo, expôs o contraste entre as promessas de desenvolvimento e os efeitos concretos da exploração, que incluem desmatamento, deslocamento de comunidades e pressão sobre os recursos hídricos.

De modo geral, a integração entre a análise quantitativa e a qualitativa demonstra que o campo de estudos sobre o lítio se encontra em expansão, mas também em disputa. Os resultados bibliométricos indicam consolidação científica, enquanto os estudos qualitativos revelam tensões e contradições entre os discursos de sustentabilidade e as práticas de exploração. O caso do Vale do Jequitinhonha sintetiza essas contradições, ao evidenciar a permanência de uma lógica extrativista que, sob novas justificativas, reproduz desigualdades estruturais. A consolidação de uma governança territorial justa, inclusiva e sustentável depende, portanto, da capacidade de reconhecer o território como sujeito de direitos e não apenas como espaço de extração e acúmulo.

Encerrada a etapa bibliométrica e interpretativa, a pesquisa passa a focalizar a materialização empírica do fenômeno no território do Vale do Jequitinhonha. Essa mudança de escala, do global ao local, possibilita articular as tendências teóricas identificadas na literatura com os processos efetivos de exploração mineral e suas implicações socioambientais. É nesse contexto que a atuação da empresa Sigma Lithium S.A. ganha centralidade, simbolizando a inserção do Brasil nas cadeias globais da transição energética e revelando as contradições que marcam o discurso do lítio “verde”.

Em março de 2023, a empresa canadense obteve a Licença Ambiental de Operação (LAO), autorizando formalmente o início da produção e comercialização do chamado lítio “verde”. Essa licença permitiu à empresa vender tanto a produção futura quanto os estoques previamente acumulados, marcando o início efetivo das atividades comerciais do Projeto Grota do Cirilo. Desde então, a mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha expandiu-se significativamente, tanto em volume de produção quanto em infraestrutura instalada. De acordo com dados divulgados no site da própria empresa, no primeiro trimestre de 2025, a Sigma reportou a produção de 68.308 toneladas de óxido de lítio, representando um aumento de 26% em relação ao mesmo período de 2024.

A análise da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha perpassa pelas três dimensões propostas por Moraes (2001). Sob a ótica bélica, os conflitos pelo acesso e controle de recursos naturais se intensificam. A crescente demanda por lítio, impulsionada pela indústria de baterias e veículos elétricos (Ali *et al.*, 2017), gera disputas territoriais que impactam diretamente as comunidades locais para benefícios do lucro privado. Mineradoras, atraídas pelo valor estratégico do lítio, confrontam populações tradicionais, resultando em deslocamentos forçados e fragmentação territorial, reforçando assimetrias de poder e marginalização histórica (Schlosberg e Collins, 2014).

As comunidades tradicionais da região, como a aldeia indígena Cinta Vermelha de Jundiba, localizada às margens do rio Jequitinhonha e habitada pelos povos Pankararu e Pataxó, enfrentam constantes disputas por seus territórios desde a chegada da Sigma Lithium. Ações como a destruição do solo e do subsolo para fins de mineração, afetam profundamente a vida espiritual desses povos, ao devastarem áreas consideradas sagradas e fundamentais para sua identidade cultural (Angelo, 2023). Esses impactos ameaçam a permanência das comunidades em suas terras ancestrais, comprometendo não apenas sua integridade territorial, mas também sua continuidade sociocultural.

Na dimensão jurídica, a flexibilização de legislações ambientais no Brasil evidencia a prevalência de interesses econômicos sobre os direitos sociais, contribuindo para a perpetuação de um modelo de exploração predatória dos recursos naturais. Segundo Zografos *et al.* (2020), a governança minerária brasileira tem afrouxado mecanismos regulatórios, facilitando a emissão de licenças de

exploração — muitas vezes concedidas sem a devida consulta prévia, livre e informada às comunidades locais, em violação ao artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que garante os direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais.

Nesse contexto, destaca-se o Decreto nº 11.120/2022, promulgado durante o governo Bolsonaro, que flexibilizou a regulamentação da extração e comercialização do lítio no país. A norma passou a permitir que empresas multinacionais operassem com ampla liberdade para explorar e exportar tanto o lítio quanto seus derivados. Além disso, o decreto retirou da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a responsabilidade pela fiscalização das exportações da substância, rompendo com o modelo anterior de controle estatal sobre esse recurso estratégico (Angelo, 2022).

Essa medida ampliou significativamente a atuação de empresas estrangeiras no setor, marcando uma mudança na destinação do lítio brasileiro. Antes da nova regulamentação, a exploração e comercialização do mineral eram voltadas, predominantemente, ao mercado interno, sob controle da Companhia Brasileira de Lítio (CBL), com aplicações principalmente nos setores médico-hospitalar e químico (Angelo, 2022).

A dimensão ideológica revela como a narrativa da transição energética legitima práticas exploratórias, sobretudo nos países do sul global. Conforme Brand e Wissen (2021), a extração de lítio é apresentada como uma oportunidade de inserção do Brasil no mercado global de tecnologias verdes, ocultando os custos sociais e ecológicos impostos às comunidades locais. No Vale do Jequitinhonha, enquanto mineradoras e investidores lucram, as populações locais convivem com a degradação ambiental e o aumento das desigualdades socioeconômicas, configurando uma “zona de sacrifício verde” (Zografos *et al*., 2020).

O discurso desenvolvimentista, reproduzido tanto pela *Sigma Lithium* quanto por setores ligados à mineração nos governos Bolsonaro e, parcialmente, no Governo Lula III, contribui para mascarar os impactos negativos decorrentes da exploração predatória dos recursos naturais na região. As supostas contrapartidas promovidas pela empresa — como a geração de empregos diretos e indiretos, a inclusão de famílias em programas de microcrédito e o fornecimento de irrigação para a agricultura familiar de subsistência — configuram-se como benefícios simbólicos e limitados, especialmente quando comparados à magnitude da

degradação ambiental e social provocada pela atividade mineradora. Já é uma realidade os impactos sociais e ambientais da mineração de lítio. A contaminação de rios e nascentes, aumento de doenças respiratórias e perda de terras agricultáveis comprometem a sustentabilidade ambiental e a soberania alimentar da região (Ali *et al*., 2017).

A observação dessas dimensões evidencia que a transição energética no Brasil tem se distanciado de seu discurso de justiça e sustentabilidade. No Vale do Jequitinhonha, os benefícios econômicos da exploração de lítio concentram-se em atores hegemônicos, enquanto os custos sociais e ambientais recaem sobre as comunidades locais. Conforme argumentam Schlosberg e Collins (2014), uma transição energética justa exige não apenas eficiência tecnológica, mas também a reestruturação das relações de poder e a construção de uma governança efetivamente democrática.

Compreender os contextos implica considerar as variáveis históricas e territoriais que moldam cada situação específica. Como observa Santos (1996), “a evolução que se busca é a dos contextos”, destacando que, em cada período, a inovação e a tradição se combinam singularmente, produzindo impactos distintos sobre os territórios e suas populações.

A leitura crítica das reportagens do Observatório da Mineração demonstra como a *Sigma Lithium* S.A. tem mobilizado narrativas alinhadas à transição energética para legitimar sua atuação, ao mesmo tempo, em que minimiza os impactos socioambientais em sua comunicação pública. As matérias revelam que a intensificação da mineração tem provocado aumento do custo de vida na região, especialmente em aluguéis, alimentação e transporte, repercutindo diretamente na mobilidade e no acesso à educação. Esse processo tem afetado grupos historicamente vulnerabilizados, como estudantes indígenas e quilombolas da zona rural, que enfrentam dificuldades para frequentar o Instituto Federal de Araçuaí (Angelo, 2023).

Dessa forma, a exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha revela uma dinâmica inter escalar, que conecta a condição econômica global — marcada pela transição energética — aos impactos socioambientais vivenciados pelas populações locais. Observa-se um claro descompasso entre os benefícios e os prejuízos gerados para os diferentes atores envolvidos nesse processo, reproduzindo a lógica

dos grandes que devoram os pequenos — dinâmica central para a manutenção da globalização perversa caracterizada por Milton Santos (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas neste estudo demonstram que a mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha expressa, de forma paradigmática, as contradições da transição energética no Sul Global. Ao articular uma abordagem bibliométrica qualitativa fundamentada na estratégia PCC, foi possível evidenciar que o discurso da economia verde, frequentemente apresentado como solução para a crise climática, atua como mecanismo de reatualização das lógicas históricas do extrativismo. A produção científica analisada revela um campo em expansão, marcado por debates sobre sustentabilidade, justiça ambiental e governança de recursos estratégicos, mas também por assimetrias persistentes entre o Norte e o Sul globais.

Os resultados obtidos a partir dos conjuntos de busca indicam que, embora o Brasil e, em especial, Minas Gerais ocupem posição de destaque na geopolítica do lítio, a exploração desse mineral reproduz estruturas de dependência e vulnerabilidade. No Vale do Jequitinhonha, a chegada de empreendimentos internacionais, como a *Sigma Lithium* S.A., intensificou processos de desterritorialização, elevação do custo de vida e pressão sobre os recursos hídricos, afetando diretamente comunidades indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. A leitura de reportagens e estudos complementares confirma que os benefícios econômicos concentram-se nas corporações e nos centros decisórios, enquanto os custos socioambientais são externalizados para as populações locais, configurando novas zonas de sacrifício.

O Estado, ao adotar políticas de flexibilização regulatória e de incentivo à exploração mineral, tem contribuído para a consolidação de um modelo de governança que privilegia interesses empresariais em detrimento de direitos coletivos e da proteção territorial. A transição energética, nesse contexto, não se materializa como ruptura, mas como continuidade de um projeto de desenvolvimento desigual e dependente.

Para que se avance rumo a uma transição verdadeiramente justa, é indispensável repensar os fundamentos da economia verde e reconhecer que a

sustentabilidade não se reduz à adoção de tecnologias limpas, mas envolve redistribuição de poder, fortalecimento institucional e valorização dos saberes territoriais. Um novo paradigma energético e ambiental deve ser construído a partir da justiça socioespacial, do respeito à diversidade cultural e do reconhecimento da natureza e das comunidades como sujeitos de direito. Somente assim será possível superar a lógica que transforma o território em mercadoria e a vida em custo colateral do progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSDINATA, D. B.; EAKIN, H.; DARNALL, N.; JIANG, B.; ROMERO, H. **Advancing recognition justice in telecoupled critical mineral supply chains: The promise of social media.** Energy Research & Social Science, v. 104, p. 103264, 2023.

ALI, Saleem H.; COBB, Anna; KIM, Benjamin. **Mineral supply for sustainable development requires resource governance**. Nature, v. 543, n. 7645, p. 367-372, 2017. Disponível em: https://www.nature.com/articles/nature21359. Acesso em: 24 nov. 2024.

ANGELO, M. **Vendido como verde: lítio da canadense Sigma afeta indígenas e quilombolas no Jequitinhonha**. Observatório da Mineração, 2023. Disponível em: https://observatoriodamineracao.com.br/vendido-como-verde-litio-da-canadense-sigma-afeta-indigenas-e-quilombolas-no-jequitinhonha/. Acesso em: 15 set. 2025.

ANGELO, M. **Bolsonaro e MME liberam geral para o mercado de lítio, favorecendo carros elétricos e multinacionais.** Observatório da Mineração, 2022. Disponível em: https://observatoriodamineracao.com.br/bolsonaro-e-mme-liberam-geral-para-o-mercado-de-litio-favorecendo-carros-eletricos-e-multinacionais/. Acesso em: 15 set. 2025.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. **Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis**. Journal of Informetrics, v. 11, n. 4, p. 959-975, 2017.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **The imperial mode of living: Everyday life and the ecological crisis of capitalism**. Verso Books, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 out. 2025. Art. 231.

BRASIL. **Decreto n.º 11.120, de 5 de julho de 2022**. Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11120.htm. Acesso em: 21 out. 2025.

BRUN, C. N.; ZUGE, S. S. Revisão sistemática da literatura: desenvolvimento e contribuição para uma prática baseada em evidências na enfermagem. In: LACERDA, M. R.; COSTENARO, R. G. S. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde**. Porto Alegre: Moriá, 2015. p. 77-98.

CALLON, M.; COURTIAL, J.-P.; LAVILLE, F. **Co-word analysis as a tool for describing the network of interactions between basic and technological research: The case of polymer chemistry**. Scientometrics, v. 22, n. 1, p. 155-205, 1991.

COSTA, R. C.; ALVES, L. C.; SILVA, M. F. **Pegmatite prospecting using geochemical and statistical modeling in the Eastern Pegmatite Province (Espírito Santo, Brazil)**. Journal of Geochemical Exploration, v. 259, p. 1-13, 2024.

DELGADO CABEZA, M.; TALEGO VÁZQUEZ, F. **Transición energética y conflictos territoriales: hacia un modelo de gestión participativa**. Hábitat y Sociedad, n. 17, p. 7-11, 2024.

DOWLING, C.; OTERO, G. **Mirages or miracles? Lithium extraction and the just energy transition**. Energy Research & Social Science, v. 119, p. 103862, 2025.

FINK, A. **Conducting Research Literature Reviews: From the Internet to Paper**. 4th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 28. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2014.

GALIZONI, F. M., RIBEIRO, E. M., LIMA, V. M. P., GOMES, N. M., & DA SILVA, E. P. F. (2020). **“Vozes da seca”: lavradores, mediadores e poder público frente à estiagem no Semiárido do Jequitinhonha mineiro**. Desenvolvimento E Meio Ambiente, 55. https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73756.

GODOY, C. **Minería del litio en Chile y conflictividad social: una mirada sobre los aspectos político-comercial, geopolítico y socioambiental desde una perspectiva interméstica**. Estudios Avanzados, n. 36, p. 97-116, 2022.

IZQUIERDO, A. E.; MAUTNER, M.; DÍAZ GOMEZ, R.; NIEVA, F.; ESTIGARRIBIA, L.; FORNI, L. **Integrating local and Indigenous knowledge with sustainable development goals in lithium mining impact assessment for a fair energy transition**. Environmental Science and Policy, v. 171, p. 104155, 2025.

LEE, C. **Lithium and the varieties of resource nationalism in Latin America: Argentina, Bolivia, Chile, Mexico, and Brazil**. The Extractive Industries and Society, v. 15, 2025.

MATANZIMA, J.; LOGINOVA, J. **Sociocultural risks of resource extraction for the low-carbon energy transition: Evidence from the Global South**. The Extractive Industries and Society, v. 18, p. 101478, 2024.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOREIRA, E. A. S.; GUIMARÃES, J. A. C.; TSUNODA, D. F. Utilização do Biblioshiny para análise bibliométrica: um estudo sobre a web semântica. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DE SERRANA, 7., 2020, Serrana. **Anais** [...]. Serrana: UNESP, 2020. p. 1-12.

MURGUÍA, D.; BASTIDA, A. **Voluntary sustainability standards and the governance of energy transition minerals**. Resources Policy, v. 88, p. 105001, 2024.

OJEDA-PEREIRA, I.; PEZOA-QUEVEDO, H.; CAMPOS-MEDINA, F. H**ow should the socio-territorial density of tailings facilities be governed? A proposal for Chilean mining policy**. The Extractive Industries and Society, v. 24, p. 101748, 2025.

PODE, R. **Potential applications of rice husk ash waste from rice husk biomass power plant**. Renewable and Sustainable Energy Reviews, vol. 53, p. 1468-1485, 2016. DOI: 10.1016/j.rser.2015.09.051.

PETERS, Micah D. J.; GODFREY, Christina M.; McINERNEY, Patricia; SOARES, Cassia Baldini; KHALIL, Hanan; PARKER, Deborah. **The Joanna Briggs Institute Reviewers' Manual 2015: Methodology for JBI Scoping Reviews.** Adelaide: The Joanna Briggs Institute, 2015.

QUEIROZ, H. A.; VIANA, R. R.; FONTANA, E.; RIBEIRO, M.; ULSEN, C. **Mineral alterations in spodumene and their influence on Li_2O content and the visual appearance of samples from two pegmatites in eastern Minas Gerais, Brazil.** Journal of Materials Research and Technology, v. 36, p. 5063–5076, 2025.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SCHLOSBERG, David; COLLINS, Lisette. **From environmental to climate justice: Climate change and the discourse of environmental justice**. Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change, v. 5, n. 3, p. 359-374, 2014.

TAVARES, Kássio Samay Ribeiro; CASTRO, Selma Simões de. Análise bibliométrica das modelagens de erosão do solo: panorama geral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA – SINAGEO, 13., 2022, Goiânia. **Anais**... Goiânia: Associação Brasileira de Geomorfologia, 2022.

TIMICH, T.; SILVA, F. A.; ANDRADE, L. B.; MENDONÇA, R. **Mineralogical characterization of spodumene-bearing pegmatites in southern Minas Gerais, Brazil.** Minerals, v. 13, p. 343, 2023.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping**. Scientometrics, v. 84, n. 2, p. 523–538, 2010.

ZOGRAFOS, Christos; MARTINEZ-ALIER, Joan; GUHA, Anirban. **The politics of the just transition: Towards a research agenda**. Sustainability, v. 12, n. 3, p. 1273, 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/12/3/1273. Acesso em: 25 nov. 2024.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E SAÚDE: DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA DENGUE EM ITABORAÍ - RJ

Bruno Faria Gomes[50], Paulo Henrique Maia de Moura[51]

RESUMO

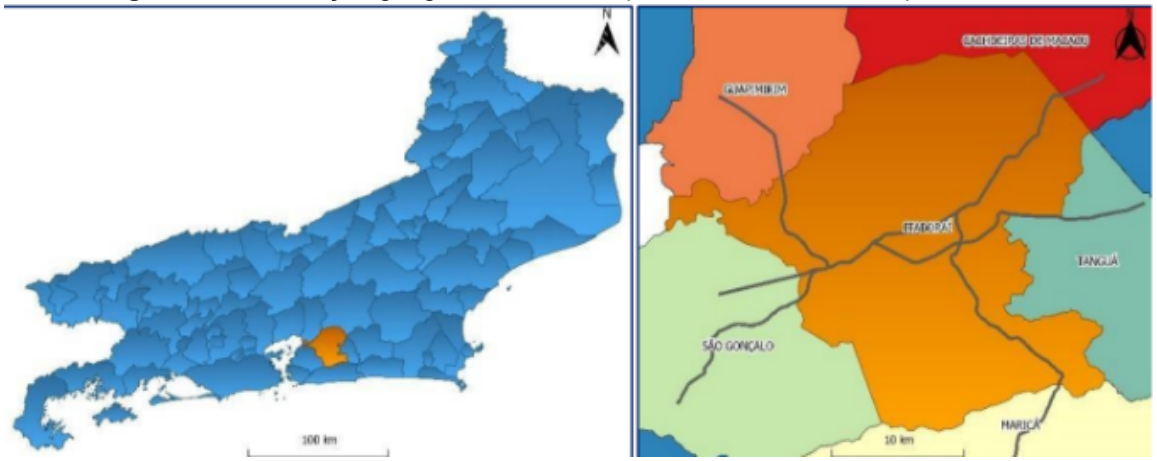
A dengue é uma das arboviroses que mais mata no Brasil. O seu principal vetor, o Aedes *aegypti*, chegou a ser erradicado no país por conta do combate à febre amarela, mas com o relaxamento das ações sanitárias, retornou trazendo a epidemia de dengue dos anos 80. Para analisarmos como a doença se propaga, a análise da sociedade e da sua dimensão espacial é essencial, pois está diretamente ligada ao avanço técnico dos meios de transporte, com o aumento do fluxo de pessoas, da questão sanitária como o saneamento básico, da produção desigual dos espaços e da questão climatológica. Sendo assim, este trabalho traz um levantamento sobre como a dengue ocorre nos limites do município de Itaboraí – RJ.

Palavras-Chave: Dengue; Geografia; Saúde; Epidemia.

INTRODUÇÃO

Os casos de dengue estão em evidência anualmente, principalmente por conta de sua relação com a quantidade de óbitos. O município de Itaboraí-RJ (Figura 1) é assolado por casos dessa arbovirose há décadas, mas não de forma uniforme dentro do limite territorial.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Itaboraí e municípios vizinhos



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaboraí. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de Contingência das Arboviroses, 2022

[50] Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, brunofgomes92@gmail.com.
[51] Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, paulohenrique_mdm@hotmail.com.

Dessa forma, há de se analisar os casos tanto pela ótica da saúde, quanto pela ótica da geografia, a partir das desigualdades socioespaciais existentes que potencializam as vulnerabilidades que tangem a dengue, além das questões climáticas e sanitárias, em cada um dos oitos distritos[52] (Figura 2), para se pensar no combate à doença.

Figura 2 - Divisão do Município de Itaboraí por distritos



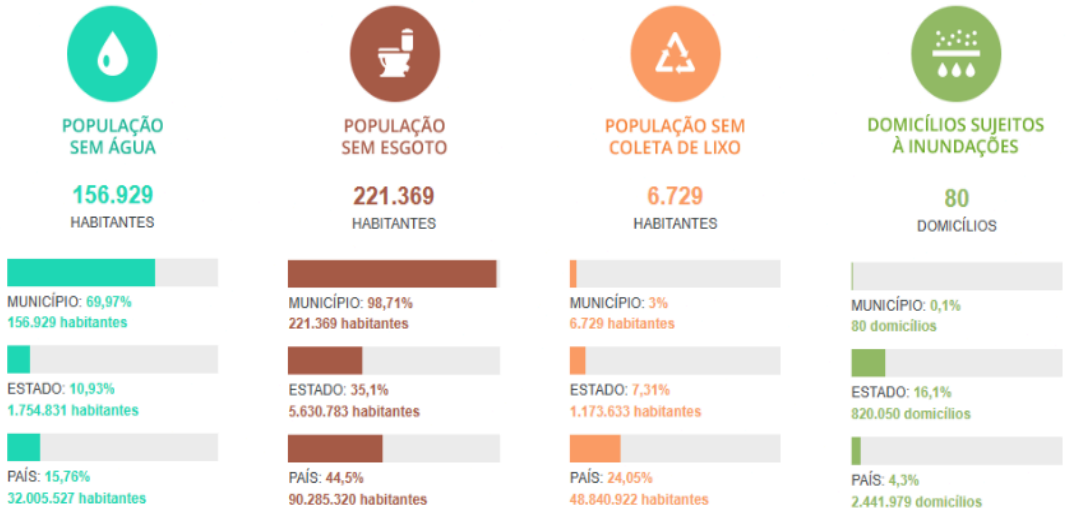
Fonte: Prefeitura Municipal de Itaboraí. Secretaria Municipal de Saúde. Plano de Contingência das Arboviroses, 2022

Segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no ano de 2022, o município conta com 224.267 habitantes e de acordo com o Instituto de Água e Saneamento – IAS, dados obtidos no ano de 2022 mostram que apenas 1,29% da população é atendida com esgotamento sanitário, frente a média de 64,9% do estado do Rio de Janeiro e 55,5% do país. Cerca de 30,03% da

[52] Itaboraí, Porto das caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos.

população total de Itaboraí tem acesso aos serviços de abastecimento de água, a média do estado do Rio de Janeiro é 89,07% e, do país, 84,24% (Figura 3).

Figura 3 – Dados do Instituto de Água e Saneamento (IAS)



Fonte: IAS, 2022

Em relação à Dengue, no Brasil, seu principal vetor é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, da família Flaviviridae e no gênero *Flavirus*, distribuídos em quatro sorotipos: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Segundo o Instituto Oswaldo Cruz (IOC, 2019), os primeiros casos da doença no país foram registrados no fim do século XIX, em Curitiba-PR e no início do século XX em Niterói-RJ. Porém, o vetor ficou mais conhecido a partir da epidemia de febre amarela ocorrida no país, tendo sido considerado erradicado em 1955, mas com o afrouxamento das normas sanitárias na época, o vetor retornou no fim da década de 1960 trazendo consigo, posteriormente, o vírus da dengue.

A partir de aspectos como a urbanização com saneamento básico deficitário, o crescimento populacional sem planejamento e as condições climáticas pode se observar a forma como a doença se prolifera. A proliferação dessa arbovirose, além de ser uma questão sanitária, também é uma questão geográfica que envolve questões sociais, assim como qualquer outra doença.

Entender como a doença se prolifera, principalmente no espaço urbano, está diretamente relacionado a fatores que cabem análise à geografia, o contexto da globalização e o fluxo de pessoas e mercadorias, assim como as desigualdades socioespaciais, são fatores determinantes para entendermos o motivo pelo qual a

doença ocorre de forma desigual dentro de um mesmo município, como é o caso de Itaboraí-RJ, com seus oito distritos (Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos) assim como quais ações foram tomadas para o seu combate em cada um deles.

Portanto, ao vincular a saúde com a geografia, torna-se possível desenvolver pesquisas e trabalhos para melhor entendimento de como a dengue consegue resistir mesmo com inúmeras ações promovidas, seja pelo Ministério da Saúde ou pelas Secretarias Estaduais e Municipais.

MATERIAL E MÉTODOS

A seguinte pesquisa é baseada em dados sobre a dengue no município de Itaboraí e em embasamentos teóricos para fundamentos através de alguns conceitos como o de saúde e o de geografia.

Inicialmente, é necessário dissertar sobre o principal conceito geográfico, que é o Espaço, que, segundo Santos (1996, p. 39), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Partindo dessa citação, podemos trabalhar com os demais conceitos e com os dados específicos coletados.

Czeresnia e Ribeiro (2000) abordam o espaço como conceito básico da epidemiologia. As autoras reconhecem que o estudo da distribuição geográfica da enfermidade é importante para a “formulação de hipóteses etiológicas, além de ser útil para propósitos administrativos” (MacMahon & Pugh, 1978 *apud* Czeresnia; RIbeiro, 2000, p 596). Para as autoras, “a epidemiologia define-se como estudo da distribuição e dos determinantes das doenças em populações humanas” (Czeresnia; Ribeiro, 2000, p. 596) e elas destacam que:

> A epidemiologia estruturou-se como disciplina científica mediante o conceito de transmissão de agentes específicos de doenças, definindo a explicação da propagação das epidemias através de uma determinada compreensão da relação entre corpo e meio. O termo transmissão refere-se à concepção de corpo enquanto organismo, conceito biológico definido no século XIX como unidade morfológica composta de partes que realizam, de forma coordenada, diferentes funções. (Czeresnia; Ribeiro, 2000, p. 596).

Czeresnia e Ribeiro, 2000, p. 598 também abordam o conceito de território nosogênico, articulando aspectos ecológicos e sociais. As condições naturais de uma região integram esses aspectos, condicionando a saúde dos homens e dos animais. Segundo as autoras:

> As doenças têm diferentes distribuições nos distintos territórios, e a atividade das populações transforma as condições de desenvolvimento das doenças. As transformações podem remover as pré-condições para uma doença e, ao mesmo tempo, criar condições para o surgimento de outras(...) a grande concentração das pessoas nas cidades gera novas condições ecológicas e sociais, propiciando a emergência de doenças vinculadas aos processos de urbanização. (Czeresnia; RIbeiro, 2000, p. 598).

Para melhor compreensão:

> “Os fatores que intervêm na incidência e propagação das doenças infecciosas e parasitárias em uma região, são numerosos e complexos. Atribuí-los somente às condições geográficas e climáticas é tão errôneo como incriminar somente a presença do germe. É claro que, por exemplo, sem o bacilo ‘virgula’ da cólera não pode existir esta grave enfermidade, porém ninguém nega a existência de uma geografia da cólera. Não se deve limitar, todavia, o termo ‘geografia’ de uma doença, no sentido estrito que se entende por esta ciência. Se se pode, em um mapa, delimitar as áreas de endemicidade ou epidemicidade da cólera, da peste, da malária, das leishmanioses, etc., é que pelo termo geografia deve-se considerar não só a geografia física, o clima e os demais fenômenos meteorológicos, que caracterizam geograficamente a região, mas ainda as geografias humana, social, política e econômica. E os fatores que mais intervêm na variação e propagação das doenças, são justa mente os humanos” (Pessoa, 1978, p. 153 *apud* Czeresnia; Ribeiro, 2000, p. 599).

Outro conceito importante para a pesquisa é o de Saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade. Outra ótica trabalhada sobre o conceito de saúde diz que:

> O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas. O mesmo, aliás, pode ser dito das doenças. Aquilo que é considerado doença varia muito. (Scliar, 2007, p. 30).

Já a nossa constituição federal de 1988 não aborda diretamente o conceito de saúde, mas, segundo o mesmo autor, a constituição diz que:

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação Scliar (2007, p. 39).

Para organizar a pesquisa, utilizamos o método proposto por Silva (1971), que destacou quatro passos para o procedimento científico, sendo eles: hipótese, observação, análise e classificação e generalização. A geografia para o autor é uma ciência natural e uma ciência social, sendo a parte natural voltada para a experimentação e a social voltada para a observação. Ainda segundo o autor, há três tipos de pesquisas geográficas: a pesquisa de campo, a pesquisa em laboratório e a reconstrução histórica.

Para George (1970), a geografia e sua epistemologia dialogam com os métodos de diversas ciências, pois seu estudo ocorre de acordo com a ação humana. Ainda segundo o autor, para que haja um estudo epistemológico, o estudo do espaço contínuo, seja ele por amostragem ou por generalização, deve ocorrer, assim como deve haver uma pesquisa voltada para a ação voltada pela conjuntura.

Partindo dos pontos metodológicos abordados tanto por Silva (1971) quanto por George (1970), pudemos articular com Guimarães (2015), que expõe que, para compreender o conceito de saúde, do ponto de vista geográfico, é preciso relacionar as categorias que o conformam, como espaço (extensão, ordem e conexão) e tempo (duração, ciclo, ritmo). Vale ressaltar que, conforme dito por Santos (1996 apud. Guimarães 2015, p. 90), “não são as categorias e os conceitos uma finalidade em si mesma, mas a capacidade que desenvolvemos ao manuseá-los para construir um conhecimento da realidade em movimento”.

Outro fator que levamos em consideração foram a desigualdade socioespacial e a vulnerabilização dos lugares. A desigualdade socioespacial:

> expressa o princípio da diferenciação e da relação assimétrica entre os lugares, com combinações específicas de condições e circunstâncias, que variam qualitativa e quantitativamente em cada lugar, na totalidade do mundo. Compreende-se que desigualdade socioespacial não se limita à variação ou segregação, ela é produto da seletividade. Resulta da produção concomitante de abundância e escassez dentro de uma ordem de desenvolvimento desigual e combinado em todas as escalas. A produção, extração e transferência de valor de um lugar para outro e entre frações de classe revelam as formas da acumulação desigual de capital no espaço e a

> atuação aparentemente paradoxal do Estado (Albuquerque; Ribeiro, 2020, p. 03).

Ainda segundo Albuquerque e Ribeiro (2020), desigualdade social surge em consequência da vulnerabilização, que se impõe tanto às pessoas, aos corpos, quanto aos lugares e condições de moradia, trabalho, consumo e deslocamentos.

É de suma importância para a pesquisa compreendermos como o Sistema Único de Saúde (SUS) funciona dentro desse contexto como um macrossistema, tendo em vista que, segundo Ribeiro (2017, p. 102), "compreendê-lo como macrossistema de saúde permite apreendê-lo como dimensão espacial do cotidiano e desvendar as intencionalidades e projetos que acompanham os discursos e as ações de atores e agentes no campo da saúde."

Nesse sentido, ocorre uma ação conjunta relacionada ao SUS para a contenção dos vetores responsáveis pela proliferação da doença. É a partir do Programa Municipal de Controle de Arboviroses (PMCA) comandado pelo Departamento de Vigilância de controle de Zoonoses (DVVZ) que há essas ações, a saber: Tratamento focal; Tratamento perifocal; Serviço com Equipamento de Ultra Baixo Volume (UBV); Educação em saúde e Identificação de Larvas de Vetor Aedes aegypti. O Programa tem como objetivos:

> Reduzir a infestação pelo Aedes aegypti; reduzir a incidência da dengue e reduzir a letalidade por febre hemorrágica de dengue, bem como, o alcance das metas de reduzir a menos de 1% a infestação predial do município; reduzir em 50% o número de casos da dengue e reduzir a letalidade por febre hemorrágica de dengue a menos de 1%, segundo o Ministério da Saúde (FUNASA/PNCD/2002 *apud* Itaboraí, 2022, p.32)

Além do mais, o presente trabalho fundamenta-se em todos os componentes relacionados no combate as arboviroses do município de Itaboraí-RJ, como o laboratório de epidemiologia, que determina a distribuição do vetor numa determinada área através dos resultados das amostras recolhidas durante o Levantamento de Índice Rápido para o Aedes aegypti (LIRAa) e o tipo de abordagem para a contenção tanto da doença quanto do mosquito, além dos agentes de combate das endemias (ACEs), que são responsáveis pelas visitas focais, que visam combater diretamente os focos dos vetores. O LIRAa:

> É recomendado pelo Ministério da Saúde, pois é um método de amostragem cujo objetivo principal é a obtenção de indicadores entomológicos de maneira rápida. No LIRAa é empregada uma técnica de amostragem randômica na qual uma unidade de amostra corresponde a 9.000 ou 12.000 imóveis. De acordo com as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, os parâmetros para definição de risco de um município, considerando o indicador do LIRAa, para o índice de infestação predial (IIP) são: < 1% = satisfatório; > 1% e < 4% = alerta; > 4% = alto risco. O LIRAa é o principal instrumento oficial do Ministério da Saúde para a vigilância entomológica, sua metodologia prevê um planejamento e programação prévia de quarteirões e imóveis a serem visitados pelos agentes de endemias, buscando potenciais criadouros e coletando as formas imaturas de prováveis Aedes aegypti e Aedes albopictus para construção e elaboração dos indicadores de infestação preconizados tais como: índice de infestação predial(IIP),índice de tipos de recipientes(ITR) e índice de breteau (IB). (Itaboraí, 2022, p. 34)

É também de suma importância, as notificações tanto dos casos confirmados quanto dos possíveis casos informados pelas unidades de saúde do município. Nesse último caso, tomamos como base o 10º boletim epidemiológico de arboviroses do município (Itaboraí, 2024) relacionado a 13ª semana epidemiológica (até 25/03/2024), que nos traz uma relação com os casos por bairro (Figura 4).

Figura 4 – Casos notificados por bairros

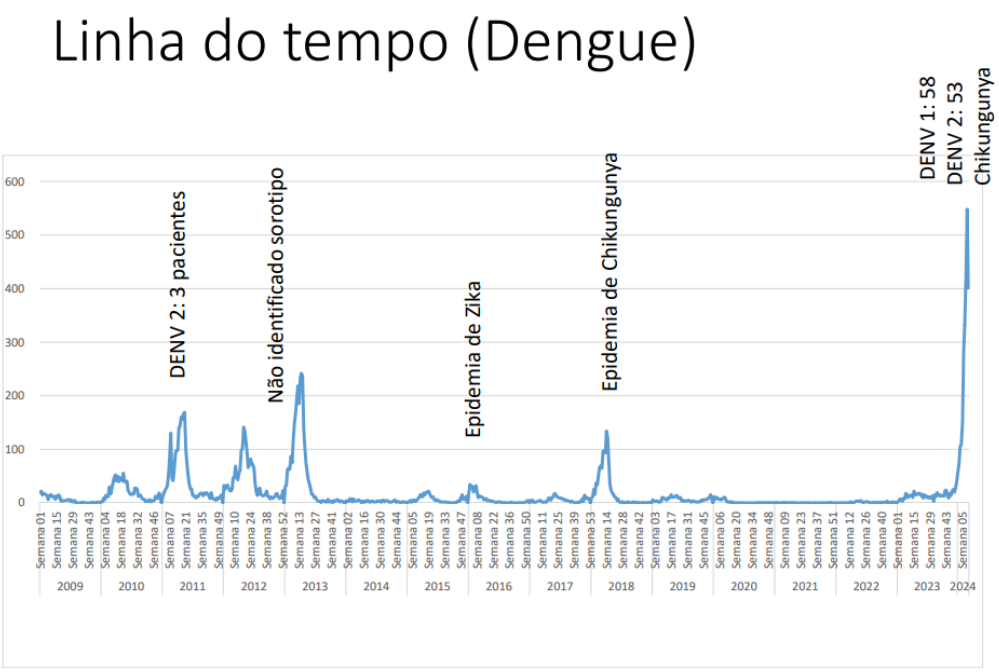
LOCALIDADE	Nº DE CASOS
VILA ESPERANCA	222
NOVA CIDADE	204
AMPLIAÇÃO	203
CENTRO	178
CENTRO DE ITAMBI	129
CENTRO DE MANILHA	97
AREAL	82
BAIRRO JOAO CAETANO	82
LOT S ANTONIO CITY AREAL	81
MEU SOSSEGO	74
RETIRO SAO JOAQUIM	74
RIO VARZEA	67
JOAQUIM DE OLIVEIRA	61
QUISSAMA	59
CIDADE GRANDE RIO	59
NANCILANDIA	55
VENDA DAS PEDRAS	55
NAO INFORMADO	47
OUTEIRO DAS PEDRAS	46
CALUGE	44
VISCONDE DE ITABORAI	40
JARDIM IMPERIAL	39
APOLO II	38
ALDEIA DA PRATA	38
JARDIM NOVO HORIZONTE	35
SANTO ANTONIO	33
PORTO DAS CAIXAS	30
VILA BRASIL	30
VILA GABRIELA	27
CABUÇU	26
MONTE VERDE	26
CIDADE GEBARA	25
SANTO EXPEDITO	24
BELA VISTA	22
PACHECOS	21
JARDIM ITAMBI	21
MEU RETIRO	16
TRES PONTES	16
SAMBAETIBA	15
ENGENHO VELHO	14
CONJ HAB DA MARAMBAIA	13
JARDIM MARAMBAIA	13
SAO JOSE	11
GRANJAS CABUÇU	10
ALTO DO SAPE	9
PLANALTO DA MARAMBAIA	9
VILA RICA	8
MORADA DO SOL	8
SANTO EXPEDITO	8
VILA VERDE I	8
CHACARAS CALUNDU	7
JARDIM FERMA	7
JARDIM ITAMARATI	7
PICOS	7
JARDIM SHANGRI LA	5
COLONIA	4
AGRO BRASIL	3
MIRANTE DA MARAMBAIA	3
PARQUE AURORA	3
JARDIM MANILHA	2
JARDIM VILA NOVA	2
BAIRRO DONA LIDIA	1
CALUNDU	1
CHACARAS IGUA	1
GRANJAS BOM RETIRO	1
ITAVILLE	1
JARDIM ALVORADA	1
JARDIM FLORESTA	1
JARDIM MAIKEL	1
JARDIM PROGRESSO	1
PARQUE ESTRADA FRIBURGO	1
SALEM	1
SAPE	1
TOTAL	2614

Nº de casos prováveis por bairro

Fonte: SINAN NET/SINAN ONLINE – Atualizado em 25/03/2024

Utilizando o mesmo boletim, temos o levantamento em gráfico dos casos de dengue de 2009 até março de 2024 (Figura 5).

Figura 5 – Linha do Tempo (Dengue)



Fonte: SINAN NET/SINAN ONLINE – Atualizado em 25/03/2024

É a partir desses levantamentos de dados e dessas ações que se pode determinar, geograficamente, quais as características da disseminação do vírus e suas particularidades entre os distritos do mesmo município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção de outras arboviroses como a Zika e a Chikungunya no município de Itaboraí-RJ não impediu que a dengue continuasse sua crescente infestação nos últimos anos, havendo nos três primeiros meses de 2024 quase 4.000 casos notificados, segundo o boletim epidemiológico do município (Figura 6).

Figura 6 – Linha do Tempo (Dengue)

PREFEITURA DE ITABORAÍ — SECRETARIA DE SAÚDE

10º BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO
ARBOVIROSES
13º SEMANA EPIDEMIOLÓGICA (até 25/03/2024)

	DENGUE	CHIKUNGUNYA	ZIKA	Total
Casos notificados	3923	763	0	4686
Casos confirmados	973	35	0	1008
Casos prováveis	3398	539	0	3937
Casos descartados	525	224	0	749
Casos inconclusivos	0	0	0	0
Gestantes	11	0	0	11
Hospitalizações	44	1	0	45
Óbitos (em investigação)	3	0	0	3

Fonte: SINAN NET/SINAN ONLINE – Atualizado em 25/03/2024

Dentre os 5 bairros com os maiores números de casos, 3 são pertencentes ao 1º distrito de (Itaboraí), sendo eles: Nova Cidade (204 casos), Ampliação (203 casos) e Centro (178 casos). Os três bairros somados possuem 585 casos. Ao separarmos os casos por distritos, tem-se a Tabela 1.

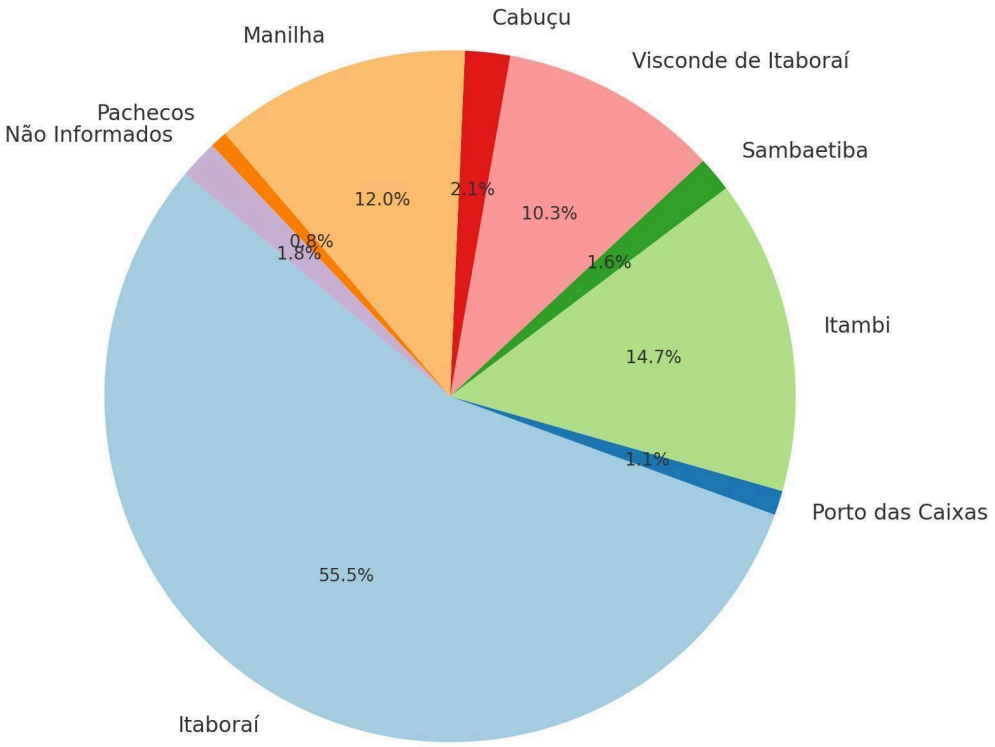
Tabela 1- Casos por distritos

DISTRITOS	CASOS
Itaboraí	1452
Porto das Caixas	30
Itambi	384
Sambaetiba	43
Visconde de Itaboraí	269
Cabuçu	55
Manilha	313
Pachecos	21
Não Informados	47
Total	2614

Fonte: Elaboração Própria

Igualmente, separando os casos por distritos, tem-se o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Porcentagem de casos por distritos



Fonte: Elaboração Própria

Ao analisarmos tanto a tabela com as informações sobre os casos quanto o gráfico com a porcentagem dos casos por distrito, percebe-se a variação dos casos dentro nos limites territoriais do município. Tal indicativo se dá por conta das questões que tangem irregulares e desiguais fatores como: oferta de saneamento básico, fornecimento de água em alguns pontos e o número insuficiente de agentes de combate às endemias para abranger todos os domicílios do município. Esses fatores alinhados às desigualdades socioespaciais e a questão climática são vistos como fundamentais para a permanência dos altos índices da doença endêmica.

Ainda que todos os distritos apresentem registros de casos, o grau de incidência varia conforme fatores como densidade demográfica, estrutura urbana, cobertura de saneamento e mobilidade intraurbana. Ao fazermos uma análise geográfica dos distritos, podemos observar características distintas entre eles, o que

reflete a disparidade de casos entre eles. O 1º distrito (Itaboraí) representa o epicentro da epidemia municipal. Os bairros com maior incidência são caracterizados por alta densidade populacional e pela urbanização acelerada. Essa região concentra centros comerciais, escolas e serviços públicos, intensificando a circulação de pessoas e, portanto, os potenciais vetores da doença. A desorganização urbana cria um ambiente propício à proliferação de criadouros.

Já o 7º distrito (Manilha) é um distrito relevante devido à sua localização estratégica às margens da BR-101 e da RJ-104. Apesar de não figurar entre os mais populosos, apresenta áreas com infraestrutura precária em boa parte dos bairros. A falta de planejamento urbano, somada ao descarte irregular de resíduos, contribui para a presença do vetor. O 5º distrito (Visconde de Itaboraí) está localizado em áreas limítrofes entre zonas rurais e urbanas. As dificuldades de acesso a infraestrutura e políticas públicas contínuas de combate à dengue tornam as comunidades locais vulneráveis à circulação do vírus, especialmente em épocas de alta pluviometria.

Na contramão dos distritos citados, temos o 4º (Sambaetiba), o 6º (Cabuçu) e 8º distritos (Pachecos). Sambaetiba é caracterizada por sua paisagem rural e pela presença de áreas florestadas, o menor adensamento humano dificulta a sustentação de cadeias de transmissão contínuas. Contudo, ainda há registros esporádicos em comunidades isoladas, evidenciando a necessidade de vigilância constante. Cabuçu reflete um padrão típico de periferização urbana, com ocupações irregulares e infraestrutura deficiente, ampliando a quantidade de possíveis criadouros do mosquito. Pachecos é um distrito de menor densidade e pouco urbanizado, a dispersão populacional pode dificultar tanto a propagação quanto o monitoramento da doença.

Mesmo com toda a dificuldade enfrentada no combate a essa doença fatal, o trabalho realizado pelo Programa Municipal de Combate as Arboviroses (PMCA), assim como outras ações, é de suma importância para que cada vez mais o número de casos diminua e para compreender a relação da doença e da circulação do vírus com os fixos e fluxos abordados por Santos (1996). Segundo o autor:

> A geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar,

> fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1982, p.53; Santos, 1988, p 75-85). (Santos, 1996, p. 38).

Ainda, segundo Santos (1996, p. 38), fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Logo, na pesquisa, no que diz respeito aos fixos, destaca-se a questão do saneamento básico e do abastecimento de água e em relação aos fluxos, os transportes e demais dinâmicas de deslocamento de pessoas na Região Metropolitana, sobretudo com a capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados obtidos até o momento já se pode esboçar um panorama da questão que envolve a relação socioespacial com a disseminação do vírus da Dengue no município de Itaboraí-RJ. Os dados até aqui coletados esboçam os motivos da quantidade elevada de casos em cada distrito, assim como a discrepância do principal distrito municipal com os demais.

A análise distrital da dengue em Itaboraí confirma a correlação entre urbanização desordenada, ausência de infraestrutura adequada e maior incidência da doença, como já discutido por Milton Santos (1996) e aprofundado por Albuquerque e Ribeiro (2020). A concentração de casos no distrito sede (Itaboraí), bem como em Manilha e Itambi, evidencia que os territórios mais vulneráveis não são necessariamente os mais pobres.

Além disso, a mobilidade intraurbana torna-se um fator-chave na dinâmica de disseminação do vírus, corroborando a leitura geográfica do processo de epidemias como fenômenos socioespaciais. O território, nesse contexto, age como mediador entre a infraestrutura existente e os fluxos humanos e virais que nele operam.

Por fim, há de se destacar essa vertente pouco explorada no âmbito universitário, a Geografia com seus conceitos atrelados à Saúde, devido ao seu potencial não só de mapear, mas também de discorrer de forma crítica acerca das questões que envolvem questões sanitária e o espaço geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. V.; RIBEIRO, L. H. L. Desigualdade, Situação Geográfica e Sentidos da Ação na Pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, n. 12, p. e00208720, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/YnJk6W34PYN9G5jp39kzCdy/?lang=pt. Acesso em 05 fev. 2025.

CZERINA, D.; Ribeiro, A. M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro**, 16(3):595-617, jul-set, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/nWtDN3D3rTd87bHnwX55fSK/?lang=pt. Acesso em 05 fev. 2025.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. São Paulo – SP. Difusão Europeia do Livro, 1972. p. 7-18.

GUIMARÃES, R. B. Geografia da saúde: categorias, conceitos e escalas. In: GUIMARÃES, R. B. **Saúde: fundamentos de Geografia humana [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 79-97.

IAS – Instituto de Água e Saneamento. **Municípios e Saneamento.** 2024. Disponível em: https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rj/itaborai. Acesso em 07 fev. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaborai.html#:~:text=Itabora%C3%AD%20*%20429%2C961%20km%C2%B2%20[2023]%20*%20Popula%C3%A7%C3%A3o,1.084.529.334%2C00%20R$%20[2023]%20*%2023.078%2C43%20R$%20[2021]. Acesso em 07 fev. 2025.

IOC – Instituto Oswaldo Cruz. **Longa Trajetória**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2019. Disponível em: https://www.ioc.fiocruz.br/noticias/longa-trajetoria. Acesso em: 07 fev. 2025.

ITABORAÍ. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano de Contingência das Arboviroses**. Itaboraí – RJ. 2022.

ITABORAÍ, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Saúde. **10º BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO ARBOVIROSES.** Itaboraí - RJ. 2024.

RIBEIRO, L. H. L. O Sistema Único de Saúde (SUS) como um macrossistema: território, técnica e política. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 3, p. 737-754, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. PHYSIS: **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007.

SILVA, A. C. **Notas sobre o método científico e a observação em Geografia.** São Paulo - SP: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1971. p. 1-11.

CIDADANIA E DIREITO À CULTURA: O CARNAVAL DE RUA DO PCB EM RIO CLARO/SP

Vinicius Cesar Sitolin[53], Dayana Aparecida Marques de Oliveira[54]

RESUMO
No presente artigo buscamos compreender como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) utiliza o carnaval de rua em Rio Claro/SP como uma ferramenta de sua territorialidade, através do desfile de seu bloco, o Bloco Vermelho. Este evento do partido visa criar um espaço emancipatório para a população local, que o utiliza como meio de acesso à cultura. O direito à cultura se faz presente na condição de cidadão, por isso temos como objetivo enriquecer o debate acerca da cidadania e do carnaval não só como uma manifestação cultural, mas um palco político. Como metodologia da pesquisa foi adotado a revisão bibliográfica, análise de notícias, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas com os militantes do partido. Com os resultados desta pesquisa ficou evidente que o carnaval para o PCB carrega consigo um caráter simbólico, tendo a apropriação do espaço público por conta de seu patrimônio e memória em torno de uma identidade, evidenciando as pautas do partido, além de servir como meio de arrecadação financeira.

Palavras-Chave: Cidadania; Territorialidade; Carnaval; Partido Comunista Brasileiro (PCB).

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre as diferentes territorialidades adotadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade de Rio Claro/SP, considerando seu recente retorno às atividades no ano de 2023, com a abertura de uma célula na cidade após 76 anos de interrupção. Rio Claro (no interior do estado de São Paulo), compõe a Região Geográfica Intermediária de Campinas e está na Região Metropolitana de Piracicaba, é o terceiro município mais populoso da mesma e é uma cidade média com uma população de 201.418 habitantes (IBGE, 2022). O cenário político local da cidade demonstra uma forte influência conservadora nas tomadas de decisão do poder público, uma vez que a câmara de vereadores da cidade não possui nenhum representante de partido político de esquerda, o que coloca o PCB em um cenário desfavorável, fazendo com que o coletivo tenha que retomar muitas lutas já dadas como vencidas.

Considerando o retorno das atividades em 2023, o partido tem buscado fortalecer suas ações com a colaboração de outros grupos da cidade, lançando

[53] Universidade Estadual Paulista (UNESP), vc.sitolin@unesp.br.
[54] Universidade Estadual Paulista (UNESP), dayana.marques@unesp.br

mão, dentre outras estratégias, da criação de um bloco de carnaval. Tal criação visa aproximar a população rio-clarense das pautas do partido, bem como reafirmar a atuação do mesmo na cidade, através do Bloco Vermelho (o qual é foco de investigação neste texto). A relevância deste artigo é justificada pelo papel do carnaval não só como manifestação cultural, mas, principalmente, como parte da construção de um espaço político e de apropriação do espaço público.

O objetivo geral do artigo é compreender como o bloco de carnaval de rua organizado pelo PCB integra parte das estratégias relacionadas à construção da territorialidade do próprio partido. Além disso, objetiva-se também: discutir a contribuição do partido para a discussão sobre o acesso à cultura e à prática da cidadania na cidade, bem como analisar a ocupação e a apropriação do espaço público pelo PCB através do Bloco Vermelho.

Para atingir os objetivos mencionados, a discussão basilar baseia-se nos seguintes autores: Haesbaert (2005) para a discussão sobre territorialidade; Guimarães (2012) no intuito de compreender as conexões pretéritas entre o PCB e o carnaval; Burgos (2005) e Santos (2013) para discutir sobre o direito à cidadania, que passa, dentre outras coisas, pelo acesso à cultura. Além da discussão sobre o tema com o uso de bibliografia especializada, o percurso metodológico da pesquisa que deu origem ao texto contou com trabalho de campo no qual foram entrevistados quatro militantes do partido, bem como análise de notícias sobre o Bloco Vermelho.

Através da investigação concluímos que o PCB utilizava- se do carnaval como um mecanismo de territorialização, de divulgação e de arrecadação. As discussões e a análise das informações que corroboram para este resultado encontram-se nas páginas seguintes deste texto.

Este artigo está dividido em três partes, sendo elas consequentemente: Material e Métodos, para expor o percurso metodológico utilizado para sustentar esta pesquisa e os meios utilizados nela; Resultados e Discussão, para desenvolver as análises e apontamentos que este estudo possibilitou produzir; e por fim, Considerações Finais, para retomar os pontos centrais dos assuntos abordados pela pesquisa em questão.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a construção deste artigo, foi adotada a revisão bibliográfica sobre conceitos pertinentes à pesquisa; a análise de notícias de veículos de comunicação do partido sobre a festividade, para compreender o posicionamento da instituição; e a realização de trabalhos de campo que envolveram a visita a Praça dos Artesãos que é o ponto de concentração do Bloco Vermelho no dia 14/01/2025. A realização de entrevistas semiestruturadas com 4 militantes do partido nos dias 06/02/2025, 10/02/2025 e 13/02/2025, bem como a participação no bloco de rua realizado no dia 02/03/2025.

Os militantes que concederam as entrevistas foram escolhidos pelo PCB, sendo esta uma escolha da própria organização partidária. Vale ressaltar que embora os participantes tenham sido escolhidos pela instituição, houve um perfil diversificado de respostas obtidas. Ocultamos os nomes dos entrevistados em função do compromisso ético da pesquisa, portanto neste trabalho, eles serão denominados de acordo com o gênero, idade e ocupação profissional, sendo eles: Homem, 38 anos, Professor; Homem, 25 anos, Professor; Mulher, 22 anos, Supervisora; Homem, 31 anos, Metalúrgico. Demonstrando uma certa diversidade no perfil dos entrevistados, conforme indica o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Perfil dos participantes da pesquisa (entrevistados).

Ordem	Identificação na pesquisa	Ocupação	Bairro de Residência em Rio Claro	Principal espaço que frequenta	Duração da entrevista
1	Homem, 38 anos	Professor eventual do estado e pesquisador	Vila do Horto	Sindicato dos Metalúrgicos	01:12:09
2	Homem, 25 anos	Professor de história na rede privada	Centro	Sindicato dos Metalúrgicos	00:32:30
3	Mulher, 22 anos	Supervisora de Call Center	Arco-íris	Centro Cultural Roberto Palmari	00:27:13

4	Homem, 31 anos	Metalúrgico	Jardim Claret	Sindicato dos Metalúrgicos	00:33:23

Elaborado pelos autores, 2025.

O coletivo partidário possuía até o momento das entrevistas 9 militantes integrando o grupo, de modo que esse estudo acabou abrangendo quase a metade do número de membros da célula de Rio Claro. Ressaltamos que este trabalho foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) por meio do Protocolo 83738124.2.0000.5408 para que essas entrevistas ocorressem. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e revisadas pelos autores. Uma vez que a revisão havia sido concluída, os participantes tiveram 15 dias para indicar possíveis apontamentos ou comentários sobre o material.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As festividades carregam consigo um valor simbólico, na cosmologia carnavalesca esse valor simbólico reforça o ideal de liberdade das normas da sociedade vigente, sendo colocado por Bakhtin (2013, p. 6) que “o carnaval pela sua própria natureza existe para todo o povo". Desse modo, a festividade se opõe diretamente às festas oficiais que por sua natureza reforçam as hierarquias estabelecidas na sociedade e as normas padrão, com isso o carnaval se torna a viva como ela é, o povo como ele é, sem amarras sociais e livre.

Conforme analisaremos neste tópico o caso do Bloco Vermelho organizado pelo PCB, essas festividades podem ser carregadas também por um aspecto político que corrobora para a ampliação de discussão sobre pautas em torno da prática cidadã. No Brasil, a cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres de pessoas nascidas ou naturalizadas no país. A figura do cidadão ganha centralidade com o processo de redemocratização com a promulgação da Constituição de 1988 que também é conhecida como Constituição Cidadã.

Embora o processo de redemocratização tenha sido acompanhado pelo avanço jurídico na compreensão sobre o que é ser cidadão no país, observa-se neste contexto o avanço das políticas neoliberais, as quais, contraditoriamente, contribuem para o esfacelamento dos direitos garantidos. Na prática, há um descompasso entre a garantia legal de direitos e a prática cotidiana vivenciada

pelos cidadãos brasileiros, sendo fruto das desigualdades socioespaciais estruturadas pela lógica de superexploração. Isso quer dizer que mesmo havendo a inclusão dos direitos na legislação, apenas essa inclusão não garante a sua efetividade (Coutinho, 1999). A cidadania é o elemento central na luta da sociedade civil organizada e, sem essa luta, devido às forças hegemônicas, é impossível observar seu pleno exercício. Milton Santos (2013) menciona que o cidadão opõe-se ao consumidor, já que este último não luta por direitos, mas busca por privilégios.

Dada a complexidade em torno da possibilidade de usufruto pleno da cidadania, a sociedade civil organiza-se em torno de iniciativas, ativismos, movimentos sociais a fim de lutar pela efetivação dos direitos já garantidos. Isso acontece porque a cidadania não pode ser compreendida por um viés individualista (Barbosa, 2021), afinal usufruir de direitos voltados à saúde, educação, mobilidade, lazer, dentre outros, necessitam de espaços específicos que distribuam os resultados do trabalho acumulado socialmente (escolas, hospitais, centros culturais, parques etc). A grande questão é que a exploração desigual do trabalho na sociedade capitalista é acompanhada por uma lógica de acumulação que concentra não só o capital, mas os meios de consumo coletivos (Lojkine, 1997; Topalov, 1979)

Logo, as manifestações coletivas possuem um papel fundamental na diminuição dos impactos dessa lógica na escala local. É na escala local que a cidadania se efetiva pois, apesar da conexão com o território nacional, o cidadão necessita da materialidade para exercê-la. Ao discutir sobre a relevância da escala local para compreender a dinâmica de luta pela cidadania, Burgos (2005, p. 189) afirma que ela permite a efetivação de “ uma relação concreta com a coisa pública, e as possibilidades de que isso ocorra estão fortemente condicionadas à inscrição social e política do mundo popular no espaço urbano”.

Geralmente, essas manifestações coletivas necessitam da apropriação do espaço público para se efetuarem, Magalhães (2013) faz um excelente trabalho ao levantar as contribuições sobre o tema nas Ciências Sociais, para o autor as manifestações públicas são:

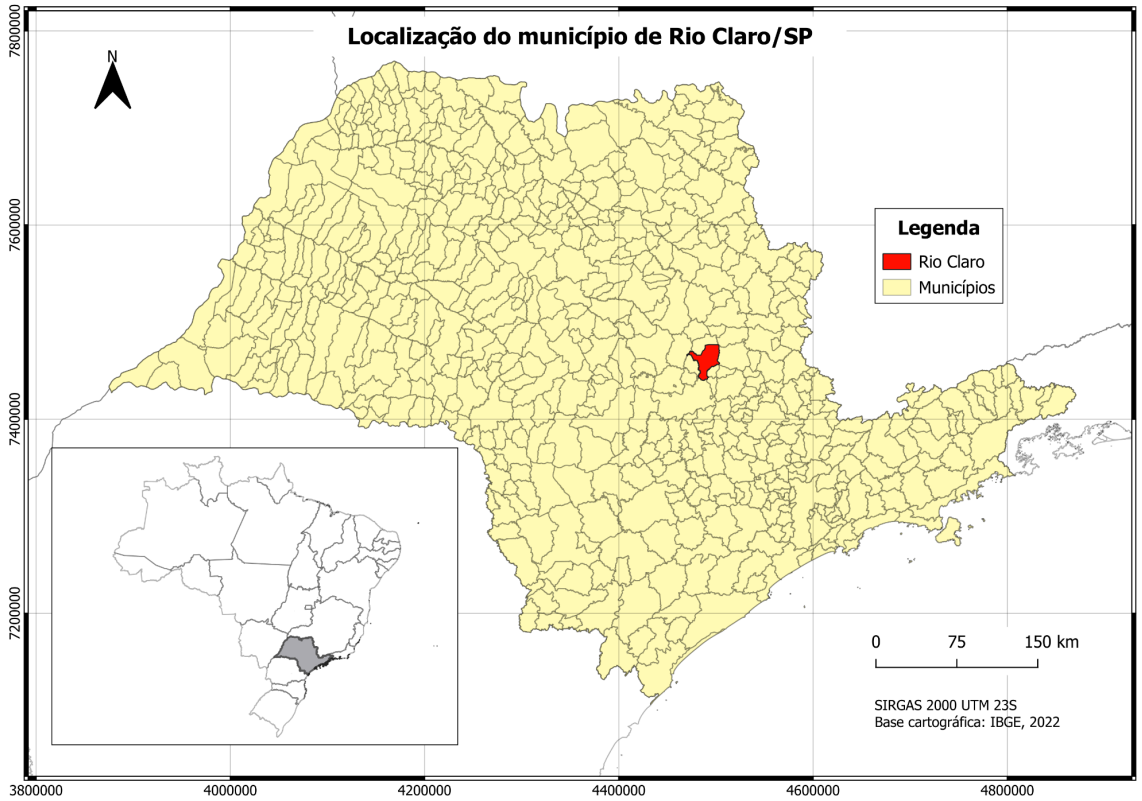
> [...] ações coletivas associadas aos movimentos sociais, desde período anterior à formação das primeiras organizações proto-sindicais, no início da Revolução Industrial. São ações tipicamente urbanas, ocorrendo

> preferencialmente em espaços públicos, algumas delas atingindo o coração da cidade, e, não raro, convergindo para alguma praça central, escolhida pelo movimento como um espaço propício para as manifestações, por diversas razões (Magalhães, 2013, p. 9).

Nesse sentido, dependendo da configuração, um bloco de rua também é uma manifestação pública, de modo que ocorre no espaço público, é uma ação tipicamente urbana e no nosso caso aqui retratado, é associado a um movimento social, um movimento social político-partidário (Pedon, 2013).

Além disso, como mencionado anteriormente, nosso recorte espacial escolhido para este trabalho trata-se de Rio Claro, no interior do estado de São Paulo (Mapa 1).

Mapa 1. Localização de Rio Claro/SP.



Fonte: IBGE, 2022. Elaborado pelo autor, 2024.

Com a organização do Bloco Vermelho, o PCB participa ativamente da festividade do carnaval. Este não é um comportamento inusitado do partido e não se restringe apenas à célula de Rio Claro. Após uma pesquisa bibliográfica encontramos outros pesquisadores da área da História que vem estudando o PCB e

a sua articulação com o carnaval, especificamente no período de 1945-1947 no Rio de Janeiro. O trabalho de Guimarães (2012) é um dos exemplos que retratam esse contexto, porém esses exemplos estão muito distantes do caso aqui estudado, possuindo temporalidades e espacialidades distintas. Por conta disso, desenvolvemos nesta pesquisa uma leitura aplicada ao contexto atual, uma vez que a influência política do partido não é mais a mesma de 1945.

O carnaval carrega consigo um caráter popular, estando largamente presente na cultura popular brasileira, dando-lhe uma certa universalidade e amplo acesso às massas. Dada a essas potencialidades a festa se torna uma zona de interesse do PCB, pois serve como porta de entrada para o diálogo entre o coletivo partidário e a população local, como ficou marcado na sua história. Mais do que isso, segundo Barroso (2017), o carnaval é uma festa subversiva, abordando temas recorrentes da sociedade considerados como tabus desde a sua origem, essa característica torna a festividade um terreno fertil para a exposição e construção de ideias emancipatórias, resultando em um ambiente palco de disputas políticas pela sua própria natureza.

Por se tratar de uma manifestação cultural que integra a identidade brasileira, o carnaval possui um aspecto simbólico para a população, além de contribuir para a apropriação dos espaços públicos, cada vez mais sucateados em função da tendência à privatização (Serpa, 2007). A apropriação do espaço público, no caso do PCB, através do Bloco Vermelho, é também uma territorialização. No caso de Rio Claro, o próprio trajeto do bloco (Mapa 2) passa por espaços simbólicos da cidade e do partido, a saber: a Praça dos Artesãos, onde ocorre a concentração do bloco, neste local há um monumento em homenagem a um comunista morto na Guerrilha do Araguaia (Figura 1); e o Sindicato dos Metalúrgicos, destino do desfile e um dos locais territorializados pelo partido na cidade (Sitolin, Oliveira do Ó, Oliveira, 2024).

Inclusive, o Sindicato dos Metalúrgicos é um local relevante para o PCB de Rio Claro, nas entrevistas todos mencionam o espaço pelo menos uma vez, ao ser perguntado “quais são os espaços utilizados pelo partido aqui na cidade que vocês utilizam para fazer seus atos e você vê como mecanismos e estratégias para ampliar a cidadania?”, o entrevistado respondeu:

> Então, pelo próprio contato e relação que temos com o Sindicato dos Metalúrgicos, eles são a nossa primeira opção. Então, quando a gente constrói um ato na rua, ou um pós ato, um momento cultural que a gente chama, a gente busca fazer também para poder estar atraindo mais gente. É sempre lá no Sindicato dos Metalúrgicos (Homem, 31 anos, Metalúrgico).

Demonstrando o vínculo entre os dois grupos, e no decorrer das entrevistas é sempre destacado o papel de luta desses espaços para os cidadãos rio-clarenses, tanto que é justamente por isso que eles são escolhidos para esses atos. Na entrevista, diante da pergunta “Os espaços utilizados para as atividades do partido contribuem para o acesso aos direitos dos cidadãos, de que forma?”, foi respondido “A gente usa esses espaços, porque a gente faz construções conjuntas com essas pessoas, então eles estão diretamente relacionados com a luta de garantia dos direitos dos cidadãos.” (Mulher, 22 anos, Supervisora).

Mapa 2. Percurso do Bloco de Rua.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Com o mapa fica evidente que o percurso do bloco de rua ocorre em uma área central, essa escolha não é por acaso, segundo Morán (2005 *apud* Magalhães,

2013) as manifestações sempre buscam grande visibilidade, por isso muitas delas sempre ocupam os grandes centros. A autora ainda completa dizendo que grupos que não possuem a sua visibilidade reconhecida tendem a lançar iniciativas como essa para serem vistos pela comunidade, o que ocorre com o PCB em Rio Claro, uma vez que o partido voltou à atividade em 2023 com um cenário marcado pelo conservadorismo, tornando o coletivo partidário um grupo minoritário frente ao poder público rio-clarense, já que a cidade não possui representatividade da esquerda política na câmara dos vereadores desde 2016. Além dessa característica das manifestações no espaço público, a autora também aponta que os lugares concretos escolhidos para esses atos são carregados de simbologia, assim como foi mencionado anteriormente sobre os pontos da cidade ocupados pelo PCB durante o carnaval.

O ato de ocupar a rua vem declinando graças ao modo de comercialização e reprodução das cidades capitalistas, as ruas se tornaram meio de circulação para os intensos fluxos demandados pelo cotidiano das cidades, cada vez mais os cidadãos deixam de ocupar os espaços públicos para ocupar shoppings, isso gera o apagamento desses espaços e abre brecha para o sucateamento dos mesmos, “[...] a apropriação da cidade como lugar de consumo (consumo dos lugares) pode ser uma forma de poder implícito que inviabiliza a possibilidade da apropriação da rua como espaço de manifestação” (Lefebvre, 2002 *apud* Magalhães, 2013, p. 24). O próprio centro da cidade é um centro comercial, onde fora dos dias úteis, quando as lojas e fluxos de veículos cessam, a rua se encontra totalmente esvaziada. O mesmo ocorre na Praça dos Artesãos, que fica logo à frente do shopping da cidade, local marcado por esse caráter consumista e reprodutor do capitalismo. Porém, ainda assim o PCB mobiliza os foliões para ocupar esse espaço nas sombras das dinâmicas comerciais de um shopping e evocar a história do patrimônio do local, tornando o Bloco Vermelho por si só um ato de resistência.

O patrimônio da praça homenageia a memória de um comunista rio-clarense morto em combate, conhecido como Orlando Momente ou “Landin” que era o seu codinome, demonstrando uma história de resistência que muitos não conhecem, sendo uma escolha política do partido em realizar o evento nesse local para ressuscitar esse passado oculto e trazer à tona esse símbolo de luta. Isso também evidencia uma tentativa do coletivo partidário de construir uma identidade em torno

de um símbolo, nesse caso do patrimônio da praça, portanto articulando uma territorialidade e passando por um processo de territorialização do mesmo. Veja a seguir na Figura 1 o monumento da praça.

Figura 1. Monumento da Praça dos Artesãos em homenagem ao militante morto na Guerrilha do Araguaia.



Fonte: Trabalho de campo 14/01/2025.

Algo importante de se observar, é que o militante em questão nem ao menos militava pelo PCB, pelo contrário, ele militava pelo PC do B que surgiu justamente de um racha do Partido Comunista, resultado de um grupo com um posicionamento mais combativo que não concordava mais com as diretrizes do próprio partido, que era o contexto do PC do B de quando houve a morte deste militante. Embora a rivalidade histórica entre os movimentos partidários, o PCB se apegou ao símbolo

da morte e da luta pela causa comunista para reviver o espírito revolucionário dos rio-clarenses imersos no conservadorismo da cidade, uma vez que os patrimônios da cidade em sua maioria representam símbolos de repressão e conservadorismo da ordem social vigente, uma vez que Rio Claro até mesmo tem uma praça em homenagem ao Plínio Salgado, pai do Integralismo no país.

Essa disputa em torno da memória e do patrimônio da cidade é ressaltado em entrevista com um dos militantes quando questionado sobre as frentes de atuação do partido na cidade e ao mencionar o carnaval, foi dito:

> Então, no Carnaval, a gente sai de uma praça que fica na frente do shopping, que tem um monumento em homenagem a um rio-clarense que morreu no Araguaia, chama Land, o codinome dele, tem o "monumentinho" dele lá. A gente sai de lá em homenagem, porque acho que é importante, o partido acha importante também, particularmente, [...] a gente ter o resgate dessas memórias, sobretudo numa cidade como Rio Claro, que tem uma praça que chama Plínio Salgado, né? A gente tem que defender nossos monumentos de esquerda, vamos dizer assim (Homem, 38 anos, Professor).

Essa articulação do partido tem um forte apelo territorial, Haesbaert (2005), discute sobre as dimensões funcional e simbólica do território. No caso do processo de apropriação do espaço público pelo PCB observamos o vínculo simbólico do grupo com a Praça dos Artesãos considerando aspectos ligados ao patrimônio e à memória, ao mesmo tempo em que revela também o movimento de ressignificação dessas referências espaciais como impulsionadoras para a atuação do grupo na cidade.

Desde sua reabertura em Rio Claro, o PCB tem discutido temas relevantes para a cidade, tais como: o acesso à saúde para pessoas trans, direitos trabalhistas dos funcionários públicos, o desmonte na educação pública, o direito à cultura, entre outros. Esses temas contribuem para a ampliação da discussão sobre cidadania na cidade, a qual, embora seja garantida pela legislação, não é colocada em prática e acaba sendo alvo de luta pelos mais pobres (Burgos, 2005; Santos, 2013; Oliveira, Oliveira do Ó, Santiago, 2024). No próprio bloco esse fato é enfatizado, de modo que antes do início do desfile houve um momento de conscientização para os foliões, onde um militante do partido tomou a frente para denunciar a tentativa de privatização do sistema de tratamento de água da cidade, o DAAE (Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro), sendo esse um dos principais assuntos

em que o partido estava engajado na época e que o coletivo se posicionou totalmente contra. Isso evidencia como o carnaval é utilizado de maneira política pelo PCB a fim de que as suas pautas sejam disseminadas e assistidas por públicos diferentes do núcleo da célula, bem como também atrair apoiadores das suas causas e possíveis novos militantes.

Além desse momento marcante no começo da festividade, no decorrer da folia vários símbolos do partido eram invocados e as suas mensagens de luta eram replicadas, seja nas músicas que tocavam no desfile, nas escolhas dos locais, ou até mesmo nas decorações do evento, tanto que os signos acabam ganhando maior relevância nessa festividade, como mostra a Figura 2 a seguir:

Figura 2. Decoração do Sindicato dos Metalúrgicos durante o Bloco Vermelho, 2025.



Fonte: Trabalho de campo 02/03/2025.

A Figura 2 mostra a parte de dentro do Sindicato dos Metalúrgicos no momento da festa, onde é exposto alguns dos temas abordados pelo partido nas suas lutas aqui em Rio Claro através de alguns signos, como a bandeira do Movimento pelo Ambulatório Trans em Rio Claro (MAT-RC) e o fim da escala 6x1, frisando as suas pautas na própria folia.

Cabe ressaltar que dentre os direitos garantidos aos cidadãos, a cultura aparece como prerrogativa. Nas entrevistas os militantes abordam o carnaval quando perguntado “Quais atividades do partido são abertas para população?”, dos 4 entrevistados, 3 mencionam o carnaval nesta pergunta, demonstrando a relevância do evento. Ainda diante desta pergunta, ao mencionar o carnaval foi dito “A gente acredita que o Brasil tem uma cultura e ela deve ser seguida [...] A gente viu que em Rio Claro estava se formando um pequeno cenário de carnaval de blocos e seguimos esse movimento” (Homem, 25 anos, Professor). Rio Claro conta com uma diversidade de blocos de rua, mantendo na programação da cidade um mês inteiro de atrações, a qual soma-se também os desfiles, clubes e blocos privados promovidos por estabelecimentos comerciais. O Bloco Vermelho não está incluso nessa programação oficial do carnaval da cidade, fazendo com que essa festividade ganhe um caráter alternativo a festa oficial, criando assim um espaço emancipatório para os foliões. Todo o evento é independente do poder público, isso parece ser uma postura do grupo, uma vez que a paralisação do trânsito e a mobilização para fazer o bloco chegar ao sindicato em segurança foi feita pelos próprios militantes, não havendo intermédio da polícia. Isso é reforçado nas entrevistas, diante da pergunta “Qual é a visão que você acha que a sociedade tem desses espaços? Você acha que é diferente? Você acha que talvez as pessoas não conheçam muito?”, foi dito:

> [...] Por exemplo, a prefeitura vai lá e realiza atividades lá com determinados grupos que, de certa forma, eles têm que se submeter a determinadas questões ali, se o PCB quiser puxar alguma coisa lá, a prefeitura não vai autorizar, porque é um partido comunista, você entende? Então existe uma disputa política em relação a tudo, por exemplo, o Lago azul é público, mas se o PCB quer fazer alguma coisa ali dentro, não vai conseguir fazer, entende? Então existe um cerceamento desses espaços, de diversos espaços em Rio Claro em relação ao uso deles. Então, o que a gente consegue fazer e utilizar como um espaço de debate público, de espaço de manifestação, é a praça central, a gente sempre chama o Primeiro de Maio lá. [...] O Jardim Público. E aquele teatro de arena ali do terminal rodoviário, porque os outros espaços assim como é o Lago Azul,

> ou o espaço livre, que é aquela quadra que tem ali na Visconde, a gente não tem nenhuma proximidade com o poder público porque já faz (*2?*) ou (*3?*) eleições que nenhum vereador de esquerda é eleito na cidade, então não existe esse diálogo mesmo (Homem, 38 anos, Professor).

Destacado, a situação desfavorável do grupo na cidade perante a conjuntura local, não sendo em vão essas manifestações públicas que o coletivo faz para reforçar a sua territorialidade, pois seu espaço não é reconhecido pela própria comunidade. Por conta disso, o partido acabou se tornando um excelente agente de agitação pública, utilizando muito esse recurso de manifestação em seus atos.

O papel do Bloco Vermelho na articulação do PCB em Rio Claro, centra-se na propagação da existência e das ações do próprio partido, além de servir como forma de levantamento de fundos que garante o funcionamento do mesmo. A folia acaba se tornando um momento de resistência do próprio partido que por estar em um contexto desfavorável aos seus ideais, encontra na festividade um meio de se propagar e reforçar a sua territorialidade na cidade, uma vez que se lança em desfile carregando símbolos do partido em multidão, como a Figura 3 mostra a seguir.

Figura 3. Desfile do Bloco Vermelho, 2025.



Fonte:Trabalho de campo, 02/03/2025.

Em entrevista, é questionado a um dos militantes “Como surgiu a ideia do carnaval?”, o mesmo diz que “A gente precisa dessas políticas de finanças, alguma forma de conseguir dinheiro, ao mesmo tempo que não é só uma forma de conseguir dinheiro, é um ato político, um ato público.” (Homem, 25 anos, Professor), sendo esse um mecanismo de manutenção política e financeira do partido.

Vale destacar que o bloco de rua é gratuito, toda a manifestação e até o acesso ao sindicato são de livre circulação, no evento prevalece esse cunho político de ocupar as ruas e de mobilizar as massas, portanto todos são bem-vindos a festa, reforçando o caráter popular e emancipatório do espaço. O lucro que é arrecadado durante a festividade vem todo da venda de bebidas realizada no sindicato, porém mesmo assim não era impedida a entrada de foliões com bebidas, frisando esse aspecto popular da festa mais uma vez, tornado a folia como ela deveria ser, sem hierarquias e amarras sociais, uma festa do povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo ficou evidente que o carnaval é um ato político, sendo um palco em disputa devido ao teor subversivo da festa. Diante deste contexto, o PCB se faz presente ao criar um espaço emancipatório visando a ampliação de uma agenda de discussões em torno do exercício da cidadania em Rio Claro. A partir do Bloco Vermelho o partido utiliza-se da festividade para criar vínculos com as massas e propagar as suas ideias. No decorrer da atividade, o PCB se apropria de um espaço simbólico, articulando a sua territorialidade na cidade através de uma identidade, proporcionando visibilidade ao coletivo e também servindo como política financeira.

Concluímos que essa identidade tem sido construída pelo grupo com a retomada das atividades do partido em 2023, o qual inclui aspectos simbólicos relacionados à memória do partido aliadas a estratégias de territorialização de espaços específicos, conforme o próprio exemplo do Bloco Vermelho. Neste caso destaca-se a importância do espaço público e seu potencial como articulador de manifestações coletivas, neste caso caracterizada por uma festividade popular. Da estética ao discurso, as pautas debatidas pelo PCB aparecem de forma lúdica e festiva durante o carnaval. Essa pode ser vista também como uma estratégia de articulação e divulgação do papel que o grupo tem desempenhado localmente no contexto das discussões sobre a privatização do DAAE e a implantação do MAT-RC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARBOSA, J. L. **Cidadania, território e políticas públicas.** 2021. p. 1-2. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Cidadania-Territo%CC%81rio-e-Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas_Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf, Acesso em 4 jan. 2024.

BARROSO, F. M. Subversão e purpurina: o carnaval de rua não-oficial do Rio de Janeiro. **Entremeios: Revista Discente da Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio**. Edição: v. 13, n. 2, p. 1 - 12, jul./dez. de 2017. Disponível em: https://entremeios.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=110&sid=19. Acesso em: 18 fev. 2025.

BURGOS, M. B. Cidade, Território e Cidadania. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, 2005, p. 189-222.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, n. 22, 1999, p. 41-59.

GUIMARÃES, V. L. Craques e bambas comunistas: as relações entre a cultura partidária e a cultura popular durante a legalidade do PCB (1945-1947). In: ROXO, M; SACRAMENTO, I. (Orgs): **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: EGAL, 2005.

IBGE. Cidades e Estados. **Rio Claro (SP)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Malhas Territoriais. **Malha municipal de São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. Tradução de Estrela dos S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, F. R. As manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Pensamento Plural**, Pelotas [12]: 7 - 35, janeiro/junho 2013.

OLIVEIRA, D. A. M; OLIVEIRA DO Ó, A. P; SANTIAGO; P. P. Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social. CAPEL, H; OLIVEIRA, F. G; ALGEBAILE, E; ZAAR, M; TUNES, R; RODRIGUES, T (org). **A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo: um balanço crítico (volume 2)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024, p. 344-364.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2013.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SITOLIN, V. C; OLIVEIRA DO Ó, A. P; OLIVEIRA, D. A. M. Apropriação do espaço urbano e territorialidades: uma discussão sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Rio Claro/SP. In: **Anais do XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB)**. Anais...Niterói(RJ) Online, 2024. Disponível em: www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2024. Acesso em: 19 fev. 2025.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol, 1979.

ANÁLISE DA ESTABILIDADE SEDIMENTOLÓGICA DO RIO REAL, NA ESTAÇÃO 50290000, A PARTIR DA METODOLOGIA HIDROLOGIA AVANÇADA EXPERIMENTAL (HAE)

Pedro Inocêncio Santos de Oliveira Lima[55], Mário Jorge de Souza Gonçalves[56], Antonio Puentes Torres[57]

RESUMO
Este trabalho investiga as alterações na estabilidade sedimentológica na Bacia Hidrográfica do Rio Real (BHRR) entre 1966 e 2021, com destaque para a influência da barragem Capim Duro, com início da operação desde 2003, sobre a dinâmica de escoamento superficial. O objetivo é compreender a evolução sedimentológica da bacia e fornecer subsídios para a gestão de seus recursos hídricos. A pesquisa utilizou dados de séries históricas obtidos na estação fluviométrica Itanhy, analisados com base na metodologia de Hidrologia Avançada Experimental (HAE), dividindo o período trabalhado em quatro subperíodos. O período de 2001-2014 coincidiu com a entrada em operação da barragem, apontando possível influência na redução da cota mínima. Conclui-se que a BHRR mostra diferentes dinâmicas de escoamento, que podem ser influenciadas tanto por fatores naturais quanto antrópicos, destacando a importância da análise estatística para o planejamento hídrico.

Palavras-Chave: Bacia Hidrográfica; Bahia; Sergipe; Gestão hídrica.

INTRODUÇÃO

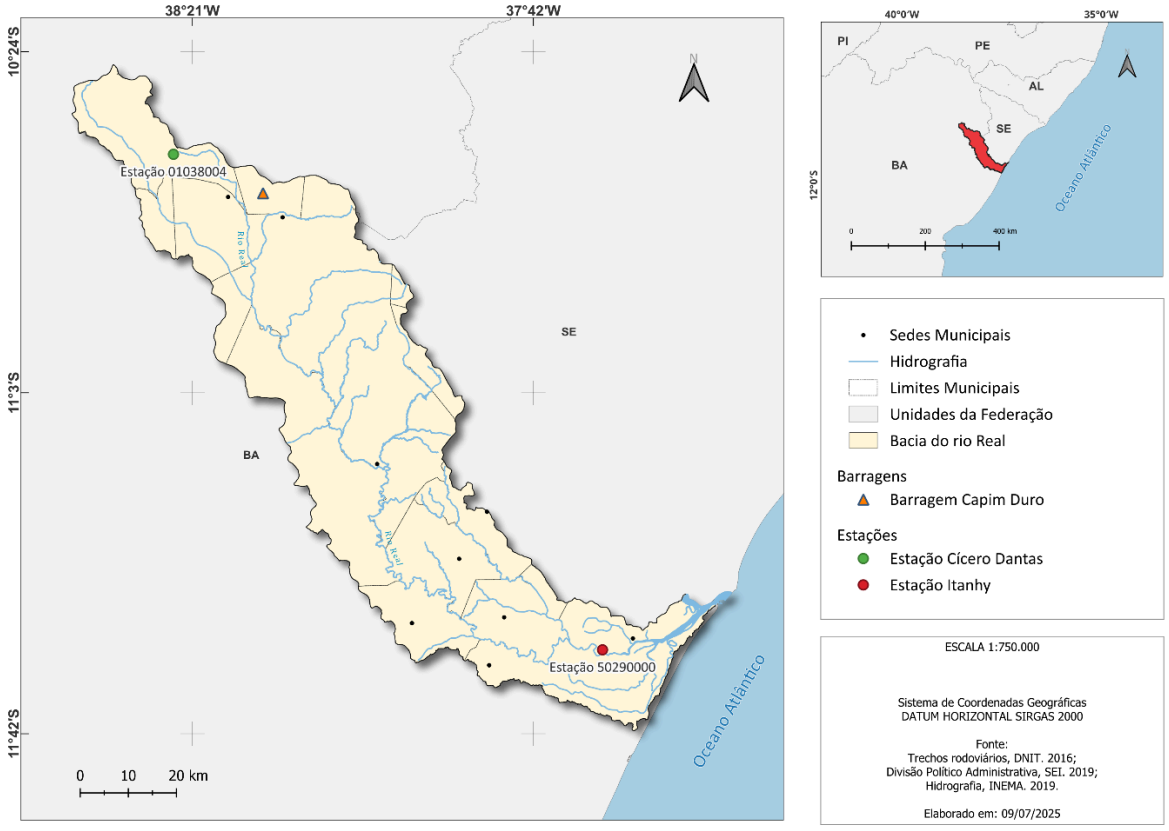
Os estudos hidrológicos são fundamentais para estimar a disponibilidade hídrica em bacias hidrográficas, contribuindo para o planejamento e a gestão eficiente dos recursos naturais. Definida como uma área de captação natural da água oriunda da precipitação que converge os escoamentos para um único ponto de saída (o exutório), a bacia hidrográfica constitui um elemento fundamental para a análise do ciclo hidrológico.

A Lei 9433/97, que traz a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece a bacia hidrográfica como uma unidade territorial de planejamento e gestão dos recursos hídricos no Brasil, com objetivo a garantir que as ações relacionadas ao uso da água sejam organizadas dentro dos limites naturais dessas bacias, assegurando uma gestão integrada e sustentável.

[55] Graduando de Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, pedrosato222@outlook.com.
[56] Pós-Doutor em Geografia Física pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, mariotaboca@gmail.com.
[57] Doutor em Hidrologia Florestal pela Universidad de Córdoba - UCO, puentes@ufba.br.

Inserida nesse contexto de relevância hidrológica e de planejamento territorial, a bacia hidrográfica do rio Real (BHRR) foi definida como objeto de análise deste trabalho. Geograficamente, a BHRR está situada nos estados de Sergipe e Bahia, entre os paralelos -10°25'3''S e -11°38'48''S e meridianos -38°36'58''O e -37°22'56''O (Figura 1), perpassando pela mesorregião do Nordeste Baiano e duas mesorregiões do Estado de Sergipe, a do Agreste e a do Leste.

Figura 1. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Real.



Fonte: Os autores.

O rio principal da BHRR, que dá nome a bacia, é considerado como federal, e segundo a Divisão Hidrográfica Nacional, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) n.32, de 15 de outubro de 2003, a BHRR está inserida na sub-bacia 50 da Região Hidrográfica do Atlântico Leste, sendo uma bacia de gestão compartilhada entre os dois estados, no estado da Bahia pertencendo à região de planejamento e gestão das águas – RPGA XIII, Bacia Hidrográfica do Rio Real. Engloba parte do Nordeste da Bahia e do Sudoeste de Sergipe, sendo limitada ao Sul pela bacia do rio Itapicuru e ao Norte pela bacia do

rio Vaza Barris. A bacia tem área total de 8.946,67 km², onde se distribuem 27 municípios com população estimada em 810.129 habitantes (CODEVASF, 2020), o rio Real, que marca a divisa entre Bahia e Sergipe, nasce entre os municípios de Poço Verde/SE e Heliópolis/BA e deságua no oceano Atlântico na vila de Mangue Seco, em Jandaíra/BA, e tem como principais afluentes os rios Mocambo e Baixa do Tubarão. A bacia encontra-se em maior parte em área de clima semiárido, e segundo a classificação climática de Köppen (1931), durante seu percurso passa por áreas de clima tropical de savana e tropical de monção no até o exutório no litoral Norte da Bahia e Sul de Sergipe.

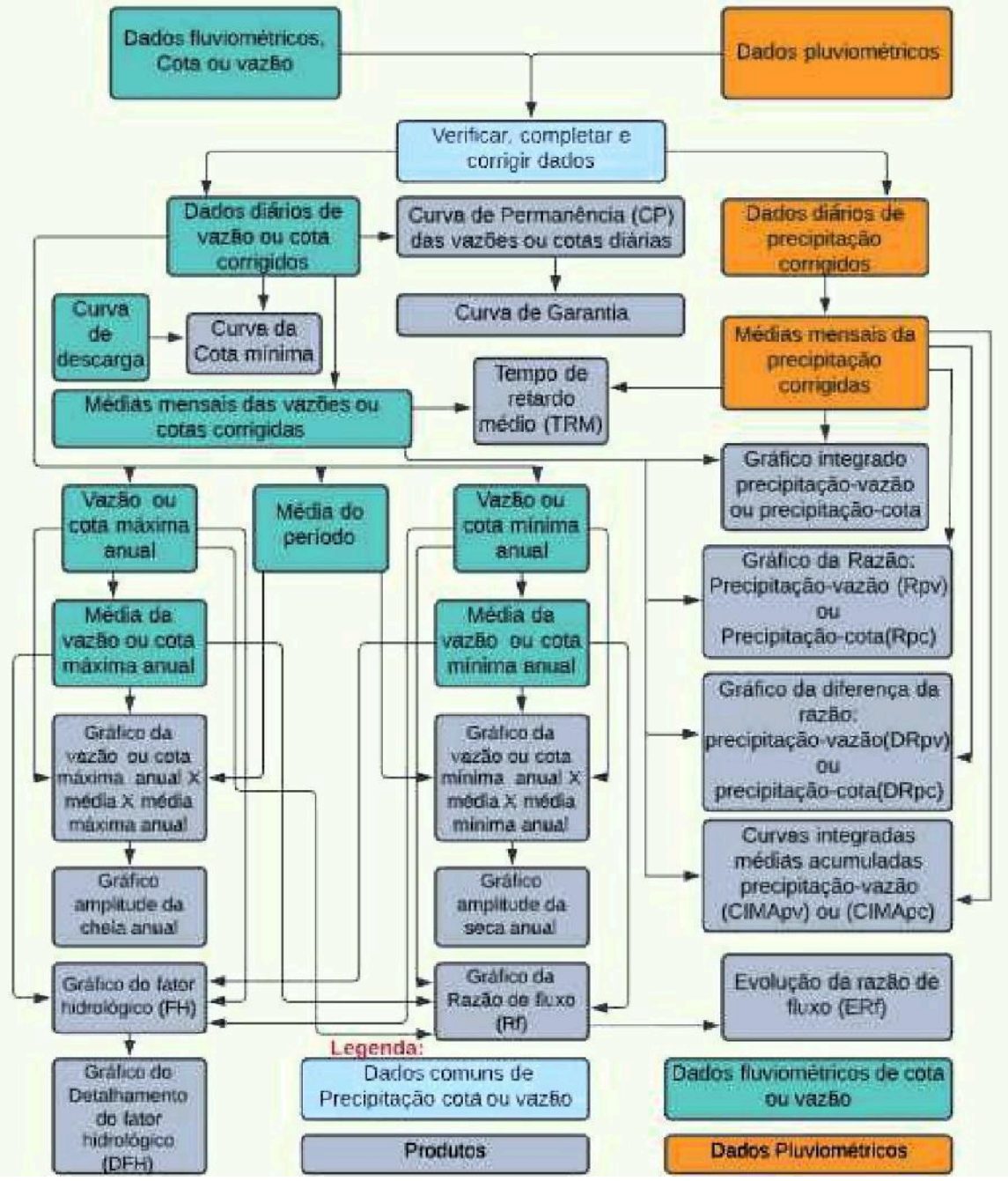
O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento dos sedimentos na Bacia Hidrográfica do Rio Real (BHRR) entre 1966 e 2021, visando subsidiar a gestão de recursos hídricos. Para isso, são utilizados os dados estatísticos da Estação Itanhy (código 50290000), situada em Jandaíra-BA, com destaque para a construção e operação da barragem Capim Duro, a montante e voltada para abastecimento humano, situada no município de Cícero Dantas, no rio do Saco, nas coordenadas geográficas -38°12' 55,6"O e -10°40' 10,9"S, que teve início de operação no ano de 2003, vale a pena ressaltar que a barragem se encontrava em clima semiárido e em região de nascente.

O objetivo desse estudo é analisar as possíveis alterações na estabilidade dos sedimentos e correlacionar com os dados de vazão obtidos no período estudado (11/1965 - 12/2021), assim, compreendendo sua dinâmica e disponibilizando informações ao planejamento e gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Real (BHRR), mesclando esses resultados ao projeto de pesquisa “Dinâmica das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Real (Bahia/Sergipe)”, desenvolvido junto ao Observatório de Águas da Bahia (OBA-BA) e financiado pelo CNPQ, através do programa PIBIC na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia usada no trabalho se deu a partir da utilização de dados quantitativos e das séries temporais de vazão, tendo como base a metodologia desenvolvida por Gonçalves (2014), intitulada Hidrologia Avançada Experimental (HAE), cujo fluxograma pode ser observado na Figura 2.

Figura 2. Fluxograma da HAE.

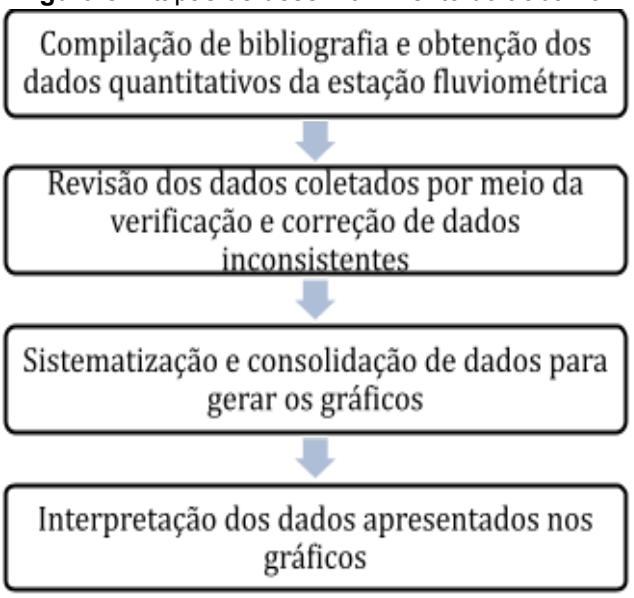


Fonte: Gonçalves (2020).

Para desenvolvimento do trabalho, se dividiu o processo em diferentes etapas para chegar aos resultados pretendidos: a compilação de bibliografia e

obtenção dos dados quantitativos, a revisão destes dados coletados, sistematização e consolidação para gerar os quadros e a interpretação dos dados (Figura 3).

Figura 3. Etapas de desenvolvimento do trabalho.



Fonte: elaborado pelos autores.

Foi realizada a compilação de informações sobre os dados fluviométricos, obtidos a partir do acesso ao banco de dados digital pertencente à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o HidroWeb, com a coleta dos dados disponíveis na seção de séries históricas de cotas no período de 1966 a 2021 na estação fluviométrica Itanhy, código 50290000, próxima a foz do rio Real, em Jandaíra - BA. Com a HAE, no período de 1966 a 2021 (56 anos) foi divido em 4 subperíodos, determinados de acordo com os dados da planilha da curva de descarga (curva-chave), relacionados às variações dos aspectos físicos ao longo do período avaliado.

Foram tratados os dados de vazão inconsistentes, sendo feito o preenchimento dos dados a partir de períodos. Para a correção se utilizou a média aritmética (MA), subtraindo os valores dos extremos do intervalo das lacunas em branco, em seguida, divide-se o valor encontrado nessa subtração pelo número de linhas a serem preenchidas, e soma-se mais 1. O resultado da divisão é a razão de uma Progressão Aritmética (PA), na qual será somada (se o valor do extremo no final do intervalo for maior que o valor do extremo no início do intervalo) ou

subtraída (se o valor do extremo no final do intervalo for menor que o valor do extremo no início do intervalo), ao valor do extremo inicial para preencher a primeira lacuna. O valor encontrado é somado ou subtraído mais uma vez ao valor da Razão (PA) para chegar ao resultado do segundo valor a ser preenchido, no programa Excel, propriedade da Microsoft. Se existir somente uma única lacuna não preenchida, ela é preenchida por meio da média dos valores extremos do intervalo.

Para obtenção dos gráficos foi necessária a classificação das vazões máximas, vazões médias e vazões mínimas anuais, além da conferência dos períodos informados na curva de descarga.

Com os dados de vazões máximas podem ser identificados os valores das maiores vazões em cada ano do período analisado, em sequência é criada uma tabela, calculando-se a vazão média máxima anual para o período em estudo, a partir do somatório dos valores e dividindo o resultado pelo número de anos do período. Esse processo também é feito para as vazões mínimas. Já para o cálculo da vazão média, são usadas todas as médias mensais, nas quais são divididas pelo número de dados do período.

Separa-se os dados de descarga a partir dos níveis de consistência de medição dos dados, descartando os de nível 1 e dando prioridade sempre aos de nível 2 quando possível, feito isso foram observados os dados dos períodos nomeados como validade, que indicam o mês e ano de início e fim de cada período.

O quadro 1 apresenta os dados da curva de descarga da Estação Fluviométrica Itanhy, foram considerados quantos dias o “Período Validade Fim” apresenta, em meses com 30 dias, caso a data indicada nessa coluna for menor ou igual a 15 dias, ou em meses com 31 dias for menor ou igual a 16 dias se considera o mês de referência o anterior ao indicado. Já, caso em meses de 30 e 31 dias, respectivamente, se a data for maior ou igual a 16 e 17 do dia do mês, ele é considerado como o mês final do período.

Quadro 1. Dados da Curva de Descarga, da Estação Itanhy (50290000), no período de 11/1965 a 12/2021, corrigidos, disponibilizados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Estação Código	Nível Consistência	Período Validade Início	Período Validade Fim	Cota Máxima	Cota Mínima
50290000	2	01/11/1965	13/06/1990	141	50

50290000	2	14/06/1990	07/07/2001	142	50
50290000	2	08/07/2001	31/12/2014	176	30
50290000	1	01/01/2015	31/12/2021	176	30

Fonte: ANA, 2023. Os autores.

A fim de avaliar o valor da cota mínima da base da régua do subperíodo superior com o valor do subperíodo imediatamente inferior, podendo desta forma caracterizá-lo, como sendo de erosão quando a cota posterior é menor que a anterior; assoreamento, quando a cota posterior é maior que a anterior e; estável, quando a cota posterior é igual à cota anterior. Salienta-se que o primeiro período não é analisado em relação à estabilidade, já que não há outro acima para se fazer a comparação.

A partir da análise sedimentológica da Bacia Hidrográfica do Rio Real (BHRR), agora com dados de descarga completos, foram gerados gráficos comparativos. Estes gráficos detalham o comportamento dos sedimentos, permitindo compreender sua dinâmica e identificar suas possíveis causas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tratamento dos dados de séries históricas através da metodologia Hidrologia Avançada Experimental variação da cota mínima da régua limnimétrica, permite avaliar e diagnosticar a ocorrência de processos erosivos (diminuição do valor da régua) ou se houve assoreamento (aumento do valor da régua) na calha do rio. Dos dados analisados, que contemplam o período de 1966 a 2021, e usando a planilha de curva de descarga obtida no conjunto de dados obtidos na Estação Itanhy (50290000), separou-se os dados de vazão em 4 períodos a partir da cota mínima limnimétrica (Quadro 2).

Quadro 2. Divisão dos períodos com base na curva de descarga, no período de 1966 a 2021, na Estação Itanhy (50290000), no município de Jandaíra - BA.

PERÍODO	INÍCIO	FIM	COTA MÍNIMA DA BASE RÉGUA (cm)	COTA MÍNIMA DA ÁGUA NA RÉGUA (cm)
1° Período	Nov/1965	Mai/1990	50	51

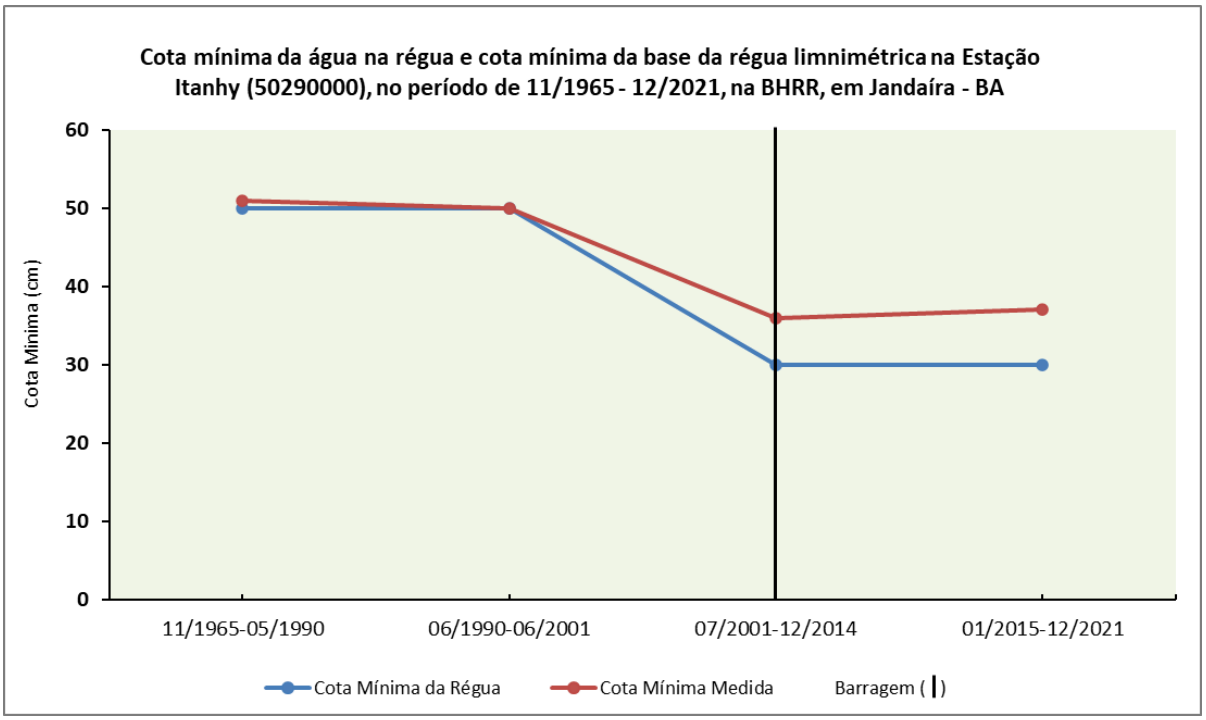
2° Período	Jun/1990	Jun/2001	50	50
3° Período	Jul/2001	Dez/2014	30	36
4° Período	Jan/2015	Dez/2021	30	37

Fonte: ANA, 2023. Os autores.

No período estudado (1966 a 2021) se observou a diminuição da cota mínima da base da régua na Estação Itanhy, que pode ser relacionada a fatores como o processo de assoreamento, sedimentação ou erosão que ocorrem na área da BHRR. Portanto, foi feita a análise dos períodos antes e após o início da operação da barragem Capim Duro, em 2003.

Com a correlação da cota mínima da régua limnimétrica com os períodos antes (1966 a 2002) e após a operação da barragem (2003 a 2021), se deu a ocorrência de estabilidade do primeiro ao segundo período, erosão do segundo para o terceiro período, ocorrendo novamente estabilidade entre o terceiro e o quarto período. Sendo assim, observa-se que a operação da barragem se inicia durante o terceiro período, no momento que ocorre um processo de erosão na zona medida pela Estação Itanhy (50290000), vê-se no Gráfico 1.

Gráfico 1. Cota mínima da água na régua e cota mínima da base da régua limnimétrica no período de 1966 a 2021, na BHRR.



Fonte: ANA, 2023. Os autores.

Com os valores das menores e maiores vazões de cada período foi calculado as médias para cada um desses parâmetros (Quadro 3). Nota-se que excluindo o primeiro período em que apresentou uma vazão máxima de 1121,1 m³/s, os períodos posteriores não ultrapassam os 400 m³/s, já em relação às vazões mínimas, o período imediatamente anterior à operação da barragem apresenta a maior vazão (0,332 m³/s), sendo que no 3° período, que coincide com a operação (2003) foi registrando a menor vazão mínima (0,003 m³/s), também sendo a com menor vazão de pico (máxima), registrando 312,64 m³/s. Observa-se na vazão média de cada período, que registra um aumento do inicial ao final, alcançando 17,7 m³/s, indicando que mesmo com a diminuição das vazões máximas, também houve uma diminuição da amplitude entre os valores extremos.

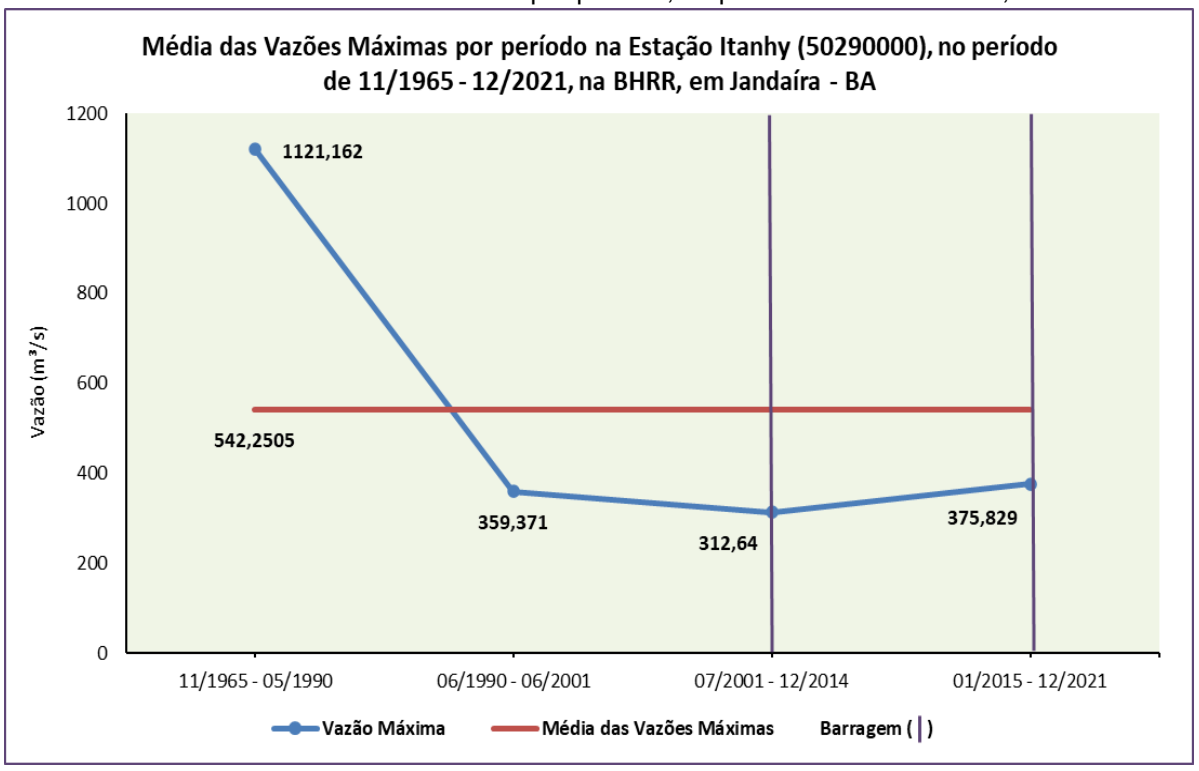
Quadro 3. Subperíodos da BHRR, no período de 1965 a 2021.

Período	Vazão Máxima	Média das Vazões Máximas	Vazão Mínima	Média das Vazões Mínimas	Vazão Média	Média das Vazões
11/1965 - 05/1990	1121,162	542,2505	0,155	0,125	5,713751	10,44118
06/1990 - 06/2001	359,371	542,2505	0,332	0,125	8,450072	10,44118
07/2001 - 12/2014	312,64	542,2505	0,003	0,125	9,860882	10,44118
01/2015 - 12/2021	375,829	542,2505	0,01	0,125	17,74001	10,44118

Fonte: ANA, 2023. Os autores.

Para melhor visualização dos dados, cada parâmetro foi dividido em gráficos, sendo assim, as vazões máximas apresentam um comportamento de diminuição de seus valores entre o primeiro e o terceiro período, seguido de uma leve recuperação no quarto período (01/2015 - 12/2021), já coincidente com a operação da barragem Capim Duro em 2003. Entretanto, desde 06/1990 a 12/2021, os três períodos correspondentes, se mantêm abaixo da média geral (542,2 m³/s), o que indica uma dificuldade de regularização do volume das vazões (Gráfico 2).

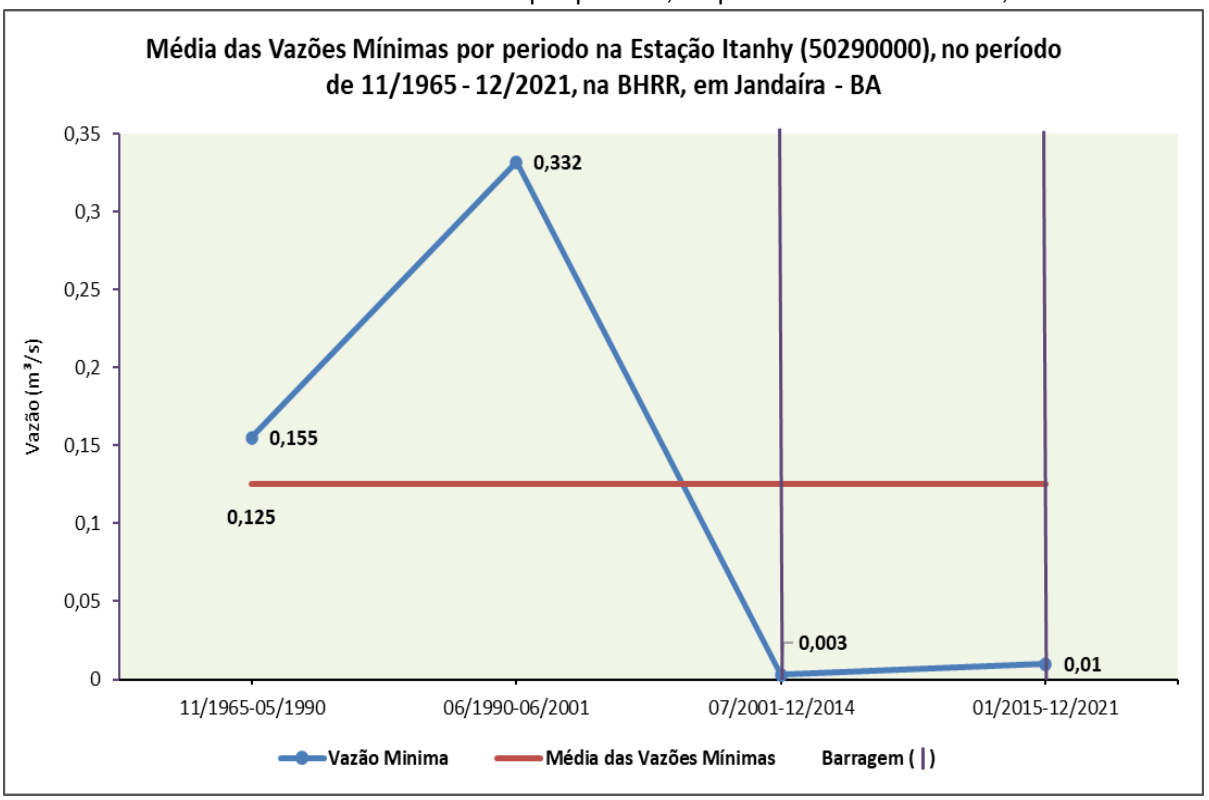
Gráfico 2. Média das Vazões Máximas por período, no período de 1966 a 2021, na BHRR.



Fonte: ANA, 2023. Os autores.

No Gráfico 3, é apresentado a média das vazões mínimas por período, é perceptível que o segundo período (06/1990 - 06/2001) teve o maior valor de vazão mínima (0,332 m³/s), sendo que no terceiro período (07/2001 - 12/2014) é registrado o menor valor de vazão mínima (0,003 m³/s). Assim como na vazão máxima, ocorre um aumento pequeno no quarto período (0,01 m³/s), o que reforça que mesmo com a barragem, há pouca regularização das vazões, algo que pode também identificar o barramento dessa água, sendo destinada a atividades econômicas ou abastecimento humano.

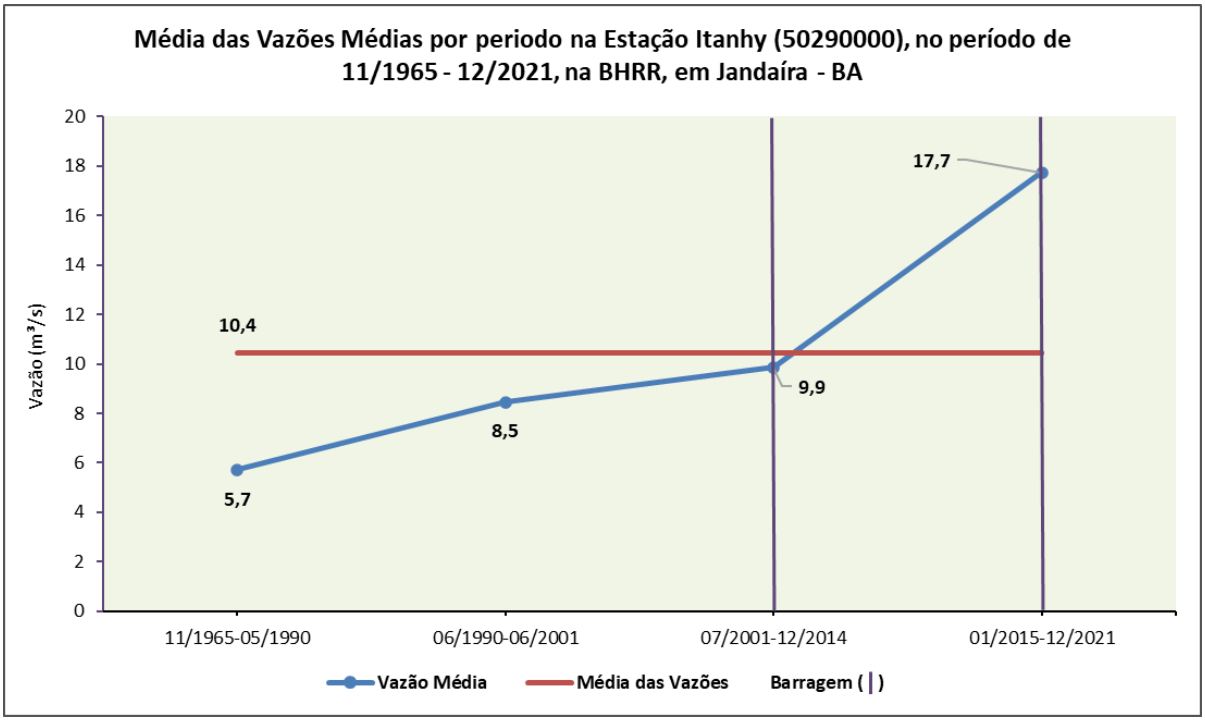
Gráfico 3. Média das Vazões Mínimas por período, no período de 1966 a 2021, na BHRR.



Fonte: ANA, 2023. Os autores.

Quando observadas as vazões médias de cada período (Gráfico 4), se percebe um cenário distinto dos anteriores, percebe-se que há uma tendência de aumento das vazões médias na bacia, com quase o dobro do valor entre o terceiro (04/2001 - 12/2014) e o quarto (01/2015 - 12/2021) período, uma hipótese dessa tendência, é que ocorreu uma diminuição da amplitude entre esses valores máximos e mínimos, com os valores máximos sendo ligeiramente maiores com a evolução dos anos hidrológicos no período geral (1966 - 2021).

Gráfico 4. Média das Vazões Médias por período, no período de 1966 a 2021, na BHRR.



Fonte: ANA, 2023. Os autores.

Como pode ser visto no Quadro 4, dos 4 (quatro) períodos analisados, 2 (66,6%) apresentam estabilidade na cota mínima da régua, já 1 (33,3%) indica que ocorreu processo de erosão na área da Estação Itanhy (50290000).

Quadro 4. Subperíodos da BHRR, no período de 1965 a 2021.

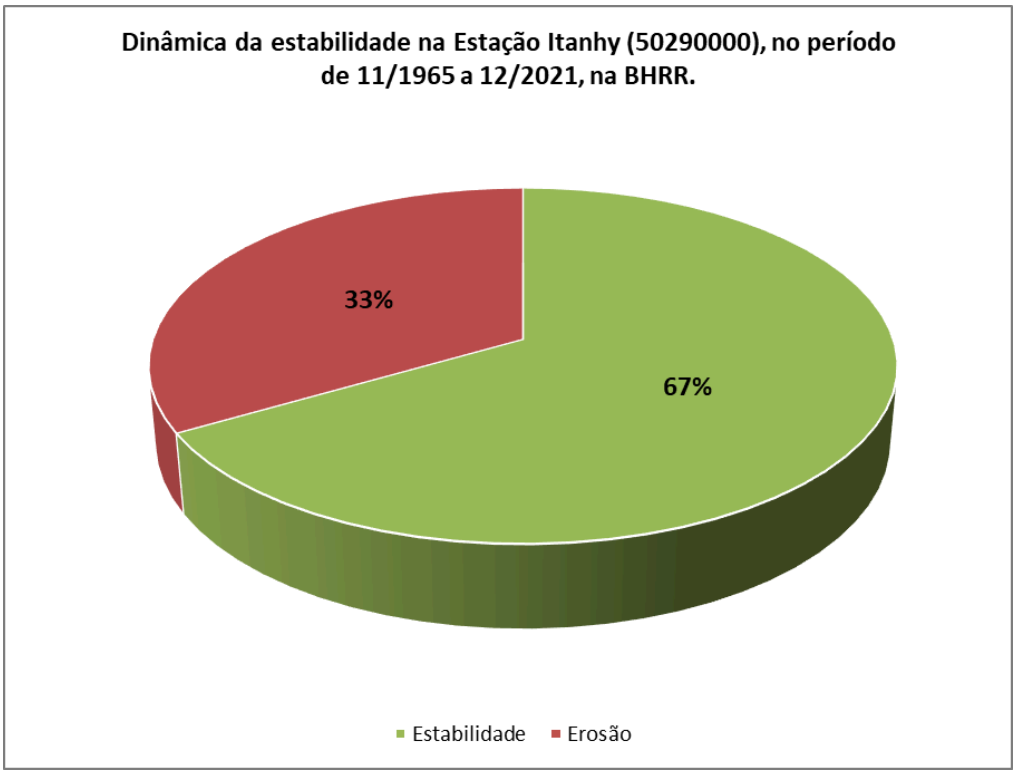
PERÍODO	COTA MÍNIMA DA RÉGUA	SITUAÇÃO
11/1965 - 05/1990	50	-
06/1990 - 06/2001	50	**Estabilidade**

07/2001 - 12/2014	30	**Erosão**
01/2015 - 12/2021	30	**Estabilidade**

Fonte: ANA, 2023. Os autores.

Não foram observados períodos de assoreamento, indicando que a retenção de sedimentos na barragem vem acontecendo e que mesmo com a redução de vazão que ocorre no rio não foi suficiente para que o rio perdesse sua competência de transporte (Gráfico 5).

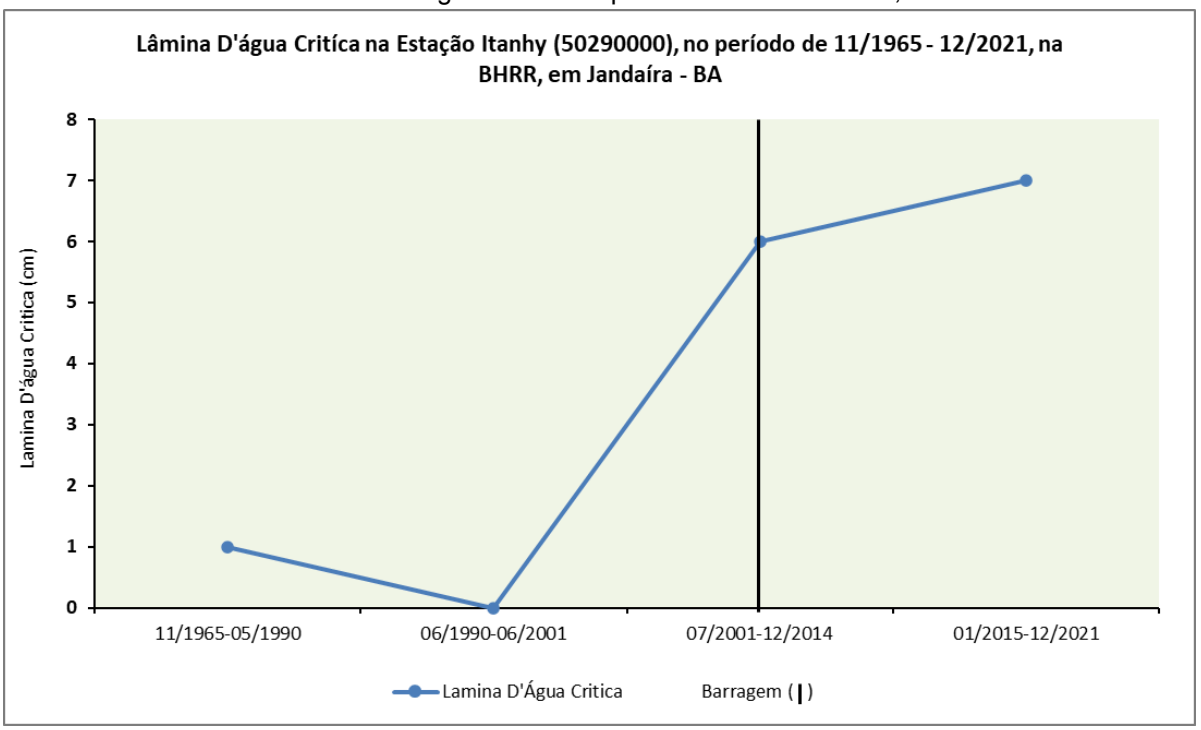
Gráfico 5. Cota mínima medida e cota mínima da régua limnimétrica no período de 1966 a 2021, na BHRR.



Fonte: ANA, 2023. Os autores.

A respeito da relação entre a cota mínima de régua e a cota mínima medida, pode-se observar que houve aumento do nível da cota medida durante os períodos que a barragem já se encontrava em operação, mesmo que pequeno quando observado a quantidade de centímetros que aumentaram (Gráfico 6)

Gráfico 6. Lâmina D'água Critíca no período de 1966 a 2021, na BHRR.



Fonte: ANA, 2023. Os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados obtidos através do tratamento das séries históricas, é perceptível que a bacia apresenta tendência à estabilidade no transporte de sedimentos, porém, no período em que a barragem começou a operar houve indicação de erosão, apresentando comportamentos de transporte de partículas no leito do rio Real próximo a sua foz, podendo, assim, indicar uma tendência do leito do rio a comportar o aumento do volume de água na área estudada, que pode acontecer devido à contribuição das águas do aquífero lateral, mesmo com a diminuição da vazão no leito principal do rio Real.

Ademais, os resultados demonstram a usabilidade da metodologia Hidrologia Avançada Experimental em relação a sua aplicação para organização e produção de dados hidrológicos a respeito de rios e bacias hidrográficas, a fim da possibilidade da divulgação e uso dos mesmos como auxilio para gestão dos recursos hídricos.

É importante salientar que esses fenômenos podem ser intensificados por ações antrópicas e eventos climáticos extremos, já que a estabilidade sedimentológica é suscetível à operação de barragens, mudanças na cobertura vegetal da bacia, topografia, e muitas outras variáveis. Dito isso, ações que alterem a fisiografia da bacia devem levar em consideração também o comportamento da estabilidade sedimentológica como um fator de influência, já que essa também indica a capacidade do leito do rio de comportar um volume menor ou maior de água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Hidroweb - Séries Históricas.** 2025. Disponível em: https://www.snirh.gov.br/hidroweb/serieshistoricas. Acesso em: 2 mar. 2024.

BERTRAND, Georges. PAISAGEM E GEOGRAFIA FÍSICA GLOBAL. ESBOÇO METODOLÓGICO. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S. l.], v. 8, 2004. DOI: 10.5380/raega.v8i0.3389. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Bacia hidrográfica do Rio Real.** [2021]. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/bacia-hidrografica/real. Acesso em: 12 mar. 2024.

GONÇALVES, Mário Jorge de Souza. **Estudo hidrológico do rio Parnaíba, na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, visando a compreensão da dinâmica fluvial e a garantia hídrica para a tomada de decisão utilizando a metodologia: Hidrologia Avançada Experimental.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020. Apresentação de slides da disciplina de Hidrografia do curso de Geografia.

GONÇALVES, Mário Jorge de Souza. **Gestão Quantitativa das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu no Estado da Bahia – Brasil.** 2014. 168 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21527. Acesso em: 6 jun. 2024.

KÖPPEN, Wladimir. **Grundriss der Klimakunde: Outline of climate science.** Berlin: Walterde Gruyter, 1931. 388p.